



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA (PPGS)

**DA ESTÉTICA À POLÍTICA:
A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ GUILHERME MERQUIOR
PARA O PENSAMENTO SOCIAL**

Marcos Antonio Rodrigues Vasconcelos Filho

São Cristóvão / SE
2018

MARCOS ANTONIO RODRIGUES VASCONCELOS FILHO

**DA ESTÉTICA À POLÍTICA:
A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ GUILHERME MERQUIOR
PARA O PENSAMENTO SOCIAL**

Tese de doutorado apresentada como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Sociologia ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), sob a orientação da professora doutora Tania Elias Magno da Silva.

São Cristóvão / SE
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

V331d Vasconcelos Filho, Marcos Antonio Rodrigues
Da estética à política : a contribuição de José de Guilherme Merquior para o pensamento social / Marcos Antonio Rodrigues Vasconcelos Filho ; orientadora Tania Elias Magno da Silva. – São Cristóvão, SE, 2018.
230 f.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Sociologia. 2. Intelectuais - Brasil. 3. Ciências sociais. I. Merquior, José Guilherme, 1941-1991. II. Silva, Tania Elias Magno da, orient. III. Título.

CDU 316.344.32(81)

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmãos — sangue e reencontro.

Para Mayra — companheirismo e aprendizagem.

A minha orientadora, professora doutora Tania Magno — comunhão do gosto pelo pensamento social brasileiro.

Aos professores doutores Adelia Maria Miglievich Ribeiro (Ufes), Chistine Jacquet (UFS), Franz Josef Brüseke (UFS), Hermano Machado Ferreira Lima (UFRN), Ivan Fontes Barbosa (UFS), Marcelo Alario Ennes (UFS) e Paulo Neves (UFS).

Aos mestres, colegas e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

Aos meus discentes — meus docentes.

À memória de Antonio Candido de Mello e Souza (1918-2017).

AGRADECIMENTOS

À Academia Brasileira de Letras (ABL).

A Maria Luísa Carneiro Fumaneri e Sonia Cinelli — pelo envio de dissertação em estudos literários e de memorial crítico, respectivamente.

A todos aqueles que, neste percurso intelectual, nos estimularam pelo diálogo, pessoal ou virtual, direta ou indiretamente, em derredor dos assuntos objetos desta pesquisa; sublinhemos os nomes dos amigos: embaixador Paulo Roberto de Almeida, pela concessão desprendida do que dispunha sobre o seu colega diplomata, e professor Vamireh Chacon, com quem mantivemos discussão em torno do pensamento social brasileiro e internacional, sob o enfoque das ideias políticas.

A Julia, filha de José Guilherme Merquior — pelos diálogos.

[...] pura teoria sociológica, minha cachaça nestes últimos [1975], e pelos próximos 50 anos (MERQUIOR, José Guilherme, apud SILVA, 2011, p. 26).

O que mais me atraiu, em matéria de ciências sociais, foi a teoria sociológica. Para mim, a verdadeira ciência-piloto no chamado campo humanístico é, ou deveria ser, a sociologia. Sem uma boa base de teoria sociológica, a crítica da cultura jamais vencerá sua vulnerabilidade diante das sereias ideológicas (MERQUIOR, José Guilherme, 2015 [1974], p. 437).

RESUMO

Esta tese tem por objetivo identificar e apresentar, a partir da leitura e análise da produção bibliográfica do diplomata brasileiro José Guilherme Merquior (1941-1991), os principais interlocutores com os quais dialoga para dar forma e criticidade a seu pensamento, de modo a destacar, em meio a uma escrita marcada pela interdisciplinaridade, a existência, entre outros possíveis, de um olhar sociológico. Dentre tais interlocutores estariam Erich Auerbach (1892-1957), Antonio Candido (1918-2017), Walter Benjamin (1892-1940), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Max Weber (1864-1920), Raymond Aron (1905-1983), Sir Ralf Dahrendorf (1929-2009) e Norberto Bobbio (1909-2004). Merquior insere-se na gama de pensadores brasileiros cujas contribuições se preocuparam em estabelecer uma compreensão, caso não do Brasil *per se*, de questões da sociedade moderna. Em sua obra, tais questões podem ser elencadas em pelo menos três eixos: a base social da estética, a crítica de paradigmas científicos, como o marxismo, o estruturalismo e o pós-estruturalismo, e a preocupação com a dimensão ético-política das ideias e do fazer humano.

Palavras-chave: Itinerário intelectual; José Guilherme Merquior; obras e autores; Pensamento social; Sociologia.

ABSTRACT

This thesis aims to identify and present, from the reading and analysis of the bibliographical production of the Brazilian diplomat José Guilherme Merquior (1941-1991), the main interlocutors with whom he dialogues to give shape and criticality to his thought, in order to accentuate, amid a writing marked by interdisciplinarity, the existence, among other possibilities, of a sociological approach. Among such interlocutors would be Erich Auerbach (1892-1957), Antonio Candido (1918-2017), Walter Benjamin (1892-1940), Claude Lévi-Strauss (1908-2009), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Max Weber (1864-1920), Raymond Aron (1905-1983), Sir Ralf Dahrendorf (1929-2009) and Norberto Bobbio (1909-2004). Merquior is among the Brazilian thinkers whose contributions intended to establish an understanding, if not of Brazil per se, of modern society matters. In his work, such matters can be listed in at least three axes: the social basis of aesthetics, the critique of scientific paradigms, such as Marxism, structuralism and poststructuralism, and concern with the ethical and political dimension of ideas and human nature.

Keywords: José Guilherme Merquior; Intellectual Itinerary; works and authors; Social thought; Sociology.

SUMÁRIO

Introdução	10
1. Itinerário de um intelectual	24
2. Literatura e sociedade: a base social da estética	54
3. De Praga a Paris: marxismos e estruturalismos	86
4. Uma teoria da legitimidade: do contrato social ao tipo ideal	132
5. O argumento social-liberal	171
Conclusão	210
Referências	215

INTRODUÇÃO

Não duvidamos nem por um instante que a consideração de outros documentos, publicados ou a publicar, afetará nossas interpretações. Algumas delas, aventadas prudentemente, talvez recebam uma confirmação; outras serão abandonadas ou modificadas. Mas não seja por isso: em disciplinas como a nossa, o saber científico avança aos tropeços, fustigado pela contenda e pela dúvida. E deixa à metafísica a impaciência do tudo ou nada. Para que nosso empreendimento seja válido, não é necessário, em nossa opinião, que goze durante anos, e até os mínimos detalhes, de uma presunção de verdade. Basta que se lhe reconheça o modesto mérito de ter deixado um problema difícil numa situação menos ruim do que aquela em que o encontrou. Não devemos esquecer que na ciência não pode haver verdades estabelecidas. O estudioso não é o homem que fornece as verdadeiras respostas; é aquele que faz as verdadeiras perguntas (LÉVI-STRAUSS, Claude, 2004 [1964], p. 26).

O pensamento social é uma área do conhecimento sociológico entre cujos principais objetos, problemas e abordagens teórico-metodológicas “têm lugar na reflexão as ideias, seu impacto sobre a realidade, seu efeito político, o itinerário dos intelectuais, o lugar político-social que ocupam, as políticas culturais que os beneficiam ou não, as instituições que os acolhem” (BOTELHO; SCHWARCZ, 2011, p. 139-140). É, portanto, um campo abrangente. Esta trata, principalmente, das ideias e itinerário de um intelectual.

Pressupõe-se, entre as características de um pensador social, a análise crítica de seu tempo. Lemieux (2015, p. 34-35, 39) destaca que, em uma disciplina científica tal qual a Sociologia, o “gesto crítico” é essencial, pois somente através dele se poderá “tornar problemático o mundo social em que vivemos”.¹

José Guilherme Merquior (1941-1991), advogado, filósofo, ensaísta, crítico literário, doutor em Letras e em Sociologia e diplomata de carreira, insere-se na gama de pensadores brasileiros cujas contribuições se preocuparam em estabelecer uma compreensão, caso não do Brasil *per se*, de questões da sociedade moderna.²

¹ O mesmo autor reforça: “É neste sentido que, em relação ao espírito da sociologia, podemos tranquilamente afirmar que ele não é nem especulativo nem puramente descritivo, mas *crítico*. Ele exige do pesquisador a capacidade de levantar problemas sociais sobre determinadas realidades sociais que para os atores implicados não existem, ou que existem, mas de forma a menosprezar sua natureza social” (LEMIEUX, 2015, p. 35).

² Merquior é um autor cujas contribuições não se preocupam de modo obrigatório em analisar problemas estritamente brasileiros, mas, de um modo amplo, questões do mundo ocidental. Enquanto intelectual, não se insere propriamente na categoria de pensadores brasileiros ou estrangeiros estudiosos do Brasil

Em sua obra, tais questões podem ser elencadas em pelo menos três eixos: (1) a base social da estética, (2) a crítica de paradigmas científicos de sua época e (3) a preocupação com a dimensão ético-política das ideais e do fazer humano.

(1) A base social da estética estará presente quando de sua análise crítica a respeito de pintura, música, dramaturgia, dança e literatura. Por ser a literatura uma constante preocupação na obra de José Guilherme Merquior, parte desta tese se concentrará nesse universo temático.

(2) A *crítica* de Merquior aos paradigmas científicos integra sua análise do marxismo, do estruturalismo e do pós-estruturalismo em suas linhagens e enquanto correntes de pensamento vigentes (mas não só) nos anos 1960 a 1980, períodos nos quais Merquior publicará seus textos.

(3) Por fim, a preocupação com a dimensão ética e política na esfera das ideais e do fazer humano poderá ser encontrada em suas fundamentações não somente filosóficas mas também sociais da *legitimidade*, categoria por meio da qual emergirá sua proposta social-liberal enquanto plataforma de defesa democrática da liberdade, seja esta econômica, cultural, de pensamento ou ético-política.

Esta tese tem por objetivo *identificar e apresentar, a partir da leitura e análise dos livros,³ bem como dos artigos, comunicações e entrevistas⁴ de José Guilherme Merquior, os principais interlocutores com os quais dialoga para dar forma e criticidade a seu pensamento, de modo a destacar, em meio a uma escrita marcada pela interdisciplinaridade, a existência, entre outros possíveis, de um olhar sociólogo.*

(“brasilianistas”); por essa razão, não se inclui no campo especificamente sociológico do Pensamento Social Brasileiro e sim, conforme o subtítulo da presente tese, como um “(brasileiro) pensador social”.

³ A bibliografia de livros de José Guilherme Merquior consta de vinte e um títulos: *Razão do poema*: ensaios de crítica e estética (1965), *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Bejamin*: ensaio crítico sobre a escola neo-hegeliana de Frankfurt (1969), *A astúcia da mimese*: ensaios sobre lírica (1972), *Saudades do carnaval*: introdução à crise da cultura (1972), *Formalismo e tradição moderna*: o problema da arte na crise da cultura (1974), *O estruturalismo dos pobres e outras questões* (1975), *Verso universo em Drummond* (1975; originalmente escrito em francês), *A estética de Lévi-Strauss* (1977; originalmente escrito em francês), *De Anchieta a Euclides*: breve história da literatura brasileira, I (1977), *O véu e a máscara*: ensaios sobre cultura e ideologia (1979; originalmente publicado em inglês), *O fantasma romântico*: e outros ensaios (1980), *Rousseau e Weber*: dois ensaios sobre a teoria da legitimidade (1980; originalmente publicado em inglês), *As idéias [sic] e as formas* (1981), *A natureza do processo* (1982), *O argumento liberal* (1983), *O elixir do apocalipse* (1983), *Michel Foucault*: ou o niilismo de cátedra (1986; originalmente publicado em inglês), *O marxismo ocidental* (1986; originalmente publicado em inglês), *De Praga a Paris*: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista (1986; originalmente publicado em inglês), *Crítica*: 1964-1989 (1990) e *O liberalismo*: antigo e moderno (1991; póstumo e originalmente publicado em inglês).

⁴ Estas fontes se encontram elencadas nas “Referências” desta tese.

O presente estudo caracteriza-se por um norteamento embasado em pressupostos metodológicos próprios de uma pesquisa qualitativa, como também, dentro desta definição, limita-se a uma proposta de investigação teórica, marcadamente bibliográfica.

A esta altura, vale considerar as orientações de Minayo, Assis e Souza (2005, p. 142):

Bachelard (1980) e Block (1954) chamam atenção para o fato de que os textos não falam por si, mas respondem a indagações dos investigadores. Na preparação da investigação, é preciso decidir que documentos listar e de que tipo: escritos, visuais e audiovisuais. [...] Frente a cada objeto de estudo e mediante seus objetivos gerais e específicos, é preciso decidir sobre a lista dos que buscar [grifos nossos].⁵

Portanto, a tese também se configura como uma pesquisa documental, uma vez que nesta modalidade investigativa incluiu-se a análise de conteúdo de materiais escritos (a exemplo de jornais, revistas, obras literárias, científicas e técnicas, cartas e relatórios a que se teve acesso) e elementos iconográficos (imagens, fotografias, filmes) (RICHARDSON et alii, 1999 [1985], p. 85-86).⁶

Especificamente, dentre os caminhos trilhados para a construção da tese, podem ser enumerados os seguintes: (1) a coleta geral de dados referentes ao objeto; (2) a leitura inicial de fontes pertinentes ao tema e (3a) o mapeamento, nos textos, dos principais autores que influíram para a formação de uma perspectiva crítica no pensamento de José Guilherme Merquior, (3b) bem como os diálogos sociológicos travados por sua escrita interdisciplinar com outros campos do saber, destacadamente a estética (artes, literatura) e a teoria social (em que se incluem também a filosofia e a ciência políticas), dado que cabe ao olhar sociológico o papel primordial de, “por sua maneira de questionar, fazer reaparecer a dimensão social ocultada” nas mais diversas áreas do conhecimento (LEMIEUX, 2015, p. 35).

⁵ Os grifos por sublinhamento são do autor da tese, de modo a atentar em especial para o teor sociológico contido nas passagens.

⁶ “O procedimento de análise denominado ‘análise de conteúdo’ tem por finalidade básica a busca do significado de materiais textuais, sejam eles artigos de revistas, prontuários de pacientes de um hospital seja a transcrição de entrevistas realizadas com sujeitos, individual ou coletivamente. “O produto final de uma análise desse tipo consiste na interpretação teórica das categorias que emergem do material pesquisado — muito embora essas categorias possam já ter sido definidas *a priori*, segundo alguma teoria da preferência do pesquisador. Para que essa interpretação seja feita, entretanto, é necessário conduzir um processo de redução do material original, até o ponto em que as categorias estejam claramente visíveis” (APPOLINÁRIO, 2012, p. 165).

A escolha temática de estudar o itinerário de um intelectual como José Guilherme Merquior foi motivada e se justifica por alguns fatores de ordem tanto pessoal quanto científica.

(1) A linha de continuidade em nossa formação acadêmica: na graduação e no mestrado, respectivamente, estudamos aspectos da obra do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) e do médico-legista alagoano fixado em Salvador (Bahia) Estácio de Lima (1897-1984). Junte-se a este fator que o pensamento social também estaria presente em nossa produção bibliográfica de crônicas, conferências e ensaios.⁷

(2) Em ordem igualmente relevante, destaque-se também o hábito do autor da tese de pesquisar, não apenas em arquivos públicos, mas também em arquivos pessoais; conteúdos estes dotados de significação coletiva.⁸

Dentre as origens das fontes que viabilizaram o trabalho, podem ser citadas pessoas e instituições. Para os textos, sublinhe-se a cessão de uma cópia, pelo embaixador brasileiro e cientista social professor Paulo Roberto de Almeida, do *paper* “O problema da legitimidade em política internacional”, comunicação inédita, datilografada e restrita desenvolvida por José Guilherme Merquior para o Instituto Rio Branco (IRBr) do Ministério das Relações Exteriores em 1978-1979, durante o I Curso de Altos Estudos que o promoveria na carreira diplomática. Atualmente, a editora É Realizações detém o Arquivo José Guilherme Merquior, na capital paulista. O acervo, o primeiro de um autor brasileiro da casa editorial, foi constituído a partir da doação por sua filha Julia Merquior, pouco antes da reedição, em 2013, de seu primeiro livro *Razão do poema: ensaios de crítica e estética*, originalmente publicado em 1965. Infelizmente, mesmo após algumas tentativas junto à sua

⁷ A primeira vez que ouvimos falar sobre Merquior ocorreu ainda na pré-adolescência, quando tivemos oportunidade de consultar um *Anuário* editado pela Academia Brasileira de Letras, onde havia uma foto sua e dados bibliográficos (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1984, p. 206-207). Este exemplar é atualmente título de nossa biblioteca. Porém, temos ciência de que nos decidimos em definitivo por estudar o autor após leitura de reportagem da revista *Veja*, datada de 20 de novembro de 2013, na qual se anunciavam as reedições de três de suas obras: *Razão do poema* (1965), *Verso universo em Drummond* (1975) e *A estética de Lévi-Strauss* (1977) (GRAIEB, 2013, p. 130-133). Somente dois anos mais, contudo, mudamos o nosso projeto para focar a trajetória intelectual merquioriana, após sobretudo adquirirmos o título *De Anchieta a Euclides* (1977), primeiro volume da obra inacabada *Musa morena: breve história da literatura brasileira*.

⁸ A Fundação Getúlio Vargas destaca que os arquivos pessoais podem ser entendidos como “conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas. [...] Os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. [...] Em virtude de conterem informações fundamentais para a recuperação da memória ou para o desenvolvimento da pesquisa histórica, científica ou tecnológica do país, alguns arquivos pessoais podem ser classificados como ‘de interesse público e social’ [...]”. **O que são arquivos pessoais**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 27 jul. 2017.

curadoria, sob a coordenação do professor universitário e crítico João Cezar de Castro Rocha, não conseguimos, até o presente momento, acesso a esta fonte, senão indiretamente; porém, sem prejuízo dos objetivos desta tese, esperamos brevemente aprofundar ainda mais os aspectos biográficos e a análise da obra merquioriana quando da edição do material acadêmico em ensaio e noutras produções intelectuais de nossa autoria.

(3) Não obstante se consolide cada vez mais o interesse acadêmico no Brasil por campos do conhecimento de preocupação com delicados temas dentro do universo de abrangência da teoria sociológica, da sociologia do conhecimento e da sociologia dos intelectuais (e também, mais especificamente, de uma subárea classificada como “pensamento social brasileiro”), com foco em trajetórias, produções e interlocuções, contam-se ainda escassos, mesmo que reconhecidamente crescentes, os estudos em nível de graduação e pós-graduação que tematizam um maior número de autores, muitos dos quais estão por ser descobertos em sua relevância científica pela pesquisa, como é o caso de Merquior.⁹

(4) Há, evidentemente, estudos acadêmicos sobre a obra de José Guilherme Merquior; porém, estes se caracterizam por serem mais monográficos, portanto mais circunscritos em suas problemáticas. No entanto, podemos adiantar duas ressalvas concernentes a este repertório: a primeira é que a quase totalidade destas fontes ligam importância à atividade de crítica literária e estética de Merquior para dar tratamento a seus objetos, valendo-se sobretudo de sua produção inicial, que temporalmente abarca desde a metade da década de 1960 até o início da década seguinte; a segunda, sob uma visão mais ampla, é que tais fontes permitem entrever prenoções e hiatos reforçados pelos cânones temáticos estabelecidos institucional e historicamente pela ciência no Brasil. Tais prenoções e hiatos são construídos de tal modo que o senso acadêmico se revela excludente. Por conseguinte, faz-se necessário conhecer as trajetórias de intelectuais brasileiros e suas obras por meio de uma perspectiva que considere mais a pertinência heurística de suas contribuições do que julgá-las simplesmente por suas inclinações

⁹ Uma amostra por área pode ser encontrada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. BDTD. **Acesso e visibilidade às teses e dissertações brasileiras**. Disponível em: <http://bdt.d.ibict.br>. Acesso em: 27 jul. 2017. Nesta página, o pesquisador dispõe de mais de 380 mil dissertações e mais de 175 mil teses fomentadas por 84 instituições (embora ainda não se dê conta de material mais antigo). Mesmo que se considerem alguns títulos — como é o caso de Botelho e Schwarcz (2009), Cardoso (2013), Pericás e Secco (2014) e Carvalho (2016) — que não nasceram de um projeto de pós-graduação e contemplam análises de pelo menos cinquenta intelectuais brasileiros ou brasilianistas (estrangeiros especializados em assuntos do Brasil), ou então coleções mais recentes empreendidas por especialistas em sua maior parte, tal qual o caso da coleção *Memória do saber* (iniciativa da Fundação Miguel de Cervantes, da Fundação Biblioteca Nacional), Merquior em nenhum deles encontra-se inserido.

ideológicas (mormente em virtude de as décadas de 60 a 80 coincidirem com o período ditatorial-militar brasileiro).

Pereira (2001, p. 216-218) esclarece ser

sintomática a ausência de estudos monográficos, já não digo sobre a totalidade, mas sobre aspectos específicos de sua obra. Merquior tem sido objeto — salvo raras exceções — de leituras apressadas, em geral tendenciosas, e que procuram ligá-lo ao que se convencionou chamar a direita brasileira. [...] Os estudos da produção intelectual de Merquior tornam-se ainda mais difíceis em função da multiplicidade de seus interesses. Muitos que dominam os estudos literários desconhecem (ou simplesmente não se interessam em abordar) a parte de teoria política e histórias das ideias de sua obra. Isto tem se mostrado redutor, impossibilitando uma visão global de sua produção, e fertilizando o terreno para o nascimento de incompreensões de toda natureza.

(5) Inquestionavelmente, áreas do saber, dentre as quais a antropologia cultural, a ciência política, a teoria literária, a sociologia, a economia, a história, a psicologia, a psicanálise, a filosofia jurídica, a filosofia política, as artes, dentre outras — estabelecem na obra de Merquior um entrelaçamento disciplinar, de modo a distender seus referenciais teórico-metodológicos, para melhor compreender, discutir, criticar, intervir ou simplesmente difundir preocupações advindas da modernidade; daí não se espere, e logo se o alerte, uma certa “pureza” sociológica desta tese,¹⁰ uma vez que não se concebem mais planos de trabalhos estritamente ortodoxos nos referenciais disciplinares de estudos acadêmicos; e é por essa razão que esse trabalho procura apresentar diálogos entre a sociologia e outras áreas de concentração, sem o esforço, porventura prejudicial, de distingui-las estanques nas análises de matrizes epistêmicas que, neste caso, tentam dar conta de temas complexos na obra de Merquior, como: (a) o da autorreferência do social contida na obra narrativa ou poética, (b) o da recusa de formas de pensamento encerradas em doutrinas que, sem lhes negar a importância científica enquanto ferramentas heurísticas para o mais aprofundado entendimento do mundo moderno, precisam ser não apenas relativizadas mas *complexificadas* e obedecer a uma “dialógica”, no sentido

¹⁰ Um paralelo semelhante: “Ao formular esta descrição da teoria da estruturação, não tive a menor relutância em apoiar-me em ideias oriundas de fontes completamente divergentes. Esse poderá parecer a alguns um ecletismo inaceitável, mas eu nunca consegui temer esse tipo de objeção. Existe um inegável conforto em trabalhar dentro de tradições estabelecidas de pensamento — sobretudo, talvez, em face da grande diversidade de abordagens com que se defronta correntemente quem está fora de uma tradição qualquer. O conforto de pontos de vista estabelecidos pode, entretanto, servir facilmente de cobertura para a preguiça intelectual. Se as ideias são importantes e esclarecedoras, muito mais importantes do que sua origem é estar capacitado para delinear-las de modo a demonstrar a utilidade delas, mesmo num quadro de referência que poderá ser inteiramente diferente daquele que ajudou a engendrar-las” (GIDDENS, 2003 [1984], p. XXIV).

moriniano de contradição;¹¹ (c) a intervenção na realidade social concreta, em que as ideias se guiam por uma dimensão ético-política das formas de liberdade em sua relação necessária com a *legitimidade*.

(6) Num diagnóstico da produção acadêmica em torno de José Guilherme Merquior, podem ser identificadas, além de algumas fontes de sabor elogioso ou memorialístico, dissertações de mestrado (excetuadas aqui as que apenas se utilizam de sua contribuição de modo tangencial ou tão só como um de seus aportes teóricos).¹²

Wonsovicz (1989), no campo filosófico, empreende um dos primeiros esforços de estudar a obra de José Guilherme Merquior, quando toma por objetivo o conceito de modernidade, comparando-o ao do pedagogo brasileiro Paulo Freire (1921-1997).

Condé (1996) pesquisa, em *Ciência Política*, o tema Política e Cultura no pensamento de José Guilherme Merquior, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Jobim (2006), em sua dissertação de mestrado também em *Ciência Política*, além de expor as principais linhas de desenvolvimento do liberalismo (liberalismo clássico, neoliberalismo e social-liberalismo) e refletir a sua relação com o conservadorismo e o socialismo, investiga como essa constituição histórica se reflete no pensamento liberal de Merquior, de maneira a pensar a relação entre liberalismo, democracia e problemática social em sua visão política.

Fumaneri (2014 [2011]) busca esclarecer, em sua dissertação em Letras,¹³ o significado da categoria “mímese” para a obra crítica de Merquior, bem como extrair, da

¹¹ Para Morin (2007 [2004], p. 206), a dialógica é entendida da seguinte forma: “Unidade complexa entre duas lógicas, entidades ou instâncias complementares, concorrentes e antagônicas que se alimentam, completam, mas também se opõem e combatem. Distinguir da dialética hegeliana. Em Hegel, as contradições encontram solução, superam-se e suprimem-se numa unidade superior. Na dialógica, os antagonismos permanecem e formam entidades ou fenômenos complexos”. É igualmente fundamental, neste ponto, considerar seu empreendimento de redefinição de um paradigma: três elementos configuram justamente a abertura do conceito de paradigma, segundo a proposta de Edgar Morin; por esta, o paradigma “contém, para todo o discurso sob a sua influência, os conceitos fundamentais ou as categorias essenciais de inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas [...] entre os conceitos ou categorias”, motivo pelo qual exerce, uma vez que “orienta, governa, controla a organização dos raciocínios individuais e dos sistemas de ideias que lhes obedecem”, a tríplice função complementar (e não exclusiva em qualquer de seus elementos, portanto) de determinar (1) a inteligibilidade e dar sentido (*semântica*), (2) as operações lógicas centrais (*lógica*) e (3) a organização das ideias (*ideo-logia*) (MORIN, 2007 [2004], p. 209; 2011 [1991], p. 265).

¹² Além de dissertações, é possível citar um produto de doutorado em Relações Internacionais e Teoria Política (2002), pela Universidade de Westminster: o de Milton Tosto Jr., *The meaning of liberalism in Brazil* (2005), no qual explora as consequências da globalização em economias emergentes usando o Brasil como estudo de caso; seu autor traça o significado do liberalismo ao longo da história brasileira, explicando suas oscilações na história. Aí, Merquior figura em alguns trechos, sobretudo no quarto capítulo, intitulado “A new meaning of liberalism”.

¹³ A dissertação foi publicada em formato de livro eletrônico. Cf. Fumaneri (2014 [2011]).

sua “crítica da crítica”, sugestões teóricas para tratar a questão da dinâmica entre poesia e realidade nos estudos literários. Evidencia-se uma preocupação, portanto, sobretudo com a releitura da obra merquioriana *A astúcia da mímese: ensaios sobre lírica* (MERQUIOR, 1972a).¹⁴

Por fim, Alves (2012) procura examinar em seu mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada os estudos literários em meados da década de 1970, de que modo a produção do conhecimento sobre literatura e a produção do valor literário se deram nessas fontes, bem como indicar algumas transformações no campo literário naquele período; para isto se vale, ademais dos de outros críticos, do trabalho de Merquior (2012 [1975]) *Verso universo em Drummond*, sobre o funcionário público federal e poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade (1902-1987).

Tendo em vista, por conseguinte, que Merquior até o presente momento¹⁵ foi alvo apenas de alguns estudos dissertativos, e ainda assim nas áreas catalogadas — filosofia, ciência política e letras —, esta pesquisa de doutorado vem tratar-se do primeiro esforço de compreensão em conjunto de sua obra sob o viés sociológico, na procura de apresentá-la na complexidade de seus campos em relação interdisciplinar. Desta maneira, constatou-se uma lacuna acadêmica.

Cardano (2017, p. 50-51) distingue duas possíveis relevâncias¹⁶ a fim de que se justifique o empenho de uma pesquisa social.

De um lado, define a *relevância teórica*, a qual se referiria “à capacidade dos resultados, primeiro esperados, depois obtidos, de oferecer uma contribuição ao conhecimento dos fenômenos sociais”. Neste plano reside o alcance da legitimidade de um estudo por meio do que acrescenta de conhecimento ao *corpus* teórico consolidado pela “adição de nova documentação empírica, de novas dimensões analíticas, ou de materiais empíricos adquiridos com novos métodos de pesquisa ou lidos dentro de uma nova moldura teórica”. Trata-se de um procedimento a que se poderia chamar “heurísticas aditivas” (CARDANO, 2017, p. 50). Neste tópico, pois, mira-se a agregação de

¹⁴ O título deste livro é, confessadamente, inspirado na categoria hegeliana *astúcia da razão* [*List der Vernunft*]. Cf. Merquior (1972a, p. 9-10).

¹⁵ Sabe-se da existência de pelo menos uma dissertação e uma tese sobre Merquior atualmente em andamento: a advogada Sonia Maria Carvalho [Cinelli] enfatiza, a partir do enfoque em Estudos Literários, malgrado de modo não exaustivo, a crítica cultural e política elaborada por Merquior pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade (PPGLCC) do Departamento de Letras do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio, e o cientista político Kaio Felipe Mendes de Oliveira Santos destaca, sociologicamente, a crise da cultura moderna segundo o seu pensamento pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/Uerj).

¹⁶ Paugam (2015, p. 53) sugere as nomenclaturas mais coloquiais *demanda institucional* e *demanda social*.

conhecimento ao âmbito acadêmico das Ciências Sociais, mesmo que esta se dê, como toda produção científica, de modo transitório.

Conforme visto, a partir da análise da contribuição de Merquior para a sociologia — quando este perfaz a sua visão de mundo (*Weltanschauung*) em interlocução com autores, aqui destacados exclusivamente os mais recorrentes e nodais ao longo de sua produção —, os três eixos extraídos pela tese — o lastro social encontradiço na estética literária, o debate e a contraposição ao marxismo contemporâneo e às vertentes estruturalistas e pós-estruturalistas e a busca de conciliar liberdade econômica, cultural e política à dimensão ético-normativa da vida social — dão conta de justificar a pesquisa em torno de sua obra.

A outra relevância destacada por Cardano (2017, p. 51) é chamada *pragmática*. Trata-se de um tipo que “considera a utilidade do estudo para a sociedade”. É um plano, assim, intervencionista, referente à “capacidade da resposta que se espera que oriente a solução ou, também, apenas a mais eficaz representação de um problema social”. Aqui reside a importância pública da pesquisa social, a responsabilidade de seu empreendimento, se seu tema “retorna” ou não à sociedade, de sorte a sugerir soluções ou apontar caminhos.

Neste contexto, podem ser apresentadas três breves reflexões, antes de se apontar, em sinopse, o andamento de cada capítulo da tese, muito embora com as ponderações que uma introdução requer (pois caberiam inferências mais pormenorizadas nas conclusões): a primeira reflexão é estimulada pelo próprio Merquior e trata justamente de *apreender* na literatura não apenas entretenimento ou vocação moralizadora mas também a *agudização* de um problema central — a busca de uma *hermenêutica* do social na narrativa ou nos versos que analisa, operação esta flagrante de contextos histórico-sociais, no caso da cultura moderna, inseridos na arte como crítica social perceptível por trás do processo de criação.

Poder-se-ia lançar aqui então o questionamento: — Qual a função social da literatura? É oferecida uma arguta resposta:

Das três funções históricas da arte literária: edificação moral, divertimento, e problematização da vida, a literatura da era contemporânea — a literatura da civilização industrial — cultiva principalmente a última. A *hipertrofia da visão problematizadora* é, desde o romantismo, uma característica fundamental das letras; de tal modo as grandes obras literárias se foram concentrando nesse objetivo, nessa atitude crítica ante a existência, que a edificação e o divertimento se viram quase excluídos da literatura de alta qualidade. De

Goethe¹⁷ para cá, os textos predominantemente destinados a ideias morais e estabelecidas, ou a distrair o espírito, situam-se à margem dos valores literários; ou então se confundem, pura e simplesmente, com a subliteratura. No entanto, autores tão importantes quanto Virgílio¹⁸ e Dante,¹⁹ Gil Vicente²⁰ e Calderón²¹ criaram obras máximas dentro de direções fortemente edificantes; Boccaccio²² e Ariosto²³ fizeram literatura de alto nível sem outra pretensão que o entretenimento; e da obra de Homero²⁴ — ao mesmo tempo “romance de aventuras” e suma dos mitos que encerravam a educação helênica — pode-se dizer que está regida por uma fusão perfeita do divertir e do edificar.

Mas o que tornava praticável esse embutimento da distração na edificação? Na resposta a essa pergunta se encontra justamente a explicação da hegemonia da função problematizadora na literatura da sociedade moderna. É que o mundo de Homero possuía *valores estáveis*. Por isso, o próprio divertimento era capaz de atuar como veículo de formação ética. Em substância, o teatro medieval operou a partir de uma base cultural análoga. As sociedades tradicionais conheciam, naturalmente, muitas crises ideológicas e sérios conflitos sociais — mas preservaram, de um ou de outro modo, através das classes e das gerações, uma coesão espiritual que a nossa civilização não mais (ou ainda não?) experimenta, *porque não mais oferece a seus filhos uma orientação global da existência unicamente aceita e partilhada*. Não havendo valores estáveis, a literatura, no seu papel de interpretação da vida por meio da palavra, passou a procurá-los: daí ter ela assumido uma visão problematizadora. Para nós, nomes como Goethe ou Hölderlin,²⁵ Dostoiévski,²⁶ Kafka²⁷ ou Fernando Pessoa²⁸ representam, antes de mais nada, grandiosas tentativas de discutir o sentido da existência; por causa disso é que eles se inscrevem no centro vivo da tradição moderna (MERQUIOR, 2014a [1977], p. 247-248).

A administração da arte, logo, não consegue mais, na modernidade, dar conta de apenas apontar uma plataforma de valores comuns que correspondam a uma tradição e a uma harmonia no circuito de coesão em sociedade, uma vez que o cenário que se apresenta é o da fragmentação da existência; tampouco simplesmente distrair leitores em seus ócios ou nos raros momentos de descanso, porém, de modo ético e comprometido com o mundo, pode-se empenhar para enxergar, na criação de seus prosadores e poetas, muito mais do que ficção, devaneio e sublimação, e sim uma atitude de aprofundamento crítico diante da realidade, com sua multiplicidade de problemas estruturais.

¹⁷ Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), escritor, estadista e naturalista alemão. Sobre o autor, cf. Merquior (1983b, p. 3-10).

¹⁸ Públio Virgílio Maro ou Marão (70- 19 a.C.): poeta romano clássico.

¹⁹ Conforme Auerbach lembrado por Merquior (1969, p. 107). Dante Alighieri (1265-1321): escritor, poeta e político florentino.

²⁰ Poeta considerado também o primeiro grande dramaturgo português, nasceu em c.1465 e faleceu em c. 1536.

²¹ Pedro Calderón de la Barca (1600-1681): dramaturgo e poeta espanhol.

²² Giovanni Boccaccio (1313-1375): poeta e crítico literário italiano.

²³ Ludovico Ariosto (1474- 1533), poeta italiano.

²⁴ Homero foi um poeta épico da Grécia Antiga, nascido na Jônia e que viveu a partir do século 8 a.C.

²⁵ Poeta lírico e romancista alemão, nascido em 1770 e falecido em 1843.

²⁶ Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski (1821-1881): escritor, filósofo e jornalista russo.

²⁷ Franz Kafka (1883-1924), escritor checo.

²⁸ Poeta, filósofo, dramaturgo, ensaísta, tradutor, publicitário, astrólogo, inventor, empresário, correspondente comercial, crítico literário e comentarista político português, nascido em 1888 e falecido em 1935.

A segunda reflexão — a respeito do debate com o marxismo contemporâneo e as vertentes (pós-)estruturalistas — importa pelo extremismo, para Merquior, de ambas as propostas: o materialismo, além de considerar a cultura mero epifenômeno, não interpretara corretamente o curso da história no momento em que se propunha a predizer o futuro da humanidade como alcance de superação, num salvacionismo que evita a escatologia e conquista o soteriológico, das desigualdades sociais entre os seres humanos, pois os sentimentos de otimismo ou pessimismo nada vinham em auxílio com o fim de concorrer para a transformação da sociedade em uma realização mais justa, democrática e igualitária. O esforço comum, da ciência ou dos homens ordinários, é o reconhecimento de que a história é composta pela “indeterminabilidade essencial da própria existência humana, a sua forma sempre inacabada, a sua infinita suscetibilidade de enriquecer-se” (MERQUIOR, 1969, p. 142). Por seu turno, os estruturalismos, em geral, ofereceriam, sem uma base cultural, tão somente, enquanto ferramenta explicativa, ao estudo ou à vivência, um descolamento da estrutura social que rege toda e qualquer realidade humana para a fria formalidade dos signos; daí a recorrente crítica merquioriana ao formalismo da crítica literária, estética e social empreendida por alguns pensadores filiados à corrente estruturalista, pelo menos durante os anos 1960 e 1970.

A última reflexão — a que busca conciliar liberdade econômica, cultural e política à dimensão ético-normativa da vida social — defende algumas premissas: a livre iniciativa sem a “estadofobia” (sentido gramsciano²⁹), uma vez que, segundo Merquior, seria “possível defender o estado sem querer fazer dele uma solução infalível, e menos ainda uma panaceia, a Solução universal”, ou esquematizar de modo simplista as alternativas pelo apontamento de que o estado ou é “o bem ou o mal” (1983a, p. 122-123); a defesa dos valores múltiplos de uma sociedade cada vez mais acentuadamente plural em seus significados culturais, em seus processos de reconhecimento e no igualitarismo das oportunidades; uma norma (sem se fechar no seu sentido jurídico) eficiente e impessoal, que prepondere sobre caprichos ou personalismos, “jeitinhos” e privilégios (como no caso do Brasil); a negação de quaisquer formas de manifestação de autoritarismo (nas suas faces despóticas); e, finalmente, “o direito de participação democrática no exercício da soberania e o livre gozo de uma esfera de atuação individual” (1981c, p. 214-215, 230, 258-260).

²⁹ Referência qualificativa ao filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

Além dessa introdução e da conclusão, a tese divide-se em cinco capítulos, intitulados, respectivamente, “Itinerário de um intelectual”, “Literatura e sociedade: a base social da estética”, “De Praga a Paris: marxismos e estruturalismos”, “Uma teoria da legitimidade: do contrato social ao tipo ideal” e “O argumento social-liberal”.

O capítulo 1 procura situar José Guilherme Merquior dentro de sua trajetória de vida pessoal, pública e intelectual, ou seja, objetiva apresentar sua biografia (embora não *stricto sensu*) e seus itinerários de formação, suas influências e produção bibliográfica. Além disso, dois aprofundamentos se realizam de modo contextualizado: a conceituação das categorias “intelectual” (em que se inclui a “diplomacia”) e “ensaísmo”.

O capítulo 2 manipula os temas da estética e, dentro desta, o da crítica literária, menos por seu conteúdo artístico propriamente que por seus componentes do senso de concreção e elucidação empírica da atividade criativa. Daí a necessidade de uma primeira tentativa de mapeamento da convergência heurística com dois autores que influíram de modo notório na obra de Merquior: Erich Auerbach (1892-1957), filólogo alemão, e Antonio Candido (1918-2017), crítico literário e sociólogo brasileiro. Os respectivos conceitos auerbachianos “mescla de estilos” ou “mistura de estilos” (*Stilmischung*) e a categoria “mimesis” também auerbachiana, bem como a crítica sociologicamente orientada candidiana, que intenta combinar os aspectos aparentemente paradoxais de análise estética e cultural do mundo moderno (noutras palavras, a valorização de ambos os aspectos, na tentativa de superar a falsa dicotomia entre a análise formal e a análise fatorial), são fundamentais para essa compreensão.

O capítulo 3 mapeia a densidade, bem como a complexidade, do debate crítico entre a proposta de Merquior e as correntes de pensamento na época em alta, tais como as variantes marxistas, estruturalistas e pós-estruturalistas, no fito de surpreender as principais discussões presentes na obra merquioriana. Evidenciam-se, de modo particular, as influências permanentes, no lado do marxismo, do ensaísta, tradutor e crítico judeu alemão Walter Benjamin (1892-1940) e, no da antropologia cultural estruturalista, do etnólogo e filósofo franco-belga Claude Lévi-Strauss (1908-2009). Ver-se-á que Merquior sempre nutriria grande respeito e admiração pela obra benjaminiana (ao lado da obra de Antonio Gramsci [1891-1937]), exceto por parte de seu posicionamento ideológico, ainda que este se configurasse heterodoxo; a riqueza de sua produção inacabada e a maneira menos pessimista (*Kulturpessimismus*) do que a de seus colegas frankfurtianos, os quais conceberam o mundo nihilistamente, deixariam viva impressão no autor brasileiro, notadamente por suas noções de *alegoria* e *queda/perda da aura*. As

ideias lévi-straussianas, das quais seria adepto mesmo antes de se tornar discente do Collège de France a partir da segunda metade dos anos 1960, impactaram Merquior menos pelo método estruturalista em si que pelo conteúdo de certas ideias estéticas e culturais presentes latentemente na obra, sobretudo pelo conceito desafiador de *significante flutuante*, quiçá a porção mais árida e desafiadora a quem se dispuser ao manejo analítico da bibliografia merquioriana.

Os capítulos 4 e 5 são os mais interligados em suas temáticas alusivas à perspectiva normativa, ética e política merquioriana. O primeiro deles possui um cerne: a categoria da *legitimidade*, estudada a partir da filosofia política de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e da sociologia compreensiva de Max Weber (1864-1920), é defendida como um conceito sociológico que revela menos ruptura do que transição na obra de Merquior, tendo em vista a sua preocupação, desde sempre, em melhor entender a dicotomia autodeterminação cotidiana e estrutura de poder legitimado. Para tal, empreende uma exegese da noção de “liberdade” em suas variações, valendo-se, para seu trabalho, da ferramenta heurística central na metodologia weberiana, o tipo ideal (*Idealtypus*).

O último capítulo apresenta a perspectiva política merquioriana. Desde *circa* 1980 Merquior resolvera aderir firmemente ao social-liberalismo. Nesta parte derradeira, estudam-se o seu combate aos (neo)liberalismos (sem contudo deixar de ligar importância à dimensão econômica na vida dos seres humanos), o seu princípio democrático, íntimo do liberalismo social, a sua crítica aos socialismos e à univocidade da história e às formas de progresso, assim como a sua ponderação atinente à social-democracia, as principais relações da sociologia com o liberalismo (através da leitura de Émile Durkheim e do mesmo Weber) e, por derradeiro, o trio dos intelectuais que mais influíram para a conformação de seu pensamento sociopolítico: o sociólogo, filósofo e politicólogo francês Raymond Aron (1905-1983), o sociólogo e político alemão Sir Ralf Dahrendorf (1929-2009) e o jurista, filósofo e político italiano Norberto Bobbio (1909-2004).³⁰

³⁰ O fato de a tese ter-se detido em alguns dos principais interlocutores presentes na obra de Merquior não impede, absolutamente, que outros autores e temários mereçam, de igual sorte, conquanto não cheguem a constituir nomes centrais ao longo de sua obra, se juntar à análise de um modo mais aprofundado. Pelo menos três caminhos seriam possíveis ainda de se somarem à abordagem de uma maneira menos tangencial como a apresentada por esse trabalho acadêmico: (1) a importância, no começo da produção intelectual merquioriana, de pensadores como o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) e o filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) no debate da estética sob olhar sociocultural (capítulos 2 e 3); (2) a crítica à psicanálise (embora fruto de polêmicas circunstanciais na imprensa e algo sob o tom iracundo, mesmo sem dar vazão à turbidez do argumento; ademais de não deixar de reconhecer o valor — ao menos literário — de Freud [1856-1939]), de maneira a lançar-se na reflexão dos seus fundamentos (capítulo 3); e (3) a relevância

da obra jusfilosófica do brasileiro Miguel Reale (1910-2006) (apesar de eventual) para a definição plural, em Merquior, do conceito *legitimidade* (capítulo 4).

1. ITINERÁRIO DE UM INTELLECTUAL

Não renunciar, entre possíveis,
 Feitos de cimento do impossível,
 E ao sol-menino opor a antiga busca,
 E de tal modo revolver a morte
 Que ela caia em fragmentos, devolvendo
 Seus intactos refêns — e aquele volte
 (ANDRADE, Carlos Drummond de, 1963, p. 456).

José Guilherme Alves Merquior nasceu no Rio de Janeiro, numa terça-feira, dia 22 de abril de 1941 e faleceu aos 49 anos em Nova Iorque, a 8 de janeiro de 1991. Primeiro filho de quatro irmãos (Carlos Augusto, Marco Aurélio e Maria Cristina), seus pais, oriundos de classe média, se chamaram Maria Alves Merquior (conhecida simplesmente por “Belinha”), dona de casa, e Danilo³¹ Merquior, advogado e funcionário ligado à área dos Transportes, pois seria, nos anos 1950 e 1960, presidente dos Sindicatos das Empresas de Garagens e dos Postos de Serviços do Rio de Janeiro, representante da Federação dos Transportes do então Distrito Federal, vice-presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas (IAPETC), dentre outras atividades profissionais. Além disso, Danilo Merquior transitou algumas vezes entre os políticos da época, inclusive sendo recebido por presidentes da República, a exemplo de Juscelino Kubitschek (1902-1976), Jânio Quadros (1917-1992) e João Goulart (1918-1976).³² O pai de Merquior era, portanto, integrante de sindicatos patronais ou, em termos jurídico-trabalhistas, da “categoria econômica”³³ carioca.

O bairro onde cresce José Guilherme Merquior, a Tijuca, guarda em si um imaginário de ambivalências: paisagem marcada pelo histórico nascedouro colonial com governantes, jesuítas e as primeiras plantações de cana-de-açúcar, no século XVI, até a

³¹ Também encontram-se, nos jornais de época, as grafias “Danylo” ou — consoante informe de seu segundo filho, Carlos Augusto, pela rede social Facebook, no dia 8 de fevereiro de 2016 — “Danyllo”.

³² **ÚLTIMA hora**, Rio de Janeiro, ano V, n. 1.245, quarta-feira, 13 jul. 1955, p. 9; ano VIII, n. 2.259, quarta-feira, 9 jul. 1958, p. 5; n. 2.554, quarta-feira, 29 out. 1958, p. 12; n. 2.558, segunda-feira, 3 nov. 1958, p. 13; n. 2.567, quinta-feira, 13 nov. 1958, p. 12; ano X, n. 3.206, segunda-feira, 5 dez. 1960, p. 10; n. 3.209, quinta-feira, 8 dez. 1960, 2º caderno, p. 4; n. 3.279, quinta-feira, 2 mar. 1961, p. 2; n. 3.292, sexta-feira, 17 mar. 1961, p. 9; n. 3.300, segunda-feira, 27 mar. 1961, 2º caderno, p. 5, 11; **CORREIO da manhã**, Rio de Janeiro, ano LX, n. 20.769, quinta-feira, 8 dez. 1960, p. 2; n. 20.863, quinta-feira, 30 mar. 1961, p. 2; **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano LXXXII, n. 26.299, quinta-feira, 19 jan. 1961, p. 12; n. 26.485, sábado, 26 ago. 1961, p. 10.

³³ **ÚLTIMA hora**, Rio de Janeiro, ano VIII, ano 2.514, sexta-feira, 12 set. 1958, p. 5. “Simetricamente à noção de categoria profissional temos a noção de categoria econômica. Com efeito, o direito coletivo pressupõe a equivalência entre os seres coletivos, e para tal deve haver também certa correspondência entre a agregação dos trabalhadores e a reunião dos empregadores, o que Vólia Bomfim Cassar denomina ‘paralelismo sindical’. Assim, categoria econômica nada mais é que a reunião de empregadores que exercem atividades idênticas, similares ou conexas, que formará um sindicato patronal” (RESENDE, 2014, p. 641-642).

modernidade, que se inicia no século XIX, com as florestas enriquecidas pelas espécies de vegetação transplantadas, os delicados cortes dos regatos, as primeiras estradas junto às encostas, o plantio de café nas fazendas, os imigrantes europeus, as chácaras, os primeiros bondes da América do Sul aí instalados experimentalmente, o sentimento solene de bairrismo dos habitantes por suas instituições e logradouros, as manifestações de cultura boêmia e festiva na música popular e nos dias carnavalescos, os índices de violência, as malhas rodoviárias e ferroviárias — fatores estes que obrigaram ao rompimento com o *glamour* e o cenário bucólico numa linha geográfica indecisa entre o subúrbio e a Zona Sul. Comparado aos bairros nobres da cidade do Rio de Janeiro, o local está abaixo, no quadro de valorização imobiliária, de todas as áreas da Zona Norte, o que provoca os brios de aristocratismos dos “tijuicanos” orgulhosos de seu gentílico e resistentes à fragmentação pelo cosmopolitismo e pelo agitado horizonte praiano que se configura obrigatoriamente no entorno da Baía de Guanabara.³⁴

Simbolicamente, a decadência do bairro da Tijuca, numa imagem benjaminiana, traduz uma fase “pós-aurática” de seu passado; o fato poderia ser justificado, dentre outros motivos, pela recente mudança, no primeiro semestre de 1960, da sede do Governo Federal para Brasília, o que provocou, por exemplo, a diminuição de aluguéis e vendas de casas e apartamentos, no setor de imóveis, bem como de automóveis; a transferência de famílias, autarquias e empresas; a redução de oportunidades, dentre outros profissionais, para jornalistas, domésticas, choferes, secretárias, categorias estas que amparavam a classe política. Numa metáfora, a política deu origem ao prosaico pela ascensão da técnica através de uma figura: a da “imigração”; ou seja, com a instalação do novo centro do poder, o bairro, bem como a cidade (antiga Corte do Império e Capital Federal da República por mais de 150 anos), perdeu a “seiva” que a nutria, fazendo o espaço ingressar num processo de empobrecimento financeiro e cultural e perder capital político (FRANCO, 2015, p. 94; O GLOBO, 2017; WITTE, 2017 [1985], p. 107-122).³⁵

Em 1958, a contar dezessete anos, o adolescente José Guilherme conclui o curso secundário (clássico)³⁶ próximo à sua casa na Tijuca, no Instituto La-fayette, um estabelecimento leigo e conservador, com assistência a um público notoriamente de classe

³⁴ Construção a partir da visita a alguns sítios (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2017; HISTÓRIA, 2017; MENEZES, 2005; O PASSEADOR, 2017; TIJUCA, 2017a; 2017b).

³⁵ Merquior (1969, p. 90) escreverá a partir de Benjamin: “O enfraquecimento dos velhos tipos de vivência é encarnado como um processo cheio de riscos [...]; a rarefação do sentimento da aura parece confundir-se com a redução da autenticidade da experiência”.

³⁶ Cf. Penna (2001, p. 239).

média e localizado à Rua Haddock Lobo.³⁷ Fundado pelo professor Lafayette Teixeira Cortês, a instituição de ensino dividiu espaço, durante décadas, com outros colégios tradicionais cariocas, dentre estes o Pedro II, o Militar e o Maria Raythe.³⁸

Penna³⁹ (2001, p. 239) testemunha:

Meu primeiro contato com Merquior, efetivamente, ocorreu quando ele passou do primeiro para o segundo ano do Curso Clássico do Instituto La-Fayette. Eu era a essa altura professor de Filosofia e de Psicologia desse Colégio, onde, inclusive, fui por muitos anos também aluno e companheiro de Danilo e de Osvaldo, respectivamente pai e tio de José Guilherme. Osvaldo, que se tornou professor da Faculdade de Odontologia da antiga Universidade do Brasil, era um apaixonado pela música erudita e dispunha de belíssima coleção de discos. José Guilherme tomou-se também de paixão pela música clássica e efetivamente passou a frequentar, com extraordinária assiduidade, a casa do tio, por quem tinha imenso afeto. Quanto a Danilo, sua grande contribuição expressou-se pela aquisição dos livros que progressivamente enriqueciam a biblioteca de José Guilherme. Vale o registro de que muitos desses livros foram por mim indicados ao longo dos dois anos que lhe permitiram a conclusão do curso secundário (PENNA, 2001, p. 239).

Por esse mesmo período, o pai de Merquior abre uma conta em nome do filho sem limites de crédito na Livraria Leonardo Da Vinci (fundada em 1952), casa esta localizada no Centro do Rio de Janeiro e que receberia, inclusive, homenagens em poemas como o de autoria de Carlos Drummond de Andrade. No local, Merquior passa a conviver com muitos intelectuais e adquire livros em língua estrangeira, pois nos primeiros anos o estabelecimento vende apenas títulos em francês, depois em outros idiomas e só mais tarde em português.⁴⁰

No início de março de 1959, Merquior é aprovado em décima colocação no vestibular para a Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e começa a cursar também a licenciatura em Filosofia.⁴¹ Ainda nesse ano, no

³⁷ Havia também um departamento feminino do La-fayette à rua contígua, Conde de Bonfim.

³⁸ “O professor Lafayette Cortês era natural do Estado de Minas Gerais (1888). Passando a residir na cidade do Rio de Janeiro, fundou, no ano de 1916, o Instituto Lafayette, um estabelecimento de ensino que logo se tornou um dos mais importantes e conceituados do então Distrito Federal, com seus departamentos localizados no bairro da Tijuca. Com o desenvolvimento do ensino superior, a partir de 1935, instituiu uma Faculdade de Filosofia, mais tarde integrada à Universidade do Distrito Federal (hoje UERJ)” (NISKIER, 2011, p. 492-493). O Instituto Lafayette, La Fayette ou La-Fayette funcionou até o início da década de 1980 e presentemente é ocupado pela Fundação Bradesco.

³⁹ Antonio Gomes Penna (1917-2010), livre-docente de Psicologia e de Psicologia Educacional da URFJ, autor de diversos livros e militante da classe profissional de sua formação de quem Merquior se tornaria grande amigo.

⁴⁰ LIVRARIA LEONARDO DA VINCI. **Quem somos**. Disponível em: <http://leonardodavinci.com.br/>. Acesso em: 27 jul. 2017.

⁴¹ **CORREIO da manhã**, Rio de Janeiro, ano LVIII, n. 20.227, sexta-feira, 6 mar. 1959, p. 9. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi fundada em 1935 sob a denominação de Universidade do Distrito Federal (UDF), mas já em 1939 estava extinta. Em 1950, a nomenclatura foi retomada. A partir de 1958, contudo, passa a chamar-se Universidade do Rio de Janeiro (URJ) e, com a criação do Estado da Guanabara, é designada Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Desde 1975 possui o nome atual.

segundo semestre, inicia sua colaboração no suplemento dominical do *Jornal do Brasil*, a qual se estenderia por menos de três anos. As abordagens, num total de mais de cinquenta textos, vão das artes plásticas à poesia concreta, da ficção às ciências sociais. Em suas páginas, no final de abril de 1960, Merquior passa a assinar uma coluna chamada “Poesia para amanhã”.⁴²

O estilo e o desconhecimento de seu nome são bastante comentados à época e chegam a gerar desconfiança nos meios literários quanto à existência de fato do autor. Tanto assim que o editor e fundador do suplemento, Reynaldo Jardim⁴³, não demorou a explicar-se ao público:

O crítico que hoje apresentamos (página 7) aos leitores do sdjb [Suplemento Dominical do Jornal do Brasil] é mais uma prova de nossa permanente disposição em manter as portas abertas de ingresso aos valores realmente competentes que, por um motivo ou outro, ainda não tenham sido revelados ao público.

A primeira colaboração de José Guilherme Merquior nos chegou como centenas de outras através de nossa seção *correspondência*. Bastou ler o primeiro artigo para constatar que estávamos frente a um legítimo escritor amplamente capacitado a colaborar conosco. Publicamos o artigo e tempos depois chegou outro comprovando a categoria intelectual de seu autor. Mais ou menos dois artigos de JGM vieram às nossas mãos sem que o conhecêssemos pessoalmente.

Como depois que paramos de fazer crítica regular de poesia houve uma enxurrada de livros no mercado, sentimos a necessidade de escolher nos quadros (ou fora dos quadros) dos intelectuais brasileiros alguém capaz de exercer a função de crítico de poesia nas páginas do sdjb. Só aí nos lembramos de entrar em contato pessoal com JGM, que aceitou a difícil tarefa que lhe era proposta. Aqui estará ele, sem o compromisso do aparecimento semanal, mas mantendo um certo ritmo em sua colaboração que pretendemos venha contribuir para a melhoria do nível da produção poética em nosso meio. RJ.⁴⁴

Neste período, Merquior passa também a colaborar para a revista mensal *Senhor*, fundada há pouco, em 1958, por Nahum Sirotsky⁴⁵ e logo mais dirigida pelo mesmo

Durante o curso de Filosofia, Merquior também acompanhará por três anos o curso de Psicologia promovido na mesma faculdade de Filosofia pelo professor Antonio Gomes Penna (PENNA, 2001, p. 240, 243).

⁴² Algumas amostras de artigos dessa época: MERQUIOR, José Guilherme. Neoalokoon ou da espaciotemporalidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 243, sábado [sic], 17 out. 1959, Suplemento dominical, p. 4-5; Concretismo e verbalismo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 272, sábado, 21 nov. 1959, Suplemento dominical, p. 1; Introdução a um pintor moderno: Degas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 19, sábado, 23 jan. 1960, Suplemento dominical, p. 8.

⁴³ Reynaldo Jardim (1926-2011), poeta, memorialista e jornalista nascido em São Paulo, dirigiria também a revista *Senhor*, na qual Merquior colaboraria com alguns ensaios a partir de 1962.

⁴⁴ RJ [REYNALDO JARDIM]. Bilhete do editor: José Guilherme Merquior. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 100, sábado, 30 abr. 1960, Suplemento dominical, p. 2. Originalmente, esta passagem se acha em itálico.

⁴⁵ Nahum Benhamin Sirotsky (1925-2015), jornalista, correspondente e empresário paulista, era então diretor da revista *Manchete* quando em 1958 funda a revista *Senhor*, cujo primeiro número aparece no ano seguinte e é por ele dirigida até 1962, quando a assume Reynaldo Jardim (vide nota 44). O periódico *Senhor* reuniria autores como Clarice Lispector (1920-1977), João Guimarães Rosa (1908-1967), Paulo Francis

Reynaldo Jardim; inclusive, alguns de seus artigos de crítica literária são reunidos em seu primeiro livro, *Razão do poema* (1965).

A publicação de artigos no *Jornal do Brasil*, na revista *Senhor*, bem como em outros periódicos a exemplo de *Práxis*⁴⁶ e *Arquitetura*,⁴⁷ leva o poeta pernambucano Manuel Bandeira (1886-1968) a escrever a Merquior em janeiro de 1962 uma carta na qual o convidava para ajudá-lo no preparo da segunda edição da antologia *Poesia do Brasil* (1963), que é lançada em novembro do ano seguinte.⁴⁸

O jovem Merquior se encarregaria de selecionar versos que compreendiam a fase moderna, com poemas de Mário de Andrade,⁴⁹ Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima,⁵⁰ João Cabral de Melo Neto,⁵¹ para citação de apenas estes. Logo à introdução, intitulada curiosamente “Nota antipática”, Merquior escreve: “[Os poemas] estão filtrados pelo gosto concreto de uma época”.⁵²

Em meio a toda essa intensidade intelectual, José Guilherme Merquior se casa, no dia 11 de outubro de 1963, com Hilda Vieira de Castro, companheira desde os tempos do Colégio La-Fayette,⁵³ deixando o apartamento onde residia com os pais e os irmãos mais moços, localizado à rua Dr. Satamini, 94/402, paralela à Haddock Lobo, na Tijuca. Muda-

(1930-1997), Rubem Braga (1913-1990), Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos (1922-1991), Millôr Fernandes (1923-2012), Jorge Amado (1912-2001), Ziraldo (1932-), Carlos Heitor Cony (1926-2018), Vinicius de Moraes (1913-1980), Fernando Sabino (1923-2004) e Josué de Castro (1908-1973). Sobre o tema, cf. Castro e Mello (2012).

⁴⁶ Revista fundada em 1962 pelo jornalista, crítico literário, advogado e poeta paulista, descendente de árabes, Mário Chamie (1933-2011), em suas páginas escreveram, por exemplo, o poeta Cassiano Ricardo (1894-1974) e o cineasta Cacá Diégues (1940-). Chamie fundaria o movimento praxista como dissidência do concretismo. Sua proposta era marcada pela liberdade total da forma e do conteúdo, com neologismos e termos estrangeiros, eliminação do verso, aproveitamento do espaço em branco da página para a disposição das palavras, exploração de aspectos sonoros, visuais e semânticos dos vocábulos e possibilidades de múltiplas leituras (CITELLI, 2013; POESIA-PRÁXIS, 2017). Amostras de artigos: Merquior (1962; 1963).

⁴⁷ Revista fundada em junho de 1962, chamou-se até dezembro daquele ano *Guanabara* e não possuiu publicação regular.

⁴⁸ [BANDEIRA, Manuel]. **Carta a José Guilherme Merquior**. [Nova] Friburgo, 27 jan. 1962. Arquivo É Realizações Editora, São Paulo; **CORREIO da manhã**, Rio de Janeiro, ano LXIII, n. 21.661, quinta-feira, 14 nov. 1963, 2º caderno, p. 2; n. 21.663, sábado, 16 nov. 1963, 2º caderno, p. 3; FARIA, Octavio de. “Poesia do Brasil”. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, ano LXIII, n. 21.676, domingo, 1 dez. 1963, 2º caderno, Testemunhos, p. 1. O título da primeira aparição do volume *Poesia do Brasil* havia sido *Apresentação da poesia brasileira*, editada em 1954.

⁴⁹ Poeta modernista, escritor, crítico literário, musicólogo, folclorista, ensaísta nascido (1883) e falecido em São Paulo (1945).

⁵⁰ Poeta, escritor, artista plástico, médico, político e tradutor, nascido em Alagoas, em 1893, e falecido em 1953, no Rio de Janeiro.

⁵¹ Poeta, prosador e embaixador pernambucano (1920-1999).

⁵² **ÚLTIMA hora**, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 4.176, sábado, 12 out. 1963, p. 10; “POESIA do Brasil”. **Correio da manhã**, Rio de Janeiro, ano LXIII, n. 21.663, sábado, 16 nov. 1963, 2º caderno, seção Livros da Semana, p. 3. Cf. Bandeira e Merquior (1963, p. 7-8).

⁵³ Penna (2001, p. 239-240).

se então com a esposa para o bairro de Santa Teresa, e pouco depois anuncia em jornal a disponibilidade de lecionar aulas de estética, a serem conduzidas em seu novo lar.⁵⁴

Merquior havia ingressado, ainda ao tempo de acadêmico dos cursos de Filosofia (no qual se graduaria em 1962) e Direito (no qual se graduaria em 1963), no Instituto Rio Branco, onde obtivera o primeiro lugar no concurso diplomático.⁵⁵ Dois anos depois, a solenidade de formatura contaria como anfitrião o então presidente João Goulart (Jango), na noite de 10 de dezembro de 1963.⁵⁶

Sendo escolhido orador de sua turma no Itamaraty, Merquior, que nutria grande admiração pelo até há pouco⁵⁷ Ministro das Relações Exteriores do governo Jango, San Tiago Dantas,⁵⁸ e com quem estreita amizade,⁵⁹ convida-o, com empenho e o assentimento dos colegas, para paraninfo dos novos 41 diplomatas da última turma diplomada antes da tomada civil-militar do poder em 1964.⁶⁰

⁵⁴ MERQUIOR, José Guilherme. Poesia para amanhã. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 100, sábado, 30 abr. 1960, Suplemento dominical, p. 7.

⁵⁵ **ÚLTIMA hora**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 3.461, quinta-feira, 5 out. 1961, p. 12.

⁵⁶ **CORREIO da manhã**, Rio de Janeiro, ano LXIII, n. 21.684, quarta-feira, 11 dez. 1963, p. 1.

⁵⁷ Até 12 de julho de 1962.

⁵⁸ Jornalista, político, professor universitário e advogado carioca, nascido em 1911 e falecido em 1964.

⁵⁹ Merquior costumou visitar San Tiago Dantas em sua casa, à Rua Dona Mariana, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, onde conversavam principalmente sobre filosofia alemã e literatura francesa, com destaque para o romancista Marcel Proust (1871-1922). Em outra oportunidade, Merquior esteve com San Tiago Dantas, junto de sua esposa Hilda Merquior e mais dois amigos e colegas diplomatas (Marcílio Marques Moreira e José Jerônimo Moscardo de Sousa) em Petrópolis, ocasião em que Dantas lhe serviu um de seus pratos prediletos: canjica com coco. Quando do falecimento de San Tiago Dantas, em 6 de setembro de 1964, Merquior escreve um artigo em sua memória com o fim de publicá-lo no *Jornal do Brasil*. Antes, porém, solicita autorização para remetê-lo ao chefe do Departamento Consular e de Imigração do Itamaraty. A crônica é rejeitada, segundo o parecer final assinado por cinco censores (entre os quais o único nome inteligível é o de um consanguíneo do então presidente da República marechal Humberto de Alencar Castello Branco [1897-1967]: o diplomata Antonio Borges Leal Castello Branco Neto, apelidado *Castelito* [1916-2006], o qual se assinou “A.B.L. Castelo Branco” no documento). O argumento: “Só poderá ser autorizada a publicação se o funcionário escoimar do artigo toda opinião política, na forma dos regulamentos em vigor. Nada há a opor aos merecidos elogios pessoais”. O material seria encontrado pelo editor e jornalista José Mario Pereira entre os documentos de Merquior após a sua morte e finalmente publicado no mesmo periódico do desejo inicial. Por outro lado, Merquior dedicaria a San Tiago Dantas seu segundo livro, *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin* (o primeiro estudo brasileiro de conjunto sobre os principais pensadores da Escola de Frankfurt). Cf. MERQUIOR, José Guilherme. O elogio do pensador ao humanista. **Jornal de Brasil**. Rio de Janeiro, ano CI, n. 209, domingo, 3 nov. 1991d, *Idéias* [sic]: ensaios, n. 122, p. 6-8. A respeito dos Castello Branco, v. *A mística* (2017). Para as ideias de San Tiago Dantas, q.v. o primeiro dos volumes publicados de sua biografia por Dutra (2014).

⁶⁰ **CORREIO da manhã**, Rio de Janeiro, ano LXIII, n. 21.684, quarta-feira, 11 dez. 1963, p. 1. Na carreira diplomática, o admitido se inicia na função de carreira como Terceiro-Secretário, o primeiro *status* na hierárquica (seguem-se-lhe: Segundo-Secretário, Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro de Segunda Classe e Ministro de Primeira Classe ou Embaixador, sem menção às categorias de embaixadores extraordinários e plenipotenciários, como Ministro-Conselheiro, Secretário e Adido). Merquior conclui seu curso diplomático preparatório a partir de 7 de novembro de 1963 na Divisão de Cooperação Intelectual do Departamento Cultural e de Informações do Ministério de Relações Exteriores, sendo ainda oficial de Gabinete do Ministro de Estado João Augusto de Araújo Castro (1919-1975). A contar de janeiro de 1964, Merquior passa a assessor da delegação brasileira no Seminário de Peritos Governamentais em Política Comercial, promovido pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) em Brasília, sendo ainda membro da delegação brasileira na V Sessão do Comitê Consultivo Intergovernamental do Projeto Maior

Uma testemunha da época narra que quando ocorreu a deposição de Jango, na passagem de março para abril de 1964, Merquior quase embarcou rumo ao exílio no avião que levaria, entre outros líderes, Darcy Ribeiro,⁶¹ chefe do Gabinete Civil do governo deposto. Seria demovido pela esposa Hilda. O fato, porém, não o impede de um processo disciplinar interno por suposta vinculação com os destituídos do poder, sendo, contudo, absolvido antes de sua lotação em Paris, seu primeiro posto diplomático no exterior, a contar de 1966 (SINGER, 2001, p. 4).⁶²

Além das funções inerentes ao cargo de diplomata, os primeiros anos da carreira de Merquior no Itamaraty dividem espaço com cursos de estética por ele promovidos em sua residência e palestras, como a que proferiria, em formato de módulo semestral, no Instituto de Belas Artes do Rio de Janeiro. Entre 1963 e 1974, pois, malgrado de forma intermitente, realiza conferências sobre arte, literatura, filosofia, sociologia, semiologia, psicologia e história da civilização em diversas instituições acadêmicas.⁶³

Em 1965, Merquior reúne alguns de seus artigos publicados em jornais e revistas nos anos anteriores e edita o seu primeiro livro, *Razão do poema: ensaios de crítica e de estética*, volume que contém uma orelha assinada por Leandro Konder⁶⁴, importante interlocutor pessoal. Ambos, aliás, haviam se conhecido de maneira curiosa, conforme depoimento do próprio Konder:

Vou começar por contar como eu o conheci. Foi num festival de cinema russo e soviético. Eu estava sentado aguardando o início de um filme — o festival para variar estava mal organizado — e na fila da frente tinha um grupo no qual se destacava um rapaz jovem, muito jovem, que dizia coisas engraçadíssimas. O grupo não estava ligado nele. Tinha um sujeito na fila detrás, que era eu, que ria das coisas que ele dizia. Então ele acabou espontaneamente se voltando e falando para mim. A certa altura alguém comentou qualquer coisa, de um crítico deficiente, mal aparelhado, que escrevera alguma tolice. Ele comentou alguma coisa e eu disse: — José Guilherme Merquior escreveu um artigo muito

da Unesco relativo à extensão e aprimoramento do ensino primário na América Latina, em Brasília. V. Academia Brasileira de Letras (1984, p. 209-210).

⁶¹ Antropólogo, escritor, educador e político mineiro, nascido em 1922 e falecido em 1997.

⁶² Em julho de 1965, curiosamente, Merquior e a esposa Hilda oferecem em sua residência um jantar, ainda no Rio de Janeiro, no bairro de Santa Tereza, ao autor considerado o nome mais importante da sociologia à época, Talcott Parsons (1902-1979), hábito que o casal conservará, inclusive chegando a receber exilados políticos brasileiros no exterior (MERQUIOR, H., 1994, p. 11-12; PEREIRA, 2012 [1975], p. 328).

⁶³ Entre outras, Universidade Federal do Rio de Janeiro (1963-1973), Departamento de Letras da Universidade do Rio de Janeiro (1964-1973), Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1963-1973), Departamento de Letras da Universidade de Brasília (1964), Faculdade de Letras da Universidade de Paris (1968), Universidade de Coimbra (seminário romântico, 1972), Universidade Gama Filho (1973), Fundação Getúlio Vargas em nível de pós-graduação em Psicologia (1973) e Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (1974). Consulte-se Academia Brasileira de Letras (1984, p. 206-207); **CORREIO da manhã**, Rio de Janeiro, ano LXIV, n. 21.881, terça-feira, 4 ago. 1964, 2º caderno, p. 10.

⁶⁴ Advogado, filósofo marxista lukacsiano, professor universitário e escritor carioca (1936-2014).

engraçado. — Ele disse: — Sou eu. Sou José Guilherme Merquior. — Então, a partir daí nos tornamos amigos. Ambos abominávamos a mesma burrice dita por esse crítico.

Nesse período eu tinha lido muita coisa de Lukács, estava muito entusiasmado, e ele estava num movimento de aproximação, de interesse pela obra de Lukács. Então, acho que foi o único período de minha vida em que fiz sugestões de leitura a José Guilherme Merquior, indicando livros que ele não tinha lido. A partir daí, todas as vezes que eu falava num livro, ele já o tinha lido (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2001, p. 260-261).

O que se depreende da análise de autores contidos em seus dois primeiros livros, *Razão do poema: ensaios de crítica e de estética* (1965) e *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin: ensaio crítico sobre a escola neohegeliana de Frankfurt* (1969), são marcadamente pensadores de tradição marxista, a exemplo de Lukács, Benjamin, Adorno,⁶⁵ Marcuse⁶⁶ e Sartre⁶⁷ (1905-1980). Merquior teve acesso à leitura de suas obras principalmente em versões italianas, inglesas e francesas, pois não chegaria a dominar o idioma alemão. Destaque-se, desta fase, a sua leitura dos textos lukacsianos, em traduções em italiano e francês (MERQUIOR, 1983b, p. 196-199; 2013b [1965], p. 81, 199, 222, 227, 241, 243-246).⁶⁸

Aquele seu segundo livro, *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin* (1969), está marcado pela influência também do filósofo alemão Martin Heidegger, mas não de maneira a tomar o autor como central para a compreensão dos temas que o inquietavam. Tanto Heidegger quanto Lukács são relevantes em seu percurso intelectual sem que, todavia, passem a constituir interlocutores centrais ao longo de sua obra.⁶⁹ No caso de Heidegger, Merquior com ele dialogaria tomando-o como base recursiva para empreender sua crítica aos pensadores frankfurtianos que defendiam a dialética apenas negativa da modernidade vista enquanto cultura pessimista (*Kulturpessimismus*); ao mesmo tempo, procura comparar as reflexões de Heidegger com as de Walter Benjamin,

⁶⁵ Theodor W. Adorno (1903-1969), filósofo, musicólogo, compositor e sociólogo alemão.

⁶⁶ Herbert Marcuse (1898-1979), sociólogo e filósofo alemão, naturalizado norte-americano.

⁶⁷ Jean-Paul Sartre (1905-1980): filósofo, escritor, crítico e ativista francês.

⁶⁸ Uma nota de Merquior constante de seu primeiro livro: “Este ensaio [*Die Gegenwartsbedeutung des kritischen Realismus* ou *O significado atual do Realismo crítico*] de abertura, para o leitor que, como eu, ainda não saiba imperdoavelmente o alemão, pode ser lido no n° 27 (julho-agosto de 1957) da revista *Nuovi Argomenti*, sob o título “La Vision du Monde Sousjacente à Avant-garde Littéraire” (MERQUIOR, 2013b [1965], p. 81). Ver também Merquior (1972a, p. 222).

⁶⁹ O mesmo se poderia dizer de Hegel (1770-1831), Freud, Nietzsche (1844-1900) ou Gramsci. Inclusive, há registro de que no final dos anos 60 Merquior intentava escrever um livro crítico em torno de Lukács (previamente intitulado *Anti-Lukács*), conforme carta a Merquior escrita por Roberto Schwarz [crítico literário, escritor, cientista social e professor universitário nascido em Viena, em 1938, doutorou-se (1976) em Estudos Latino-Americanos pela Universidade de Paris III (Université Sorbonne Nouvelle III), orientado por Raymond Cantel, o qual orientou também Merquior no primeiro doutorado (em Letras, sobre a poesia de Carlos Drummond de Andrade)]. A carta foi remetida de São Paulo a Paris e data de 8 de janeiro de 1968. É ver o documentário, embora de acesso restrito, “José Guilherme Merquior: Paixão pela razão” [2015]. Disponível em: www.erealizaciones.com.br/midia/video. Acesso em: 27 jul. 2017.

sobretudo nas suas recusas de buscar reconhecer os problemas do mundo moderno sem a ele renunciar como *irracionalismo* da experiência:⁷⁰

A filosofia de Heidegger aparece sem dúvida como “nostalgia do sagrado”. Mas o processo pelo qual o Ocidente veio a perder o sentido do valor de uma tal experiência, a ponto de alimentar a suspeita de que a tese da necessidade de recriá-la não passa de obscurantismo a serviço da repressão, é precisamente o que existe de mais questionável no substrato da visão do mundo e do comportamento da cultura moderna. Uma das etimologias possíveis para “religião” é a raiz que subsiste em “ligar”. A condição desgarrada e eminentemente solitária do homem contemporâneo o torna de todo estranho a uma possibilidade existencial superior do gênero humano — a autenticidade da vida comunitária — que a crise do nosso tempo expõe como urgência fundamental, e que é forçoso reconhecer que *não* tem sido satisfeita pelos modelos de coletividade em vigor, indiferentemente aos quadrantes político-sociais (MERQUIOR, 1969, p. 189).

Para Eduardo Portella,⁷¹ porém: “É um livro [*Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*] do qual progressivamente José Guilherme [Merquior] foi se afastando, porque havia nele um sotaque heideggeriano que o foi incomodando cada dia mais. Então, surpreendentemente, não foi Marx que retirou José Guilherme [Merquior] de Frankfurt, foi Heidegger” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2001, p. 211).

⁷⁰ “Heidegger não concordaria jamais com o ideal frankfurtiano de uma felicidade baseada na pura, beatífica e exclusiva satisfação. “No entanto, sua apreciação do estado do homem contemporâneo é tão crítica quanto a de Adorno ou Marcuse, e é significativo que o sistema por excelência da penúria do presente focalizado por ele — a obsessão da técnica — coincide exatamente com o que os frankfurtianos consideram como elemento definidor da repressão, e como barreira principal entre a cultura contemporânea e a felicidade. Ao adotar, porém, *outro* conceito de salvação, outra idéia da felicidade, calcada em outra visão da história da cultura, tal como esta se exprime no itinerário da filosofia, *Heidegger evita o pessimismo em que recaem os representantes do pensamento negativo*, e recupera (ainda que de maneira inconsciente, fora de qualquer influência ideológica registrável) o ‘pathos’ de esperança que nutria a reflexão de Walter Benjamin. [...] “O messianismo hedonístico subjacente ao pensamento de Frankfurt (a crença na alcançabilidade do paraíso terreno e da satisfação absoluta das aspirações humanas de prazer e de autoestima) — é a fonte desse reducionismo “malgré soi” — *nessa unidimensionalidade da crítica à unidimensionalidade* — assim como é a origem da sua moléstia moral: o pessimismo. Naturalmente, depois de Nietzsche, nenhuma crítica do pessimismo pode significar apenas uma adesão ingênua ao otimismo cego. Mas a justaposição das reflexões de Walter Benjamin — cujo método Adorno (em *Prismas*) reconhece não se ter jamais servido de uma mediação universal — e de Martin Heidegger nos serviu como prova de que o entrosamento da análise histórica com a reorientação da visão do Ser e do modelo prático/teórico da natureza humana não leva a nenhuma fixação em qualquer dos pólos da alternativa otimismo/pessimismo, e sim à valiosa reconquista do sentido da *esperança*, que é por si só superadora daquela alternativa. “Ao examinar a base marxista do neohegelianismo frankfurtino, verificamos que o seu messianismo abrigava, em sua lógica, uma política antidemocrática. Coerente com a sua base, o pensamento negativo não deixou de pronunciar-se pela redução das liberdades democráticas. É, porém, importante assinalar que êsse pronunciamento coube somente a Marcuse, e ainda assim num ensaio — *Repressive Tolerance [Tolerance]* — que poucos qualificariam de central no conjunto de sua obra. Não obstante, central ou não, o antidemocratismo do pensamento negativo tem por si a lógica interna da sua principal componente ideológica — o messianismo marxista” (MERQUIOR, 1969, p. 171, 291-292). Cf. também Merquior (1969, p. 102, 113-114, 175, 189).

⁷¹ Crítico, professor, escritor, conferencista, pesquisador, advogado e político baiano, nascido em 1932 e falecido em 2017, editou o segundo e o sexto livros de Merquior, *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin* (1969) e *O estruturalismo dos pobres e outras questões* (1975).

Somente a contar de 1966, na condição inicial ainda de Terceiro-Secretário da Embaixada do Brasil em Paris é que seu conjunto de leituras começa a percorrer novo caminho, pois é a partir de então que Merquior consegue anuência para frequentar o curso de Claude Lévi-Strauss,⁷² na cátedra de antropologia social do Collège de France, em evento conjunto à École Pratique des Hautes Études.

Konder recorda, em depoimento, que o mergulho no mundo “neo-hegeliano” se deu no período que precede a estada de Merquior na Embaixada Brasileira em Londres, portanto antes de 1972, e é caracterizada por uma ampla pesquisa voltada para o fenômeno estético, com progressivo afastamento de interlocutores marxistas: “Lembro-me de uma carta, do começo de 1964, em que ele revia Lukács e aderira a Lévi-Strauss” (SINGER, 2001, p. 6).

Daí, infere-se que suas leituras lévi-straussianas já vinham se sistematizando desde pelo menos 1964 (antes, portanto, de sua lotação em Paris), com o aparecimento de *O cru e o cozido* (*Le Cru et le Cuit*), volume inicial da tetralogia *Mitológicas* (*Mythologiques*), marco no estudo de antropologia estrutural dos mitos ameríndios, com forte base empírica, documental e analítica sobre os indígenas americanos.

É sintomático que em janeiro de 1969 José Guilherme Merquior apresentasse oralmente a exposição a respeito da estética na obra de Lévi-Strauss, durante o seminário por este coordenado.⁷³ O palestrante, àquela altura, afirmava haver lido todos os títulos de autoria do docente aparecidos até então. Na abertura de sua fala, registra: “Tive o contentamento de ver este trabalho recebido pelo fundador da antropologia estrutural de forma excepcionalmente lisonjeira” (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 19).

Vale assinalar também que durante o curso de Merquior com Lévi-Strauss o brasileiro lhe apresentaria, para a análise crítica e indicação editorial, um ensaio intitulado *Le structuralisme comme pensée radicale* [*O estruturalismo como pensamento radical*]. Este livro, porém, devido à antecipada apresentação por Éric de Dampierre⁷⁴ dos originais

⁷² Mais tarde, predicará o próprio Merquior (1983a, p. 111): “meu primeiro mestre em ciência social”.

⁷³ O tema somente seis anos mais tarde figuraria em formato de livro. *A estética de Lévi-Strauss* teve a versão final do texto concluída em Bonn, então capital da “Alemanha Ocidental” (República Federal Alemã). Pouco tempo após o início de sua estada em Paris (1966-1970), Merquior tornar-se-ia Segundo-Secretário (janeiro de 1967) e, designado para aquela cidade alemã, é feito Primeiro-Secretário (janeiro de 1973).

⁷⁴ Éric de Dampierre (1928-1998), então professor da Universidade de Paris (Nanterre) e etnólogo francês, especializado nos povos africanos Nzakara.

à editora francesa Plon sob título semelhante, acabaria por dissuadir Merquior (1969, p. 5, 114, 219, 225).⁷⁵

No final de sua passagem diplomática por Paris, Merquior participa, em Belgrado, na Sérvia, da Reunião Consultiva da III Conferência dos Países Não-Alinhados,⁷⁶ e do Simpósio da Unesco sobre ciência e cultura (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1984, p. 207, 210).

Em Bonn, onde permaneceria por quatro anos (1970-1974), Merquior continua seu desenvolvimento de pelo menos quatro projetos.

No verão e outono de 1971 redige quase totalmente o primeiro volume de sua obra *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*, a qual só publicou mais de cinco anos depois (MERQUIOR, 2014a [1977], p. 34, 322).⁷⁷

Em junho de 1972, Merquior faz publicar pela Livraria Editora José Olympio, no Rio de Janeiro, o livro *A Astúcia da mímese*,⁷⁸ conjunto de ensaios de lírica escritos em Paris (a partir de agosto de 1967) e Bonn (até maio de 1971) e cujo sumário, em si, cobre as análises dos poetas brasileiros João Cabral de Melo Neto, Carlos Drummond de Andrade, José Carlos Capinan,⁷⁹ Chico Alvim⁸⁰ e Murilo Mendes⁸¹ (MERQUIOR, 1972a).⁸²

Naquele mesmo ano, também foi editado *Saudades do carnaval* (1972).⁸³ Este título, redigido em Paris em 1970, conforme assinala sua apresentação (“Roteiro da nossa questão”), preocupa-se com a crise da cultura ocidental, num esforço, a um só tempo, ensaístico e argumentativo de reflexão desde a Grécia Antiga aos problemas brasileiros

⁷⁵ Os originais deste trabalho acham-se no Arquivo José Guilherme Merquior / É Realizações, em São Paulo.

⁷⁶ Caracterização da política de cooperação entre as nações que não se inseriram na Guerra Fria (1947-1991) e, portanto, não adotaram um dos lados da contenda entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

⁷⁷ Era desejo de Merquior publicar o segundo e último volume da obra que intitulou conjuntamente *Musa morena* e cuja interpretação se estenderia até escritores contemporâneos. Porém, mesmo não chegando a dar forma à continuidade conclusiva deste projeto, vários artigos, reunidos ou não em livro, revelam a preocupação temática que acompanhou a sua atitude reflexiva até o falecimento (MERQUIOR, 1980c, p. 12).

⁷⁸ Pelo menos o título desta obra já é anunciado previamente em uma nota de rodapé de seu segundo livro. V. Merquior (1969, p. 168).

⁷⁹ Poeta e músico brasileiro, nascido em 1941, no interior da Bahia.

⁸⁰ Francisco Alvim (1938-), diplomata e poeta mineiro.

⁸¹ Poeta e escritor mineiro, expoente do surrealismo brasileiro, nascido em 1901 e falecido em 1975.

⁸² Esta obra conquistou o Prêmio Nacional de Ensaio e Crítica da Fundação Cultural do Distrito Federal e o Prêmio Paula Brito de Ensaio do Rio de Janeiro.

⁸³ Este trabalho também conquistou o Prêmio Paula Brito de Ensaio do Rio de Janeiro no mesmo ano de 1972.

até o período, numa sociedade tecnológica e sua relação com a dimensão ética da vida social (MERQUIOR, 1972b, p. 11-12).

Ainda no primeiro semestre de 1972, em junho, Merquior doutora-se em Letras pela Universidade de Paris (Sorbonne), mediante defesa da tese, que receberia menção honrosa, *La poésie de Carlos Drummond de Andrade*, perante júri presidido por Raymond Cantel.⁸⁴

De passagem pelo Brasil, em 1973, no Rio de Janeiro, Merquior profere curso de pós-graduação no Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica, bem como, em setembro, ministra conferência na XII Assembleia Geral e Colóquio do Conselho Internacional de Filosofia e Ciências Humanas da Unesco, dedicado ao complexo problema da criatividade (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1984, p. 206-207).

No ano seguinte, Merquior torna-se Delegado na III Reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira, em Santiago, passa a compor o corpo docente do curso de mestrado em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), promove o curso de pós-graduação sobre literatura brasileira contemporânea durante o VIII Festival de Inverno de Ouro Preto e participa, na qualidade de conferencista, de uma série de eventos, dentre os quais, o Congresso Nacional de Folclore, em Brasília, o Encontro Nacional de Professores da PUC-RJ, o II Seminário de Literatura do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, a Conferência da Unesco sobre História das Ideias e Culturas Autóctones, na Cidade do México, as comemorações alusivas ao Dia de Cervantes, patrocinada pela Fundação Cultural do Distrito Federal e pela Embaixada da Espanha, em Brasília (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1984, p. 206-208, 210).

É nesse período que Merquior publicará aquele que talvez lhe seja o mais complexo e ambicioso dos livros, ademais de hermético na linguagem e abundante no número de citações de autores no corpo do texto, em notas de rodapé e nas referências arroladas ao final dos artigos: *Formalismo e tradição moderna: o problema da arte na crise da cultura* (1974).

O volume é uma continuidade das preocupações temáticas abordadas no título anterior, *Saudades do carnaval* (MERQUIOR, 1972b). Trata do problema da arte (cultura, literatura, pintura, teatro) na crise da cultura e de questões surgidas a partir da civilização urbano-industrial; da relação da estética com o mercado (e a mercantilização);

⁸⁴ Raymond Cantel (1914-1986), professor universitário francês, diretor do Institut des Études Portugaises et Brésiliennes e pesquisador de literatura popular.

da criação artística num mundo marcado pela sociedade de massa e de consumo, em que quase tudo é absorvido pela função de entretenimento, notoriamente utilitarista, e não de reflexão crítica mais aprofundada de estudo da base cultural, valorativa e, também, sociológica.⁸⁵ Ao mesmo tempo, o ensaio se detinha na crítica que Merquior nunca abandonaria de todo: a dos métodos de base formalista, que isolam (adiabaticamente) seus objetos dos condicionantes históricos a que necessariamente pertencem (MERQUIOR, 2015 [1974]):

Entre essa destinação histórica ao ludismo evasioneiro e a natureza íntima da arte, uma tensão dialética logo se estabelece. Astutamente, a nova arte, que o novo *éthos* burguês tentaria reduzir a mero “recreio do espírito”, passa a empregar seu próprio solipsismo contra a cultura que a marginaliza. Parte da essência do romantismo reside na utilização *desse impulso de acentuação do peculiarmente estético como estratégia da crítica da cultura vigente* (MERQUIOR, 2015 [1974], p. 231).

Em 1975, Merquior lança a pequena coletânea de seis ensaios intitulada *O estruturalismo dos pobres e outras questões*. Grande parte do conteúdo constitui-se de capítulos previamente publicados no *Jornal do Brasil* e em *Colóquio/Letras*, de Lisboa. Lançava-se seu autor numa crítica ao estruturalismo, embora poupasse Lévi-Strauss (“o estruturalismo não é um formalismo”) (MERQUIOR, 1975, p. 19 et seq.).

Dois anos mais, aparece *A estética de Lévi-Strauss*. Escrito durante os seminários lévi-straussianos em Paris no final de década de 1960, o volume retém o mesmo norte da tridimensionalidade estética: a apreensão da arte enquanto manifestação cultural *específica*, a atividade artística considerada em suas relações com a sociedade e a analogia da música como crítica da criação da cultura com o fim de análise dos mitos americanos (MERQUIOR, 2013b [1975], p. 22).

Igualmente, ainda no ano de 1975, aparece a tradução de sua primeira tese de doutorado, *Verso universo em Drummond*, trabalho este que mereceu o Prêmio da Fundação Cultural do Distrito Federal, na categoria crítica literária.⁸⁶

⁸⁵ Nesse sentido, a categoria *Kitsch* é reveladora para Merquior. Trata-se da “etiqueta alemã para os objetos, obras de arte ou espetáculos de mau gosto, franca ou tacitamente ‘comerciais’, mas com pretensão a exhibir valores ‘sublimes’. O vulgar que aspira a parecer refinado, a cafonice (inconsciente) que *bota banca* de ‘beleza’. O espanhol tem um nome para isso: ‘*cursi*’. O português, o francês, o italiano se resignaram a adotar a palavra alemã, *kitsch* [*Kitsch*], que de resto não traz nenhuma conotação nacional e designa, ao contrário, uma forma de produção artística fortemente internacionalizada. Mas o francês possui alguns conceitos pejorativos que focalizam aspectos determinados do kitsch [*Kitsch*]: *le tape-à-l’oeil* (arte de efeito), *l’art pompier* (por exemplo, a pintura acadêmica de inspiração filistina), *le toc...* [...] o *kitsch* [*Kitsch*] é uma expressão da cultura de massa” (2015 [1974], p. 44-45).

⁸⁶ A autoria da tradução deve-se à segunda esposa do poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto, a poetisa e professora capixaba Marly de Oliveira (1935-2007). De sua tradução Merquior orgulhava-se, tanto que

Por estes tempos, Roberto Campos⁸⁷ torna-se embaixador do Brasil em Londres durante o Governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Amigo pessoal de José Guilherme Merquior, com ele Campos comungava ideais liberais. Em suas memórias, este assim se refere àquele:

A figura intelectualmente mais marcante [no *staff* da embaixada parcialmente por ele escolhido] era José Guilherme Merquior, depois embaixador no México e na Unesco, que se tornou um eminente politicólogo, com quase [sic] vinte livros publicados. A essa época, estava escrevendo sua tese de doutorado na London School of Economics [and Political Science], publicada sob o título *Rousseau e Weber* (CAMPOS, 1994, p. 1.020-1.021).

Na capital londrina, Merquior permanece até 1979, onde aproveita para ministrar aulas, como professor visitante, no King's College London. Também defende sua segunda tese de doutorado, intitulada originalmente *Legitimacy as a problem*, desta vez em Sociologia Política, sobre o conceito de legitimidade em Rousseau (1712-1778) e Max Weber (1864-1920), traduzida no Brasil apenas onze anos após sua aprovação, em junho, sob orientação do professor Ernest Gellner (MERQUIOR, 1990 [1980]).⁸⁸

Perto de retornar ao Brasil, porém, Merquior escreve o trabalho “O problema da legitimidade em Política Internacional” com o fim de participar do I Curso de Altos Estudos⁸⁹ do Instituto Rio Branco sobre Relações Internacionais e obter, em junho de 1979, a promoção diplomática para o cargo de Conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres.

As relações internacionais de Merquior, seja pela vida diplomática, seja pela acadêmica, expandiram seus círculos sociais e abriram suas publicações para editoras

sempre (ao contrário de outros títulos vertidos) assinalava o nome de sua autora quando da divulgação de suas produções.

⁸⁷ V. nota 339.

⁸⁸ Ernest Gellner (1925-1995), professor universitário e filósofo judeu-checo, naturalizado britânico.

⁸⁹ “O Curso de Altos Estudos (CAE) foi inicialmente previsto na Lei nº 3.917, de 14 de julho de 1961, a qual rezava que o curso se tornaria, após cinco anos de sua instalação, condição para promoção de ministro de segunda classe a ministro de primeira classe e comissionamento na função de embaixador. “A efetiva criação do curso, no entanto, deu-se por força do Decreto nº 79.556, de 20 de abril de 1977, o qual dispôs que o curso se tornasse requisito à promoção de conselheiro a ministro de segunda classe (e não mais de ministro de segunda a ministro de primeira classe) também após período inicial de cinco anos. Sua primeira edição foi realizada em 1979. “O CAE consiste na elaboração de uma tese analítica e propositiva, com relevância funcional e utilidade para a diplomacia brasileira ou, ainda, que represente contribuição para a historiografia ou o pensamento diplomático brasileiros. [...] “A tese é avaliada por uma banca examinadora composta por ministros de primeira classe e subsidiada por pareceres elaborados por dois relatores, um interno e outro externo à instituição. A banca examinadora decide se o trabalho está apto a passar à fase de defesa, quando seus autores são convocados para a arguição. “Na fase de arguições, o candidato expõe e defende oralmente sua tese e assiste às arguições dos demais candidatos” (INSTITUTO RIO BRANCO; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2017).

estrangeiras. Merquior já escrevera até então quatro livros em línguas estrangeiras: *Verso universo em Drummond*, *A estética de Lévi-Strauss* e *O estruturalismo como pensamento radical*, originalmente redigidos em francês, e *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade*, em inglês. *A estética de Lévi-Strauss* aparecera primeiramente pela editora P.U.F.⁹⁰ em 1977, e agora, em 1979, a igualmente prestigiosa Routledge & Kegan Paul⁹¹ edita seu livro *O véu e a máscara*, em que se contêm textos de cultura e ideologia, poder e legitimidade, sociologia da cultura, crítica à psicologia, ao estruturalismo marxista e à teoria crítica habermasiana.⁹² Trata-se de uma coletânea de artigos que, segundo o próprio Merquior (1997 [1979], p. XI),

de um modo ou de outro, relacionam-se com um trabalho mais amplo em andamento⁹³ sobre sociologia da cultura [sic], parcialmente empreendido como tese de doutoramento na Escola de Economia e Ciência Política de Londres, e centrado no problema da legitimidade.

No prefácio, seu orientador da segunda tese em sociologia, Gellner, escreve: “J. G. Merquior anteriormente escreveu e obteve honras acadêmicas tanto em português como em francês. Com esta obra demonstra seu domínio de mais uma subcultura

⁹⁰ Presses universitaires de France, a maior editora universitária francesa, fundada em 1921.

⁹¹ Editora britânica fundada em 1836, especializada em publicações nas áreas de ciências humanas e sociais.

⁹² Referência a Jürgen Habermas, filósofo, sociólogo, professor, pragmatista e principal representante da segunda geração da Escola de Frankfurt, nascido na Alemanha em 1929.

⁹³ Este trabalho não chegaria a ser concluído. Aliás, vários são os trabalhos de Merquior que foram apenas planejados; tanto que numa entrevista, Merquior (1980c, p. 12) informa alguns deles: “Em preparo ou cogitação tenho muita coisa: um pequeno ensaio didático sobre a natureza da democracia; um tratadinho de história da estética contemporânea; um estudo sátira sobre o papel dos intelectuais, *A Comédia Ideológica*; a segunda parte da minha breve história da literatura brasileira, *Musa Morena*; um punhado de ensaios sobre pensadores modernos, Lukács, Benjamin, Kolakowski, Aron, Ernest Gellner e Lucio Colletti, *Perfis de Teoria Social*; e um livrinho sobre ensaístas hispânicos, de Sarmiento a Rodó, de Unamuno a Octavio Paz, que se chamará provavelmente *Tótons do Ensaísmo Ibérico*. Nem sei por onde começar, mas acho que no máximo em três anos estarão todos escritos e publicados, mesmo porque nenhum desses projetos é propriamente obra de erudição ou trabalho muito extenso”. O projeto mais ambicioso ficaria, entretanto, inconcluso: “Quando ele vivia em Londres, eu costumava encomendar-lhe livros sobre história da África lá publicados. Ele me mandava esses livros, geralmente com um bilhetezinho, quando não escrevia na própria guarda do livro uma pequena carta, em que dizia assim: ‘Olha, estou te mandando este livro com atraso, porque quis lê-lo antes de te enviar.’ Um exemplo: em *Technology, Tradition and the State in Africa*, de Jack Goody, que é um livro fundamental dos estudos sociológicos sobre a África; ele escreveu, em 1975, que tinha tardado para me remeter o volume, porque passara o fim de semana a lê-lo. E acrescentava: ‘Este livro suscita problemas do maior realce até mesmo em termos de pura teoria sociológica, minha cachaça nestes últimos e pelos próximos 50 anos.’ Como se vê, ele nos prometia, ou pelo menos me prometia, 50 anos de pensamento e criação, que ficaram reduzidos, para nosso prejuízo, a apenas 16, ou a um terço da promessa, de tal modo que ainda hoje guardo a impressão de que ele me faltou com a palavra dada. [...] Sua ambição era escrever uma teoria sociológica da criação, em que se tornassem mais compreensíveis as relações entre o ato criador e o poder, entre a política e a arte, entre o ser e o dever ser. Ficou a dever-nos a obra com que sonhava [...]” (SILVA, 2011, p. 26-27).

linguística do mundo ocidental e sua intimidade com o conteúdo de outras *n* subculturas intelectuais” (MERQUIOR, 1997 [1979], p. X).

Este ciclo da década de 1970 se fecha quando Merquior reúne em *O fantasma romântico: e outros ensaios* (1980) artigos de jornais e revistas sobre pós-modernismo, romantismo, semiologia e psicanálise, ao lado de ensaios críticos alusivos a alguns de seus poetas prediletos do panteão modernista (Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e Murilo Mendes)⁹⁴ (MERQUIOR, 1980b, p. 151-160; 2013b [1965], p. 43, 58).

A década de 1980, para Merquior, assinala, paralelamente às ministrações de cursos, conferências, palestras e suas estadas em novas embaixadas (ou seu retorno, como no caso de Londres, entre 1983 e 1987), também a continuidade de seus escritos, os quais consigo trazem uma linha de força no pensamento: a crítica aos paradigmas, sejam estes as formas de estruturalismo ou de marxismo e a defesa de um liberalismo não somente econômico (*liberismo*), nem só político, todavia igualmente cultural, ambiental, educacional, técnico, democrático e antibélico (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 344).

Lotado na capital uruguaia, onde permaneceria entre 1980 e 1981 na função de Conselheiro Cultural, Merquior ministra curso, em nível de pós-graduação, de Teoria Sociológica Contemporânea no Instituto de Sociologia da Universidad de Montevideo, e chefia, em junho, a Delegação Brasileira na reunião sobre política do Tratado da Bacia do Prata. É quando desta lotação diplomática que participa de pelo menos quatro mesas-redondas como conferencista, durante uma série de eventos promovidos pela Universidade de Brasília, instituição onde estava docente convidado: (1) em setembro de 1980, do colóquio “Raymond Aron na UnB”; (2) em outubro, do colóquio “Gilberto Freyre na UnB”; (3) em março do ano seguinte, do colóquio “Ernest Gellner na UnB” e, por fim, (4) em abril, “Afonso Arinos na UnB” (MERQUIOR, 1981a, p. 3-42; 1981c, p. 270-289; 1981d, p. 13-24; 1981e, p. 3-42).

Ainda que nos anos 1980 a obra de Merquior tenha sido marcada pelo interesse sociopolítico, o diplomata brasileiro não perderia de todo o gosto intelectual pela estética no sentido de uma crítica conteudística de cunho sociológico, como é o caso de sua palestra “Literatura brasileira na atualidade” (abril de 1981) e o curso de pós-graduação de Estética Contemporânea no Museu de Arte Contemporânea (junho de 1981), ambos

⁹⁴ Este texto merquioriano, escrito em Paris, em março de 1975, portanto meses antes do falecimento de Murilo Mendes, constitui a introdução com que se abre a *Antologia poética muriliana* (São Paulo: Fontana, 1976), com seleção de poemas por João Cabral de Melo Neto (MERQUIOR, 1980b, p. 151-160)

em Montevideu. As duas áreas acompanhariam suas preocupações intelectuais, pois não compreendia nem uma nem outra como separáveis no campo do saber, a não ser didática e convencionalmente.

De volta a Brasília, em setembro de 1981, Merquior ministra, em Curitiba, a conferência “Situação ideológica da literatura brasileira contemporânea”, a convite da Sociedade de Cultura do Governo do Estado do Paraná. Dois meses posteriores, debate no seminário em torno da “Situação atual da ciência política”, em encontro organizado pelo Idesp (Instituto Brasileiro de Direito e Política de Segurança Pública) e profere a conferência “O estado de interpretação nacional nas letras atuais brasileiras e hispânicas”, durante o Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco (Ministério da Educação), em Recife, cidade onde também se pronunciaria em palestra sob o tema “Poesia e linguagem”, durante o I Encontro Nacional de Poesia. No final daquele ano, em dezembro, Merquior explana a respeito da “Psicanálise”, a convite da direção da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em Brasília.

É no final desse ano que Merquior reúne crônicas e pronunciamentos no livro *As idéias e as formas* (1981c) e em cujos primeiros artigos começa a se delinear com maior clareza a sua proposta social-liberal, melhor aprofundada até o começo da década de 1990.

Em 1982, em eleição concorrida, conquista o título de membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), para a qual é eleito em 11 de março e empossado um ano depois na cadeira de número 36, cujo patrono é Teófilo Dias,⁹⁵ o fundador, Afonso Celso⁹⁶ e os ocupantes, Clementino Fraga⁹⁷ e Paulo Carneiro.⁹⁸ É neste ano que publica *A natureza do processo*, um de seus livros mais sistemáticos, já em uma linguagem mais acessível, cujos temas são indústria, progresso, economia, liberdade, democracia, socialismos e humanismos (MERQUIOR, 1982a).

Merquior volta a Londres em 1983 na condição de Ministro-Conselheiro e lá permanece até 1986, quando alcança o cargo máximo de Embaixador do Itamaraty,

⁹⁵ Advogado, jornalista, poeta maranhense, nascido em 1854 e falecido em 1889, era sobrinho de outro poeta, o escritor romântico Gonçalves Dias (1823-1864).

⁹⁶ Conde, professor, poeta, historiador e político mineiro, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras em 1897, nasceu em 1860 e faleceu em 1938.

⁹⁷ Professor universitário, clínico, escritor e político baiano, nascido em 1880 e falecido em 1971.

⁹⁸ Doutor em Química, professor, funcionário público, embaixador e escritor carioca, nascido em 1901 e falecido em 1982.

servindo na Cidade do México (1987-1989) e, finalmente, mais uma vez em Paris, desta feita como Embaixador do Brasil na Unesco⁹⁹ (DADOS, 1994, p. 169).

Em 1983 lança *O argumento liberal* e *O elixir do Apocalipse*, cujos sumários versam sobre temas filosóficos, teoria política, ideologia, pensamento social brasileiro e crítica à psicanálise (MERQUIOR, 1983a; 1983b).

Entre 1985 e 1986, Merquior encerra mais um ciclo de reflexões com três livros editados em inglês: *Michel Foucault: ou o niilismo de cátedra* (1985d), *O marxismo ocidental* (1987 [1986]) e *De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista* (1991a [1986]). A partir dos títulos já se percebe serem preocupações intelectuais que o acompanhavam desde os anos 1960, como a crítica ao marxismo frankfurtiano e ao hermetismo estruturalista de natureza semiótica.¹⁰⁰

O primeiro livro é uma tentativa de analisar a psicanálise e a perspectiva pós-estruturalista, bem como relativizar o niilismo presentes na obra de Michel Foucault, recentemente falecido.¹⁰¹ Merquior (1985d) escreve-o em poucos meses, concluindo-o em agosto de 1985.

No segundo livro,¹⁰² Merquior (1987 [1986]) aborda a história do marxismo a partir de autores como Lukács, Benjamin, Gramsci, Marcuse, Adorno, Louis Althusser¹⁰³ e Habermas.

No último dos livros, o diplomata brasileiro investe num amplo percurso em derredor da história crítica do estruturalismo e do pós-estruturalismo, em que se destaca,

⁹⁹ A mensagem do Senado Federal aprovada no dia 27 de junho de 1989 diz o seguinte, em maiúsculas: “SUBMETE A APROVAÇÃO DO SENADO FEDERAL, A ESCOLHA DO SENHOR JOSÉ GUILHERME ALVES MERQUIOR, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE, DA CARREIRA DE DIPLOMATA, PARA EXERCER A FUNÇÃO DE CHEFE DA DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA”. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/4671>. Acesso em: 27 jul. 2017.

¹⁰⁰ O mesmo que semiologia. Área do conhecimento mais ampla que a linguística, estuda os signos linguísticos ou não (neste caso, por exemplo, as artes visuais, a música, a fotografia, o cinema, a ciência, os gestos, os rituais religiosos, o vestuário), a semiose (a produção de significados, que procura relacionar a linguagem com outros sistemas de signos de natureza humana ou não) e os fenômenos culturais como se fossem sistemas de significação. O termo deriva-se da palavra grega *σημείον* (*sēmeion*), a qual significa “signo”. Este campo desdobrou-se sobremaneira, dialogando com outras ciências humanas e sociais, a ponto de influir decisivamente na formação do pensamento estruturalista e suas filiações teórico-metodológicas.

¹⁰¹ Michel Foucault (1926-1984), professor, filósofo, historiador das ideias e teórico social francês.

¹⁰² O título do livro foi inspirado no semelhante do historiador, professor e ensaísta político marxista inglês Perry Anderson (1938-), *Considerations on Western Marxism* (MERQUIOR, 1997 [1979], p. 123; ANDERSON, 1976).

¹⁰³ Filósofo franco-argelino, nascido em 1918 e falecido em 1990, filiou-se ao marxismo estruturalista.

na sua obra, uma parte dedicada à análise do pensamento de Roland Barthes¹⁰⁴ (MERQUIOR, 1991a [1986], p. 213-222).

É deste período o início de suas relações com o presidente Fernando Collor, eleito em 1989, e que será abordado no último capítulo; fato que provoca uma série de críticas a seu posicionamento político, já precedido pelas polêmicas de quando assessora (inclusive escreve discursos) o governo do general Figueiredo (1979-1985).

O epílogo da produção merquioriana se dá com a adesão definitiva ao social-liberalismo. *O liberalismo: antigo e moderno* (2014b [1991]) é um amplo panorama dos liberalismos ao longo de pelo menos três séculos. Merquior distingue o liberalismo clássico, o liberalismo econômico e o liberalismo social. O autor chegaria a rever as provas finais do trabalho na sede da editora Twayne, em Boston, contudo, diagnosticado em agosto de 1990 com uma neoplasia no cólon (e logo mais em metástase),¹⁰⁵ não viu seu livro editado.¹⁰⁶

Merquior continuou seus trabalhos independente de suas condições físicas, tanto que, já muito magro e pálido, olhar tristonho, profere em Paris, na Sorbonne, no dia 17 de dezembro, sua última conferência (“O Brasil no limiar do século XXI”) com o intuito de

apresentar idéias [sic] que não podem ser, senão muito gerais, sobre o que nós poderíamos chamar ‘um balanço histórico’ pois eu devo fazer ênfase sobre o Brasil nos últimos 100 anos. Trata-se pois de um século na história do Brasil e como nós sabemos, este século corresponde ao século Republicano, porque há exatamente 101 anos nós adotamos este Regime. É então um balanço de uma República [...] (MERQUIOR, 1994, p. 150).

Merquior faleceu no dia 7 de janeiro de 1991, no Westminster Center Hospital, vítima de infarto após tentativa frustrada de restabelecer as funções do aparelho digestivo. Seu corpo chega ao Brasil no dia 9, pela manhã, vindo de Nova Iorque, acompanhado da família. O velório se deu no Salão dos Poetas Românticos, da Academia Brasileira de Letras, e o sepultamento no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.¹⁰⁷

A esta altura do texto e antes, portanto, da conclusão deste primeiro capítulo, após ter-se apresentado o percurso pessoal, profissional e intelectual de José Guilherme

¹⁰⁴ Semiólogo, professor, crítico literário, sociólogo e filósofo francês, nascido em 1915 e falecido em 1980.

¹⁰⁵ FERRAZ, Silvio. Luta pela vida até o final. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano C, n. 274, quarta-feira, 9 jan. 1991, caderno B, p. 2.

¹⁰⁶ JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, ano C, n. 20, sábado, 28 abr. 1990, caderno Idéias: livro, p. 2.

¹⁰⁷ JORNAL do Brasil, Rio de Janeiro, ano C, n. 274, quarta-feira, 9 jan. 1991, caderno B, p. 1; n. 275, quinta-feira, 10 jan. 1991, Caderno 1, p 14.

Merquior, restaram, porém, duas questões porventura relevantes para a melhor compreensão do personagem. Conforme o próprio título do capítulo sugere, “Itinerário de um intelectual”, talvez coubesse, primeiramente, uma análise da categoria específica “intelectual” na sua definição dentro do campo sociológico. Complementarmente, autor prolífico de dezenas de artigos e de vinte e um livros, ao longo de sua trajetória Merquior egeria por forma de expressão o estilo ensaístico *par excellence*. Assim, estes dois pontos-chave — o *intelectual* e o *ensaio* — serão abordados a seguir.

A categoria do “intelectual” é controvertida. Noção pendular, seus flagrantes epistêmicos recorrentemente se desencontram quando da busca por clareza conceitual em torno de seus agentes: — Conservadores ou revolucionários? — Reacionários ou progressistas? — Ortodoxos ou heterodoxos? — Direitistas ou esquerdistas? — Burgueses ou proletários?

Para definir os intelectuais, Gramsci (1982, p. 3-5, 7, 13), classicamente, se vale de uma analogia esclarecedora: “Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então: mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. E numa nota de rodapé: “Do mesmo modo, pelo fato de que alguém possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó, não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate”.

O que distingue o intelectual, portanto, não é o “assombroso” empenho de suas funções cerebrais materializadas em perícias artesanais, mas o “local” que ocupa na vida profissional e, portanto, em cada contexto da sociedade:

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais [classes], mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Poder-se-ia medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem

passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1982, p. 10-11).

Gramsci então propôs uma definição dual: há os intelectuais *tradicionais* e os intelectuais *orgânicos*.

Os primeiros representam a materialização da continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas, ainda que a extensão de seu monopólio de dominação tenha se alterado no tempo e no espaço. É o tipo que obedece aos ditames de sua categoria profissional. O grande exemplo são os religiosos. Estes, ainda que em alguns momentos possam apresentar ideias e ações que pareçam mais autônomas, flexíveis, radicais, heterodoxas ou inovadoras, permanecem com os laços inerentes à atividade que exercem.

Os segundos estão mais suscetíveis às mudanças terrenas, ao que ocorre no mundo social, frente às oscilações políticas, culturais e econômicas. O grande exemplo, neste caso, é o diplomata. Sua atuação, através das ideias ou da atividade técnica em que se especializa, se dá paralelamente ao poder hegemônico de sua época, de um modo mais direto ou mais indireto com a classe dominante. Sua visão de mundo, portanto, mesmo que possa operacionalizar-se de maneira a propor algum direcionamento mais reformador, na maioria das vezes encontra obstáculo em razão de seu vínculo empregatício.

Para Gramsci, os intelectuais orgânicos possuiriam por nuance o papel intermediador entre duas representações sociais (a sociedade civil e a sociedade política ou Estado, numa inter-relação entre os domínios privado e público). Normalmente preocupados com problemas ligados à organização da cultura (em amplo sentido), não poderiam “ser considerados como grupo social autônomo”, mas sim integrantes específicos de um grupo social determinado.¹⁰⁸

Seu significado deve ir, contudo, “além do campo econômico em sentido estrito”, a fim de não serem entendidos como meros atores extrínsecos e instrumentais; têm, pois,

¹⁰⁸ Muito embora Merquior (1987 [1986], p. 148-149) considerasse “desinteressante” no pensamento gramsciano a análise da categoria dos intelectuais, expôs suas ideias em forma de síntese sobre o tema: “Gramsci não acreditava na existência duma categoria social independente constituída de intelectuais. Mais exatamente, os intelectuais são sempre presos à classe, mas presos à classe de duas maneiras distintas: ou são ‘orgânicos’, i.e., uma força ativa, organizadora, numa classe determinada; ou são ‘tradicionais’, profissionais acima das classes mas que de fato deriva, a rigor, do passado da estrutura social: pois houve um tempo em que eles também agiram como porta-vozes e ideólogos ‘orgânicos’ para a burguesia em ascensão. De modo que intelectuais ‘orgânicos’ são, antes de mais nada, organizadores da hegemonia *in fieri*”.

“no complexo geral das relações sociais”, “funções conectivas e organizativas”, vale dizer, estabelecem conexões tanto no plano ideológico quanto no burocrático na realização de seus saberes e especialidades.¹⁰⁹

No entanto, para Löwy (1998, p. 25), religiosos, juristas, militares, poetas, escritores, sábios, pesquisadores, artistas, filósofos, publicistas, jornalistas, professores universitários ou diplomatas podem bem ser recrutados, enquanto intelectuais, “em todas as classes e camadas da sociedade”, a depender do contexto que se estude.

É preciso, pois, que esta categoria reflexiva, ingrediente de uma superestrutura (logo, inserida na dimensão ideológica da vida social, no sentido marxiano) seja compreendida empiricamente, pois sua análise ultrapassa a ligação com a infraestrutura, conforme sugerem Marx e Engels (2007, p. 47-48):

A observação empírica tem de, necessariamente, provar empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, em cada caso concreto, a relação existente entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado brotam constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas esses indivíduos tomados não conforme possam se apresentar ante a imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, quer dizer, como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, premissas e condições materiais, independentes de seu arbítrio.

Por aí se depreende quão delicada é a tentativa de definição da categoria dos intelectuais, este “ser bizarro e difícil de classificar”, na ironia de Löwy (1998, p. 25-26), o qual, em estudo já clássico sobre Lukács “por uma “sociologia da *intelligentsia* anticapitalista”, é claro em meio a terreno um pouco embaraçoso de conceituação: “os intelectuais não são uma classe, mas uma *categoria social*; não se definem por seu lugar no processo de produção, mas por sua relação com as instâncias extraeconômicas da estrutura social [...], por sua relação com a superestrutura ideológica”. E mais taxativamente: “os intelectuais são uma categoria social definida por seu papel ideológico: eles são os *produtores diretos* da esfera ideológica, *os criadores de produtos ideológico-culturais*”. Todavia, e contraditoriamente, estes funcionários, profissionais liberais, empregados ou técnicos são “também o setor desta massa mais distante da produção econômica”, resultando não só de sua “origem de classe individual [sic]”, mas também de “sua filiação à categoria comum”.

¹⁰⁹ Sobre o tema, consultem-se Liguori e Voza (2017, p. 425-432).

Löwy (1998, p. 26), de base crítica no adjetivo *freischwebend* (“livremente flutuante”) usado por Alfred Weber¹¹⁰ e Karl Mannheim,¹¹¹ vai mais além quando, para o papel de medição dos intelectuais, expõe que estes gozariam de certa “autonomia em relação às classes; autonomia que se manifesta por certa estabilidade, pelas flutuações e movimentos diversos”, mas que esta autonomia é relativa, pois não há *intelligentsia* neutra e, quando aparenta haver, este estado é bastante provisório, uma vez que ao longo de suas histórias de vida, e mesmo sem o notar conscientemente, há de se tomar posição de partido ou de ideologia.

Por fim, se forem tomados em auxílio os estudos sociológicos de Pierre Bourdieu¹¹² a respeito do papel dos intelectuais, numa proposta de repensar a figura concebida, cada um a seu modo, por Sartre, Mannheim,¹¹³ Alfred Weber, Gramsci e também de Joseph Schumpeter,¹¹⁴ Nizan,¹¹⁵ dentre outros, são orientadoras as suas sugestões: não se pode conceber a categoria do “intelectual” sob pressupostos apriorísticos ideologicamente concebidos (“esquerdistas” ou “direitistas”, em termos de interesse desta tese acadêmica); ou reduzi-la a sua origem social ou inclui-la na dicotomia de apoiadores dos dominantes ou dos dominados na arena da luta de classes; ou então caracterizá-la romanticamente como insurgente, em que aquele personagem algo moveção se rebela contra sua geração e rejeita instituições.

As trajetórias precisariam ser estudadas na sua particularidade, de modo a combinar “corte estrutural” e “história genética”. Daí se tornar possível analisar o grau de autonomia de um intelectual levando-se em conta as diversas espécies de *capital* (econômico, cultural, simbólico) em determinada sociedade, em seu tempo e em seu espaço.

Bourdieu conhecia, afinal, mesmo indiretamente, o contexto brasileiro, já que seu orientando, Sergio Miceli,¹¹⁶ trabalhara em sua tese de doutorado a temática da relação dos intelectuais com o poder. Portanto, era preciso precaver-se durante as tentativas de operacionalização metodológica de isolar e extrair tipos ideais do “intelectual” da

¹¹⁰ Economista, sociólogo, teórico da cultura e professor universitário alemão, irmão de Max Weber. Nasceu em 1868 e faleceu em 1958.

¹¹¹ Sociólogo do conhecimento judeu, nascido em 1893 na Hungria e falecido em 1947.

¹¹² Para a construção dessas ideias bourdieusianas, estudou-se a fonte Charle (2017, p. 236-239).

¹¹³ Karl Mannheim (1893-1947): sociólogo judeu nascido na Hungria. Cf. Mannheim (1993 [1929]) para uma clássica abordagem em sociologia do conhecimento, ao lado de alguns esclarecimentos em torno do gênero ensaio como recurso para a captação de paradoxos investigativos.

¹¹⁴ Economista, economista e cientista político checo-austriaco, nascido em 1883 e falecido em 1950.

¹¹⁵ Paul Nizan (1905-1940): romancista, ensaísta, jornalista, tradutor e filósofo francês.

¹¹⁶ Sociólogo, cientista político e professor universitário carioca, nascido em 1945.

realidade. Todavia, era pertinente a sustentação de que no seu estudo as conjunturas compreendidas entre Maio de 1968 e a onda neoliberal dos anos 1980 envolviam mudanças significativas que certamente influíram no papel desempenhado por esse modelo de ser social.

Ao se focar a figura de José Guilherme Merquior, este estudo trata de um caso “pessoal”, de um “episódio psicológico”, como escreve criticamente de Lukács o mesmo Löwy (1998, p. 20, 27, 263); quer-se dizer que a dimensão sociológica — ainda que acompanhada de outras áreas do saber — do pensamento reflexo em uma obra, a de Merquior, por si só o justificaria como “fenômeno social” digno de estudo, porquanto sua contribuição bibliográfica não “nasce do nada”, mas dentro de um emaranhado epistemológico em diálogo com outros autores anteriores ou contemporâneos, interlocutores seus, a que adere ou rechaça.

De maneira que a obra merquioriana, aqui enfocada sob o prisma da delimitação da estética à política no seu embasamento sociológico, envolve valores que adentram o universo da disciplina, pois o problema do papel dos intelectuais na contextualização de suas produções e na compreensão de seu papel ideológico, no caso de José Guilherme Merquior, revela que ele não foi nem um intelectual submetido ao Estado, nem autônomo completamente, pois se percebe, nas exposições de seu itinerário, que ao longo de sua trajetória intelectual não se fechou em leituras simplesmente por seus autores serem marcados por postulações convencionalmente julgadas mais *reacionárias* ou mais *progressistas*, lendo, como se analisará nos próximos capítulos, autores de tradições distintas, desde que estes emprestassem maior compreensão do mundo em que se inseriu.

Não se podem compreender os intelectuais meramente por “submissos” ao Estado, nem absolutamente dotados de um livre-arbítrio social que lhes permita agir voluntariosamente, defender ideias que *flutuam* no ar, nem mesmo dizer-lhes “originais”, uma vez que o passado, a história, as correntes com as quais comungaram e/ou as que criticaram acompanham a sua produção intelectual, nos seus argumentos e nas suas contradições.

Assim, o caso Merquior liga-se a um tipo de funcionário público concursado e de carreira que, valendo-se de sua estabilidade funcional, mostrou aparentemente, como reflexos, *avanços*, *retrocessos* e *paradoxos* na concepção de sua bibliografia.¹¹⁷

¹¹⁷ Cada década empresta à vida de Merquior uma valência intelectual com profunda afinidade entre leitura, análise e contexto social. Tomem-se alguns exemplos: nos anos 1960, a influência do marxismo lukacsiano e, pouco mais, do estruturalismo, bem como sua amizade com San Tiago Dantas num momento delicado

Não foi ele apenas o “funcionário” dos governos militares (1964-1985), seguindo à risca as determinações de um plano governamental de disciplinamento social; também propôs, como funcionário público e intelectual, algo “seu”. E como orienta ainda uma vez o mesmo Löwy (1998, p. 22): a “recepção” ou “rejeição” de uma ou mais doutrinas deve, ela mesma, ser compreendida em sua relação com a realidade histórica concreta. Para o caso de Merquior, a diplomacia lhe deu a possibilidade material e, desta sorte, psicológica para estudar e produzir seus textos.

A obra de Merquior faz sua inscrição, igualmente, no pensamento social através do modelo crítico do *ensaio* de um diplomata também dado a escrever livros interdisciplinares. Na tradição do pensamento social brasileiro, o ensaísmo ocupou lugar de reconhecimento, apesar de, no seu início, ora servir para dissimular deficiências intelectuais próprias do autodidatismo em muito devido à falta de institucionalização de faculdades nacionais especializadas até os anos 1930, ora como recurso em que se digladiam, até hoje, o estilo *analítico* e o *literário* refratário dos filhos de senhores rurais, de impulsos literários e da retórica jurídica e política.¹¹⁸

Porém, a prosa ensaística ainda permaneceria forte, pelo menos em quatro dos intérpretes da formação social brasileira alvos do crivo crítico de Merquior: (a) Sérgio

da conjuntura brasileira; nos anos 1970, sua aproximação progressiva com o liberalismo, seja pela amizade protetiva com Roberto Campos, seja pela atmosfera liberal de Londres, onde serviu como diplomata e doutorou-se em Sociologia pela London School of Economics (LSE); nos anos 1980, a abertura política do Brasil (De Geisel a Tancredo Neves), a decadência e queda do chamado “Socialismo Real” simbolizado pela derrubada do Muro de Berlim e pela derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a vitória das ideias pretensamente liberais do presidente da República eleito Fernando Collor de Mello.

¹¹⁸ A este fenômeno, embora não exclusivo do Brasil, Holanda (2016, p. 274-276) denominou criticamente, em sua visão comparativamente histórico-sociológica já nos anos 1930, “praga do bacharelismo”: “Ainda hoje são raros, no Brasil, os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários que se limitem a ser homens de sua profissão. [...] As nossas academias diplomam todos os anos centenas de novos bacharéis, que só excepcionalmente farão uso, na vida prática, dos ensinamentos recebidos durante o curso. A inclinação geral para as profissões liberais, que em capítulo anterior já se tentou interpretar como aliada de nossa formação colonial e agrária, e relacionada com a transição brusca do domínio rural para a vida urbana, não é, aliás, um fenômeno distintamente nosso, como o querem alguns publicistas. Poucas terras, por exemplo, parecem ter sido tão infestadas pela “praga do bacharelismo” quanto o foram os Estados Unidos, durante os anos que se seguiram à guerra da Independência: é notória a importância que tiveram os *graduates* na Nova Inglaterra, apesar de todas as prevenções do puritanismo contra os legistas, que à lei do Senhor pareciam querer sobrepor as simples leis humanas. E aos que nos censuram por sermos uma terra de advogados, onde apenas os cidadãos formados em direito ascendem em regra às mais altas posições e cargos públicos, poder-se-ia observar que, ainda nesse ponto, não constituímos uma singularidade: advogados de profissão foram em sua maioria os membros da Convenção de Filadélfia, advogados são ainda em nossos dias metade dos elementos das legislaturas estaduais e do Congresso dos Estados Unidos; advogados têm sido todos os presidentes da República norte-americana que não foram generais, com as únicas exceções de Harding e Hoover. Exatamente como entre nós. As críticas a esse fato são lá quase tão frequentes quanto aqui e já se lembrou o contraste evidente com o que ocorre na Grã-Bretanha, onde não houve um único primeiro-ministro advogado durante todo o século que vai de Perceval a Asquith”.

Buarque de Holanda¹¹⁹ — “grão-senhor da inteligência moderna” cujas *Raízes* do “programa de autoconhecimento nacional” de historicismo, crítica e sociologia foram plantadas por “Paulo Prado¹²⁰ e seus amigos modernistas”; (b) Gilberto Freyre¹²¹ — “o nosso mais completo anti-Rui Barbosa¹²²”, através de uma obra na qual convivem “ciência social e literatura moderna contra o juridicismo parnasiano”; (c) Roberto DaMatta¹²³ — a se valer, em sua “interpretação de processos autoritários”, da “clássica distinção sociológica entre indivíduo e pessoa”, num mundo sob o domínio dos privilégios e do “personalismo autoritário”, “devolução, sobretudo, aos seus lugares de *pessoas*, isto é, aos seus papéis e posições, naturalmente inferiores, numa sociedade hierárquica, onde, oficialmente, todos os indivíduos são iguais, mas na realidade, como na distopia de Orwell, uns são bem mais iguais do que os outros”; e (d) Antonio Candido — para quem, numa “crítica sociologicamente orientada”, “o texto” ou “a obra de arte não é nenhum epifenômeno da sociedade, o que não autoriza ninguém a concebê-la como algo misteriosamente incausado [sic] e associal [sic]”, mas ver que “o social habita *dentro* do literário”, em método, com “recursos das ciências sociais”, de “supressão do sociologismo, sim; abandono da abordagem sociológica, nunca” (MERQUIOR, 1981c, p. 257-259, 271, 316, 319, 323, 325; 1983a, p. 234-235).¹²⁴

Seja lembrado que quando de sua posse na cadeira de Semiologia Literária no Collège de France, em janeiro de 1977, Roland Barthes abriu sua *Leçon* com um xeque:

Eu devo começar por interrogar-me acerca das razões que inclinaram o Colégio de França a receber um sujeito incerto, no qual cada atributo é, de certo modo, imediatamente combatido por seu contrário. Pois, se minha carreira foi universitária, não tenho entretanto os títulos que dão geralmente acesso a tal carreira. E se é verdade que, por longo tempo, quis inscrever meu trabalho no campo da ciência, literária, lexicológica ou sociológica, devo reconhecer que produzi tão-somente ensaios, gênero incerto onde a escritura rivaliza com a análise (BARTHES, 2004 [1978], p. 7; grifos nossos).

¹¹⁹ Advogado, historiador, crítico literário, professor universitário, jornalista e sociólogo nascido e falecido em São Paulo; viveu entre 1902 e 1982.

¹²⁰ Advogado, cafeicultor, investidor, mecenas e escritor paulista, nascido em 1869 e falecido em 1943.

¹²¹ Antropólogo, sociólogo, ficcionista, pintor e poeta pernambucano, nascido (1900) e falecido (1987) no Recife.

¹²² Jurista, político, escritor, diplomata, filólogo, jornalista, tradutor e orador baiano, nascido em 1849 e falecido em 1923.

¹²³ Antropólogo, professor universitário, ensaísta e conferencista carioca, nascido em 1936.

¹²⁴ Estes artigos figuraram, previamente, em periódicos e numa coletânea. Cf. MERQUIOR, José Guilherme. Na casa dos oitenta. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 11, sábado, 19 abr. 1980, caderno B, p. 12; Mestre Sérgio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 20, quarta-feira, 28 abr. 1982, Opinião, 1º caderno, p. 11; Sabe com quem está falando? **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 set. 1979, p. caderno B, p. 10; O texto como resultado: notas sobre a teoria da crítica em Antonio Candido. In: LAFER, Celso (org.). **Esboço de figura**: homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 121-131. Logo após, foram incluídos, naquela ordem, em Merquior (1981c, p. 270-276, 257-260, 316-328; 1983a, p. 232-235).

Ressalte-se: ainda que Merquior não tenha feito carreira acadêmica efetiva, mesmo havendo ministrado, a convite, em suas atividades letivas, cursos e aulas em nível de pós-graduação, sua função diplomática não o impediu, como se sabe, de obter formalmente títulos *strictu sensu*.¹²⁵ Ao mesmo tempo, contudo, o estilo de sua prosa evidencia, ao longo dos anos, um abrandamento, em um percurso coincidente e inerente ao desenvolvimento de suas concepções, desde o entusiasmo *marxista* de juventude, correspondente aos primeiros anos de formação universitária e colaboração literária no meio jornalístico impresso à defesa confessadamente social-liberal nos últimos anos de vida, já de certo modo menos provocativo e polêmico e mais suavizado e historicizante no seu gosto pessoal pela esgrima de ideias.

Um referencial relevante é a dívida merquioriana — conforme se verá com aprofundamento no capítulo 3 — com o pensamento de Walter Benjamin, por quem nutriu até o final da vida grande admiração devido à sua forma de escrever e à riqueza de sua obra criativa e fragmentada, ainda que não comungasse ideologicamente com seu *idearium* marxista.

Uma entrevista concedida a Leandro Konder por Merquior na segunda metade dos anos 1980 esclarece:

LEANDRO KONDER: — Você, nesse livro *O marxismo ocidental*, dedica algumas páginas a um autor ainda há pouco citado [...], Walter Benjamin, que é objeto da nossa admiração comum há muito tempo; e o Walter Benjamin é um sujeito [sic] que tem características de um certo espírito romântico, ele tem raízes românticas, que normalmente você combateria — não é? — implacavelmente. E no entanto, eu sinto que você pelo menos até *O marxismo ocidental* ainda preservava um certo carinho pelo personagem [sic]. Então eu gostaria que você falasse sobre essa sua aparente contradição.

¹²⁵ Merquior (1981c, p. 232) manteve um posicionamento pouco acadêmico, comparável, cada qual a seu modo e por suas razões, ao de Gilberto Freyre, este que se orgulhava de nunca haver seguido carreira universitária: “Meu palpite é que ela diz com a condição do *homem de letras*, figura intelectual hoje arcaica, substituída que foi pela cultura setorializada (e tantas vezes pedantocrática) do intelectual universitário que ora todos somos”. O próprio Benjamin, na sua vida trágica, guardaria reserva semelhante: “Convém lembrar que, em outra ocasião, ele [Benjamin] tornaria a declinar da carreira docente, pois, assim como não aceitou o convite de Scholem [, Gerhard, filósofo e historiador judeu alemão, nascido em 1897 e falecido em 1982], também recusou o convite formulado por Eric[h] Auerbach para ser professor da Universidade de São Paulo, que estava sendo criada” (FRANCO, 2015, p. 20; grifos nossos). É possível, todavia, identificar um erro nesta afirmação, pois Benjamin não declinou do convite de Auerbach, conforme se depreende da leitura do original da carta (datada de Roma, 23 de setembro de 1935) trocada entre ambos, onde se encontra esse informe a partir da tradução do professor, crítico literário, advogado e escritor maranhense Luiz Costa Lima: “Há um ano pelo menos, quando se procurava um professor para ensinar literatura alemã em São Paulo, pensei no senhor; através da *Frankfurter Zeitung*, soube de seu endereço (dinamarquês) de então e o comuniquei às autoridades competentes. Mas não deu em nada e não teria sentido escrever-lhe da Alemanha”. 5 cartas (1989, p. 68). Cf. também Auerbach (2013 [1921], p. 383).

JOSÉ GUILHERME MERQUIOR: — Bom, deve haver um elemento de contradição, que tem a ver com o lado — digamos — emotivo; quer dizer, ele foi a minha primeira namorada, ideologicamente falando; então é natural que algo da velha flama ainda crepite. Mas na realidade, como você sabe, já n’*O marxismo ocidental* eu tomo distância em relação ao pensamento dele, mas ainda me rendo, com muito prazer, à qualidade da prosa — não é verdade? Walter Benjamin foi um dos maiores ensaístas, foi talvez o maior artista do ensaio no nosso tempo [grifos nossos].¹²⁶

A ensaística na prosa de Merquior (1981c, p. 233) possui ainda uma ligação conceitual que remonta ao *jovem* Lukács (para ele, “o maior filósofo do marxismo pós-clássico e que também influíra sobre o *sempre jovem* Walter Benjamin). Numa passagem esclarecedora de seu livro *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*, Merquior (1969, p. 113) destacará uma passagem do livro lukacsiano *A alma e as formas* (1911)¹²⁷ segundo a qual está contido expressamente o fundamento da sua atividade de crítica estética, sociológica e filosófico-política, quando o escritor húngaro define o ensaio:

O ensaio fala sempre de algo já formado ou [...] de algo que já foi, em outra ocasião; pertence à sua essência não extrair coisas novas do vazio, mas ordenar, de maneira nova, coisas que em algum momento já foram vivas. E como se limita a reordená-las, em lugar de dar forma a algo novo partindo do informe, acha-se vinculado a essas coisas, tem que dizer sempre “a verdade” sobre elas, e exprimir a sua essência (MERQUIOR, 1969, p. 113; grifos nossos).

Merquior condenaria as tentativas de explicação da ação humana por um único prisma doutrinário (e quase “ditatorial”, mas com certeza *irracionalista*¹²⁸). Sua opção pelo ensaio, por conseguinte, procura relativizar as correntes de pensamento na sua unicidade heurística, justamente por aí residir “sua animosidade ao espírito de sistema”:

Seduzido pelas obras, adstrito a alcançar o universal através da reflexão sobre a sua particularidade, o ensaio “ergue-se contra a doutrina, arraigada desde Platão, segundo a qual o mutável, o efêmero, é indigno da filosofia”. Apaga-se com ele a distinção entre uma “filosofia primeira” e uma sempre secundária “filosofia da cultura”. Mas se o ensaísmo se fundamenta como descrição dos objetos da cultura, e só como tal se permite chegar à reflexão filosofante, nem por isso se subordina ao ideal equívoco da pura descritividade. Benjamin não compartilha de modo algum da tendência fenomenológica a reconciliar a apodicticidade das essências com o concreto. Renato Solmi¹²⁹ vê nessa atitude o sinal da hostilidade às “tradições irracionais do pensamento burguês” [...], o seu excessivo... intelectualismo. [...] [Eis] o problema central do pensamento contemporâneo: a necessidade de repensar a questão do ser no horizonte do

¹²⁶ Cf. o documentário, embora de acesso restrito, “José Guilherme Merquior: Paixão pela razão” [2015]. Disponível em: www.erealizacoes.com.br/midia/video. Acesso em: 27 jul. 2017.

¹²⁷ O título desta coletânea sugere clara inspiração para Merquior denominar um de seus livros *As idéias e as formas* (1981c).

¹²⁸ Aliás, título de um livro (*O irracionalismo na Teoria Sociológica*) ideado e anunciado por Merquior (1977, p. viii).

¹²⁹ Germanista, tradutor e pensador italiano, nascido em 1927 e falecido em 2015; chegaria, inclusive, a frequentar a Escola de Frankfurt.

tempo. [Não] Por excesso de teoretismo e de intelectualismo — [...] por inclinações “irracionalistas” [...].

O ensaio é reflexão filosófica porque é descrição crítica. Os temas de Benjamin são as obras; os seus problemas são os da tradição da filosofia. Mas o ensaio se afasta desta última por sua animosidade ao espírito de sistema. O sistemático lhe aparece como “fechado”; em vez de impor a continuidade da “teoria” ao objeto que a repele, o ensaísmo se vota a uma autorreflexão infinita, a uma sempre aberta revisão de si. [...] O caminho ensaístico desobedece às regras do método cartesiano [...]. Não deve nunca derivar pronto e perfeito da “teoria”, isto é, do sistema, parente do dogma [...]. Porém, quando evita a desnaturação do sistemático, quando abole o preconceito da filosofia contra a vária multiplicidade das produções da cultura, pela síntese enérgica de poder descritivo e audácia problematizadora, o ensaio irrompe, fiel ao real, e tão móvel quanto o próprio espírito, como “a forma crítica por excelência” (MERQUIOR, 1969, p. 113-115; grifos nossos).

Ademais, o ensaio, “forma crítica por excelência”, poderia apontar caminhos também criadores — “não extrair coisas novas do vazio, mas ordenar, de maneira nova”, como o queria o Lukács da leitura de Merquior (1969, p. 113) —, a exemplo do que mais tarde Gilberto Freyre (1982, p. 31), ensaísta com formação e reconhecimento antropológico, publicou — à parte o tom propriamente elogioso — numa página de jornal:

Ninguém, até hoje, em língua portuguesa, elevou tanto quanto José Guilherme Merquior a crítica literária, complementada pela de ideias, àquela expressão de criatividade em que o crítico é tão escritor criativo quanto o bom poeta, o bom novelista, o bom dramaturgo, o bom biógrafo, o bom historiador.

[...]

Precisamente a sensibilidade, a percepção, a intuição que, em José Guilherme Merquior, completam, de maneira a mais criativa, os saberes que nele se reúnem: os de humanista ou generalista que lhe permitem ser tão seguramente panorâmico em suas análises e interpretações de particulares. Ele é dos que, entre críticos modernos de letras e de ideias, no Brasil e fora dele, vêm sabendo relacionar suas análises e interpretações com todos os conjuntos ou complexos culturais [...]. É essa combinação que faz de José Guilherme Merquior um mestre da crítica literária e de ideias, um dos maiores críticos modernos (FREYRE, 1982, p. 31; grifos nossos).

Da leitura de seus livros, para que se fique apenas neste tipo de fonte, percebe-se que a estilística do ensaio que se configura em Merquior é acompanhada pela estilística da ironia, normalmente em formato de trocadilhos e neologismos, e por elementos de erudição, a qual, em alguns momentos, nubla a compreensão do conteúdo, apesar de, a contar dos anos 1980, notadamente com *As idéias e as formas* (1981c) e, assim, com sua adesão definitiva ao ideário social-liberal, começar a se esboçar uma forma mais direta e

informativa de escrever, sem contudo configurar um corte epistemológico,¹³⁰ como se estudará no penúltimo capítulo.

¹³⁰ Categoria — embora atenuada posteriormente — proposta por Althusser para conceber a evolução do pensamento marxiano, divisando-o na obra do “jovem” e do Marx “maduro”, ao contrário do que pensavam Henri Lefèbvre (1905-1991) e Lukács, já sob uma concepção sem aporias nem rupturas epistêmicas bruscas. Cf. SELL (2010, p. 41).

2. LITERATURA E SOCIEDADE: A BASE SOCIAL DA ESTÉTICA

A corte imaginária das personagens não se compõe de outro tecido, apesar de expressas no papel, que os da legião dos homens que freqüentam as ruas. Todos são filhos de igual teatro, comprometidos na mesma existência, quer a suscitada pelo historiador, quer a evocada pelo romancista. Quem os veste, arrancando-os do anonimato e do caos, será o olho organizador, classificador, o olho do biógrafo ou do ficcionista. No fundo, a situação histórica e social lhes dá a densidade, retratando as idiosincrasias de grupo: o homem que vê não está isolado, mas imerso no grupo, preformado pela conduta e pelo pensamento dos outros. O boneco de tinta cumpre um papel social como o boneco de carne e osso, representando ambos suas frustrações, na fantasmagoria de um mundo criado coletivamente. [...] Para a investigação histórica e sociológica, a obra de arte seria apenas uma fonte de estudo, entre outras. Só ela, com seus pesos e medidas, desprezando a especificidade estética, diria o que há de verdade e de mentira no poema e no romance (FAORO, Raymundo, 1974, p. 486-487).

José Guilherme Merquior apresenta em sua obra uma compreensão da estética intimamente vinculada à sua base social. Esta perspectiva crítica está presente em sua análise de pintura, música, dramaturgia, dança, literatura e outras manifestações. Por ser a literatura,¹³¹ contudo, uma constante preocupação em sua produção intelectual, este capítulo se concentrará nesse universo temático.

Merquior (2014a [1977], p. 247-248) trata justamente de apreender na literatura não apenas entretenimento ou vocação moralizadora mas também a agudização de um problema central: a busca de uma *hermenêutica* do social na narrativa ou nos versos que analisa, operação esta flagrante de contextos histórico-sociais, no caso da cultura moderna, inseridos na arte como crítica social perceptível por trás do processo de criação. Justamente por entender, interdisciplinarmente, que a literatura enquanto uma forma de manifestação estética apresenta cenários, conflitos, seres vivos, idiosincrasias, matérias-primas inerentes a cada época, localiza, então, a função social da literatura sob o contexto moderno da civilização industrial, quando se instaura o processo de criação acompanhado da “*hipertrofia da visão problematizadora*” do mundo. A prosa e a poesia, longe de expressarem tão só sentimentalismo ou graça e beleza, guardariam nas entrelinhas uma atitude crítica ante a existência (MERQUIOR, 2014a [1977], p. 247-248).

¹³¹ Literatura, esclareça-se aqui, nos sentidos estritamente *ficcional* e *poético*.

Assim, para além de se destinarem somente à elevação moral como oportunidade para uma cartilha de princípios a serem seguidos (com ideias estabelecidas, portanto) ou a distrair o espírito em épocas passadas ou nas raras horas do presente (em momentos de menor excitação social), os valores literários praticam uma atividade em cujo íntimo do gesto artístico passa a predominarem valores de recriação que, sem deixar de serem tentativas de discutir o sentido da existência, porque esta se compõe de uma dimensão axiológica, dota-se também de um recrudescimento do “papel de interpretação da vida por meio da palavra” (MERQUIOR, 2014a [1977], p. 247-248).

Até porque — e como já se sugeriu — a administração da arte não consegue mais, atualmente, dar conta de (apenas) apontar uma plataforma fixa de valores comuns que correspondam a uma tradição e a uma harmonia no circuito de coesão em sociedade, uma vez que o cenário que se apresenta é o da fragmentação da vida; tampouco simplesmente entreter leitores em seus cada vez menos frequentes descansos ou crescentes ócios, porém, de modo ético e comprometido com o mundo, pode-se empenhar em surpreender na criação de prosadores e de poetas muito mais do que ficção, devaneio e sublimação, e sim uma postura de aprofundamento (e desse modo, de problematização) da realidade”e, em suas múltiplas estruturas.

De igual maneira, a compreensão da estética intimamente vinculada à sua base social oferece-se como uma ferramenta imanente à obra crítica de Merquior porque a “dicção verbal”¹³² contida no texto literário permite enxergar na narrativa ficcional ou na inspiração do altiplano poético uma dentre as principais categorias sociológicas: a da mobilidade social. Com o correr dos séculos, protagonistas e musas *descem* ao “cotidiano *sub specie vulgaritatis*” e então se revela seu condicionamento social (MERQUIOR, 1972a, p. 46; 1980c, p. 138).

Com a intensificação das tensões sociais nas idades Moderna e Contemporânea devido à emergência de convulsões de ordem política, econômica e cultural, também há “mudanças na autopercepção dos homens”¹³³ e, por conseguinte, o conteúdo dos textos também se altera. A literatura moderna aprofunda a observação das desigualdades sociais, já que entre os ingredientes da criação artística em prosa ou em verso está contido o

¹³² Não há pleonasma na expressão, pois o termo é aqui empregado no sentido de “estilo” e não sob um significado apenas prosódico. Por isso mesmo, Merquior (1972a, p. 24, 46; 1980b, p. 137) distingue a *dicção* como “estilo” para designar tanto sua aplicação à *palavra* plástica quanto à *palavra* literária.

¹³³ Originalmente, “Wandlungen in der Selbstanschauung des Menschen”. Também pode ser vertido, numa adaptação, como: “Transformações no modo como os homens veem a si mesmos” (WAIZBORT, 2012, p. 140).

movimento (seja este ascendente ou descendente, vertical ou lateral) de indivíduos, grupos e organizações entre posições socioeconômicas em uma hierarquia formada por sistemas de estratificação. Escravidões, castas, estamentos ou classes sociais são chamados a se fazer constantes nos enredos, intensificando-se sua criticidade com o advento do “realismo” moderno, sem a perda da autonomia do campo artístico:

A tendência ao realismo na literatura e na arte modernas não se confunde com a simples aspiração documental, ao fotográfico, ao puro “espelho da vida”. Por isso, a expressão “realismo” nem de longe evoca aquela outra, com que tão erroneamente é muitas vezes relacionada, a de “naturalismo”. Mais ainda: a tendência ao realismo de que falamos não corresponde nem sequer a uma obediência aos princípios da escola realista (o romance de Stendhal¹³⁴ a Flaubert¹³⁵, dos ingleses, russos e alemães do meio para o fim do século XIX); porque “realismo”, neste sentido, é menos abrangente que na significação que lhe damos. No sentido de escola do romance realista, a palavra designa uma das variedades da atitude literária em que, pelo menos em seu programa, a *observação* prevalece sobre a imaginação. Não se refere tanto à realidade como resultado da representação artística, e sim a determinada técnica de apreensão: aquela em que o artista, desejoso de obter uma imagem objetiva do real, confie menos na sua imaginação do que na verificação minuciosa e analítica dos dados da experiência. A orientação para o realismo de que falamos, e que caracteriza a evolução mais profunda da arte contemporânea, não se prende nem a um objetivo documental nem a determinada técnica literária. Seus dois traços essenciais seriam: 1) a tentativa de exprimir a realidade da experiência cotidiana, não necessariamente de maneira sociológica, documental, mas, ao contrário, freqüentemente, de forma visionária, fantástica, alusiva e simbólica; e 2) a tentativa de apreender, ao lado dessa realidade do cotidiano, as condições concretas em que se dá, na atualidade, a experiência estética. O sentido do realismo consistiria, em nosso tempo, nessa inspiração no tecido vivo da experiência diária e na capacidade de captar o condicionamento da própria experiência estética. Do ponto de vista da técnica literária, esse realismo não se limita a nenhum estilo especial, talvez nem mesmo a uma família estilística qualquer. Por isso, não se trata de uma escola, e sim de uma orientação geral (MERQUIOR, 1981c, p. 84-85; grifos nossos).

Assim, quanto maiores as disparidades, mais sensíveis as percepções pelo leitor da presença de elementos que constituem formas de *status*, prestígio, ocupações no âmbito do trabalho, renda, capital, ângulos de preconceitos advindos de fatores de gênero, etários ou étnicos. À estrutura da sociedade explorada pelo texto corresponderão, destarte, movimentos mais rígidos ou fluidos de ascensão ou de exclusão, oportunidades ou distanciamento de posições igualitárias.¹³⁶

O empreendimento intelectual merquioriano de surpreender, no texto literário, tonalidades que sugerem a totalidade do social é fundamentado a partir de uma dupla

¹³⁴ Romancista francês, nascido em 1783 e falecido em 1842.

¹³⁵ Gustave Flaubert (1821-1880), escritor realista francês.

¹³⁶ Sobre o tema da mobilidade social, q.v. Giddens e Sutton (2016, p. 158-163), bem como Giddens (2012, p. 309 et seq.).

interlocução: a inspiração buscada em Erich Auerbach¹³⁷ e, sob influência deste, no Brasil, Antonio Candido.¹³⁸

A proposta central destes dois autores é a de comprovar, valendo-se da literatura comparada do Ocidente manifestada ao longo dos séculos, que os textos, sem prejuízo de sua especificidade autônoma, própria do plano estético, sugerem uma dívida com componentes *exteriores* à obra de arte. Esta, em suas recriações da realidade, fixa, aberta ou tacitamente, valores que estão conectados com contextos históricos específicos e passíveis de serem identificados e analisados qualitativamente pela percepção sociológica. Ademais, as amostras de títulos de textos da literatura ocidental (em que se inclui, no caso da contribuição de Candido, a literatura brasileira) permitem constatar uma crescente problematização do mundo moderno sob a marca da racionalidade e da industrialização, indicativos de crítica ou de compreensão social e, dentro deste conjunto, formas de representar o real *sem* deformá-lo e assim evitar fugir do fato de que os seres humanos ocupam um lugar determinado, embora também móvel, nos estratos da vida em sociedade.

No primeiro autor, a categoria *mimesis*¹³⁹ é o recurso que permite ao artista, seja este prosador ou poeta (ambos alvos da crítica merquioriana), recriar com as imagens de seus textos e por meio de uma representação a realidade social em todas as épocas. Auerbach (2002 [1946], p. 19, 35, 115, 430, 445) desenvolve verdadeiro panorama da condição humana, em que os textos lhe servem para constatação de “como os seres humanos viam a si mesmos e o mundo no qual viviam em um determinado momento e situação histórica, figurando-os em obras literárias” (WAIZBORT, 2012, p. 125-126).

Toma então por amostra dezesseis momentos literários distribuídos ao longo de vinte e nove séculos de história (IX a.C.—XX d.C.) e defende a tese de que na Antiguidade e na Idade Média empregava-se o estilo solene, elevado, sublime,

¹³⁷ Filólogo, professor universitário, ensaísta, crítico literário e estudioso da literatura comparada, nascido na Alemanha, em 1892, falecido em 1957.

¹³⁸ Antonio Candido de Mello e Souza: sociólogo, professor universitário, ensaísta e crítico literário nascido no Rio de Janeiro em 1918 e falecido em 2017.

¹³⁹ Trata-se de categoria que serviu de título homônimo em Auerbach. Cf. *Mimeses: a representação da realidade na literatura ocidental* (AUERBACH, 2002 [1946]). Originalmente, *Mimeses: Dargestellte Wirklichkeit in der abendländischen Literatur* (Bern: A. Francke, 1946). Merquior (1969, p. 108) considera este trabalho seu “magnum opus”, ou ainda, elogiosamente, “monumental odisséia estilística”. Esta obra foi escrita durante os anos de exílio em Istambul, na Turquia, onde Auerbach se refugiou, por ser judeu, portanto vítima das perseguições nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial (SPERBER, 1972, p. 221). Por não dominar o alemão, Merquior se valia da tradução espanhola publicada pela editora Fondo de Cultura Económica, no México, em 1950. Consultar também Merquior (2013b [1965], p. 34, 195; 1972a, p. 222; 2012 [1975], p. 42; 2015 [1974], p. 206).

aristocrático, sagrado, decoroso, das classes dominantes. Logo, o processo de criação obedecia a uma “divisão” ou “separação de estilo” (*Stiltrennung*). Personagens simples, do povo, de classes menos favorecidas do estrato social, homens sem virtudes gloriosas, párias, gestos horrendos, despudor, cenas grotescas, vulgos populares, tudo significava desonra literária.

Por seu turno, ocorre então, na contemporaneidade, “um choque entre as duas tradições”, pois no mundo moderno instaura-se um novo mecanismo de operação estética: a “mistura dos campos estilísticos” ou “mescla de estilos” (*Stilmischung*) oferece-se como uma possível ferramenta heurística para o entendimento, através da problematicidade da experiência humana. Nesta ferramenta reside a força de sua atividade criadora, alicerçada pela abertura ao registro das circunstâncias históricas de distintas posições sociais (AUERBACH, 2002 [1946], p. 5, 35, 62, 160, 431, 445, 460).

O estilo antigo e medieval procura ocultar o plano sensível e crítico da vida em sociedade. Pregam-se supremos valores, mas *descolados* da dimensão terrena. A democracia, a justiça, a política, a honra, o bem comum, a verdade, a ética... são termos que, mais do que vividos, revelam-se idealizados, à espera do antropocentrismo da modernidade.¹⁴⁰ Para este caso, a sublimidade é inconciliável com o real. Já os estilos moderno e contemporâneo quebram, contudo, o paradigma ou o modelo, pois os seus valores passam a se conectar com o movimento histórico-social.

Nesse sentido, Auerbach (2002 [1946], p. 20) tipifica:

Os dois estilos representam, na sua oposição, tipos básicos: por um lado, descrição moderada, iluminação uniforme, ligação sem interstícios, locução livre, predominância do primeiro plano, univocidade, limitação quanto ao desenvolvimento histórico e quanto ao humanamente problemático; por outro lado, realce de certas partes e escurecimento de outras, falta de conexão, efeito sugestivo do tácito, multiplicidade de planos, multivocidade e necessidade de interpretação, pretensão à universalidade histórica, desenvolvimento da apresentação do devir histórico e aprofundamento do problemático.

Dois exemplos podem ser apresentados. O *Antigo testamento* obviamente pode ser lido como problematização do cotidiano nas suas lições e nos episódios trágicos de seus personagens, contudo o *fim originário* era de neste texto sagrado se obterem orientações éticas (ou no máximo registros ilustrativamente histórico-geográficos). Então, nesse caso, o profético e o sublime suplantam a historicidade e a mobilidade social. Já no caso do texto moderno, sobretudo a partir do século XIX, a representação literária

¹⁴⁰ Se se quiser dizer no sentido auerbachiano: “uma auto-responsabilização social do homem” (AUERBACH, 2002 [1946], p. 430).

na cultura europeia se realiza como fenômeno estético da mistura do sublime e do grotesco, em que seus autores, entre os quais Balzac¹⁴¹ e Stendhal,

tomaram personagens quaisquer da vida quotidiana no seu condicionamento às circunstâncias históricas e as transformações em objetos de representação séria, problemática e até trágica, quebraram a regra clássica da diferenciação dos níveis, segundo a qual a realidade quotidiana e prática só poderia ter seu lugar na literatura no campo de uma espécie estilística baixa ou média, isto é, só de forma grotescamente cômica ou como entretenimento agradável, leve, colorido e elegante. [...] [Estes autores] abriram caminho para o realismo moderno, que se desenvolveu desde então em formas cada vez mais ricas, correspondendo à realidade em constante mutação e ampliação da nossa vida (AUERBACH, 2002 [1946], p. 499-500).¹⁴²

Neste ponto reside justamente o interesse de Merquior, porquanto a modernidade do estilo revela agora com maior clareza ao menos duas categorias irmãs e fundamentalmente sociológicas: a estratificação e a mobilidade sociais.¹⁴³

Para o fundamento da crítica ao real pela literatura em Merquior (1969, p. 107), na própria produção auerbachiana intitulada *Dante como poeta do mundo terreno*¹⁴⁴ encontra-se um dos primeiros exemplos de literato, ainda sob a época medieval, que “constrói a representação histórico-sensível do universal-problemático”:

[...] o universo dantesco vincula êsse apêgo ao concreto individual a dois elementos básicos da visão cristã: (1) o senso do *histórico, valorizado pelo caráter real, acontecido*, da Revelação, dada sob a forma da presença histórica de Cristo entre os homens; e (2) a dimensão problemática da vida, a idéia da existência constantemente oscilante entre a salvação ou a perdição, a felicidade ou a desgraça.

Dáí Merquior (1969, p. 108) concluir iniciar-se com Dante

¹⁴¹ Romancista francês, nascido em 1799 e falecido em 1850. “Ora, Balzac possui, diante desta vida, múltipla, embebida de história, representada sem rebuscos, com tudo o que tiver de quotidiano, prático, feio e comum, uma posição semelhante à que Stendhal já possuía: leva-a a sério e até a considera tragicamente, nesta forma real, quotidiana, intra-histórica. Isto não existiu em parte alguma na época posterior ao surgimento do gosto clássico; nem antes, nesta forma prática e intra-histórica, dirigida para uma auto-responsabilização social do homem” (AUERBACH, 2002 [1946], p. 430).

¹⁴² Auerbach (2002 [1946], p. 278) aponta como caso exemplar a dramaturgia de William Shakespeare (1564-1616) com o intuito de comprovar que na ruptura, através dos séculos, com o estilo puramente solene e pouco sociológico reside a fundamentação social da estética: “Por mais importante que tivesse sido a influência antiga sobre Shakespeare, ela não conseguiu seduzi-lo para uma tal separação estilística; não a ele, nem a outros poetas dramáticos da época elisabetana; a tradição medieval-cristã e, simultaneamente, popular-inglesa, que se rebelava contra ela, era ainda demasiado forte. Num tempo muito posterior, mais de século e meio após a sua morte, a poesia de Shakespeare tornou-se ideal e modelo de todos os movimentos que se revoltavam contra a severa separação dos estilos do Classicismo francês. Procuraremos verificar o que significa a mistura de estilos na sua obra”.

¹⁴³ Auerbach (2002 [1946], p. 41, 61) incluirá ambas no conjunto da “extração social”, sob o sentido de origem, procedência, estirpe, linhagem do indivíduo na sociedade.

¹⁴⁴ Dante (1265-1321), poeta, escritor e político florentino. O título original da obra é *Dante als Dichter der irdischen Welt* (AUERBACH, 1997 [1929]).

a revogação da “Stiltrennung”, ou seja, do princípio clássico da separação dos “níveis de estilo” (estilo elevado, estilo médio e estilo baixo)¹⁴⁵ através do qual a literatura clássica e classicista de gênero elevado (isto é, sério-problemático) demonstrava suas tendências abstrato-universalizantes anti-realistas e anti-historicistas. Sendo essencialmente alheia ao princípio da separação dos estilos, utilizando, ao invés dêle, a *mescla estilística* (Stilmischung) — onde o sério-problemático pode ser expresso pela linguagem corrente e pode versar sobre situações e extratos sociais considerados “vulgares” — a literatura medieval fêz-se ela própria uma espécie de *figura*¹⁴⁶ do realismo. Dante antecipa Balzac [grifos nossos].

O estilo moderno se instaura mas só amadurece completamente no século XIX, justamente quando surgem disciplinas como a Sociologia. Afinal, dentre os fundamentos das Ciências Sociais encontra-se decerto a desnaturalização dos fenômenos, de modo a contextualizá-los e portanto correlacioná-los e analisá-lo empiricamente, reconhecendo-lhes as contradições.¹⁴⁷

Tratava-se agora de um foco marcado pelo olhar para o sensível, e este sensível era o social problematizado. Não mais apenas a criação literária se bastava nas caricaturas de seres humanos, nem somente elegia heróis modelares; também anti-heróis eram envolvidos na trama do todo contextualizado.¹⁴⁸

¹⁴⁵ Aliás, perfeitamente correspondente à estratificação e mobilidade sociais em classes.

¹⁴⁶ “[...] a visão figural ‘reporta-se à interpretação histórica, e é essencialmente interpretação imediata da vida [...]’” (MERQUIOR, 1969, p. 109). Trata-se de um conceito usado por Auerbach (2002 [1946], p. 500-501) para designar o momento de transição de um estilo solene, sagrado e abstrato para um estilo mais crítico, secular e realista.

¹⁴⁷ “[...] uma modificação do modo de observar a história, necessariamente, se transfere, sem demora, à observação dos assuntos presentes. Quando se reconhece que as épocas e sociedades não devem ser julgadas segundo uma concepção modelar daquilo que é absolutamente digno de esforço, mas segundo as suas próprias pressuposições; quando se contam entre estas pressuposições não mais somente as naturais, como o clima e solo, mas também as espirituais e históricas; se, desta forma, desperta o senso da eficiência das formas históricas, da incomparabilidade dos fenômenos históricos e da sua constante mobilidade [...]” (AUERBACH, 2002 [1946], p. 395; grifos nossos).

¹⁴⁸ “Na literatura moderna, qualquer personagem, seja qual for o seu caráter ou sua posição social, qualquer acontecimento, fabuloso, político ou limitadamente caseiro, pode ser tratado pela arte imitativa de forma séria, problemática e trágica, e isto geralmente acontece. Na Antiguidade isto é totalmente impossível. [...] tudo o que corresponde à realidade comum, todo o quotidiano só pode ser apresentado de forma cômica, sem aprofundamento problemático. Isto, porém, fixa estreitos limites para o realismo; e se considerarmos a palavra realismo mais rigorosamente, devemos dizer: não poderá ser literariamente levado a sério qualquer ofício, qualquer posição social quotidiana — comerciantes, artesãos, camponeses, escravos —, qualquer cenário quotidiano — casa, oficina, loja, campo —, qualquer costume quotidiano — casamento, filhos, trabalho, alimentação —, numa palavra, o povo e sua vida. Relaciona-se com isto também o fato de não serem mostradas nitidamente, no realismo antigo [sic], as forças sociais que constituíam a base das circunstâncias apresentadas a cada caso; [...] aparece [a sociedade] como instituição dada, sem necessidade de explicação quanto à sua origem, e aos seus efeitos, permanente e imutável pano de fundo de cada acontecimento. Isto também mudou muito nos tempos mais recentes. Para a literatura realista antiga, a sociedade não existe como problema histórico, mas, na melhor das hipóteses, como problema moral, e, além do mais, o moralismo se refere muito mais aos indivíduos do que à sociedade. A crítica dos vícios e dos excessos, por mais que sejam muitas as pessoas retratadas como viciosas ou ridículas, coloca o problema de forma individual, de modo que a crítica da sociedade nunca leva ao desvendamento das forças que a movem. Portanto, por trás de toda a engrenagem que [...] [se] nos apresenta, nada existe que nos faça compreender as coisas a partir das suas ligações econômico-políticas e o movimento histórico [...], não é senão um movimento de superfície” (AUERBACH, 2002 [1946], p. 27-28).

Após estas considerações, pode-se retomar a categoria por excelência que possibilita à Sociologia lançar-se num olhar perscrutador da criação literária: a *mimesis*.

Sobretudo em dois de seus livros, *A astúcia da mímesis* (1972) e *Formalismo e tradição moderna* (1974), Merquior se vale da categoria *mimesis* sob inspiração em Auerbach e através desta noção procura fundamentar a base sociológica de sua crítica literária.

Merquior (1972a, p. [x]) então esclarece a diferença entre (1a) *mimese* ou (1b) *mimésis* e (2a) *mimesis* ou, em sua proposta de grafia, (2b) *mímesis*. Ele procura justamente combinar, na estética, a noção de autonomia da obra e sua dependência do contexto epocal. Numa nota introdutória escrita como “Memoranda” à *A astúcia da mímesis*, o autor defende a sua proposta categorial conciliadora:

A grafia do título deste livro requer um esclarecimento: *mimese* ou *mimese*? A opção pela proparoxítota visa a salientar a diferença entre *mimese*, figura de retórica, e o conceito de poética e de estética homônimo. *Mimese*, que se encontra aqui grafada em diversos dicionários de português, é a “imitatio”, [imitação¹⁴⁹] [...]. Trata-se, como se vê, de uma concretização específica daquela “faculdade de imitar” de que fala Aristóteles. Em outras palavras: *mimese* é uma espécie do gênero *mímesis*. No texto da *Poética* aristotélica, o grego μίμησις cobre — segundo se pode verificar às primeiras páginas do ensaio “Natureza da lírica” [do mesmo livro *A astúcia da mímesis*] — ambas as acepções. Em português, conviria aproveitar o fato de o conceito de poética, ao contrário da figura de retórica, ainda não possuir pronúncia codificada para firmar a forma esdrúxula, em benefício de uma distinção lógica, útil e cômoda (MERQUIOR, 1972a, p. [x]).¹⁵⁰

Merquior (1972a, p. [x]), ao propor ser a *mimese* uma espécie do gênero *mímesis* dá-se a ampliar o conceito antigo, formal, associal e retórico, fundamentado, não só por Aristóteles, mas também por Platão e Horácio.¹⁵¹

O primeiro termo — *mimese* ou *mimésis* (μίμησις) — remonta ao pensamento clássico (séculos V e IV a.C.), a Platão e Aristóteles, quando o empregam no sentido representacional da arte nas suas formas de expressão do universo perceptível. Para o

¹⁴⁹ “[...] (imitatio, μίμησις [mímese, em grego]), neste caso, a maneira de falar característica daquela pessoa [...]” (ROCHA, 2004, p. 23).

¹⁵⁰ O próprio *Jornal do Brasil* [Rio de Janeiro, ano LXXXII, n. 179, segunda-feira, 16 out. 1972, p. 10], à época, fez um comentário irônico sobre a complexidade desta passagem; transcreveu parte dela e terminou o informe com um “Entenderam?”. De fato, dois pontos podem ser problematizados a esta altura: a formação universitária de Merquior em Filosofia, aspecto que por si só talvez explique certa complexidade temática abraçada pelo autor, e o hermetismo de seu estilo de escrita (sobretudo entre os anos de 1972 e 1974, quando publica três de seus livros, conforme bibliografia constante na nota 3 da Introdução desta tese), porventura em virtude ainda dos próprios temas escolhidos ou como forma de legitimar-se perante a crítica acadêmica, não sendo ele professor efetivo de instituições de ensino superior.

¹⁵¹ Horácio (65-8a.C.), filósofo e poeta lírico e satírico romano, além de filósofo. Cf. Fumaneri (2014 [2011], p. 16-34).

primeiro filósofo, o termo restringiria a arte a mera imitação da realidade e, por acreditar ser o mundo das ideias o verdadeiro real, a arte seria apenas uma “imitação da imitação”. Já Aristóteles, por questionar Platão quanto ao mundo das ideias, usa o termo como designativo de representação artística do mundo sensível aplicado a três gêneros consagrados pela filosofia grega: a épica, o drama e a lírica (PLATÃO, 1965, 392d, p. 158; ARISTÓTELES, 2008, 1451b29, 1460b8-17; MERQUIOR, 1972a, p. 4).

Neste caso, tanto o pensamento platônico quanto o aristotélico concebiam o universo perceptível sob o prisma estético como fundamentalmente imitativo de tudo o que existe, vale dizer, a natureza dos fenômenos fixados pelo olhar humano, todavia Platão inclui também o plano abstrato das ideias.

No *corpus aristotelicum*, a significação mimética pode vir a traduzir-se pela mímica, pela narração oral ou pela palavra escrita. Aristóteles tratou do conceito em seu tratado *Poética* a fim de distinguir o drama da tragédia.¹⁵² Contudo, já alertava Aristóteles (2008, 1460b15-17), era preciso se precaver do duplo erro: a produção que se fecha em si mesma¹⁵³ e a que se entende por simplesmente acidental.

São justamente estes aspectos que interessarão a Merquior na sua busca da base social da estética: a *mimese* é formada tanto pela autonomia artística quanto contém elementos de significação que permitem surpreender os contextos históricos da vida em sociedade, com suas particularidades valorativas e estruturais. Desta forma, o gênero artístico por excelência escolhido por Merquior, ao lado da prosa,¹⁵⁴ já está presente na Filosofia desde Aristóteles: a lírica.¹⁵⁵

Por esta definição, pois, compreende-se que a tradição antiga faz significar a *mimese* (ou *mimésis*) como a forma de se representar a realidade circundante sem, entretanto, uma preocupação analítica com os fundamentos de significação da arte em sua

¹⁵² O drama enquanto imitação de uma ação; a tragédia, a imitação de efeito catártico.

¹⁵³ O pensamento antigo clássico em ambos os autores diferenciaria a *mimese* ou *mimésis* de *diegeses* (do grego, *diegésis*), este último já contido no livro terceiro de *A República* e cujo sentido privilegia a realidade interna da obra enquanto criação autoral independente do real não-ficcional (PLATÃO, 1965, 392d, p. 158).

¹⁵⁴ Auerbach (2013 [1921], p. 17; grifos nossos) também pontuará a dimensão modernamente crítico-social da novela: “[...] na novela o sujeito é sempre a sociedade, e o objeto é, por essa razão, a forma da mundanidade que denominamos cultura. Ela não se interessa pelo existente, pelo fundamento, pela essência, mas por aquilo que está em vigência. Sua condição prévia é, portanto, um círculo de pessoas que se fecha diante daquilo que lhe é exterior, assume uma determinada posição sobre a vida terrena e se interessa por conhecê-la e observá-la criticamente. Assim, a novela está sempre inserida no tempo e no espaço; é um pedaço da história, mesmo sendo “uma história que não pertence em sentido estrito à história [...]”.

¹⁵⁵ Para a presença da *mimesis* inspirada em Auerbach e aplicada à análise da poesia brasileira contida no livro *A astúcia da mimese*, ver Merquior (1972a, p. 22, 44, 53-55, 179, 195, 210-211).

fonte concreta no mundo terreno e sim ainda tocada por certo essencialismo próprio de uma abstração contemplativa mais filosófica e não propriamente sociológica.

Na modernidade, desta sorte, o uso da categoria *mimesis* (Auerbach) ou *mímese* (Merquior) como ferramenta de suspensão estética e aprofundamento empírico-social ganharia um significado complementar (“dialético”), ainda que reconhecendo a contribuição milenar aristotélica:

Mímese é nos nossos dias um conceito tratado a pancadas, uma noção que atrai a cólera dos mais escutados entre os pós-estruturalistas [...]. Gostaríamos, não obstante, de abordá-la, e isto por duas boas razões. Primeiramente, porque a *Poética* [de Aristóteles] associa muito judiciosamente a ideia da arte como mímese à ideia da *autonomia* expressiva da arte (ver, por exemplo, a rejeição explícita de todo servilismo “fotográfico” na imitação, na *Poética* [...]). Em seguida, porque o conceito de mímese, ressaltando o papel do imaginário na arte, se entrosa facilmente com a tese bem moderna segundo a qual a obra de arte é um objeto *intencional*, isto é, um objeto cuja existência só tem sentido se nossa consciência o toma a seu cargo, aceitando-lhe as significações, de outro modo inertes. [...] O que há de mais revelador no conceito de mímese é a sua própria ambigüidade: o fato de que ele evoca, às vezes, uma relação com a realidade exterior, outras vezes, a irredutível liberdade do imaginário em face a esta mesma realidade. Exatamente como as palavras *imago* e *figura*,¹⁵⁶ mímese é um termo cujo sentido oscila forçosamente entre essas duas direções. A estética da mímese afirma a referencialidade da arte sem negligenciar absolutamente a autonomia de sua linguagem (MERQUIOR, 2015 [1974], p. 186, 191).

Oportunamente, é por essa razão que Fumaneri (2014 [2011], p. 16), ao estudar especificamente a relação entre poesia e realidade a partir da categoria *mímese* na obra de Merquior, esclarece, tomando por iluminação o professor e ensaísta belga-francês Antoine Compagnon (1950-), que “a noção de mímese não sofreu variações tão bruscas, pelo menos entre Aristóteles e Erich Auerbach”. Por outros termos, quer-se dizer: já na filosofia aristotélica a obra de arte não está *descolada* do mundo, ainda que não se arme de uma base crítica que demonstre haver uma ligação cognitiva entre estética e compreensão problematizadora do mundo social, no sentir auerbachiano.

Além do mais, o valor universal da literatura enquanto autônoma na criação, porém concreta no seu sentido, reside na representação do fato enquanto partilhado universalmente pelo ser humano. Daí a compreensão que um leitor pode ter de autores que viveram há alguns séculos antes do seu e mesmo assim compartilhar¹⁵⁷ de semelhantes e “atualizados” significados que se comunicam com a sua própria realidade.

¹⁵⁶ Cf. nota 147.

¹⁵⁷ Há aqui uma afinidade eletiva com o sentido de “empatia” para Weber. Para uma caracterização do conceito dentro da tradição histórica alemã, consultar Ringer (2004b, p. 14, 20-22, 37, 43, 45, 52, 109-110).

Por isso Merquior (1972a, p. 8, 12) justifica de modo central: “Por uma espécie de *astúcia da mímese*, a representação do singular logra significação universal. [...] Ora, a astúcia da mímese indica a causa final do literário, que guarda o segredo da universalidade das suas obras: essa capacidade de interessar aos homens em qualquer tempo e lugar”. Somente o compartilhamento de valores permite que se empreenda um olhar sociológico extraído da análise crítica do fato literário (FAORO, 1974, p. 489).¹⁵⁸

Desse modo, Merquior (1972a, p. 12-15) busca legitimar seu aparato crítico-teórico e sua visão sociológica retomando Aristóteles e Auerbach enquanto influências.¹⁵⁹

A recepção de Erich Auerbach no Brasil ocorreu, primeiramente, através de pelo menos três nomes de críticos literários com diálogo sociológico: Otto Maria Carpeaux,¹⁶⁰ Sérgio Buarque de Holanda e Antonio Candido.

A introdução de Auerbach no Brasil se deu através de um longo artigo publicado por Carpeaux no final da década de 1940.¹⁶¹ O texto se inicia com a reclamação de que quem pretendesse ler muitos dos autores clássicos precisaria consultá-los no original, devido à falta de versões: “Não se traduzem obras de crítica literária. Isso impõe ao cronista certos deveres de divulgação”. Daí a oportunidade de através da leitura de Auerbach conhecer-se um pouco algumas obras literárias ocidentais (CARPEAUX, 1948, p. 3).

¹⁵⁸ De maneira alguma a referência ao jurista, sociólogo, historiador, ensaísta e cientista político gaúcho Raymundo Faoro (1925-2003) está aqui deslocada, aleatória ou inoportuna, pois foi um dos críticos literários brasileiros, ao lado de Merquior, Roberto Schwarz e Antonio Candido, que se inspirou em Auerbach para empreender a sua análise munida de alicerce sociológico. Escreve Faoro (1974, p. 489-490) lapidarmente: “O estilo seleciona, por força do ponto de vista da obra, os valores, o *ethos* que as personagens expressam na sociedade. Para os grandes senhores, os grupos dominantes, reserva-se o tom sério, dramático ou trágico, sublime e grave. Só os realistas do século XIX — Stendhal, Balzac, Flaubert e Tolstoi — reabilitaram os homens comuns, o povo e sua vida, devolvendo-lhes a dignidade que a literatura de outros tempos refletia acentuando o lado grotesco, torpe e vulgar. A separação dos estilos, cujos sulcos perduram ainda, levava a desacreditar o quotidiano, infundindo-lhe a luz cômica, banindo a gente comum dos próprios sentimentos tidos por elevados, distintos — nobres. Na técnica literária, preconceitos de classe e de estamento, de camadas sociais e de prestígio político, faziam diferentes os homens. Sob o aspecto da sociedade atual, o quadro estará mutilado, iluminados certos setores, relegados outros ao desprezo, numa combinação de fragmentos que obedece à coerência valorativa”. Para um aprofundamento, v. também Waizbort (2007).

¹⁵⁹ A autora toma a reflexão de empréstimo a Compagnon (1999, p. 99). Sobre a presença da *mimesis* inspirada em Auerbach e aplicada à análise da poesia brasileira contida no livro *A astúcia da mímese*, cf. Merquior (1972a, p. 22, 44, 53, 55, 179, 195, 210-211).

¹⁶⁰ Escritor, jornalista, historiador e crítico literário, de arte e musical com formação universitária interdisciplinar (inclusive em Sociologia) nascido na Áustria em 1900 e falecido no Brasil em 1978. Seu nome originalmente é Otto Karpfen. A princípio, antes de aprender o português, Carpeaux escreveu seus artigos em francês, de modo a serem traduzidos por colegas de jornalismo. Ele chegou ao Brasil em fins de 1939, após passagem pela Bélgica.

¹⁶¹ CARPEAUX, Otto Maria. Origens do realismo. **O jornal**, Rio de Janeiro, ano XXX, n. 8.627, domingo, 13 jun. 1948, suplemento, p. 3. Esse artigo encontra-se em: CARPEAUX, Otto Maria. **Ensaaios reunidos: 1946-1971**. Rio de Janeiro: UniverCidade; Topbooks, 2005, v. II, p. 311-315.

A crônica elogiava Auerbach por sua produção intelectual, enfocando o livro *Mimesis*, para o cronista uma verdadeira “procissão impressionante — quase uma epopeia da literatura universal — e cuja direção o leitor crítico tem de descobrir” (CARPEAUX, 1948, p. 3).

O que chama a atenção de Carpeaux (1948, p. 3), porém, é o início da inclusão na literatura moderna (em especial no século XIX na França, a partir de Victor Hugo¹⁶² e Zola¹⁶³) dos “costumes da gente baixa” de um modo diferente do que fizeram os antigos e os renascentistas, os quais ou os esqueciam ou os fixavam de “maneira baixa”. Agora, a vida do operariado, frisava Carpeaux, não era descrita sob o sentimento da compaixão ou do riso, mas do épico e mesmo do heroico (segundo ele, contudo, ainda distintamente do sentimento de Molière,¹⁶⁴ Balzac ou Flaubert, em cujas obras, ainda tocadas por forte aristocracia, não se contemplavam o povo, a não ser de maneira cômica ou pejorativa, nem ao menos pessoas da classe média, a exemplo de comerciantes, tabeliães, médicos e farmacêuticos.

A mudança acentuada no estilo do período antigo para o moderno se opera lentamente desde a época em que viveu Jesus Cristo, na medida em que, no passado,

[esse] antirrealismo ficou forte porque a ordem social o justificava. Os progressos do realismo durante os séculos até à Revolução [Francesa] teriam sido impossíveis, se não apoiados em outra força social, de influência oposta. Essa outra força, Auerbach acredita descobri-la no Cristianismo. O capítulo do Evangelho em que se conta como São Pedro renegou o Senhor — depois, o galo cantou pela terceira vez, e o discípulo saiu, chorando lágrimas amargas — é uma grande tragédia psicológica, cujo herói é um pobre pescador iletrado. Um pagão não teria escrito essa página. Um cristão, sim, porque o assunto principal do evangelista foi a morte de um filho de carpinteiro, executado entre dois ladrões, e no entanto foi a maior tragédia da História Universal. Eis a origem cristã do realismo moderno (CARPEAUX, 1948, p. 3).

Carpeaux diagnostica, assim, que “correrá muita água rio abaixo até esse realismo vencer. Porque o Cristianismo fez as pazes com o mundo hierarquizado”.¹⁶⁵

Um dos pontos culminantes de transformação estilística do realismo moderno são de fato as inovações estéticas de escritores¹⁶⁶ como Marcel Proust,¹⁶⁷ James Joyce¹⁶⁸ e

¹⁶² Romancista, poeta, dramaturgo, ensaísta, artista, estadista e ativista francês pelos direitos humanos, nascido em 1802 e falecido em 1885.

¹⁶³ Émile Zola (1840-1902), escritor naturalista francês.

¹⁶⁴ Pseudônimo de Jean-Baptiste Poquelin (1622-1673), autor de comédias satíricas, dramaturgo e ator francês.

¹⁶⁵ Referência ao domínio da Igreja Católica durante quase um milênio até o início da Idade Moderna.

¹⁶⁶ Justamente os autores mais analisados por Auerbach (2002 [1946], p. 471-498) no último capítulo de *Mimesis*, “A meia marrom”.

¹⁶⁷ Escritor francês, nascido em 1871 e falecido em 1922.

¹⁶⁸ Romancista, contista e poeta irlandês, nascido em 1882 e falecido em 1941.

Virginia Woolf,¹⁶⁹ a respeito de cujos romances — *Em busca do tempo perdido* (publicado entre 1913 e 1927), *Ulysses* (publicado em 1922) e *Ao farol* (publicado em 1927) — assim se expressa Carpeaux:

No século XX o realismo, tendo desempenhado sua função, perde com o advento das massas democráticas sua razão de ser. Começam os experimentos literários, a “recherche du temps perdu”, Joyce, para elevar um dia útil (ou inútil) da vida dublinense à dignidade épica da Odisseia, precisa inventar uma língua. O Tempo destrói o realismo, assim como Saturno devora seus filhos. Virginia Woolf, comprimindo os reflexos de uma vida inteira no ato insignificante de ensaiar uma meia a uma criança (em “To the Lighthouse”), é realista no sentido próprio da palavra; as coisas importantes aparecem através das coisas sem importância. Mas já é o realismo às avessas, seu fim (CARPEAUX, 1948, p. 3).

Sérgio Buarque de Holanda foi o segundo autor brasileiro de que se tem ciência a se referir a Auerbach. No conjunto do *opus sergianum*,¹⁷⁰ encontra-se uma resenha em forma de crônica¹⁷¹ na qual o autor predica *Mimesis* como livro “de importância aparentemente decisiva para o melhor conhecimento e esclarecimento de algumas questões bastante atuais de estética literária”. Porém afirmava não se dever esperar desse título uma história sistemática, e sim de “raízes remotas”; ou seja, algo de “novo” e “valioso” no “estudo crítico da moderna prosa literária”. Holanda (1950, p. 5) reconhece:

Nestas mesmas notas de literatura já tive oportunidade de apoiar-me expressamente em observações suas ao abordar algumas tendências atuais de nossa poesia. E um dos méritos do estudo de Auerbach está nisto, que nos proporciona um enriquecimento apreciável de perspectivas para a consideração da matéria literária, independentemente de qualquer gênero. [...] Não terá sido esta, aliás, a primeira revolta contra a norma clássica da separação dos estilos, mas, segundo todas as probabilidades, foi a mais extensa e radical. As muralhas que românticos e realistas iriam abater tinham sido erigidas principalmente a partir de fins do século XVI e princípio do Seiscentos, pelos estetas que preconizavam uma rigorosa imitação dos cânones greco-latinos (HOLANDA, 1950, p. 5; grifos nossos).

¹⁶⁹ Escritora e editora britânica, nascida em 1882 e falecida em 1941.

¹⁷⁰ A locução latinizada emprega-a Merquior (1983a, p. 235). Para duas bibliografias de Sérgio Buarque de Holanda, sejam consultadas as obras: NOGUEIRA, Arlinda et al. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: vida e obra**. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura; Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1988, p. 123-158; e EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, p. 641-668.

¹⁷¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Mimesis*. **Diário carioca**, Distrito Federal [Rio de Janeiro], ano XXIII, n. 6.877, domingo, 26 nov. 1950, suplemento Letras e artes, p. 5-6. É preciso esclarecer, contudo, que Holanda já havia se referido a Auerbach no ano anterior, embora de modo tangencial, no artigo: Simbolismo e realismo. **Diário de notícias**, Rio de Janeiro, ano XX, n. 8.206, domingo, 24 jul. 1949, suplemento Letras e artes, p. 2. Nesta referência, elogia: “das obras capitais da crítica e da história literária dos nossos dias”.

Notava-se, de fato, consonância entre a novelística “revolucionária” (em termos estéticos) dos enredos de escritores franceses e a instauração de uma nova dinâmica no mundo moderno com as revoluções econômico-industriais, político-sociais e culturais:

A importância fundamental dos romancistas franceses do século XIX, cujas ressonâncias se estendem às manifestações mais modernas e revolucionárias da arte da literatura, estaria em que, elegendo temas da vida cotidiana para objeto de representações graves, problemáticas e até trágicas, eles se emanciparam nitidamente de uma lei que vinha presidindo a expressão literária e artística desde a antiguidade clássica: a lei segundo a qual a representação das formas de vida mais humildes só é cabível nas molduras de um estilo “baixo” ou “mediano”, quer dizer grotesco e cômico, por um lado, ou simplesmente agradável, ligeiro, colorido e galante, por outro. [...] A possibilidade de recorrer-se ao *sermo humilie* [*humilis*] ou *remissus*¹⁷² para temas graves e trágicos é uma conquista ou antes uma reconquista do século XIX, que Auerbach acompanha até às últimas consequências, quando aborda a arte de um Proust, de um Joyce, de uma Virginia Woolf. Mas conquista que, em certos setores, ainda não parece plenamente consolidada. Temos visto como, no Brasil, ao menos, se generaliza ultimamente uma ofensiva bem concertada pela abolição do prosaico da moderna poesia. (HOLANDA, 1950, p. 5-6).

Até aí, as análises de Carpeaux (1948) e Holanda (1950) são complementares (para não se dizer coincidentes): nas transformações históricas, evidenciava-se que a perspectiva do “enquadramento deriva do processo social”, captados a partir da literatura comparada, a qual procura flagrar o “lastro social” por meio do método “filológico-sociológico” e muitas vezes “*eminente sociológico*”; ou, sob o mesmo sentido: “uma forma de sociabilidade específica” (WAIZBORT, 2004, p. 63, 66; grifos nossos).

Assim, de uma forma mais clara, “Auerbach ancora sua análise nos fundamentos sociais, em desenvolvimentos históricos e sociais específicos, que repercutem e modelam a forma literária” (WAIZBORT, 2004, p. 64).¹⁷³

Trata-se, pois, de uma feliz simbiose entre estética (letras e artes) e sociologia em cujo método se inspiraria Merquior para conceber a sua ensaística e que lhe serviria de interlocução tanto quanto a crítica literária brasileira empreendida por Antonio Candido entre os anos 1940 e 1990, sobretudo.

¹⁷² Para a presença do estilo baixo, ordinário, de linguagem através de temas prosaicos cotidianos pela religião cristã para a transmissão de suas mensagens, vide Coelho (2012, p. 584-602).

¹⁷³ A intenção primordialmente sociológica pode ser atestada pela complexidade de alguns temas privilegiados pelo enfoque auerbachiano, como a divisão social do trabalho, os desequilíbrios de poder nas relações entre os sexos e a posição da mulher, já que a sua perspectiva lança luz sobre o ambiente doméstico e o papel subordinado do gênero a partir da análise percuciente da novelística, mormente desde Dante até as literaturas do século XIX (WAIZBORT, 2004, p. 64, 68). Em teoria social, este procedimento se prende ao que se poderia nominar *status*, “oportunidades de vida desiguais”, preconceito, patriarcalismo prisco, classes, gênero, interseccionalidade, mobilidade social, pobreza e outras categorias (GIDDENS; SUTTON, 2012, p. 30, 75-78, 330-337, 392, 431-444 e, em especial, 244-256, 626-645; GIDDENS, 2016, tema 5, p. 143-183). Cf. também Merquior (1969, p. 107-109).

Quanto à história da crítica literária brasileira, Fumaneri (2014 [2011], p. 7) esclarece que a tradição de visada sociológica de Candido amainou de certa maneira o furor teórico da crítica literária inspirada no estruturalismo:

Em grande parte, pode-se afirmar que o estruturalismo nunca foi dominante nos estudos literários brasileiros graças à tradição de visada sociológica de Antonio Candido. No Brasil, mesmo que os métodos estruturalistas fossem lidos e discutidos, não passaram, se olharmos retrospectivamente, de uma etapa de análise que busca, como fim último, a interpretação sócio-histórica da obra literária (FUMANERI, 2014 [2011], p. 7).

A primeira vez que Merquior (2013b [1965], p. 203) leu Candido remonta, confessadamente, ao começo da década de 1960, quando conhece o seu título mais significativo e ambicioso, *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), título com o qual, para Jackson (2009, p. 270), Candido manifestava efetivamente a “intenção [...] de inscrever-se na linhagem dos ensaios de interpretação do Brasil”.

Candido haveria de trazer justamente da sociologia o seu olhar crítico a fim de estudar literatura. Graduado em Ciências Sociais (1941) e professor assistente da Cadeira de Sociologia II na Universidade de São Paulo (1942-1948), seus primeiros trabalhos de crítica literária publicados antes de *Formação* já atestam como fonte de inspiração uma postura sociológica.

Desde o seu primeiro livro, *O método crítico de Silvio Romero* (originalmente tese com a qual conquistaria o título de livre-docente em Literatura Brasileira na USP), Candido (2006b [1945], p. 58-59, 171-175) revela um pendor para a crítica literária sob forte ligação com a sociologia, ao se debruçar sobre o itinerário do intelectual sergipano¹⁷⁴, o qual escreveu acerca dos mais diversos temas (da economia política ao folclore), embora sobretudo com sua *História da literatura brasileira* (1888) apresentasse de modo mais consistente uma análise das características históricas, étnicas, culturais, mesológicas, sociológicas e colonizadoras do brasileiro a partir de uma visão cientificista, predominante em sua época e marcada pelas doutrinas evolucionistas, darwinistas e positivistas.

Naquele estudo, Candido (2006b [1945], p. 171) procura contextualizar a produção intelectual de Romero, um dos pioneiros da Sociologia no Brasil,¹⁷⁵ concluindo que o seu campo de atuação em uma “sociologia naturalista” se insere no debate de “certa

¹⁷⁴ Silvio Romero (1851-1914), advogado, jornalista, crítico literário, ensaísta, poeta, historiador, filósofo, cientista político, sociólogo, escritor, professor e político sergipano.

¹⁷⁵ Referência fundamentada pelo próprio Candido (2006a, p. 274-275).

conciliação entre o peso férreo do determinismo e a ação da liberdade humana” e que ele fora, paradoxalmente, “sociólogo demais para ser chamado naturalista, excessivamente naturalista para ser sociólogo [...]”.

A “marcha das ideias” e o “momento” da bibliografia romeriana se relacionam a um contexto de Brasil em transformação: o cientificismo da crítica estava sob o clima de um “verdadeiro movimento de despertar através da revalidação dos padrões da cultura”. Candido (2006b [1945], p. 199-201), com perspicácia, focalizará a ascensão da burguesia diante do forte domínio rural de uma sociedade historicamente marcada pelo agrarismo.¹⁷⁶ Ademais, a este fator somam-se: a decadência do patriarcalismo, a fundação de novas faculdades, o auge do desenvolvimento das empresas do Visconde de Mauá, as cisões partidárias dos partidos Liberal e Republicano, o jornalismo efervescente, as primeiras tentativas da burguesia de tomar para si a direção econômica e política da nação, a vitória eleitoral do liberalismo democrático de mentalidade capitalista progressista em 1860, o Positivismo a grassar entre os “doutores militares”, a consagração do Abolicionismo com a Lei Áurea e o surgimento de novas disciplinas, inclusive a sociológica, nos quadros universitários.

Esse “panorama do incipiente capitalismo brasileiro”, no qual coexistem “contradições econômico-sociais” atestam que, na obra de Romero, “o aspecto literário se entrelaça ao social e ao político — o crítico buscando uma base sociológica, esta levando-o a encarar as soluções políticas, e o resultado sendo um dos conjuntos mais coerentes da ideologia burguesa brasileira no século XIX”.

E finaliza o pensamento:

Esta atitude mental do grande crítico se esclarece se atentarmos para as suas idéias no tocante ao progresso e à evolução social. Para ele, como vimos, as idéias condicionam as transformações da sociedade, tendo permanecido nisto um discípulo fiel de Comte (CANDIDO, 2006b [1945], p. 205).

Contudo, uma das reflexões mais importantes compreendidas na obra de Candido e que tem em Romero um de seus interlocutores é a de que ele seria um dos mais consistentes intelectuais brasileiros a pautar sua crítica numa base extrínseca da produção literária, pressuposição que será cara ao ensaísmo de Merquior:

Com todos esses elementos em mãos, pôde [Romero] repetir no Brasil a lição corrente na Europa — que o fenômeno literário não era uma criação saída *ex-sponte*¹⁷⁷ da cabeça do escritor, fruto da razão e da vontade aplicadas ao

¹⁷⁶ Consulte-se também, nesse contexto, Holanda (2016, sobretudo p. 117 et seq.).

¹⁷⁷ Espontaneamente.

sentimento, mas um *produto*, formado pelo concurso da vontade humana e dos fatores externos que lhe indicavam o caminho e lhe condicionavam as decisões. Pôde, numa palavra, introduzir entre nós [brasileiros] a noção de determinismo literário, considerando o escritor um fruto da cultura, e esta um produto da raça, do meio, das tradições e das influências estrangeiras, submetido, como todos os fenômenos do mundo, a lei geral e básica da evolução transformadora (CANDIDO, 2006b [1945], p. 171).

Assim, conforme o próprio intentara inicialmente Candido (1964, p. xii-xiii) em sua tese de doutorado em Ciências Sociais *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida* (1954), é o “desejo de analisar as relações entre a literatura e a sociedade” a marca do critério candidiano.

Para a fundamentação desta correlação “dialética” *sociedade—literatura*, Candido havia lido Auerbach pela primeira vez ainda no final dos anos 1940 (WAIZBORT, 2012, p. 152). E como na construção do conhecimento há um componente genealógico que interliga, de modo causal, as influências teórico-metodológicas entre autores, Waizbort (2002, p. 180-181), noutra fonte, lança como hipótese o seguinte fato:

Em depoimento recente, Antonio Candido relatou que conheceu Sérgio Buarque de Holanda em 1943, mas seus contatos tornaram-se mais fortes a partir de 1944-45 (Sérgio muda-se para São Paulo em 1946). Não seria exagerado supor, portanto, um diálogo intelectual entre os amigos no final da década de 1940, quando Sérgio obtém, lê e comenta alguns livros novos que vêm do exterior (ou que obteve em viagem à Europa em 1949). Refiro-me especificamente a duas obras, lidas, meditadas e incorporadas por Sérgio em seus rodapés de crítica literária da época: *Europäische Literatur und lateinisches Mittelalter (Literatura européia e Idade Média latina)*, de Ernst Robert Curtius,¹⁷⁸ publicado em 1948 e já referido por Sérgio em 1949, e *Mimesis. Dargestellte Wirklichkeit in der abendländische Literatur (Mimesis. A representação da realidade na literatura ocidental)*, de Erich Auerbach, publicado em 1946 [...]. Não será exagerado supor, portanto, que Antonio Candido, ao escrever a *Formação da literatura brasileira*, no final dos anos 1940 ou então nos anos 1950, tenha tido contato com a filologia românica de Auerbach e Curtius, por meio de Sérgio. Creio que esse contato é significativo para lastrear a concepção de história literária presente na *Formação*. Curtius e Auerbach, embora em muito divergentes, convergem precisamente no intuito de escrever história literária, mas rompendo com uma história que pretende completude: mediante o conjunto de momentos, suas histórias buscam e oferecem uma totalidade, mas não a completude. E oferecem uma totalidade aberta, que permite sempre novos “complementos”. [...] Ou seja, os trabalhos no [sic] que viria a ser a *Formação* sucedem imediatamente a conclusão da tese sobre Sílvio Romero e se estendem até 1951; a interrupção de 1951 a 1955 é devida à realização da tese de doutoramento em sociologia, defendida no final de 1954 e publicada, dez anos depois, com o título *Os parceiros do Rio Bonito*. Uma vez concluído o doutoramento, Candido retorna à *Formação* com vistas à sua conclusão.

¹⁷⁸ Filólogo, crítico e professor alsaciano, nascido em 1886 e falecido em 1956.

Candido desde então “estabeleceu, ao longo de sua obra um diálogo extremamente forte e profícuo com o trabalho de Auerbach” (WAIZBORT, 2012, p. 152). É esclarecedor notar em alusão a *Formação da literatura brasileira*:

[...] Antonio Candido desenvolve uma escrita da história literária que apresenta um importante ponto de contato com Auerbach: a ideia de uma totalidade que não é e não almeja a completude. Os momentos decisivos são os equivalentes às épocas analisadas por Auerbach, pois ambos entendem que podem abarcar uma totalidade histórica em processo investigando alguns momentos-chave, que revelam a estrutura profunda do processo histórico em tela. Esse procedimento analítico poupa-os de abordar a história no registro da completude, que era a tarefa que a história literária tomara para si. Auerbach desenvolveu, em *Mimesis*, esse andamento no registro de uma história literária intencionalmente supranacional, e Antonio Candido, do mesmo modo, no registro da história nacional. Essa é uma diferença central, que se articula com a similitude central da ideia da totalidade que não é completude (WAIZBORT, 2012, p. 152).

Também em *Literatura e sociedade* (1965), Auerbach aparece claramente como modelo para a crítica candidiana:

Num plano menos explícito e mais sutil, mencionemos a tentativa de Erich Auerbach, fundindo os processos estilísticos com os métodos histórico-sociológicos para investigar os fatos da literatura (*Mimesis — Dargestellte Wirklichkeit in der Abendländischen Literatur*). Foi a propósito de tentativas semelhantes que Otto Maria Carpeaux aludiu a um método sintético, a que chamou de “estilístico-sociológico”, na Introdução da sua magnífica *História da literatura ocidental*. Tal método, cujo aperfeiçoamento será decerto uma das tarefas desta segunda metade do século no campo dos estudos literários, permitirá levar o ponto de vista sintético à intimidade da interpretação, desfazendo a dicotomia tradicional entre fatores externos e internos, que ainda serve atualmente para suprir a carência de critérios adequados. Veremos então, provavelmente, que os elementos de ordem social serão filtrados através de uma concepção estética e trazidos ao nível da fatura, para entender a singularidade e a autonomia da obra (CANDIDO, 2006c [1965], p. 24).¹⁷⁹

E, por fim, em *O discurso e a cidade* (1993), título já de maior madureza, malgrado de menor ambição intelectual:

[...] encontramos, sobretudo em sua primeira parte, um conjunto de [nove] estudos que se apresentam como complementos às lacunas [sic] de *Mimesis*. Trata-se, então, da investigação de outras modalidades de realismo, que se encaixam sem esforço no quadro analítico desenvolvido por Auerbach (WAIZBORT, 2012, p. 153).

A conclusão de Waizbort (2012, p. 153) é por demais esclarecedora deste percurso da genealogia das ideias brasileiras, ademais de seu tom testemunhal:

Na verdade, pode-se supor que o impacto da leitura de *Mimeses* em Antonio Candido foi decisivo, deixando acompanhar, ao longo do trabalho do crítico

¹⁷⁹ Cf. também Waizbort (2002, p. 187-188).

brasileiro, um constante diálogo com Auerbach. Tendo adotado desde cedo *Mimesis* em seus cursos, não causa surpresa perceber como Auerbach também se tornou um autor importante para os alunos de Antonio Candido, como se pode aquilatar em Roberto Schwarz e Davi Arrigucci Jr.,¹⁸⁰ que ademais revelam como essa filiação pode resultar em enfoques e interesses bastante diversos (WAIZBORT, 2012, p. 153).

Certamente, portanto, Auerbach foi um de seus interlocutores mais importantes, ainda que sua presença, porém, seja muito mais sutil e nem sempre nomeada ao longo da obra candidiana (WAIZBORT, 2002, p. 187-188).

Na obra de José Guilherme Merquior a presença tanto de Erich Auerbach quanto de Antonio Candido são evidenciadas e continuadas pelo menos ao longo de nove de seus vinte e um livros editados como forma de proporcionar fundamento sociológico a seus estudos de crítica e de estética. São eles:

- (1) *Razão do poema*: ensaios de crítica e estética (1965);
- (2) *A astúcia da mimese*: ensaios sobre lírica (1972);
- (3) *Saudades do carnaval*: introdução à crítica da cultura (1972);
- (4) *Formalismo e tradição moderna*: o problema da arte na crise da cultura (1974);
- (5) *Verso universo em Drummond* (1975);
- (6) *De Anchieta a Euclides*: breve história da literatura brasileira (1977);
- (7) *O fantasma romântico*: e outros ensaios (1980);
- (8) *As ideias e as formas* (1981);
- (9) *O elixir do Apocalipse* (1983).

A primeira referência conhecida a Auerbach na obra merquioriana encontra-se numa nota de pé de página. Esta, por sua vez, está inserida num estudo de um poema elegíaco da autoria de Joaquim Cardozo,¹⁸¹ contido em seu livro *Signo estrelado* (1960).

Merquior (2013b [1965], p. 22, 27-28, 32, 34) busca captar a tessitura e significação dos versos escolhidos para análise e a relação entre “ego/atitude do mundo”: o que está em jogo são as relações da lírica com o mundo exterior, a “perplexidade ante a vida”, “o campo do mundo fenomênico”, “o campo da percepção”, o “pertencimento à terra, ao sensível, ao *este mundo*”. Daí valer-se, com o fim de caracterizar a musa cardoziana, de autores como Auerbach, quando este flagra em Dante Alighieri os “paradoxos” da criação realista contidos em *A divina comédia* durante o Trecento (século XIV) da Renascença. Para Merquior, Beatriz, a amada dantesca, é “esplendor da verdade” e também “significado da existência” do poeta, à semelhança dos motivos poéticos de Cardozo.

¹⁸⁰ Escritor, crítico literário brasileiro e professor universitário, nascido em São Paulo (1943).

¹⁸¹ Poeta, contista, engenheiro civil, desenhista e editor pernambucano nascido em 1897 e falecido em 1978.

Merquior (2013b [1965], p. 34) explanará, a partir da leitura da tradução espanhola da *Mimesis* auerbachiana:

Bem sei que, esteticamente, o Inferno foi para Dante mais real que qualquer outro reino. Reside aqui a modernidade de Dante, e a fonte de tão extraordinária plasticidade da *Comédia*. Porém mesmo o Inferno não pode ser concebido sem levar em conta a sua essencial relação com o Céu. Como o verdadeiro, o bom e o belo são uma só coisa para a mente escolástica de Dante, deduz-se que os vícios pintados no Inferno são privação de ser, e nunca, plena verdade do ser. Que apesar disso sejam eles, e os personagens que os encarnam, tão vívidos e “reais” encontra uma explicação no fato de que Dante é um *moralista*¹⁸² para quem o pecado não é uma ilusão, mas, sim, o que pode haver de mais concretamente inerente, como possibilidade embora, à natureza humana. A Idade Média não compreendeu a essência do homem pelo pecado; mas, em compensação, compreendeu dramaticamente sua existência como uma perpétua possibilidade de pecar. Em virtude disso, Beatriz é a Verdade porque ela é o antipecado, a plena redenção, a intimidade com Deus; mas é a Verdade à qual o homem aspira, do seio mesmo de sua possibilidade pecadora. No plano da existência concreta e de sua captação artística, nenhum reino senão o Inferno poderia ser o mais plástica e vividamente representado; porque o Inferno é o mundo terreno, e este mundo cujo “esplendor” jamais pode ser, para Dante, mais luminoso do que a suprema transparência celeste (MERQUIOR, 2013b [1965], p. 34; grifos nossos).

Uma segunda fonte ocorre, ainda em *Razão do poema*, no artigo “Crítica, razão e lírica: ensaio para um juízo preparado sobre a nova poesia no Brasil”. A referência é a outro poeta pernambucano, o diplomata João Cabral de Melo Neto.

Merquior entenderá a estética “como ato de interpretar o mundo”. Também sustentará que só através da lírica “a consciência revela o mundo revelando-se a si própria, ao mesmo tempo, como reveladora do mundo”. Mas não só a lírica; também a narrativa (mais especificamente, a épica) se apresenta com sua estrutura digressiva e discursiva de valores (compreensão presente nas páginas da *Mimesis* de Auerbach), quando a “razão” da “lírica contemporânea” é sua “abertura ao social”, já que “a poesia se rende e se aumenta no esforço de interpretar o mundo, mas esse mundo interpretado é o universo coletivo dos homens, e seus problemas não apenas a afetam — chegam a criá-la”.¹⁸³

É sem dúvida esclarecedora, epigráfica mesmo, esta outra passagem complementar, pela qual a forma da escrita revela o conteúdo sociológico da intencionalidade da criação poética:

¹⁸² Apoiado na crítica de alicerce sociólogo de Auerbach, Faoro (1974, p. 496) esclarece no seu estudo sobre Machado de Assis (1839-1908): “Moralista não quer dizer moralizador, pregador de moral ou censor de costumes. O moralismo nada tem com a moral, mas tem muito a ver com os costumes, os *mores*, isto é, ‘com o gênero de vida e a maneira de ser do homem na realidade concreta, que pode ser *imoral*. Os moralistas não são educadores, nem professores de ética. Infinita é sua tarefa. Seu estudo se dedica à complicação total da natureza e da condição banal e concreta do homem, que não se revela senão quando a ética se retira para deixar o campo livre à observação não preconcebida do real”.

¹⁸³ Cf. Merquior (2013b [1965], p. 181, 195-196; grifos nossos).

A “primeira pessoa do singular” é hoje mais do que nunca uma primeira pessoa do plural. E assim o ‘tempo inteiro’, ele próprio, pois se dedica a pensar o social, devota-se a pensar a História, e faz matéria sua a temporalidade feita pelos homens: eis o tempo íntimo confundido e engrandecido com o próprio tempo da História. A poesia se torna então crítica da sociedade [...] discute valores, não já simplesmente os funda; e o lirismo, que era já um tipo especialíssimo de consciência emocional, agora aparece como emoção ante um mundo-problema (MERQUIOR, 2013b [1965], p. 196; grifos nossos).

No primeiro ensaio (“Natureza da lírica”) de *A astúcia da mímese*, este, seu terceiro livro, Merquior (1972a) volta a explorar a categoria mimética a partir de Aristóteles, ao propor uma maior especificação da análise pela ferramenta da *mímese interna*, vale dizer, a que assinala “a inventividade do poeta” “no como ele diz, não no que ele diz”.

Mais uma vez reaparecerá, então, Auerbach, quando Merquior (1972a, p. 24) estuda a poesia de Rilke¹⁸⁴ partindo da comparação com Baudelaire:¹⁸⁵ “A *Stilmischung* [mistura de estilos] baudelaireana — a mescla da dicção elevada com temas e expressões vulgares, estudada por E. Auerbach — inicia a superação do estilo ‘puro’ dos românticos, simétrica ao abandono de sua metafísica”.

Auerbach figura também em uma análise detida do livro *Boitempo* (1968) de Carlos Drummond de Andrade, ao tempo em que Merquior, paralelamente, redigia sua primeira tese de doutorado sobre o poeta:

Na história da lírica nacional, o modernismo representa a instalação do tipo de discurso batizado por Auerbach de “mescla estilística”, isto é, de estilo “impuro”, porque, contrariamente aos preceitos da poética do classicismo, aspira à apresentação de acontecimentos ou de situações sérios, trágicos ou problemáticos mediante o emprego de uma linguagem prosaica ou “vulgar” — por oposição à terminologia aristocrática a que a norma clássica, através da observância da regra de separação hierárquica dos estilos (nobre, médio e vulgar), reservava, em exclusividade, o domínio da tragédia da épica e da lírica. Auerbach via na incorporação do cancelamento da separação dos estilos (*Stiltrennung*) ao domínio da alta poesia a marca decisiva do verso de Baudelaire. Se a lírica moderna pode ser datada, enquanto interpretação autônoma do real (i.e., enquanto literatura de pensamento próprio, poesia “filosófica” de conteúdo ideológico basicamente original, de Goethe, Schiller¹⁸⁶ e Hölderlin, a sua fase contemporânea deriva da fusão de visões problemática e matéria vulgar operada em *Les Fleurs du Mal*. Entre outras coisas, essa fusão revolucionária permitiu a Baudelaire converter a poesia de nível filosófico em crítica da cultura, ou seja, em questionamento artístico dos modos de vida adotados pela sociedade urbano-industrial. O esforço do modernismo [brasileiro] tomou um rumo estilístico análogo à inovação baudelaireana. Daí a revogação geral do sistema de convenções

¹⁸⁴ Rainer Maria Rilke (1875-1926), poeta checo que escreveu em alemão e francês.

¹⁸⁵ Charles Baudelaire (1821-1867), poeta, prosador poético e teórico de arte, considerado um dos precursores do Simbolismo e um dos fundadores da tradição moderna em poesia.

¹⁸⁶ Friedrich Schiller (1759-1805): poeta, filósofo, médico e historiador alemão.

literárias praticadas até 1922, revogação na qual a frequência do verso livre, conquanto bastante expressiva, não passou de um elemento e de um episódio. O que definiria a poética do modernismo não seria a adoção de um novo verso, e sim um fenômeno muito mais global: a elaboração de *um novo gênero de dicção* (MERQUIOR, 1972a, p. 44-45; grifos nossos).

Em *Saudades do carnaval*, Merquior (1972b, p. 117-118) se vale de um longo ensaio escrito por Auerbach (2007, p. 211-278), o qual não está contido em *Mimesis*, “La cour et la ville”¹⁸⁷ (literalmente, “O pátio e a cidade”). Neste artigo, Auerbach mostra que a ascensão da burguesia a partir de sua amalgamação só foi possível por conta de suas inter-relações sociais, políticas, jurídicas, econômicas e sanguíneas com a realeza, a magistratura e com a nobreza; o que acarretará uma mudança no estilo literário: a *mescla estilística* é suspendida por um momento na história da unificação francesa do século XVII. A camada social correspondente à burguesia em ascensão se alia aos estratos mais elevados da sociedade sob a aspiração de auferir para si o *status* de “gente de posses” (*gens de condition*), prestígio, vida “parasitária” e valores considerados “cultos”. Seria o caso de supor: — A arte imitando a vida?¹⁸⁸ Certamente. A este fenômeno, análogo na França e na Itália, Merquior (1972b, p. 117) chamará “aristocratização” do homem burguês.¹⁸⁹

A presença de Auerbach continua a se fazer sentir na obra merquioriana *Formalismo e tradição moderna*. Em certas passagens, confirma-se o teor sociológico de algumas pontuações estilísticas que tocam a modernidade e que retomam tópicos alusivos novamente a Baudelaire (a jeito quase benjaminiano¹⁹⁰):

A importância histórica das *Fleurs du mal* está intimamente ligada ao fenômeno da *mescla estilística* (*Stilmischung*) tão bem analisado por Auerbach: as *Fleurs* introduzem na lírica o estilo elevado construído à base de tópicos vulgares, de situações e de expressões extraídas da trivialidade da vida corrente. Baudelaire marca o fim da pureza absoluta do símbolo e do mito na grande lírica. A origem dos elementos “prosaicos” dessa poesia é o tema da grande cidade. A existência urbana é, naturalmente, o leitmotiv da seção

¹⁸⁷ Publicado originalmente sob o título *Das französische Publikum des XVII. Jahrhunderts* (München: Max Hueber, 1933), conforme Auerbach (2007, p. 375-376). “‘La cour’ é o entorno do Rei, não apenas a nobreza, mas também notáveis não pertencentes à nobreza e possuidores de um *habitus* burguês; ‘la ville’ não se refere absolutamente ao povo da cidade, mas ao grupo que realiza uma ‘sociabilidade de cidade grande’, possuidor de uma ‘urbanidade’, no sentido mesmo do ‘salão’, de um círculo de sociabilidade” (WAIZBORT, 2004, p. 71). Merquior (1972b, p. 261) leu a versão em inglês daquele trabalho: AUERBACH, Erich. *Scenes from the drama of european literature: six essays*. Trad. Ralph Manheim. New York: Meridian Books; M63, 1959.

¹⁸⁸ Para uma análise deste material, cf. Waizbort (2004, p. 71-75).

¹⁸⁹ A questão da ascensão social por casamento durante o Império brasileiro sobeja na literatura: é o caso da interlocução de Merquior (2014a [1977], p. 122, 133) com Antonio Candido (1970), quando da análise de Leonardo, protagonista do romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida (1830-1861), médico, professor e escritor carioca.

¹⁹⁰ Referência ao estudo de Benjamin (2015, p. 7-102) sobre Baudelaire.

“Tableaux Parisiens”; mas, na verdade, o livro inteiro é ininteligível fora do ponto de partida da experiência da metrópole (MERQUIOR, 2015 [1974], p. 127; grifos nossos).

Mais adiante, Merquior (2015 [1974], p. 139) praticamente se complementa: “Erich Auerbach mostrou como Baudelaire fundou o lirismo realista por meio de uma ‘mescla estilística’, incorporando o vulgar cotidiano a poemas de tom sério e problemático”.

Não é por acaso que Merquior se vale tanto das análises crítico-sociais de Auerbach quanto das de Walter Benjamin.¹⁹¹ Em *O fantasma romântico: e outros ensaios* e em *As idéias e as formas*,¹⁹² mesmo, reconhecerá que tanto os conceitos auerbachianos de *mimesis* e *mistura de estilos*, antitéticos em sua natureza, quanto o conceito benjaminiano de *alegoria* são “capazes de desdobrar a consciência da forma e o senso da linguagem em firme atenção à circunstância histórica (social tanto ou mais do que nacional) [...]”:

E, principalmente, tudo o que, a propósito da poesia de Baudelaire, está dito em vários escritos componentes do seu livro [de Benjamin] sobre Paris supõe que as categorias de caracterização estilística — o alegórico, o heroico moderno, a imagem-esgrima, o registro, tão próximo do de Auerbach, da mescla de classicismo e prosa jornalística no estilo das *Fleurs du mal* — sejam relacionadas com a análise do mercado literário e da estrutura social da época. No Baudelaire de Benjamin, o contexto social é parte integrante do sentido do texto que o ilumina (MERQUIOR, 1980b, p. 14; grifos nossos).

Tomando por base interlocutores como Auerbach ou Benjamin,¹⁹³ Merquior (2015 [1974], p. 39), assim, adverte que, embora “nascidos no mesmo meio histórico, formalismo e modernidade estética são irmãos inimigos”, “polos antitéticos de uma mesma situação cultural”. Desta forma, os temas estéticos na cultura da modernidade guardariam conteúdos sociais de grande capacidade crítica e concreta.

Já o título *Verso universo em Drummond* contém em si toda uma mesma fundamentação de relação *estética—sociologia*. Merquior (2012 [1975], p. 323), após estudar, livro após livro,¹⁹⁴ os poemas de Carlos Drummond de Andrade, acusa conclusivamente de “cegueira” as formas literárias até o advento do Modernismo de 1922,

¹⁹¹ Cf. Merquior (2015 [1974], p. 26, 137, 150). Este autor será abordado no próximo capítulo desta tese.

¹⁹² Cf. Merquior (1981c, p. 133).

¹⁹³ Cf. também Merquior (1991a [1986], p. 237).

¹⁹⁴ De *Alguma poesia* (1930) até *A falta que ama* (1968), pois quando da defesa em Paris por Merquior (2012 [1975], p. 11) do seu primeiro doutorado em Literatura, em meados de 1972, Drummond não havia tornado a publicar livros a tempo de serem analisados pelo trabalho *stricto sensu*.

porque não viam a relevância da “realidade social concreta”, modelar, em sua argumentação, na lírica drummondiana.

A sua grande base é, como já se apresentou, o conceito de “doutrina da separação” (*Stiltrennung*, do luxemburguês), “estilo mesclado” ou “mistura de estilos” (*Stilmischung*); no original, “mundo de formas” (*Formenwelt*), termos cunhados por Erich Auerbach (2002 [1946], p. 5; 2015, p. 384), segundo os quais, na história da literatura do Ocidente, dois estilos de compreensão da realidade poderiam ser destacados: o *homérico* e o *bíblico* (MERQUIOR, 2015 [1974], p. 21) — o que equivale a dizer, o assunto humano, cotidiano, *vulgar* da modernidade, e o sublime, transcendental, extraterreno do mundo antigo-medieval.

Segundo Merquior (1969, p. 108):

O realismo implica a revogação da “*Stiltrennung*”, ou seja, do princípio clássico da separação dos “níveis de estilo” (estilo elevado, estilo médio, estilo baixo) através do qual a literatura clássica e classicista de gênero elevado (isto é sério- problemático [sério-problemático]) demonstrava suas tendências abstrato-universalizantes, antirrealistas e anti-historicistas. Sendo essencialmente alheia ao princípio da separação dos estilos, utilizando, ao invés dele, a *mescla estilística* (*Stilmischung*¹⁹⁵) — onde o sério-problemático pode ser expresso pela linguagem corrente e pode versar sobre situações e estratos sociais considerados “vulgares” — a literatura medieval fez-se ela própria uma espécie de *figura* do realismo. Dante antecipa Balzac (grifos nossos).

Ao longo de séculos estes estilos foram incompatíveis um com o outro na cultura ocidental; motivo pelo que o tratamento *sério* não poderia estar à *altura* de temáticas do dia a dia. Daí o emblemático do título merquioriano (*verso universo*), colhido do poema “Canto órfico”, contido no livro drummondiano *Fazendeiro do ar* (1954):

Orfeu, dá-nos teu número
de ouro, entre aparências
que vão do vão granito à linfa irônica.
Integra-nos, Orfeu, noutra mais densa
atmosfera do verso antes do canto,
do *verso universo*, latejante
no primeiro silêncio,
promessa de homem, contorno ainda improvável
de deuses a nascer, clara suspeita
de luz no céu sem pássaros,
vazio musical a ser povoado
pelo olhar da sibila, circunspecto.¹⁹⁶

¹⁹⁵ Sem grifo no original.

¹⁹⁶ Cf. Merquior (2012 [1975], p. 242-243; grifos nossos).

Para a justificativa de Merquior (2012 [1975], p. 244): “O *verso universo* se realiza já na profundidade intelectual e crítica da poesia-no-pensamento praticada por alguns dos mais altos espíritos de nosso século [XX], entre os quais não hesitamos em colocar Carlos Drummond de Andrade”.

Para o crivo crítico merquioriano, a maior parte das fases da poética de Drummond congregou à fatura poética a visão de mundo. O próprio Merquior aprendeu com os grandes nomes da romanística alemã (em seu designativo, “grandes romanistas da cultura alemã”), em especial com Leo Spitzer¹⁹⁷ e Auerbach, essa inter-relação ou “contradição” necessária entre palavra e visão de mundo, essa “tensão entre *res* [coisas] e *verba* [palavras] elevados, e *res* e *verba* prosaicos e baixos”, pois “somente eles se alimentam da *contradição entre intenção problemática e referência vulgar* que Erich Auerbach nos ensinou a considerar como inspiradora do discurso ambivalente do lirismo ‘mesclado’”.¹⁹⁸

[...] um fenômeno estilístico capital: a “mescla de estilos” (*Stilmischung*) teorizada pelo grande romanista Erich Auerbach. Sabe-se que os antigos e o classicismo distinguiram três níveis de estilo (*gravis stylus, mediocrus stylus, humilis stylus*, na célebre “roda de Virgílio”); segundo esta classificação normativa, a realidade cotidiana e prática, enquanto objeto da literatura, só tinha lugar nos níveis de estilo médio e baixo, isto é, nos registros do leve-pitresco ou do cômico-vulgar. Ora, duas vezes na história — em primeiro lugar com a literatura cristã da Idade Média, depois com o romance realista do século XIX — a hierarquia dos três níveis foi invertida. Desde Balzac e Stendhal, o romance erige pessoas e coisas vulgares “em objetos de representação *séria, problemática*, até mesmo trágica” (Auerbach; grifado por nós [inserção do próprio Merquior]). Aplicando a maneira *sublime* a assuntos prosaicos e rotineiros, a literatura realista se torna *séria* (ib.); assim fazendo, do ponto de vista da doutrina dos níveis, ela *mescla* os estilos.

Uma grande parte da importância de Baudelaire, em seu papel de fundador do lirismo moderno, vem do fato de introduzir a mescla dos estilos na poesia. [...] Naturalmente, a dinâmica do estilo mesclado foi amplamente favorecida pelo advento do que Spitzer¹⁹⁹ chama a “democracia” das palavras [ou verbal²⁰⁰] e das coisas na literatura de nosso século [XX]. O mesmo Spitzer considera a abolição dos privilégios no reino das palavras um prolongamento da *Stilmischung* de Auerbach (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 42-43).

Vale, a esta altura da análise, a transcrição integral da extensa referência em que se flagram, através da compreensão profunda da literatura, os aspectos sociais da vida nacional em (lenta) mudança:

¹⁹⁷ Crítico literário, professor e filólogo austríaco nascido em 1887 e falecido em 1960.

¹⁹⁸ Cf. Merquior (1980b, p. 55; 1981c, p. 323; 1983a, p. 166; 2012 [1975], p. 20-21, 42-43, 149, 153, 178-179, 269, 310, 383; 2015 [1974], p. 307).

¹⁹⁹ Cf. Spitzer (1955, p. 343).

²⁰⁰ “Foi a democratização da matéria lírica, associada, conforme sabemos, ao que Leo Spitzer denominou ‘democracia das palavras’ e Auerbach, abrindo caminho a mais de um crítico contemporâneo, analisou como predomínio do ‘estilo mesclado’ na linguagem poética” (MERQUIOR, 1983a, p. 166).

Na verdade, a poesia acadêmica de então [anterior aos modernistas] era bem afastada tanto do Brasil quanto de seu século. Assim, a primeira grande contribuição do verso drummondiano consistiu em apreender o sentido profundo da evolução social e cultural de seu país. A partir de sua própria situação de filho de fazendeiro emigrado para a grande cidade, justamente na época em que o Brasil começava a sua metamorfose (ainda em curso) de subcontinente agrário em sociedade urbano-industrial, Drummond dirigiu o olhar do lirismo para o significado humano do estilo existencial moderno. Desde então, tornou sua escrita extraordinariamente atenta aos dois fenômenos de base desta mesma evolução histórica [e não menos sociológica]: o sistema patriarcal e a sociedade de massa. Sua abertura de espírito, sua sensibilidade à questão social, sua consciência da história impediram-no de superestimar as formas tradicionais de existência e de dominação, mas, ao mesmo tempo, ele se serviu do “mundo de Itabira” — símbolo do universo patriarcal — para detectar, por contraste, os múltiplos rostos da alienação e da angústia do indivíduo moderno, esmagado por uma estrutura social cada vez menos à medida do homem.

Profundamente enraizada numa época de transição, a mensagem poética de Drummond se elevou dessa forma ao nível das significações universais. Nacional por sua linguagem e sua inspiração, sua obra nada tem de exótica; não é sequer “regionalista”, se bem que se trate de um escritor que não pudesse ser mais obsedado por suas origens. Além do universal, a poesia drummondiana é também muito atual. Poucos líricos de nosso tempo terão mostrado tanta fidelidade aos movimentos essenciais do espírito moderno, a suas inquietações, suas desconfianças, suas perplexidades críticas, sem legítimo desapareço pelos clichês ideológicos e pelas filosofias abastardadas. Nesse sentido, o humor de Drummond — na aparência inclinado ao niilismo — não passa, no fundo, de uma estratégia intelectual radicalmente lúcida e liberadora (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 324-325; grifos nossos).

Esta mescla de motivações estilísticas está flagrante na base das propostas auerbachianas. A contradição do mundo é a tensão da *forma* e do *conteúdo*, da *linguagem* e de suas *inspirações*, da *composição* e de seus *significados*, do *sentimento provocado no leitor* e na *proposta da analítica social* contida nas narrativas e na poesia. Mescla, esta, de motes interiores e só aparentemente apenas subjetivos e locais fundidos ao “tom problemático” da realidade social (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 325).

A conclusão (não apenas historicista, eminentemente sociológica) não poderia ser outra após a, e *a partir* da, profunda análise de “obra literária votada à *problematização* da vida”:

Ora, a única função válida e legítima de um texto literário, pelo menos desde a Revolução Industrial, é justamente a *problematização do real*, distinta a um só tempo da edificação moral e do simples divertimento. Como todo grande poeta (e não sendo senão poeta e somente poeta), Carlos Drummond de Andrade é muito mais que um bom escritor. É um grande praticante da poesia como jogo do conhecimento [...] (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 326).

Mais do que influência secundária, a interlocução de Merquior (1980b, p. 19; 1981c, p. 316-328), em continuação, com o método crítico de Antonio Candido era por

ele mesmo reconhecida.²⁰¹ Afinal, a “crítica sociologicamente orientada” de Candido, sem recair no sociologismo, dava fundamentação a sua concepção do campo estético. Para Merquior (1981c, p. 316-317; 2014a [1977], p. 65), Candido, ao operar o conceito de “sistema literário”, sobretudo em sua *Formação da literatura brasileira*,²⁰² ampliava a noção de “fator” como recurso distendido para dar conta tanto do intrínseco quanto do extrínseco no “texto como resultado”.

A Merquior (1981c, p. 318) interessava, nas premissas teórico-metodológicas de Candido, a operação que se vale do *externo* que se torna *interno* ao texto, o que equivale a dizer, o “social como ‘fator da própria construção artística’”. Para tal, reconhecia seis modalidades possíveis de estudo sociológico da literatura:

[...] [1] o correlacionamento dos períodos, gêneros e de literatura em seu todo com a base social; [2] o estudo dos textos como espelho da sociedade; [3] a investigação das relações entre texto e público; [4] o exame da posição e função sociais do escritor; [5] o da função político-ideológica das obras literárias; e [6] a reconstituição das origens sociais da literatura (MERQUIOR, 1981c, p. 318).²⁰³

²⁰¹ Candido também reconheceu o papel intelectual de Merquior na crítica literária brasileira: “Merquior foi sem dúvida um dos maiores críticos que o Brasil teve, e isto já se prenunciava nos primeiros escritos. Lembro como sinal precursor o ensaio que escreveu bem moço sobre a ‘Canção do Exílio’, de Gonçalves Dias, fazendo uma descoberta que dava a medida de sua imaginação crítica — entendendo-se por imaginação crítica a capacidade pouco frequente de elaborar conceitos que têm o teor das expressões metafóricas ou o voo das criações ficcionais. Estou falando o seguinte: ao comentar a afirmação costumeira de que o famoso poema não tem adjetivos, ele mostrou que a sua eficiência provém na verdade do fato de ser todo ele, virtualmente, uma espécie de grande expressão adjetiva, uma qualificação sem qualificativos, devido à tonalidade do discurso. “Num de seus ensaios ele disse que a falta de informação filosófica prejudicava a maioria da crítica brasileira. Ora, desse mal ele estava galhardamente livre. A sua acentuada vocação especulativa e a vasta erudição que a nutria lhe permitiram fazer do trabalho crítico uma investigação que não se satisfazia em descrever e avaliar os textos, mas desejava descobrir o sentido entesourado e em seguida ligá-lo a outros produtos da cultura” (CANDIDO, 1996, quarta capa). E em sequência: “Daí um cruzamento fertilizador, característico do seu trabalho: o pensador José Guilherme Merquior era capaz de expor os seus pontos de vista com a expressividade de um escritor versado na melhor literatura, enquanto o crítico José Guilherme Merquior era capaz de interpretar os textos ou traçar a articulação dos movimentos com a capacidade dialética de discriminar e integrar, própria da mente filosófica. Por isso, poucos foram tão capazes de associar o impulso do pensador ao olhar do leitor penetrante. Nele, era notável a combinação de gosto fino, argúcia analítica, precisão da síntese e transfiguração reflexiva. “Não espanta que, sendo dotado de tais qualidades, Merquior tenha podido com maestria fazer análises finíssimas e construir visões integradoras. Ele sabia demonstrar a fatura dos textos sem os reduzir à mecânica formalista e inscrever as obras na sequência temporal sem deslizar para o esquema. Sobrevoando esses dons, a linguagem adequada, expressiva, cheia de flama, parecendo comunicar à página o ritmo trepidante que foi a sua vida de impetuosa dedicação às coisas mentais” (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 331-332; grifos nossos). Para a análise de Gonçalves Dias, v. Merquior (2013b [1965], p. 59-70).

²⁰² Merquior (1981c, p. 321, 327; 2012 [1975], p. 56-57, 94, 112, 135; 2013b [1965], p. 164; 2015 [1974], p. 164) refere, nominalmente, a sua interlocução com pelo menos mais dois livros e dois artigos de Candido: *Tese e antítese*: ensaios (1964) e *Vários escritos* (1970), e “Dialética da malandragem” (1970) e “A passagem do dois ao três: contribuição para o estudo das mediações na análise literária” (1974).

²⁰³ Aqui a clara dívida de Candido com Auerbach e de Merquior para com ambos: “De cada obra de arte podemos dizer que é determinada essencialmente por três fatores: a época de sua origem, o lugar, a singularidade de seu criador” (AUERBACH, 2013 [1921], p. 17; grifos nossos). Inseridas nesta discussão acham-se as pontuações de Waizbord (2004, p. 62; grifos nossos): “uma reflexão que procura contrabalançar

Havia aqui correlação com Auerbach, pois da mesma maneira que este sustentou na “forma” (o “estilo”) o conteúdo do social, Candido renunciou a ver na criação literária “autarquia” desligada “errônea e ilusoriamente” de seu contexto social, mas “não contemporizar com a falsa dicotomia análise formal/análise fatorial [...] dentro dessa correta perspectiva ‘lukácsiana’²⁰⁴ do social como forma” (MERQUIOR, 1981c, p. 318).

A partir desses pressupostos, Merquior (2014a [1977]) escreveria o seu livro de história da literatura brasileira *De Anchieta a Euclides*, não negando, pois, a filiação à obra *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido:

Símbolo fecundo como poucos, e a justo título inspirador de toda uma inteligência de nosso passado literário. Pessoalmente, foi nele (para não falar de várias outras sugestões de Mestre Candido) que me inspirei (em *De Anchieta e Euclides*) ao tentar divisar a função latente do momento seguinte na história de nossas letras: o pós-romântico²⁰⁵ visto como fase de sofisticação técnico-intelectual do nosso sistema literário; como nele tornaria a me inspirar, ao debuxar o perfil da função do modernismo como aprofundamento do potencial de autognose da cultura brasileira (MERQUIOR, 1981c, p. 319-320).

Para Merquior,²⁰⁶ entretanto, a noção de “sistema literário”, se possuía um resquício funcionalista, por outro lado dele Candido se afastara, pois sua noção sistêmica da literatura brasileira era menos de caráter paradigmático que lógico-conceitual: seu “funcionalismo” se interessaria mais pelas “condições de *emergência* do nosso sistema literário” que pelo “dúbio postulado estrutural-funcionalista”, “ao gosto, ontem dos Parsons, e hoje, dos Althussers: delírios de rala ou nenhuma propensão empírica, e, por isso mesmo, desde a saída destituídos daquele poder de descoberta — de descoberta, e não de explicação — que, em última análise, resume o valor do ‘approach’ funcionalista em ciência social”. Desse modo, a crítica sociologicamente orientada poderia se resguardar de explicações finalistas, subjetivas ou, de outro extremo, do “fetichismo do texto” e buscar “explicar por causas”, “valorizando os determinantes sociais”:

Tudo o que desejamos sugerir foi que a história literária de Antonio Candido representa contribuição das mais atuais ao desenvolvimento de uma crítica

objetividade e subjetividade, exterioridade e dimensão interna na obra. Não se trata, com efeito, de atribuir todo o peso da obra à subjetividade criadora de um gênio ou personalidade, nem por outro lado de defini-la em um paralelogramo cujas forças seriam meio e momento. Compreender a obra significa ser capaz de captar essa tensão de forças”.

²⁰⁴ Referência à dicotomia lukácsiana *forma literária—processo social*. Cf. Merquior (1981c, p. 321).

²⁰⁵ Termo de Candido usado em *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária* (1965) para caracterizar o período imediatamente anterior ao modernismo brasileiro e que envolve a simultaneidade dos gêneros literários realista, naturalista, parnasiano, impressionista e simbolista. Dele se vale Merquior (2014a [1977], p. 176) para parte de sua periodização da literatura brasileira.

²⁰⁶ Cf. Merquior (2014a [1977], p. 320-321, 324, 326-327).

literária de pendor genuinamente explicativo. Seu mapeamento das macrofunções histórico-sociais de nossa literatura em sua fase formativa perdura como proeza heurística de resultados altamente estimulantes para a pesquisa dos determinismos sócio-culturais atuantes no passado das letras nacionais, e seus momentos propriamente explicativos, usando com discernimento o fundo biográfico e o ambiente social, são de certo modo exemplares na capacidade de fugir às ilusões formalistas sem cair nas falácias reducionistas. [...] A meu juízo, essa mudança de tônica deveria levar nossa crítica explicativa a sublinhar mais e melhor as variáveis externas codeterminantes da obra de arte literária. Desse modo, o externo continuaria a ser buscado ao nível de sua pertinência em relação ao interno; o crítico explicador continuaria a seguir o sábio mandamento de E. Raimondi.²⁰⁷ ler a história no texto, em vez de dissolver o texto na história. Não obstante, seria desejável uma atenção mais detida ao peso causal dos fatores externos; uma estratégia explanatória em que a história social e psicologia genética, complementando-se ao longo da análise, servissem de foco explicativo das características próprias à semiose literária” (MERQUIOR, 1981c, p. 324-325).

Merquior (2014a [1977]) procurará durante a sua obra de crítica justamente esta “semiose” da literatura brasileira. O mesmo que dizer: os *momentos decisivos* candidianos das letras do Brasil que fortaleceram socioculturalmente o país ao longo de sua história. Ele dialoga criticamente com Candido quando analisa a literatura brasileira desde o século XVI até o início do século XX, com o movimento da Literatura de catequese, passando pelo Barroco, pelo Neoclassicismo (Arcadismo), pelo Romantismo e pelos gêneros *pós-românticos* (Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Impressionismo e Simbolismo; aí se incluindo também o chamado “Pré-Modernismo”).

Nesta linha, editou apenas o primeiro tomo de sua obra *Musa morena*: breve história da literatura brasileira.²⁰⁸ Esta seria dividida na sua integralidade em dois volumes, sendo a primeira parte a única a aparecer (*De Anchieta a Euclides*) correspondente ao período que vai aproximadamente de 1576 a 1931. Era de seu desejo tratar, na continuação desse título, do período modernista até os anos pós-modernistas de 1980; contudo, apesar de não haver concluído essa história literária, publicou esparsamente em outros livros, bem como em artigos de jornais e revistas, material correspondente à análise do Modernismo e do “Pós-Modernismo”.²⁰⁹

Neste quadro, sobressaem as análises (dentre outras de caráter apenas sugestivo e panorâmico) da poesia de Joaquim Cardozo, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de

²⁰⁷ Alusão ao filólogo, ensaísta, professor universitário e crítico literário italiano Enzo Raimondi (1924-2014).

²⁰⁸ Tal obra chegou, por breve tempo, a ser denominada por seu autor *Musa morena*: literatura e cultura no Brasil; no seu anúncio, consta inclusive a imprenta “Rio de Janeiro, Editora Brasília, 1977” (q.v. Merquior [1977, p. viii]).

²⁰⁹ Um levantamento destas fontes pode ser apresentado da seguinte maneira: Merquior (1980b, p. 122-160; 1981c, p. 264-269, 290-302; 1983b, p. 92-144, 151-155, 166-167, 178-181; 2012 [1975]; 2013b [1965], p. 22-58, 71-98, 100-142). Ademais, enfatizem-se alguns de seus artigos de mocidade, aparecidos no *Suplemento dominical do Jornal do Brasil* entre 1959 e 1962.

Lima, Mário de Andrade, Manoel Bandeira, Murilo Mendes, Lúcio Cardoso²¹⁰, Cassiano Ricardo²¹¹ e João Cabral de Melo Neto, bem como a prosa de Jorge Amado²¹².

Para Merquior (1980b, p. 122), o Modernismo não poderia ser demarcado didaticamente numa cronologia simplesmente extensiva à geração de valores convencionais de 1945.²¹³

Àqueles que cultivam o fetichismo das datas simbólicas, digamos que a *hegemonia* criadora do estilo modernista termina por volta de 1954 — (morte de Oswald²¹⁴) — 56 (ano em que o maior dos escritores pós-modernos, G. Rosa,²¹⁵ publicou seus dois principais livros: *Grande Sertão, Corpo de Baile*). Isso não entra, é claro, em contradição nem com o advento de correntes nitidamente antimodernistas desde os anos 40 (ex.: o neoparnasianismo da geração de 45) nem com o fato de que vários modernistas (poetas como Drummond e M. Mendes, narradores como E. Veríssimo²¹⁶ e Jorge Amado) continuaram a publicar (um ponto alto da prosa modernista, como as memórias de Pedro Nava,²¹⁷ só aparecerá meio século após a eclosão do estilo) (MERQUIOR, 1980c, p. 122).

Os valores modernos se estendiam por mais de meio século de duração justamente por serem dotadas de recursos problematizadores da realidade, possibilitados pela abertura experimental da forma e da inspiração do artista, assim como pelo surgimento de um público mais amplo de leitores pelo aumento de casas editoriais, pelas mudanças no cenário do mundo do trabalho, ocasionados pela industrialização e pela urbanização crescente das cidades brasileiras — “pilares da infraestrutura sócio-cultural sobre a qual a vanguarda modernista edificou sua vitória mais durável: a nacionalização definitiva da língua literária. Conquista que, sozinha, é suficiente para fazer do modernismo a tradição *viva* das letras brasileiras”. Daí o modernismo ser compreendido não como “momento” e sim como “época” (MERQUIOR, 1980c, p. 124-134).

Nesta visão, os autores da “época” modernista, esta que se estende de 1922 a pelo menos 1972 nos seus valores menos cronológicos que de “estilos transindividuais das letras”, se distribuiriam em pelo menos cinco grupos de literatos: *anarco-experimentalista* (a exemplo de muitos dos modernistas da Semana paulista), *nacional-primitivista* (com poetas como Cassiano Ricardo), *dinamista* (adeptos próximos do

²¹⁰ Escritor, dramaturgo e poeta mineiro, nascido em 1912 e falecido em 1968.

²¹¹ Jornalista, poeta e escritor paulista, nascido em 1895 e falecido em 1974.

²¹² Escritor e político baiano, nascido em 1912 e falecido em 2001.

²¹³ Cf. Merquior (2013b [1965], p. 51-58).

²¹⁴ Oswald de Andrade (1890-1954), escritor, ensaísta e dramaturgo brasileiro, um dos principais representantes do movimento modernista brasileiro.

²¹⁵ Guimarães Rosa (1908-1967), médico, diplomata, poliglota, poeta, contista e novelista mineiro.

²¹⁶ Erico Veríssimo (1905-1975), jornalista, tradutor, contista, novelista, romancista, tradutor e memorialista gaúcho.

²¹⁷ Médico, memorialista e escritor modernista mineiro, nascido em 1903 e falecido em 1984.

movimento futurista), *espiritualista-antiprimitivista* (grupo católico) e *regional-modernista*²¹⁸.

Estes grupos, entretanto, “não se apresentam quase nunca em estado puro em cada um dos textos modernos”. São aproximações classificatórias, “aspectos ideal-típicos, enquanto *tendências* subjacentes à miríade de formas e de técnicas dos diversos ismos do ‘primeiro’ século XX”, “aptos a apreender a natureza profunda da escrita moderna”. A ferramenta, logo se vê, utilizada por Merquior (1980b, p. 128) é a do tipo ideal weberiano para a organização das correntes modernistas por seus motivos.

No entanto, como interlocução não é simples acatamento de um conjunto de ideias, Merquior (1980c, p. 132-133) sugere que deveria ser “dialetizada” a proposta de Candido de ver nas belas-letas brasileiras do século XIX aos primeiros anos do século XX o papel de “conhecimento sociológico”, uma vez que só com o advento de valores estéticos modernistas soube-se “dar nascimento a uma arte literária de vocação global crítica e problematizante”.²¹⁹

Merquior procurou combinar sociologia e estética a partir da filologia e estilística (Auerbach) e da crítica literária (Candido); combinação que só se torna efetivamente crítica de seu tempo se se dotar de valores compartilhados por indivíduos em uma época e numa busca de autenticidade artístico-cultural que bebe sempre no social, a sua fonte de contínua renovação:

Nenhuma revolução literária se prova revolução sem mudar linguagem. Já não digo mudar o tom, o metro, a imagem, a sintaxe e o vocabulário, mas alterar tudo isso e transformar, antes de mais nada, a relação de distância entre povo e poesia. Essa distância se torna menor. A proximidade da fala popular volta a fecundar a literatura. O coloquialismo aparece, não como traço dominante, mas como sintoma de que a língua dos escritores remergulhou na sua fonte eterna, no seu poço cíclico, no seu alternado e necessário banho de autenticidade social. A revolução não pode ser, em consequência, meramente destruidora. Terá com grande ruído o prazer de denunciar a esterilidade cristalizada da poesia precedente. Terá de ser, em parte, agressiva — essa é a sua fase apenas estreada, a temperatura do seu começo, que não compromete a outra empresa,

²¹⁸ Um claro exemplo da agudização, na obra literária, dos problemas sociais se encontra neste último grupo, marcado pela prosa de romances “sociais” dos anos 30, como *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida (1887-1980), *O quinze* (1930), de Rachel de Queiroz (1910-2003), *O gororoba* (1931), de Lauro Palhano [Juvêncio Campos] (1881-196-), *Cacau* (1933), de Jorge Amado, *Parque industrial* (1933), de Pagu [Patrícia Galvão] (1910-1962), *Os corumbas* (1933), de Armando Fontes (1899-1967), *Macau* (1934), de Aurélio Pinheiro (1882-1938), *Alambique* (1934), de Clovis Amorim (1912-1970), *Cassacos* (1934), de Cordeiro de Andrade (1910-1943), *Corja* (1934), de João Cordeiro, *Banguê* (1934) e *Usina* (1937), de José Lins do Rego (1901-1957), *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos (1892-1953) e *Penca de Aratacas* (1939), de Pedro Uzzo (1901-1977). Alguns de seus autores se vincularam ideológica e partidariamente.

²¹⁹ “Até 1922, a literatura crítica foi quase exclusivamente obra de alguns grandes solitários: Machado [de Assis], Euclides [da Cunha]... Tanto que seria preciso dialetizar num certo sentido a penetrante tese de Antonio Candido, segundo a qual, no Brasil, as belas-letas fizeram muito tempo as vezes de conhecimento sociológico” (MERQUIOR, 1980c, p. 132-133).

mais íntima e profunda, de substituir uma dicção e renovar o contato com o público (MERQUIOR, 2013b [1965], p. 52; grifos nossos).²²⁰

²²⁰ “[...] quando, finalmente, se impõe a convicção de que o importante do acontecimento não é apreensível mediante conhecimentos abstratos e gerais, e de que o material para tanto não deve ser procurado somente nas partes elevadas da sociedade e nas ações capitais ou públicas, mas também na arte, na economia, na cultura material e espiritual, nas profundezas do dia-dia-dia e do povo, porque só lá pode ser apreendido o verdadeiramente peculiar, o que é intimamente móvel, o que tem validade universal, tanto num sentido mais concreto, quanto num sentido mais profundo; então, é de esperar que tais noções sejam também aplicadas à atualidade, de tal forma que também ela apareça como incomparavelmente peculiar, movimentada por forças internas e em constante desenvolvimento; quer dizer, como um pedaço de história, cujas profundezas quotidianas e cuja estrutura interna de conjunto se tornam interessantes, tanto no seu surgimento, quanto na sua direção evolutiva” (AUERBACH, 2002 [1946], p. 395; grifos nossos).

3. DE PRAGA A PARIS: MARXISMOS E ESTRUTURALISMOS

A Natureza é um templo onde vivos pilares
Pronunciam por vezes palavras ambíguas;
O homem passa por ela entre bosques de símbolos
Que o vão observando em íntimos olhares.

Em prolongados ecos, confusos, ao longe,
Numa só tenebrosa e profunda unidade,
Tão vasta como a noite e como a claridade,
Correspondem-se as cores, os aromas e os sons
(BAUDELAIRE, Charles, 2015 [1857], p. 135).

Na obra de José Guilherme Merquior, há uma crítica aos paradigmas marxista e estruturalista. É preciso, entretanto, esclarecer, preliminarmente, que este posicionamento intelectual resguarda, entre outros poucos nomes,²²¹ pelo menos dois pensadores que são interlocutores em sua obra: Walter Benjamin, para o caso do materialismo histórico, e Claude Lévi-Strauss, para o do estruturalismo francês. Estes autores serão o foco analítico deste capítulo, em seu diálogo com a produção intelectual merquioriana.

Segundo Penna (2001, p. 243), a visão de Merquior respeitou o materialismo histórico enquanto método, porém respeitou mais Karl Marx (1818-1883) que Friedrich Engels (1820-1895) e os marxistas “ocidentais”.²²² Sob a visão de Merquior, são perceptíveis nos desdobramentos engelianos e marxistas, e bem menos no pensamento marxiano, pelo menos dois grandes problemas: o salvacionismo apoiado na predição do futuro pelo choque inevitável de um par oponente de classes e enquanto destino emancipatório dos seres sociais e a vulgarização do materialismo histórico, sobretudo com o leninismo, em razão da defesa da infraestrutura econômica como base da evolução da vida em sociedade ao longo do percurso histórico (MERQUIOR, 1987 [1986], p. 13).²²³

²²¹ É o caso do pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937), por quem Merquior preservou durante a sua produção intelectual uma afinidade de interlocução, embora periférica em sua obra.

²²² Essa definição compreende intelectuais marxistas por demais diversos, a exemplo de György Lukács, Louis Althusser, Walter Benjamin, Jean-Paul Sartre, Antonio Gramsci, Jürgen Habermas, entre outros (MERQUIOR, 1987 [1986], p. 11-12).

²²³ Penna (2001, p. 243): “Sobre o marxismo demonstrou sua competência quando escreveu o belíssimo texto sobre *O marxismo ocidental*. Por outro lado, tive a oportunidade de assistir à sua conferência apresentada no Instituto de Altos Estudos, vinculado à Universidade Cândido Mendes, em sessão presidida pelo ilustre Professor Hélio Jaguaribe [1923-]. Nela, ao lado da crítica, teve a oportunidade de exaltar a relevância que pessoalmente concedia ao materialismo histórico. Sobre esse mesmo tema discorreu longamente quando, juntamente com Hilda [Merquior], passou um fim de semana em nossa casa, em Cabo Frio. Sua exposição exaltando a concepção marxista do materialismo histórico foi por ele ilustrada com a própria Revolução Americana” [grifos nossos]. Merquior inclusive nutria grande admiração pela prosa ensaística de alguns textos de Marx, a exemplo de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), porém quando se tratava de *O capital* (1867), considerava o texto árido. Cf. o documentário, embora de acesso restrito, “José Guilherme Merquior: Paixão pela razão” [2015]. Disponível em: www.erealizacoes.com.br/midia/video. Acesso em: 27 jul. 2017.

A partir da metade desse período, isto é, desde 1850, uma forma de crítica social se consolidou: a que visa primordialmente à análise da organização social e econômica, ou seja, “grosso modo”, do sistema das classes sociais e da estrutura de produção da sociedade. O prestígio do estudo dessas dimensões chegou a fazer com que a expressão “crítica social” se identificasse com êle.

No entanto, a sociedade contém outras dimensões, até certo ponto independentes do funcionamento da organização social e econômica. Às vezes, êsses outros domínios recebem a vaga qualificação de “culturais”: a religião, a arte, alguns aspectos da vida política, os costumes menos restritos a certas camadas sociais, a linguagem em geral, os elementos de visão do mundo e as práticas partilhados em média pelo conjunto dos “socii” (dos membros da sociedade), integram esta área que a sociologia, a psicologia social, a antropologia e a crítica reivindicam, alternadamente, para sua respectiva consideração.

Ora, algumas experiências profundas de transformação social do nosso tempo — deliberadas ou inconscientes, revolucionárias ou puramente evolutivas — forçaram a teoria crítica²²⁴ da sociedade a inclinar-se com maior minúcia sobre essas dimensões. Em particular, o fato de que, uma vez alterado o regime social e econômico de determinadas nações, toda uma série de problemas tivesse continuado a embargar o atingimento dos ideais de justiça e de felicidade que haviam animado os movimentos de mudança alertou vivamente os analistas mais sensíveis para a complexidade e o relêvo assumidos, da totalidade do processo social, pelos elementos propriamente “culturais” (MERQUIOR, 1969, p. 13-14; grifos nossos).

Desta forma, Merquior também valorizará em suas interlocuções o plano superestrutural (em especial a arte, a cultura e a política) da vida em sociedade, e não somente o plano material configurado pela categoria da infraestrutura. No entanto, negará quaisquer projetos de prognosticar o futuro humano (ou o sentimento de pessimismo quanto a este). Tanto uma quanto outra visão, para o autor brasileiro, pareceram-lhe empobrecedoras da análise e da própria teoria marxista em sua multiplicidade. A este sintoma, designará “irracionalismo” (MERQUIOR, 1981b, p. 10).

Na interlocução de Merquior com Benjamin, os conteúdos analíticos giram em torno dos seguintes e principais termos interligados: *história e futuro, pessimismo e esperança, arte e cultura, aura e alegoria, realismo e estratificação social, romantismo e crítica da sociedade moderna*.

No que concerne ao estruturalismo, Merquior (1991a [1986], p. 13) preliminarmente procura de maneira crítica defini-lo (bem como sua continuação ou sua negação pós-estruturalista) em sua abrangência e sua pluralidade:

“Estruturalismo” é, creio, uma palavra que sugere mais de uma coisa ao leitor comum. Mas, em termos da história das idéias parece referir-se atualmente à obra de um monte de petulantes acadêmicos, na sua maioria franceses, ativos

²²⁴ Neste fragmento, Merquior referia-se especificamente à designação corrente, desde Max Horkheimer (vide, mais adiante, nota 234) para a proposta marxista da Escola de Frankfurt. Sobre o termo, conferir Wiggershaus (2006, p. 15) e Rouanet (2017, p. 503-504).

em ciências sociais, filosofia e humanidades. Mais precisamente, sabe-se cada vez mais que “estruturalismo” significa uma corrente de pensamento na ala humanista da academia, que nasceu da lingüística moderna e desabrochou na França, principalmente nos anos 60. Na verdade, parece ser um fenômeno tão francês que alguns gostam de usar o nome *structuralisme* ao falar sobre o assunto, pelo menos a fim de evitar confusão com correntes anteriores, muitas vezes também chamadas de “estruturalismo”, em diferentes disciplinas (como biologia) ou mesmo na própria ciência social (como na antropologia de Radcliffe-Brown²²⁵ ou na teoria sociológica de Talcott Parsons). O estruturalismo francês vem perdendo força há uma década. De qualquer forma, nunca penetrou na atmosfera ideológica de forma comparável à moda gálica anterior: o existencialismo sartriano.

[...] Uma gama tão grande de áreas intelectuais explica por que o estruturalismo, apesar da semelhança entre as teorias dos seus fundadores, não é na verdade um movimento unificado, muito menos uma escola. É, mais exatamente, um *estilo de pensamento* no lado humanístico do conhecimento (MERQUIOR, 1991a [1986], p. 13).

Assim, destaca-se na análise merquioriana a sustentação de que o estruturalismo, dada a sua gama de vertentes, mais constituiria, tal qual o próprio marxismo, “um estilo de pensamento” que “uma escola”. Daí haver concebido ambas as correntes no plural: marxismos e estruturalismos.

Exceto o “estruturalismo completo”²²⁶ de Lévi-Strauss, esta corrente de pensamento notadamente francesa estaria “repleta de anátemas contra a civilização moderna” e por isso estaria prejudicada tanto em sua vertente lingüística quanto marxista ou psicanalítica, uma vez que, para Merquior, ambas se fechavam à perspectiva sensivelmente social, empírica, por ocultar o conteúdo no formalismo de suas aspirações teórico-metodológicas ou mais se interessar pelo aspecto inconsciente das dimensões humanas (quando fundida à psicanálise e à psiquiatria). Ademais, as formas de estruturalismo normalmente se apresentavam em defesa de um anti-humanismo (*anticogito, antissujeito, anticonsciência*) e de um anti-historismo (daí o olhar sincrônico de suas sustentações) em sua abrangência para áreas do saber como a lingüística, a crítica literária e as ciências sociais (MERQUIOR, 1969, p. 13-14; 1991a [1986], p. 15, 225, 290).²²⁷

Por Walter Benjamin, Merquior preservou uma admiração intelectual até pelo menos uma de suas últimas obras, *O marxismo ocidental* (1987 [1986], p. 166-183),

²²⁵ Antropólogo, etnógrafo e professor universitário britânico, nascido em 1881 e falecido em 1955.

²²⁶ O elogio é de Merquior (1991a [1986], p. 225).

²²⁷ Entre as “estrelas do estruturalismo francês”, Merquior (1991a [1986], p. 13, 225) menciona de forma mais central em sua obra, conforme seu termo, a “pentarquia” Althusser, Roland Barthes, Jacques Lacan (1901-1981), Michel Foucault e Jacques Derrida (1930-2001). V. também Merquior (1985d, p. 14, 17). Contudo, Lacan e Barthes, quando não são mencionados de forma tangencial, são analisados mais à luz da teoria literária, da lingüística e da psicanálise, não se dando, pois, à abertura para a apreensão de um olhar de aporte mais sociológico.

quando ocorre certo afastamento de interlocução com esse pensador. Já no caso do estruturalismo de Lévi-Strauss, não se distanciará Merquior de seu pensamento (1991a [1986], p. 95-103; 2013a [1977], passim).

Livros como *Razão do poema: ensaios de crítica e de estética* (2013b [1965]), *O estruturalismo dos pobres e outras questões* (1975), *O fantasma romântico: e outros ensaios* (1980b) e *O elixir do Apocalipse* (1983b) são significativos para o melhor entendimento da posição teórica à qual se inclinaria Merquior em relação ao marxismo e ao estruturalismo, sem perda da afinidade intelectual com Benjamin e com Lévi-Strauss.

Na bibliografia de Merquior, contudo, o livro *De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista* (1987 [1986]) é relevante para a compreensão de sua incursão intelectual por esses dois paradigmas, pois, além de conter sua postura crítica e parte de suas influências teóricas, dota-se de significado histórico para situar o autor no período de sua produção, a começar pelo ano de 1968.

De Praga a Paris (já se percebe pelo título) alude primeiramente à Primavera de Praga. O fato foi marcado por um conjunto de manifestações políticas que sucederam na então Checoslováquia entre janeiro e agosto de 1968, quando o estadista eslovaco “social-democrata” Alexander Dubček (1921-1992) ascende ao poder pelo Partido Comunista e propõe, aliando-se a intelectuais locais, reformas econômicas e democráticas. Dentre estas reformas, cite-se o aumento da liberdade de imprensa, de expressão e de manifestação. Então sob a influência soviética (ocupação que se estenderia até 1990), o país checoslovaco sofre represálias com tanques e tropas, o que ocasiona forte emigração.²²⁸

Naquele mesmo ano de 1968, em maio, Paris vive uma greve geral de trabalhadores, cujo quantitativo corresponderia a quase dois terços de sua força. Em seus desdobramentos, devidos a uma manifestação de estudantes perseguidos pela gestão da Universidade de Paris, em Nanterre, cidade próxima à capital francesa, aderem à causa revolucionários, intelectuais, professores, sindicalistas e militantes em geral. Em marcha, a revolta, entretanto, é reprimida de modo brutal pela polícia. O fato leva ao recrudescimento, com apoio, inclusive, do Partido Comunista Francês, de orientação stalinista. Sob tal atmosfera, o presidente francês, general Charles De Gaulle, convoca, após seu retorno de breve refúgio na Alemanha, novas eleições para fins de junho no emblemático 1968, numa clara manobra política, o que ocasionou a vitória de seus

²²⁸ Sobre o tema, q.v. Tigrid (1970 [1968]).

aliados, bem como o fortalecimento dos gaullistas, a partir da dispersão e desmobilização do movimento, e sobretudo por suas promessas de aumentos salariais que fizeram os operários retornar às fábricas.

Muitos julgam Maio de 68 um dos maiores acontecimentos revolucionários do século XX, pela participação a um só tempo de membros das classes trabalhadora e camponesa, bem como de intelectuais que brandiam a bandeira pela liberdade étnico-racial, cultural, sexual, etária e de classe. Um desses nomes é Michel Foucault, o qual chega a sustentar ter sido aquele um movimento histórico aberto decisivamente para se pensar de modo crítico o “poder”, uma das categorias centrais em sua obra extensa e um pouco fragmentada:

[...] a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder e ao mesmo tempo a fecundidade possível destas análises do poder, que tinham como objetivo dar conta destas coisas [sic] que até então tinham ficado à margem do campo da análise política (FOUCAULT, 2005 [1979], p. 3, 6).

Löwy e Sayre contextualizam histórica e ideologicamente:

Como sabemos, a rebelião da juventude, nos anos 60, não se limitou à França: movimentos análogos ou comparáveis proliferaram no mundo inteiro e, em particular, nos Estados Unidos, Alemanha e Itália, sob forma de mobilizações pacifistas, movimentos terceiro-mundistas, iniciativas de contracultura, experiências de vida comunitária (urbana ou rural), tentativas de antipsiquiatria, etc. Uma dimensão romântica estava presente, em diversos níveis, na maioria desses movimentos, tanto nas críticas dirigidas contra as sociedades industriais modernas, quanto nas aspirações utópicas que os tinham inspirado.

Podemos considerar os acontecimentos de Maio de 68, na França, como um dos momentos de cristalização universal dessa vaga contestatória mundial. O romantismo antiburguês foi, sem dúvida, um dos componentes essenciais da mistura difusa e explosiva de radicalismo social, político e cultural que foi chamado “espírito de Maio” — particularmente, no questionamento da modernização capitalista e da “sociedade de consumo”, e na tentativa para colocar “a imaginação no poder”.

Não deixa de ser significativo o reconhecimento, pelo próprio Merquior, de que estes dias foram marcantes, justamente por se haverem se refletido em muito de seu pensamento. É o que ele depõe em *Rousseau e Weber*:

Certamente é fácil notar neste livro a marca de 1968: uma carga utópica de libertarismo e politismo. É verdade que chego a tematizar o *problema* do politismo, a miragem cívica da ação política cega às condições histórico-sociais concretas. Mas, em 1978, achava-me ainda razoavelmente impregnado

do utopismo de Maio, que eu vivera dez anos antes na sede parisiense (MERQUIOR, 1990a [1980], p. [xv], [xvii]).²²⁹

Conforme se depreende, é justamente desse momento que trata o presente capítulo: do período contido entre 1966 e 1970, quando Merquior se encontra em Paris, uma vez que, logo concluído o curso diplomático no fim do ano de 1963, é lotado em seu primeiro posto diplomático na Embaixada Brasileira.

Já estabelecido na capital francesa, com o intuito de ser aluno titular do curso de Claude Lévi-Strauss, Merquior escreve-lhe uma carta endereçada ao Laboratório de Antropologia Social:

Paris, le 14 novembre 1966

Monsieur le Professeur,

Je suis un jeune critique littéraire brésilien, auteur d'un recueil d'essais sur la littérature et l'esthétique: "Raison du Poème", publié à Rio de Janeiro en 1965. Dans l'esthétique plusieurs concepts de base de vos travaux d'anthropologie, notamment le concept d'inconscient collectif, défini en termes de structure.

Je souhaite très vivement pouvoir vous offrir mon livre personnellement. L'emploi de concepts anthropologiques que j'y ai pratiqué n'est qu'une tentative. Afin de pouvoir préciser, autant que possible, mes idées à ce sujet, je suis persuadé qu'en plus de la lecture de vos ouvrages, que je connais pour ainsi dire tous, une expérience didactique serait pour moi d'une utilité décisive. C'est pourquoi je serais particulièrement heureux de pouvoir suivre votre cours à l'École Pratique des Hautes Études. J'ai déjà eu un entretien à ce propos avec votre Assistant, le Professeur [Maurice] Godelier.

Souhaitant profondément que ma requête mérite de votre part une réponse favorable, et vous exprimant d'ores et déjà ma très sincère gratitude, je vous prie d'agréer, Monsieur le Professeur, l'assurance de ma haute estime et considération.²³⁰

A resposta, escrita dois dias depois, dava notícia da inscrição regular no seminário promovido conjuntamente pelo Collège de France e pela École Pratique des Hautes Études.

²²⁹ Trata-se da tradução de boa parte da segunda tese de doutorado de Merquior, em Sociologia, defendida na London School of Economics and Political Science em junho de 1978, sob o título *Legitimacy as a problem*.

²³⁰ Arquivo José Guilherme Merquior / É Realizações. São Paulo. Tradução literal pelo autor desta tese: "Paris, 14 de novembro de 1966 / Senhor Professor, / Sou um jovem crítico literário brasileiro, autor de uma coletânea de ensaios sobre literatura e estética: "Razão do poema", publicada no Rio de Janeiro em 1965. Em estética, vários conceitos básicos vossos são trabalhados em antropologia, especialmente o conceito de inconsciente coletivo, definido em termos de estrutura. / Espero poder oferecer-vos o meu livro pessoalmente. O uso de conceitos antropológicos que eu pratiquei é apenas uma tentativa. Para poder precisar, tanto quanto possível, minhas ideias sobre esse assunto, estou convencido de que, além de ler vossas obras, que eu conheço, por assim dizer, todas, um experimento didático seria para mim de uso decisivo. É por isso que ficaria particularmente feliz em poder acompanhar vosso curso na École Pratique des Hautes Études. Já tive uma entrevista a propósito disso com o vosso Assistente, o Professor [Maurice] Godelier. / Desejando profundamente que meu pedido mereça uma resposta favorável de vossa parte, e vós já experimenta minha muito sincera gratidão, peço-vos que aceite, Senhor Professor, a garantia de minha alta estima e consideração".

Desde a década de 1960 Merquior se ocupa de leituras marxianas, marxistas e estruturalistas. Sabe-se que antes mesmo de se estabelecer em Paris ele já trazia consigo parte dos originais do texto com que pretendia dar conta de estudar a Escola de Frankfurt, de modo que é extremamente relevante perceber os seus interesses de então.

É nesse tempo que mantém contato com os estudiosos marxistas Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho,²³¹ os quais se tornaram seus amigos próximos, lendo autores como Lukács, a quem tem acesso por meio de recentes traduções italianas publicadas entre 1962 e 1963; leituras estas coincidentes com sua formação como embaixador (KONDER, 1994, p. 45, 48; MOREIRA, 1994, p. 95; MERQUIOR, 1983b, p. 196-199).²³²

A instalação dos militares brasileiros no poder precipita sua temporada no exterior. Mas não sem antes ser convocado a prestar esclarecimentos à Comissão de Investigação do Itamaraty por suas leituras de Adorno, Marcuse, Horkheimer²³³ e Benjamin, quando alega não ser materialista histórico em razão de não se prender intelectualmente a ideologias²³⁴.

A esta altura das argumentações, podem ser apontados na obra de Merquior dois eixos bibliográficos, de cinco fontes cada qual, correspondentes à leitura crítica do marxismo e do estruturalismo, respectivamente: (A) de um lado,

- (1) o livro *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*: ensaio crítico sobre a escola neo-hegeliana de Frankfurt (1969);
- (2) o artigo-chefe “O elixir do Apocalipse”, de livro homônimo (1983b, p. 25-32);
- (3) o livro *O marxismo ocidental* (1987 [1986]),
- (4) o capítulo “Um Dilthey marxizante: Habermas e a epistemologia da ‘teoria crítica’”, incluso no livro *O véu e a máscara*: ensaios sobre cultura e ideologia (1997 [1979], p. 125-132), e
- (5) o artigo “Habermas ou a salvação pelo diálogo”, recolhido em *As idéias e as formas* (1981c, p. 165-174),

(B) de outro,

- (1) o livro *A estética de Lévi-Strauss* (2013a [1977]);
- (2) o artigo “O estruturalismo dos pobres”, incluído no pequeno volume *O estruturalismo dos pobres e outras questões* (1975, p. 7-14);

²³¹ Filósofo político, ensaísta e tradutor, nascido na Bahia em 1943 e falecido em 2012.

²³² V. também Penna (2001, p. 242), o qual testemunha: “Visitei-o na Alemanha, onde, inclusive, tive o prazer de conhecer seu grande e muito admirado amigo Leandro Konder. Este e seu colega Carlos Nelson Coutinho foram, certamente, aqueles que mais o estimularam a estudar os grandes textos de Marx”.

²³³ Max Horkheimer (1895-1973), filósofo, professor universitário e sociólogo alemão.

²³⁴ Ver mais no capítulo 1, principalmente sua amizade com o ministro San Tiago Dantas e suas implicações.

- (3) o volume *De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista* (1991a [1986]),
 (4) o artigo “Althusser, o humanista ‘malgré lui’²³⁵ (fragmento polêmico)”, componente do citado *O véu e a máscara* (1997 [1979], p. 119-124), e
 (5) o livro *Michel Foucault: ou o niilismo de cátedra* (1985).

Na gravitação central dessas preocupações, as categorias analíticas *alegoria* e *significante flutuante*, devidas, nesta ordem, a Benjamin e Lévi-Strauss, emergem como linhas de força de sua mundividência (*Weltanschauung*), num contexto que se delinea marcadamente nos anos 1970, auge das propostas marxistas, estruturalistas e pós-estruturalistas. Ambas merecem, por conseguinte, um olhar detido.

Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin é um conjunto de três partes redigidas em Paris durante o transcorrer do Maio de 68 e compostas por um total de quarenta pequenos capítulos, espécies de apanhados críticos de leituras feitas por Merquior não propriamente sob o interesse intelectual de apresentar um panorama introdutório da Escola de Frankfurt, mas sim uma acurada análise ensaística de três de seus principais integrantes (conforme o próprio título) em suas propostas conceituais:²³⁶

O leitor verá que nem sempre, ao expor as teses dos críticos da cultura estudados aqui, estou de acôrdo com elas. Não obstante, a argúcia e a determinação com que eles contribuíram para firmar e desenvolver o trabalho de aprofundamento da crítica social através da análise da cultura são mais do que merecedoras de consideração.

Tanto quanto possível, procurei separar a exposição do julgamento. Sendo as obras desses autores, em sua maioria, desconhecidas no Brasil, valia a pena consagrar mais espaço à divulgação dos seus conceitos. Dei relêvo especial aos problemas de estética, porque todos os pensadores em causa se interessam bastante por eles, sendo que Adorno e Benjamin são figuras de primeiro plano na crítica e na teoria de arte contemporâneas. Além disso, a arte ocupa sempre um lugar de pêso no conjunto da crítica da cultura. Ela focaliza, com nitidez perfeita, a crise da civilização. Mas, além disso, dispõe de um estatuto peculiar — como se o homem, contemplando na obra de arte as distorções da sua imagem, reencontrasse, de certo modo, a plenitude do seu espírito e da sua capacidade de integração no universo. A expressão “arte e sociedade” no título deste ensaio deve ser lida com isso em mente: a verdadeira arte reflete a sociedade e a cultura, porém não é, absolutamente, prisioneira do “social” em sentido transitório, nem da sua crise.

No último têtço do presente estudo, os nomes de Marcuse, Adorno e Benjamin desaparecem quase inteiramente. Usando da liberdade expositiva própria ao gênero ensaísmo, preferi realizar a avaliação crítica de seu pensamento através de uma evocação das tendências filosóficas a partir das quais procurei julgá-los. Tentei compreender as limitações de Adorno e Marcuse do ponto de vista da superação das suas raízes ideológicas. Creio que, em última análise, as origens da insuficiência da crítica da cultura — e da estética — professada por êsses autores remontam a alguns elementos básicos da tradição hegeliano-marxista. Conseqüentemente, procurei não só caracterizar êsses elementos (especialmente nas seções finais sôbre a formação da teoria social e sôbre a

²³⁵ Do francês, “apesar dele”. Original sem itálico.

²³⁶ Tanto mais que, desdobrada a sua perspectiva, esse livro já traz em si temas que seriam abordados por Merquior em trabalhos posteriores.

natureza do *reduccionismo*), como apresentar, sinteticamente, as correntes teóricas que nos permitiriam adotar, com vantagem, outra perspectiva sobre o homem e o universo, insuscetível de levar aos impasses adorno-marcusianos (MERQUIOR, 1969, p. 15-16; grifos nossos).

Na contextualização desse livro, pode-se recorrer primeiramente a Chacon (1977, p. 134-136), quando este autor posiciona, no percurso histórico das ideias sociológicas brasileiras, dois principais analistas frankfurtianos: ao lado de Barbara Freitag Rouanet,²³⁷ Merquior figura como o primeiro a dedicar um livro exclusivamente à Escola de Frankfurt no país ou “o primeiro estudo brasileiro de conjunto sobre os principais pensadores da Escola” (COUTINHO, 2011 [2005], p. 74).

Porém, pode-se mesmo anotar que Merquior foi um dos primeiros (se não o primeiro) a publicar um livro²³⁸ sobre o tema frankfurtiano, uma vez que *Arte e sociedade* apareceria quatro anos antes da edição de *The dialectical imagination*²³⁹, da autoria de Martin Jay (PRESSLER, 2017 [1969], p. 17-18).²⁴⁰

A parte II de *Arte e sociedade* é dedicada justamente ao estudo da obra fragmentada de Walter Benjamin. Em sua visão do mais heterodoxo dentre os integrantes do Instituto de Pesquisas Sociais,²⁴¹ Merquior (1969, p. 142) sublinhou uma passagem relevante para sua análise: “O que Benjamin quer indicar [...] é a indeterminabilidade essencial da própria experiência humana, a sua forma sempre inacabada, a sua infinita suscetibilidade de enriquecer-se”. Para a crítica merquioriana, aí residia parte da riqueza intelectual benjaminiana: a abertura dialética para o futuro com o menor possível de sentimento cultural pessimista do mundo, pois o autor havia resistido à tentação teórica

²³⁷ Socióloga, psicóloga, professora universitária e filósofa alemã naturalizada brasileira, nascida em 1941; aliás, esposa de um grande amigo e colega diplomata de Merquior: o filósofo, professor universitário, tradutor, ensaísta brasileiro e acadêmico interdisciplinar, também membro da Academia Brasileira de Letras, Sergio Paulo Rouanet (1934-).

²³⁸ O lançamento ocorreu no primeiro semestre de 1969, portanto no entorno de Maio de 68.

²³⁹ Originalmente tese (1971) defendida na área de História, em Harvard. Subtítulo: “a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research; 1923-1950”. O título já foi traduzido para pelo menos treze idiomas.

²⁴⁰ O historiador americano e professor da Universidade da Califórnia (Berkeley) Martin Jay quando publicou seu livro contava 29 anos; praticamente a mesma de Merquior: 28.

²⁴¹ Para uma história do e crítica ao Instituto e seus membros, cf. Wiggershaus (2006). Benjamin seria primo de Adorno, segundo Merquior (1969, p. 99), e de Hannah Arendt (1906-1975), para Franco (2015, p. 9). Porém, esta tese não encontrou comprovação para a asserção de Merquior; quanto a Franco, equivoca-se, pois Arendt casou-se, pela primeira vez, com um primo de Benjamin, Günther Stern (1902-1992), jornalista, filósofo e ensaísta polaco-alemão de origem judaica, cujo pseudônimo fora Günther Anders. V. Brüggemann (2007, p. 86).

de presciência, de prognósticos, de antevisão do futuro, de modo a evitar cair na polarização “*modelo prático/modelo teórico da natureza humana*”.²⁴²

Conforme Merquior (1969, p. 292), a análise histórica de Benjamin, ao lado da de Heidegger, era pertinente para uma crítica da modernidade em função de que ela “não leva a nenhuma fixação em qualquer dos polos da alternativa otimismo/pessimismo, e sim à valiosa reconquista do sentido da *esperança*, que é por si só superadora daquela alternativa”. Nesta coerência de pensamento, deve-se entender por “esperança” não “escapismo romântico”, mas, segundo Merquior, “o *páthos*”²⁴³ de esperança que nutria a reflexão de Walter Benjamin”, ao contrário de Marcuse ou de Adorno, tocados de modo presumível ou comprovável pelo pessimismo da cultura (*Kulturpessimismus*) moderna, ainda que crentes na sua superação pelo materialismo histórico frente à burocracia capitalista, assentada conceitualmente na categoria da *racionalidade instrumental*, de inspiração e influência nitidamente weberianas (MERQUIOR, 1969, p. 171; LÖWY, 2014, p. 117-119, 121).

Benjamin seria influenciado por Lukács após a leitura de *História e consciência de classe* (1923), título pelo qual seu autor começa de fato a melhor se inteirar do marxismo. O húngaro, por sua vez, também influirá sobre a Escola de Frankfurt (LÖWY, 2014, p. 105-106).

As dívidas, por conseguinte, com Lukács, a Escola de Frankfurt e Benjamin marcarão sobretudo as primeiras produções de Merquior ou, numa circunscrição cronológica, a primeira metade dos anos 1960, em extensão à primeira metade dos anos 1980. Contudo, Benjamin será aquele pensador distinguido por sua admiração intelectual (talvez até “objeto de sua especial devoção”, conforme as palavras de Konder [1994, p. 49], já que mesmo quando alvo de sua crítica exprime-se com recurso de prosa “medindo sempre as palavras”, “porque se percebe que os adjetivos saem sob controle”.

Merquior (1969, p. 99-100, 143) reconhece que o fato de Benjamin, “muito menos amargo que os sobreviventes”, haver se suicidado “para escapar à Gestapo, a quem acreditava que a polícia espanhola dos Pirineus o iria entregar”, talvez lhe tenha resguardado a visão de mundo nem tanto pessimista quanto a de seus colegas frankfurtianos, uma vez que “não chegou a conhecer a experiência que junto à ameaça da

²⁴² “A história goza de eterna juventude (como gostava de dizer Weber em seus momentos nietzschianos); equivale a uma perpétua criação, não conhecendo nem leis causais nem metas finais” (MERQUIOR, 1985d, p. 111).

²⁴³ No sentido filosófico não de enfermidade, passividade, sujeição, catástrofe, tristeza ou pessimismo, mas como promotor de paixão, alento, abrandamento, contorno, enternecimento e principalmente o novidadeiro.

bestialidade nazista iria contribuir decisivamente para a coagulação do pessimismo frankfurtiano [...]. Assim, a “repugnância [de Benjamin] pelo ‘american way of life’ é o traço psicológico [em razão biográfica da experiência do exílio] que está na origem do ceticismo adorno-marcusiano diante das chances de humanização da sociedade tecnológica”.²⁴⁴

De fato, Benjamin magnetizou Merquior reconhecidamente, sobretudo em razão de seu posicionamento menos fatalista de conceber a história ainda que durante tempos sombrios: “a apreciação benjaminiana da tecnologia é muito mais matizada do que a dos seus amigos; mas — e isto é mais importante — essa é apenas *uma* das implicações de uma visão-do-mundo que, a despeito das lacunas seladas pela morte prematura, oferece dimensões bem mais amplas do que o pessimismo de Frankfurt”. Não por acaso, numa linha elogiosa, é possível deparar com passagens merquiorianas como esta a respeito de Benjamin: “Foi, sem dúvida, a personalidade mais sofisticada e a cultura mais polimorfa dos componentes da ‘escola’” (MERQUIOR, 1969, p. 99-100).

O entusiasmo de José Guilherme Merquior pela obra de Walter Benjamin pode ainda ser comprovado por um traço de ordem subjetiva: o gosto de ambos pela apreensão intelectual da modernidade a partir da arte em geral e da crítica sociocultural e pelo uso do gênero ensaístico como ferramenta analítica.

No capítulo 2 desta tese, conforme se viu, Merquior reconhece, a partir de Auerbach e Antonio Candido, o entendimento das formas literárias levando-se em conta o processo histórico, sem que se lhes negue a autonomia da criação artística, mas que se reconheça a concreção de modo surpreendente nos contextos.²⁴⁵ Há já um maior alargamento do olhar merquioriano, portanto para além da literatura, uma vez que por esses tempos é influenciado por Lukács e, a partir deste, por Benjamin, contudo sem concordar de todo com a crítica social algo “romântica” contida nestes dois autores europeus.

²⁴⁴ Pode-se argumentar que o pessimismo benjaminiano residia mais no seu sentimento do presente que do futuro, pois no presente está a “modernidade à contraluz”, “poluído tecido”, nos termos de Benjamin (2015, p. 85), no qual convivem o suicídio, a velhice, o tédio, as agonias do desespero e a desesperança, é “uma espécie de mimese da morte”: “As resistências que a modernidade oferece ao ímpeto produtivo natural do homem são desproporcionais às suas forças. Compreende-se que ele vá enfraquecendo e busque refúgio na morte. A modernidade tem de ser colocada sob o signo do suicídio, que apõe o seu selo a uma vontade heroica que nada concede a um modo de pensar que lhe seja hostil. Esse suicídio não é renúncia, mas paixão heroica. É a conquista por excelência da modernidade no domínio das paixões. É assim que o suicídio, a *passion particulière de la vie moderne*, surge na clássica paisagem dedicada à teoria da modernidade” (BENJAMIN, 2015, p. 77).

²⁴⁵ Há uma correlação, aliás, reconhecida pelo próprio Merquior (MERQUIOR, 1981c, p. 318), entre Candido e Lukács. Este último se revela um interlocutor candidiano, ao lado de Auerbach.

Esta interlocução já se revela, entre outros textos de Merquior, no ensaio “Estética e antropologia: esquema para uma fundamentação antropológica da universalidade da arte”,²⁴⁶ coletado em seu primeiro livro, *Razão do poema* (2013b [1965], p. 241-286).

Longe de ser, à primeira vista, apenas um fragmento de antropologia cultural, este artigo é um esforço de compreensão da relação entre história e atividade artística, mediada, em seu embasamento argumentativo, pela “sociologia”, esclarece Merquior, através do recurso pela via do “senso crescente do histórico e do social concretos” e “síntese superior dos resultados e contribuições a que cheguem as várias ciências do social”. Também é pertinente a literatura marxiana e lukacsiana em virtude de se abrir para a ideia de que a estética deve tanto à ideologia quanto à consciência humana, e ambas postam-se sobre o lastro da História, pois tanto artistas quanto seus motivos são nascidos no século XIX, um século sociológico *par excellence*. E aí se consolidam o dinheiro e a indústria, processos sociais, mas também o romantismo e o realismo, formas literárias cujos narradores dos enredos ou os poetas versejadores, vêm “constatar a irresistibilidade histórica do advento do capitalismo” (MERQUIOR, 2013b [1965], p. 243-244, 249).

Chama atenção o título de uma obra de Merquior (1981c) publicada muito depois: *As idéias e as formas*. Não deixa de ser curiosa a semelhança, ao lado da adoção de uma perspectiva conteudista, com uma obra de juventude lukacsiana: *A alma e as formas* (LUKÁCS, 2015 [1910]; MERQUIOR, 1981c, p. 318), na qual o filósofo húngaro operou com a dialética do par de categorias *forma literária e processo social*. Num rodapé ao livro *De Anchieta a Euclides*, que dá conta dos primeiros séculos da formação literária brasileira, confirmam-se afinidade e honestidade intelectuais:

Por motivos alheios à vontade do autor, este primeiro tomo de uma breve história da literatura brasileira só veio a lume mais de um lustro depois de escrito. Sua publicação se deve primordialmente ao generoso empenho do meu amigo, o romancista Antonio Olavo,²⁴⁷ a quem registro aqui meu melhor agradecimento. Não me foi possível, neste intervalo, atualizar a seleção bibliográfica que apus ao texto. Convido o leitor a fazê-lo, limitando-me eu próprio a assinalar apenas duas obras de menção obrigatória: *A História da Inteligência Brasileira*, de Wilson Martins,²⁴⁸ ora em curso de publicação, e o estudo de Roberto Schwarz sobre Machado de Assis, *Ao Vencedor as Batatas*, que a meu ver encerra uma abordagem decisiva da relação forma literária/processo social; abordagem que, pessoalmente, faço votos para que não demore a reorientar nossa produção crítica (MERQUIOR, 2014a [1977], p. 34; grifos nossos).

²⁴⁶ Este artigo foi iniciado no mês emblemático de março de 1964 e concluído no final deste mesmo ano.

²⁴⁷ Antonio Olavo Pereira (1913-1993), escritor, funcionário público e editor paulista, irmão do também editor José Olympio (1902-1990).

²⁴⁸ Professor, escritor, magistrado, jornalista, historiador e crítico literário paulista, nascido em 1921 e falecido em 2010.

Merquior (1969, p. 126, 128, 131) também reconhece, numa outra nota de pé de página sua dívida com Lukács: “Na mesma perspectiva, Roberto Schwarz, no ensaio sobre a ficção de Malraux, incluído no agudíssimo volume *A sereia e o desconfiado* (Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1965), desenvolve uma interessante contraposição entre récit jornalístico e autenticidade da narrativa” — o que equivale a dizer, a contraposição entre fato realista e valores modernos, em “dialecicíssimo argumento” no transcorrer de uma “realidade apoética da era burguesa”.

O artigo mencionado linhas atrás e inserto em *Razão do poema*, “Estética e antropologia: esquema para uma fundamentação antropológica da universalidade da arte”, aponta para a *transição* de Merquior de uma abertura para a leitura de títulos marxianos e marxistas em direção a um redimensionamento das posições ideológicas confluentes com Lukács, mesmo que esse redimensionamento divida espaço já, de modo paralelo, com uma perspectiva diametral: a de Lévi-Strauss, o que é correspondente a uma ligação biográfica no seu itinerário intelectual, dada a mudança de Merquior para Paris (MERQUIOR, 1969, p. 304; 2013b [1965], p. 253-270).

Lukács (2015 [1910]), em *A alma e as formas*,²⁴⁹ apresenta uma problemática que se revelaria cara a Merquior durante toda a vida e que é esclarecedoramente fixada logo nas primeiras páginas da coletânea dos onze ensaios coligidos do livro do filósofo húngaro. No seu capítulo de abertura, Lukács escreverá que um crítico a tratar de “quadros e livros, belos ornamentos” porventura constituísse (dado que indicativos, talvez, de uma “bela e inútil superfície”) temário de teorias “não essenciais” ou “cruciais da vida” na sua “mais profunda interioridade”. Trata-se, contudo, obviamente, de uma ironia, em razão de, segundo Michael Löwy (1998, p. 123), Lukács sustentar como fundamento da crítica literária uma íntima articulação com uma “problemática ética”, “uma tomada de posição moral com relação à vida e à sociedade capitalista de seu tempo”.

Ora, aí reside a recusa do texto de ceder a uma atitude romântica: as só aparentes antinomias *alma* e *formas* tentam captar a relação moderna entre “o desejo de autorrealização da pessoa e a realidade objetiva”, em cujo conflito estaria “o fundamento sociocultural do drama moderno”; daí ser *A alma e as formas* “uma obra cuja profunda significação filosófica e moral” e por isso mesmo “não se apreende de imediato”, dado que “a maior parte dos ensaios que contém parecem puramente estéticos e se referem, em

²⁴⁹ *Die Seele und die Formen* (1910).

parte, a autores contemporâneos menores, quase desconhecidos hoje em dia” (LÖWY, 1998, p. 122).

Entretanto, “não é casual o fato de a maior parte dos autores, aos quais se dedicam os ensaios, se ligar, direta ou indiretamente, à corrente romântica anticapitalista: Novalis,²⁵⁰ Kierkegaard,²⁵¹ Theodor Storm,²⁵² Stephan George,²⁵³ Paul Ernst²⁵⁴ etc.”, de vez que o propósito de Lukács é o inverso: não se pode filiar o crítico à *Lebenskunst*²⁵⁵ romântica (LÖWY, 1998, p. 124-128)²⁵⁶.

A relação polêmica e não menos delicada em torno da herança romântica e a crítica *realista* da modernidade e suas bases explicativas a partir das relações de poder das correntes de pensamentos perpassam, na obra de Merquior, a leitura benjaminiana através de algumas indicações encontráveis em *Arte e sociedade* (mesmo porque, como reconhece, “o romantismo, com boa dose de desprezo pelas vicissitudes prosaicas do fenômeno artístico concreto), realizava a entronização da *Arte*” (MERQUIOR, 1969, p. 101; grifos nossos). Vale dizer, toda atitude de *romantizar* (em gesto crítico até de rejeição) o sistema capitalista industrial ocasionará um grave problema: a fuga (acrítica, logo) do flagrante dos contextos sociais da cultura moderna.

Essa riqueza de elucidação dos fenômenos estéticos de base (ainda que também com autonomia) na realidade social era herdada por Merquior, através de sua interlocução com Benjamin, mas também remontava a Lukács, numa *hermenêutica* do social na literatura:

Era Lukács que, dentro do marxismo, combinava a riqueza da literatura clássica burguesa com a proposta socialista. Essa combinação sempre exerceu certo fascínio sobre José Guilherme [Merquior]. Era exatamente a combinação adequada para uma pessoa que tinha a clara consciência da importância da literatura burguesa, da literatura do século XIX em especial (KONDER, 1994, p. 45).

Seria pouco precavido cientificamente o desprezo, por simples justificativa ideológica, da arte burguesa; neste caso, da literatura burguesa, e, mais especificamente,

²⁵⁰ Pseudônimo de Georg Philipp Friedrich von Hardenberg (1772-1801), *Freiherr* (barão) von Hardenberg; foi um dos mais importantes representantes do primeiro romantismo alemão de finais do século XVIII. Q.v. também Merquior (1977, 50 et seq.).

²⁵¹ Søren Kierkegaard (1813-1855), teólogo, poeta, crítico social e autor religioso dinamarquês, considerado o primeiro filósofo existencialista.

²⁵² Jurista, novelista, contista e poeta alemão, nascido em 1817 e falecido em 1888.

²⁵³ Stefan George (1868-1933), tradutor e poeta alemão.

²⁵⁴ Tradutor, novelista, poeta e jornalista alemão, nascido em 1866 e falecido em 1933.

²⁵⁵ Literalmente, “arte da vida”.

²⁵⁶ Apenas *poetizar* a existência não conta, mas a desloca e descola do sentido crítico, empírico e, pois, *realista*, não sinónimo ao mundo real.

da prosa burguesa. Contudo, como se viu, o olhar se lança, com apoio em Benjamin, no reconhecimento da capacidade crítico-analítica possível pelas mais diversas modalidades de arte, a exemplo do cinema, do teatro, da fotografia e da tradução.

Sob este juízo é que Merquior (1969, p. 101-102, 134) absorve, por relevante, a obra de Benjamin nos seus estudos cujo centro de “tema [...] serão sempre os produtos culturais” (para ele, “o mais original nas contribuições de Benjamin à crítica moderna”), dado o “aprofundamento da vinculação entre o nível descritivo (a análise estilística) e o conteúdo das obras de arte enquanto expressões da problemática da cultura” e em cuja estética “a atenção à obra e a referência aos problemas sociais têm pesos equivalentes”:

Benjamin é um filósofo que se ocupa dos dados culturais, dessa “segunda natureza” — relações humanas objetivas nas criações da cultura — que Hegel integrou na crítica filosófica. O que ele focalizou — a obra de Hölderlin, Goethe, Keller,²⁵⁷ Baudelaire, Georg[e], Proust, Kafka ou Brecht;²⁵⁸ a tragédia barroca; a pintura de Klee;²⁵⁹ o cinema e a fotografia; a linguagem ou a tradução; o jogo de azar e a Paris do barão de Haussmann²⁶⁰ — são sempre instâncias do movimento da alienação no sentido hegeliano, resultados das exteriorizações do nosso espírito (MERQUIOR, 1969, p. 101-102).

O resquício romântico em Benjamin, porém, se por um lado reúne na sua percepção estético-sociológica componentes críticos aparentemente incompatíveis e quase aporéticos (“ele [que] se apaixona precisamente pelo que a cultura tem de fossilizado, de prescrito, de caduco e até de morto”), por outro, revela o seu encantamento (sentimento que esfria quanto mais se aproxima o seu suicídio) pela tecnologia, traduzida pela técnica da imagem, pela mensagem da fotografia, do rádio e do cinema, bem como pela *nova* imagem criadora da tradução (já que Benjamin fora também tradutor) e pelo que há de propriamente “materialista” no campo da arquitetura refletido nos costumes. Segundo Merquior, há na obra de Benjamin uma espécie de “louvor das virtualidades”, um dos “efeitos da expansão da tecnologia” e o apontamento, sob uma “esperança” ou “perspectiva otimista” [sic], justificada pela democratização às massas desses “agentes” tecnológicos, embora a reconhecida perda da “tradição” com a “queda” da “aura” (BENJAMIN, 2017, cap. 1-2, 8-9, sobretudo p. 15; MERQUIOR, 1969, p. 90, 121).

É certo que um dos textos mais difundidos, porque expressivos, de Benjamin se ocupa precisamente da obra de arte em uma época da possibilidade de sua reprodução

²⁵⁷ Escritor e poeta nascido em 1819 na Suíça e falecido em 1890.

²⁵⁸ Bertold Brecht (1898-1956), poeta, encenador e dramaturgo alemão, muito amigo de Benjamin. Cf. Witte (2017 [1985], p. 127).

²⁵⁹ Paul Klee (1879-1940), pintor e poeta suíço.

²⁶⁰ Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), advogado francês, funcionário público e prefeito de Paris.

técnica (BENJAMIN, 2017, p. 7-47), porém a grande questão do pensamento benjaminiano para o entendimento das contradições da modernidade residirá na operacionalização dos conceitos de *aura* e *alegoria*.

A *aura* é um sintoma da história. “A tese benjaminiana do declínio da aura é uma versão aprofundada da análise do comportamento na sociedade urbano-industrial [...]”. Ela resguarda o sentido da unicidade: “Antigamente, a obra exposta no museu vivia do prestígio da sua unicidade”; carregava consigo, logo, o elemento estático da natureza da vida em sociedade; traduzia-se, ainda segundo a análise de Merquior, pela cristalização de qualidades imateriais de que são detentoras pessoas ou objetos: nas pessoas, certos princípios, qualificativos de uma postura ética de estar no mundo; nos objetos, a forma como se irradiam seus significados para o tipo de sociedade — geográfica, paisagística, artisticamente (MERQUIOR, 1969, p. 89).²⁶¹

Na plástica de um quadro exposto e salvaguardado em virtude da oscilação dupla de uma dialética do seu valor impalpavelmente artístico e do seu valor cotável nos índices do mercado, a modernidade, com sua capacidade técnica de produzir cópias de uma similaridade até então imprevisível, *virtualiza* e *difunde* o duplo valor — estético e pecuniário — para o acesso de outros. Merquior afirma, a partir de sua leitura de Benjamin, que na arte e na vida contemporâneas há “a direção *democrática* contida na tecnologia moderna” (1969, p. 121; grifos nossos).

O diagnóstico benjaminiano é o de que, na sociedade moderna, íntima da caracterização pelo sinete da técnica, ocorre, porém, o declínio da *aura*. Em que consiste este declínio? Merquior (1969, passim) a todo momento o persegue, já que Benjamin, ao relativizar certa postura ortodoxa na assimilação do materialismo histórico, não apenas colabora para uma crítica restrita às artes, mas possível de se estender, de modo mais amplo, às dimensões humanas da cultura, da política e da economia (nos seus condicionantes materiais configurados também pela técnica), noções complexas estas que influenciarão, mais tarde, a proposta de uma plataforma sociopolítica de Merquior no

²⁶¹ Assim sendo, tanto pessoas quanto objetos *representam*, exatamente por *resguardarem*, uma imagem do sentido histórico flagrado: uma pintura original exposta em um museu europeu possui muitas interpretações possíveis para quem a contemple; propaga, tal como uma luz, feixes de significações psicológicas que, num primeiro instante, parecem etéreos, elevados, sublimes (na apreensão kantiana), mas cujos sentidos lastreiam-se numa representação da realidade *prosaica*, ainda que por meio de uma mensagem discretamente subliminar e que, portanto, não se revela explicitamente, num primeiro momento, nem com facilidade.

domínio das formas de liberdade e de legitimidade na configuração do processo sócio-histórico aberto à construção humana.

Se por um lado os meios de comunicação se deixam agenciar inevitavelmente pela mídia *industrial* (ou por propósitos bélicos) — embora Benjamin se coloque “subitamente”, em sua perspectiva menos pessimista, “nos antípodas da desconfiança total em relação aos ‘milagres’ do tecnológico partilhada por Adorno e Marcuse” —, o *espectador* (seja do óleo, seja da dramaturgia, ou da fotogravura revelada, ou dos cartões-postais, ou da coluna imponentemente imitada, ou do parapeito estratégico contendor de motins e de reivindicações militantes) experencia uma “atitude ambígua, onde os modos de vida da modernidade são a um só tempo ‘assumidos’ e denunciados”. “A queda da experiência aurática”, porém, não apaga de todo “a crença benjaminiana nos benefícios da massificação e nos efeitos salutares da tecnologia [...]” (MERQUIOR, 1969, p. 121-123).

A noção de *aura* se interliga à conceituação do recurso da *alegoria*, para Merquior (1969, p. 118, 125) o “miolo”, “a chave da estética de Benjamin”. O alargamento crítico do campo estético como uma dentre as problemáticas da sociedade urbano-industrial, e como possível reflexão da modernidade, será alvo da parte de Benjamin em sua obra *Origem do drama trágico alemão*.²⁶² Seu fundamento é o de que a modernidade poderia ser compreendida pela ambiguidade humana na história entre a dialética do *símbolo* e da *alegoria* (BENJAMIN, 2013c, p. 271-272, 291, 331; MERQUIOR, 1969, p. 104).

A categoria do *símbolo* (*symbola*) se prende ao sabor “teológico” não somente religioso, místico, como igualmente de apreensão *sagrada*, *misteriosa* e *esteticamente alargada* do mundo — e por que não dizê-lo? — do *real* como supranatural. O “gesto alegorista”, por seu turno — ainda que se valendo do recurso figurativo,²⁶³ metafórico e em formato de um quebra-cabeça (*puzzle*), segundo uma sugestão de Wizisla (2015, p. 21) —, procura compreender o significado arbitrário do saber humano na contemporaneidade e revela a sua base no uso do recurso de uma grande figura de linguagem que “sempre exprime algo *diverso* do que se pretendia dizer com ela” (WIZISLA, 2015, p. 21).²⁶⁴

²⁶² Título de sua obra mais bem elaborada, da qual quis precisamente sua tese de pós-doutoramento em Frankfurt, esboçada em 1916 e escrita em 1925, porém rejeitada academicamente.

²⁶³ Merquior (1969, p. 104, 107) sublinha a noção de *figura* de modo algo semelhante à maneira de Erich Auerbach, em cujas fundamentações há a assinalação de que com o período do Medievo arrefecem “as tendências puramente espiritualistas e neoplatonizantes (isto é: as tendências abstracionistas)”.

²⁶⁴ Em *Origem do drama trágico alemão*, seu livro mais complexo, o que se apresenta em Benjamin é a intenção de surpreender a mudança aguçada nos tempos modernos do capitalismo industrial, quando os

Uma evidência é que a estética da Renascença e a literatura do Realismo emergem com um novo olhar sobre a Terra, o olhar empírico, e faz romper com “a revelação de algo em última análise inexprimível” e “que prescinde de comentário decifrador”. (MERQUIOR, 1969, p. 105).²⁶⁵

Não se trata de mero acaso, assim, que tanto Benjamin quanto Merquior nutram interesse — ou mesmo admiração — pela lírica de Baudelaire, uma vez que este escritor francês, tomado como modelo benjaminiano, surpreenderá as transformações (logo, mudanças no plano “material” da vida) em Paris com a sua urbanização, as suas exposições internacionais, a construção em ferro, o *footing*, a moda, a prostituição, a fotografia, “ao lado da atmosfera político-social e da grande arte literária”, num verdadeiro “álbum ideológico — onde” — para Merquior (1969, p. 117) — “os bulevares de Haussmann surgem a um só tempo como vias de circulação rápida e instrumento destinado a impossibilitar a armação de barricadas (profético, esse prefeito!...) — adota em suma o estilo surrealista:²⁶⁶ renuncia a toda interpretação explícita, deixando que o material justaposto fale por si”.²⁶⁷

symbola dão lugar agora à “imagem alegórica”. Por meio dos *símbolos*, “os Antigos viviam na expectativa dos sinais dos deuses”; por meio das *alegorias*, flagram-se “situações decisivas da vida, em que cada instante esconde um futuro prenhe de consequências e mantém a alma em tensão nos momentos fatídicos”, segundo a qual “revelam-se, desde o início, essas formas-escombros [sic] da obra de arte” (BENJAMIN, 2013c, p. 172, 174, 260).

²⁶⁵ Justamente aí se encontra também a própria raiz da Sociologia: “Se quiséssemos determinar um pouco desrespeitosamente o lugar na História de algumas grandes disciplinas do pensamento humano, poderíamos afirmar: o que a Teologia significou para a sociedade feudo-medieval e a Filosofia para a época de transição à Idade Moderna, a Sociologia significa para a sociedade industrial. As três disciplinas foram ou são, prescindindo dos fins que lhes são próprios, instrumento de auto-interpretação de determinadas épocas históricas. E, neste sentido, impuseram-se sobretudo pelo fato de que souberam combinar de um modo dissimulado, mas nem por isso menos efetivo, a imagem de auto-interpretação com a imagem de justificantes de estruturas típicas da época. Os teólogos da Alta Idade Média, os da Reforma luterana e da Contra-Reforma, os filósofos do empirismo inglês, do Iluminismo francês e do Idealismo alemão, e os sociólogos de muitos países em épocas recentes e atuais, foram ou são também os ideólogos de suas sociedades: homens que representam os fatos políticos e sociais, nos seus sistemas ou teorias, de tal modo que o real em cada caso apareça, se não como razoável, todavia, ao menos como necessário. A mudança sofrida no instrumental destas autojustificações de época testemunha, de um lado, a existência imutável da necessidade de transcender ideologicamente a realidade das sociedades humanas e, por outro lado, as mutações sofridas na orientação desta necessidade. É o caso de se discutir se a passagem da Teologia à Filosofia, e desta à Sociologia, representa uma tendência inequívoca do desenvolvimento social, se se trata de um progresso ou de um retrocesso; mas, seguramente, valeria a pena considerar o fato de que sociedades que puderam [puderam] satisfazer suas necessidades ideológicas com a miragem de um mundo ultraterreno, pensado ou acreditado, tenham sido substituídas hoje por outras sociedades que só esperam das ciências a solução para todos [os] seus problemas” (DAHRENDORF, 1981 [1961], p. 11).

²⁶⁶ Entenda-se a expressão “surrealista” como a captação suprassensível da realidade social, com fundo estético possível de ser tocado pelo entendimento sociológico a partir da emergência própria dos acontecimentos ainda que aparentemente fragmentados e impressionistas da paisagem parisiense em modernização pela série de reformas estruturais promovidas pela gestão de seu prefeito.

²⁶⁷ “[...] pás, picaretas, alavancas e coisas do gênero. E que grau de destruição não provocaram já essas ferramentas limitadas! E como cresceram desde então, com as grandes cidades, os meios de arrasá-los! E que imagens do futuro elas evocam! Os trabalhos de Haussmann estavam no auge, bairros inteiros eram

Viu-se no capítulo anterior como a representação estética da realidade passa por uma mudança radical a partir já do fim da Idade Média com poetas como Dante — “poeta do mundo terreno” — e outros escritores, anotados, estes, um após um, pela categoria da *mimesis* auerbachiana (MERQUIOR, 1969, p. 107). Agora, num mesmo sentido operacional, a *alegoria* benjaminiana, em substituição ao *símbolo* antigo, expande o mundo exterior com o fim de captar a sua diversidade e a sua expressividade, condicionadas pelo ritmo da velocidade urbana num cenário em permanente transformação e sob o domínio do capitalismo industrial.²⁶⁸

Trata-se, aqui, em seu fundo, da contraposição entre o mundo *clássico-romântico* do *símbolo* e o mundo *temporal* da *alegoria*, o que remete obrigatoriamente à tomada para análise do sentido temporão do passado, “o senso do *histórico*, valorizado pelo caráter real, acontecido”: “As alegorias ‘correspondem, no reino das ideias, ao que as ruínas são no reino das coisas’”, ou seja, as explicações do presente são explicações possibilitadas pelo passado, pelo sucessivo devir histórico, o que não deixa de apresentar um fundamento social: “Cifras do passado esquecido, as alegorias são a marca da História vista como ‘Paixão do mundo’” (MERQUIOR, 1969, p. 104, 107).²⁶⁹

A *alegoria*, em contraposição ao *símbolo*, “manifesta uma atitude contraditória face à realidade. Dentro de um novo espírito, “a arte moderna — exemplificada pelo estilo de Kafka, estudado por Benjamin — assimila a ambivalência psicológica do homem barroco ante o mundo *profano*, expressa nas tragédias seiscentistas que são o tema de *Origens [Origem] do Drama Alemão*”²⁷⁰” (MERQUIOR, 1969, p. 105).

No exemplo do besouro kafkiano²⁷¹ reside tanto o anti-herói por excelência quanto o “alegorismo” da modernidade; tanto angústia quanto processo libertador,²⁷² figurado nas descrições realistas pelo aparentemente “insignificante, como os insetos”. Enfim, uma

demolidos”, desde o começo em 1859, quando a rede ferroviária se expandiu, a demografia cresceu, o tráfego acelerou, enfim, “Podemos imaginar que esse saneamento, no seu período de incubação, deve ter atuado fortemente sobre a imaginação das pessoas, de forma idêntica ou mesmo superior à da experiência dos próprios trabalhos urbanísticos” (BENJAMIN, 2015, p. 84-85, 88).

²⁶⁸ Não é à toa que Merquior (1969, p. 109) lapidarmente lançará esta analogia de que o conceito de *figura* em Auerbach esclarece muita coisa sobre a natureza da *alegoria* em Benjamin.

²⁶⁹ À parte a nostalgia romântica que se pode constatar na categoria alegórica, esse sentimento é apenas motivo para *agudizar* a crítica à modernidade através da arte, compreendida como um dentre outros recursos passíveis de análise.

²⁷⁰ Os grifos do título não estão no original.

²⁷¹ Uma “horrenda barata”, na qualificação exclamativa de Merquior (1981e, p. 7) para a transformação do protagonista Gregor Samsa da novela *A metamorfose* (1915) de Kafka.

²⁷² Não é por acaso que Merquior (1983b) intitulará um de seus livros *O elixir do Apocalipse*.

“ficção arquiambígua”, portanto central na “estética novecentista radical” (MERQUIOR, 1983b, p. xi, 26, 47, 100, 133).

O questionamento, antes impedido pelo temor ao sacrilégio fende-se diante do separatismo da “coincidência entre o sujeito e o objeto”, motivação que está, possivelmente, entre as ferramentas basilares das ciências humanas (dentre as quais a sociologia), instauradas com o século XIX; até porque a sua razão de surgir, insurgir e existir é devedora plena da “dimensão problemática da vida” ou da “ideia da existência constantemente oscilante entre a salvação ou a perdição, a felicidade ou a desgraça” (MERQUIOR, 1969, p. 105, 107).

O homem *barroco* benjaminiano está entre o plano *sensível* e a *problematização*, sintomáticos da contemporaneidade humana, desde o Purgatório de Dante, com um “mergulho” no “mundo vivo do agir e do sofrer”, a “representação histórico-sensível do universal-problemático” (MERQUIOR, 1969, p. 107).²⁷³

A *historicidade* em que se debatem as formas de representação *símbolo* e *alegoria* sinaliza a queda da *aura*, desde pelo menos o fim do século XIV, pela razão de que a categoria aurática também “se abre” ao *futuro*. O *futuro* é compreendido por Benjamin justamente de modo heterodoxamente aberto e sensível ao reconhecimento de que a sociedade moderna está sob o capricho das leis sociais do universo mercadológico, num panorama cujo principal personagem é a “alegoria mercantil”.²⁷⁴ Daí a sua não adesão ao determinismo naturalista na vertente ortodoxamente marxista ou pessimistamente desenganada de boa parte de seus colegas frankfurtianos mais expressivos.

²⁷³ Sob esta linha de raciocínio, é primordial que se pontue (o que une, numa lógica, este capítulo ao precedente) um parágrafo merquioriano: “[...] se a figura é alegoria, nem toda alegoria é figura. [...] Em outras palavras, *figura é a alegoria histórico-sensível, concreta, em oposição às alegorias abstratas*. A poesia de Dante é alegórica, mas concreta [...]” (MERQUIOR, 1969, p. 108). Porque “a visão figural ‘reporta-se à interpretação histórica, e é essencialmente interpretação imediata da vida [...]’” (MERQUIOR, 1969, p. 109). Trata-se de um conceito usado por Auerbach (2002 [1946], p. 500-501), como se viu, para designar o momento de transição de um estilo solene, sagrado e abstrato para um estilo mais crítico, secular e realista. Daí mais a assertiva de Merquior: “O conceito de figura [portanto] em Auerbach esclarece muita coisa sobre a natureza da alegoria em Benjamin” (MERQUIOR, 1969, p. 109).

²⁷⁴ Uma exemplificação: alguns “nervos vitais” em formato de imagens dos novos tempos instaurados a contar dos séculos XIII e XIV e hipersensíveis com o capitalismo industrial são os quadros, que começam a ser assinados; o mecenato dos Médicis, em Florença; o deslocamento para a esfera de massificação da mercadoria reproduzível; a redução da subjetividade à função de mero objeto; a ligação direta da força produtiva com a reprodução do capital; o aparecimento da “forma mais radical do fetiche do dinheiro — o capital especulativo, em que o dinheiro parece brotar do dinheiro”, o qual se liga “à compra e venda dos lotes urbanos, à consequente valorização artificial de bairros inteiros”; a corrupção política e empresarial, cujos artigos postos à venda são a consciência (*Gewissen*) e a honra”; a transformação integral da cultura em “mercadoria vedete da sociedade espetacular”; ou — de modo mais radical — um cenário em que “economia e a cultura não se diferenciam” como “efeito da maquinização das relações sociais” (ALAMBERT, 2015, p. 45-49; GRESPAN, 2015, p. 53-54, 56).

No inacabado livro *Charles Baudelaire: um poeta na época do capitalismo avançado*,²⁷⁵ o novo crítico se desenrola através do recurso à imagem cambiante do arquetípico da experiência errática no presente, encontrado no desassossego das ruas da cidade (“um mundo em minuatua”), o *flâneur*.²⁷⁶ Este modelo, caminhante sem rumo para todas as direções, poderia muito bem ser operacionalizado pelo olhar sociológico que manipula a estratificação social, desde que se veja nele “uma espécie de botânico do asfalto”, na sugestão benjaminiana²⁷⁷, pois este tipo humano que se presta a exemplo é “capaz de distinguir as várias camadas do público parisiense tão facilmente como o geólogo identifica as estratificações rochosas” (BENJAMIN, 2015, p. 35-42, 215; grifos nossos).²⁷⁸

A poesia — bem como os poemas em prosa — da obra de Charles Baudelaire faz surgir no cenário urbano não apenas os *dandies*, “a mulher lésbica”, “masculinizada” pelo trabalho fabril (ainda que sem a devida proporção política de um posicionamento), “o desprezo pela burguesia”, ou então “devedores e credores, como vendedores e fregueses, como patrão e empregado — e sobretudo [...] concorrentes”, bem assim, na dialética mesma do enredo, apresenta um novo quadro de atores “que durante toda a vida se vê remetido à periferia tanto da sociedade como da grande cidade” e que não teve até então “lugar na literatura”: “o *apache*, o delinquente urbano, na imagem do herói”, aquele que

²⁷⁵ Ou melhor: no conjunto da obra *Baudelaire e a modernidade* (originalmente concebido como projeto do monumental *magnum opus* intérmino *Paris, capital do século XIX*), na qual se reúnem aquela e mais o ensaio capital “O regresso do *flâneur*” (BENJAMIN, 2015).

²⁷⁶ Aquele que *passa, passeia*. O *flâneur* hoje é o usuário obsedado pelas mídias sociais e pela necessidade psíquica de expor-se a todo momento em sua vida íntima (KELLER, 2017).

²⁷⁷ (Sugestão não apenas biologizante, taxinômica, lineuniana (em alusão ao botânico, zoólogo e médico sueco Lineu [1707-1778]), mas principalmente classificatória, inventariante, sistematizadora, aspiração à ciência exata no universo do espírito dos Novecentos).

²⁷⁸ Baudelaire, para uma leitura benjaminiana empreendida por Merquior (1969, p. 120), “se dedicava sistematicamente a fazer com que a reflexão transformasse os acontecimentos em vivências”. O poeta de *As flores do mal*, conseqüentemente, “deixa o campo da gasta idealização romântica pelo do exercício da crítica da cultura”. A *flânerie*, característica comportamental inerente à boêmia, não pode ser captada, contudo, tal e qual aparente e facilmente se apresenta: exige do criador estético que é Baudelaire muito esforço, e tal empreendimento é metaforizado pelo “esgrimista”. Benjamin (2015, p. 52): “Baudelaire gostava de apresentar os traços marciais como artísticos”. “Ao descrever o pintor Constantin Guys [Jornalista, pintor e ilustrador holandês, nascido em 1802 e falecido em 1892], que apreciava muito, visita-o a horas em que os outros dormem: ‘ali estava ele, curvado sobre a mesa, fixando a folha de papel com a mesma agudeza com que de dia olhava para as coisas à sua volta; esgrimindo com o lápis, a pena, o pincel, fazendo a água do copo salpicar o teto, limpando a pena na camisa; perseguindo o trabalho lesto e persistente, como se temesse que as imagens lhe escapassem. Assim, ainda que só, entra numa luta, aparando os seus próprios golpes’. Baudelaire retratou-se assim, envolvido nessa ‘absurda esgrima’, na primeira estrofe do poema ‘O Sol’, certamente a única passagem de *As flores do mal* que o mostra em pleno trabalho poético. O duelo em que todo artista se envolve e no qual ‘antes de ser vencido, dá um grito, assustado’, é inserido na moldura de um idílio; a violência recua para segundo plano, e o que se mostra é o seu encanto [...]” (BENJAMIN, 2015, p. 70). Merquior também analisa esse aspecto da “esgrima” (1987 [1986], p. 177).

“rejeita as virtudes e as leis” e o alegórico trapeiro²⁷⁹ (BENJAMIN, 2015, p. 41, 81-82, 94-95, 97). Daí interessar ao escritor francês esse manancial do prosaico na face do plebeísmo deslustrado.

Uma das passagens que chama a atenção de Merquior (1969, p. 39) é de Georg Simmel²⁸⁰ citada por Benjamin para dar conta de exemplificar o crescimento urbano das grandes cidades. Neste caso, a cena alegórica dos transportes coletivos é uma amostra da estratificação social (bem como da diminuição da coesão entre os indivíduos, na perspectiva sociológica clássica durkheimiana):²⁸¹

As pessoas tinham de se habituar a uma nova circunstância, bastante estranha, própria das grandes cidades. Simmel encontrou uma expressão feliz para essa problemática: “Quem vê sem ouvir fica muito mais inquieto do que aquele que ouve sem ver. Esse fato contém algo de muito característico da sociologia das grandes cidades. As relações recíprocas dos seres humanos nas grandes cidades... caracterizam-se por um evidente predomínio da atividade do olhar sobre a do ouvido. As causas principais desse estado de coisas são os meios de transportes coletivos. Antes do aparecimento do ônibus, do trem, do bonde no século XIX, as pessoas não conheciam a situação de se encontrar durante muitos minutos, ou mesmo horas, a olhar umas para as outras sem dizer uma palavra” (BENJAMIN, 2015, p. 40; grifos nossos).²⁸²

Após esse mapeamento analítico, pode-se afirmar que há uma confluência entre a *figuração alegórica* como categoria de que se vale Walter Benjamin para a análise da modernidade e a sua influência enquanto recurso heurístico na obra de José Guilherme Merquior.

²⁷⁹ “Os poetas encontram o lixo da sociedade nas suas ruas, e é também ele que lhes fornece a sua matéria heroica. Assim, no tipo ilustre do poeta transparece um outro, vulgar, de que ele é cópia. O poeta é penetrado pelos traços do trapeiro, que tantas vezes ocupou Baudelaire. Um ano antes de ‘O vinho dos trapeiros’, damos com uma representação em prosa dessa figura: ‘Eis um homem cuja função é recolher o lixo de mais um dia na vida da capital. Tudo o que a grande cidade rejeitou, perdeu, partiu é catalogado e colecionado por ele. Vai compulsando os anais da devassidão, o cafarnaum da escória. Faz uma triagem, uma escolha inteligente; procede como um avaro com o seu tesouro, juntando o entulho que, entre as maxilas da deusa da indústria, voltaram a ganhar forma de objetos úteis ou agradáveis’. Essa descrição é apenas uma metáfora amplificada do trabalho do poeta segundo o sentimento de Baudelaire. Trapeiro ou poeta — a escória interessa a ambos; ambos exercem, solitários, a sua profissão, a horas em que os burgueses se entregam ao sono; até o gesto é o mesmo em ambos. [...] Há uma luz crepuscular que cai sobre a poesia do *apache*. Será que a escória representa os heróis da grande cidade? Ou não será antes o poeta o herói que constrói a sua obra com essa matéria? A teoria da modernidade admite as suas hipóteses. Mas, ao entrar na velhice, Baudelaire dá a entender, no poema ‘As lamentações de um Ícaro’, que já não se identifica com esse tipo de homem que, na juventude, parecia-lhe um herói [...]” (BENJAMIN, 2015, p. 81-82).

²⁸⁰ Filósofo, professor universitário e sociólogo judeu alemão muito próximo de Max Weber e de Lukács, nascido em 1858 e falecido em 1918.

²⁸¹ V. Simmel (2013, p. 311-329) e Durkheim (1999 [1893], cap. III, V-VII). Referência a Émile Durkheim (1858-1917), filósofo, sociólogo e professor universitário francês.

²⁸² “Benjamin sugere que a implantação da arte sem aura equivale à degradação das relações humanas. A convivência forçada dos indivíduos, norma da vida urbana, institucionaliza um contato inquietante, *uma suscetibilidade ao choque*, que Simmel faz datar do advento dos transportes coletivos” (MERQUIOR, 1969, p. 90).

Tanto um autor como Erich Auerbach quanto Benjamin se apresentam complementares e marcantes na obra de Merquior; convergem para a recorrência, no entendimento crítico interdisciplinar, da arte e da cultura modernas (bem como outras dimensões sociais) com ligação necessária à estratificação social. Há, portanto, neste subjacente formalismo e esteticismo um substrato de concretude social, cuja linha tênue que o junge, no edifício da atividade crítica apenas supostamente tão só poética, a um aporte sociológico.

Benjamin (2015, p. 100-101), mesmo, grande leitor do mundo a partir da arte, é esclarecedor *ad verbum*:

A divisão das palavras entre aquelas que pareciam adequadas a um uso elevado e aquelas a serem excluídas fazia-se sentir em toda a produção poética e aplicava-se tanto à tragédia como à poesia lírica. Nas primeiras décadas do século XIX essa convenção mantinha-se em vigor, inquestionada. Numa representação do *Cid* de Lebrun²⁸³ a palavra *chambre* (quarto) suscitou um murmúrio de desaprovação. O *Otelo*, numa tradução de Alfred de Vigny,²⁸⁴ desagradou por conter a palavra *mouchoir* (lenço), considerada impossível numa tragédia. Victor Hugo tinha começado a atenuar na poesia as diferenças entre as palavras da linguagem corrente e da elevada, e Sainte-Beuve²⁸⁵ havia procedido de modo semelhante. Na *Vida de Joseph Delorme*, [Sainte-Beuve] esclarece: “Procurei ser original à minha maneira, modestamente, à maneira burguesa. Chamei às coisas da vida íntima pelo seu nome; mas nisso aproximei-me mais da cabana do que do *boudoir*”. Baudelaire ultrapassou tanto o jacobinismo linguístico de Victor Hugo como as liberdades bucólicas de Sainte-Beuve. As suas imagens são originais devido ao caráter baixo dos objetos de comparação. Observa os processos banais para aproximar deles o poético. Fala dos “vagos terrores dessas noites em branco / Esmagando o coração, papel que se amachuca”. Esse gesto linguístico, característico do esteta Baudelaire, só se torna verdadeiramente significativo no Baudelaire alegorista. É ele que dá à sua alegoria o lado desconcertante que a distingue das demais correntes. [...] Recorre abundantemente às alegorias e transforma radicalmente o seu caráter por meio do envolvimento linguístico em que as insere. *As flores do mal* é o primeiro livro a usar na poesia palavras de proveniência não apenas prosaica, mas também urbana. E não se coíbe de usar expressões que, livres da pátina poética, saltam à vista pelo brilho da sua marca. Usa termos como *quinquet* (candeeiro de bomba de pressão), *wagon* ou *omnibus* e não recua perante palavras como *bilan* (balanço), *réverbère* (candeeiro de iluminação pública), *voirie* (lixeira). É essa a natureza do vocabulário lírico no qual subitamente, e sem aviso prévio, pode surgir uma alegoria. [...] Nenhuma palavra do seu vocabulário está, em princípio, destinada à alegoria. Recebe essa incumbência caso a caso, dependendo do assunto tratado, da escolha do tema, para depois ser espiada, cercada e ocupada. Para levar a cabo os ataques de surpresa a que chama poesia, Baudelaire faz das alegorias suas confidentes. Elas são as únicas a partilharem esse segredo. Nos momentos em que se dão a ver a Morte ou a Recordação, o Arrependimento ou o Mal, estamos no centro da linguagem poética. O aparecimento súbito dessas cargas que, reconhecíveis pelas suas maiúsculas, encontram-se no meio de um texto que não rejeita as palavras mais banais

²⁸³ Pierre-Antoine Lebrun (1785-1873), poeta francês.

²⁸⁴ Poeta romântico francês, nascido em 1797 e falecido em 1863.

²⁸⁵ Crítico literário francês, nascido em 1804 e falecido em 1869.

mostra que anda por aí a mão de Baudelaire. A sua técnica é a do *putsch* (BENJAMIN, 2015, p. 100-101; grifos nossos).

A longa citação benjaminiana, um tanto quanto entusiástica e em cadência quase proustiana de não abrir parágrafo, subsidia a visão merquioriana testemunhada pelo depoimento de Silva: “José Guilherme Merquior tinha [...] o olhar de poeta, o olhar de leitor de poesia. E foi com esse olhar que ele se deu a tudo, às teorias das ideias e até mesmo às tentações da política. Ele lia o mundo como lia poesia [...] (2011, p. 27; grifos nossos).

Assim, no olhar de Merquior há uma interlocução com Benjamin quanto à dinâmica histórica percebida no campo estético e cultural da modernidade e como negação do naturalismo e evolucionismo vulgarmente marxista e do fatalismo e pessimismo frankfurtianos. Materialista histórico, Benjamin não se deixaria fechar em determinismos, pois que se dirige “contra a concepção linear do progresso. Na ideia *cumulativa* do progresso, cara à Filosofia das Luzes e à social-democracia [...]” (MERQUIOR, 1969, p. 139).

Inclusive, na série de aforismos ou teses “Sobre o conceito da História” contidos em *O anjo da história*, Benjamin (2013b, p. 18-19) assim concebe:

A consciência de destruir o contínuo da história é própria das classes revolucionárias no momento da sua ação. A Grande Revolução [de 1848, na França] introduziu um novo calendário. O dia com que se inicia um calendário funciona como um dispositivo de concentração do tempo histórico. E é, no fundo, sempre o mesmo dia que se repete, sob a forma dos dias feriados, que são dias de comemoração. Isso quer dizer que os calendários não contam o tempo como os relógios. São monumentos de uma consciência histórica da qual parecem ter desaparecido todos os vestígios na Europa dos últimos cem anos. [...] O materialista [...] reconhece o sinal de uma oportunidade para forçar uma determinada época a sair do fluxo homogêneo da história [grifos nossos]

Daí a *esperança* depositada na concepção de história por Benjamin, a qual se liga a uma discussão menos estética e estática que sinalizadora de uma interpretação do mundo polissêmica. Se o mundo é pluralizado, problematizado na sua concreção, concatena-se, destarte, à ideia do provisório, contrária à “provisoriedade” dos evolucionismos de “elucidação progressiva e linear, e sim de uma interpretação ‘vertical’: os sucessos figurais não são contemplados em sua ligação; são *destacados*, e só então, comparados a um terceiro evento, ainda futuro”. Assim, sob premissas hegelianas, “para o evolucionismo, o fato possui o seu sentido assegurado; a interpretação é que poderá ser incompleta” (MERQUIOR, 1969, p. 109-110, 144-145).

Para Machado (2015, p. 131-132), percutientemente, “Benjamin desenvolve de maneira unívoca e dialética sua crítica à ideia de progresso”, “uma versão própria do materialismo histórico livre do conceito de progresso e propõe, no seu lugar, o conceito de ‘atualização’ — uma reformulação do conceito de progresso?”. O que de fato não há obstar é “a ruptura em contrapartida ao *continuum*”, não impedindo Benjamin de concordar com a pontuação de Marx quanto à “desigualdade temporal do desenvolvimento histórico, isto é, o conceito de ‘não contemporaneidade’ (*Ungleichzeitigkeit*) [...]”.

“Em consequência, significado aberto e polissemia coincidem” (MERQUIOR, 1969, p. 110; 2013a [1977], p. 97). O mesmo que dizer: ideologia e cultura se distendem num mundo de consequências imprevistas, onde a representação *alegórica* “se compromete com o futuro e não com o passado”, naquele sentido baudelairiano de que “uma das metades da arte olha para o presente, a outra para o eterno”.

Há ainda nesta atitude uma metodologia explicitamente interdisciplinar que é herdeira, em Merquior, do pensamento benjaminiano. O gosto do ensaísta berlinense por múltiplos interesses, resultante de uma obra fragmentada, portanto de um “pensamento assistemático”, foi corretamente predicado por Wizisla (2015, p. 14; grifos nossos): “Benjamin se alegrava na experimentação; parece não ter conhecido fronteiras no plano temático; transgredia os limites das disciplinas, e dominava todo o repertório das formas, gêneros e meios”. Guardadas as proporções — ou melhor, as particularidades —, há uma similitude com o próprio gosto merquioriano.

É particularmente neste tópico que se toca na porção sensível da recusa de Merquior pelos exclusivismos explicativos dos modelos paradigmáticos, dentre os quais se destacam os marxismos e os estruturalismos. A *alegoria* benjaminiana lhe era cara devido a sua amplitude cognoscitiva, seu recurso comparativo e sua sugestão ensaística.²⁸⁶ Reconhece então por esta ferramenta figurativamente alegórica (muito embora por vezes tocada de um sabor romântico) a sua própria lealdade à busca racional explicativa da realidade da vida dos seres sociais: “o conceito de alegoria, polissêmico, aberto, histórico, hostil a todo gênero do monismo na interpretação da realidade”. E é por esta via que Merquior (1969, p. 136-137, 141) chegará, pela inspiração em Walter Benjamin, a algumas das críticas sociais a outras áreas humanas caras à sua ferramenta analítica, bem como mais tarde explorará particularmente a categoria plural da

²⁸⁶ “[...] o seu próprio método de análise era alegórico” (MERQUIOR, 1969, p. 113).

legitimidade como fundamentação sociológica de toda e qualquer norma social: da linguagem ao direito, da arte à autoridade. Assim, visa a criticar a ideia de jusnaturalismo e lançar-se em explicações da própria história através de uma “crítica radical” ao “império da força” e à teoria que “legitima o uso de meios violentos a serviço de fins justos”. Igualmente, mais que “apenas um signo convencional”, a *alegoria* se embasa no fato sociocultural de que “todo acontecimento e toda coisa na natureza, animada ou não, participam da língua: não podemos conceber nenhuma coisa sem atribuir-lhe uma certa linguagem. Nenhuma significação escapa à linguagem”. Daí, da parte de Benjamin, a “recusa ao mesmo tempo à ideia de que a relação entre a linguagem e a realidade”, dado que “é pura matéria de convenção, e a ideia de que a linguagem revela diretamente a essência do real. Herdeira do verbo, a palavra não pode ser apenas um signo convencional”.

Neste ponto, Merquior (1969, p. 138-139) sustentará haver sido Walter Benjamin um precursor da “revogação da tese saussuriana²⁸⁷ do significante puramente convencional” proposta por Roman Jakobson²⁸⁸, num pendor dirigido à compreensão crítica de que:

O conceito da distância entre o Verbo divino e denominação humana é um dos centros do ensaio de Benjamin. Essa distância não é usada para oprimir o homem pela ênfase na insuficiência da sua linguagem, mas sim para assegurar o caráter inesgotável da realidade, e o dinamismo incessante do espírito humano, em sua tentativa de captá-la (MERQUIOR, 1969, p. 138-139).

É nesta linha de pensamento que Merquior (1969, p. 114) chegará, em seu percurso intelectual, ao estruturalismo de Lévi-Strauss, praticamente o único dos grandes autores que sobreviverá a sua crítica aos paradigmas. Com a publicação de seu livro *A estética de Lévi-Strauss*, fruto de uma exposição no curso do etnólogo franco-belga no final da segunda metade dos anos 1960, já em 1969 Merquior anunciava, em um rodapé, que vinha escrevendo paralelamente a *Arte e sociedade* outro título: *Le structuralisme comme pensée radicale*.²⁸⁹

Tanto em Benjamin quanto em Lévi-Strauss, Merquior (1969, p. 142; 2013a [1977]) encontrará afinidade de pensamento, já que em ambos os autores se flagrava a

²⁸⁷ Referência a Ferdinand de Saussure (1857-1913), linguista e filósofo suíço, cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística enquanto ciência autônoma.

²⁸⁸ Nascido em Moscou em 1892 e falecido em 1982 nos Estados Unidos, foi um pensador que se tornou um dos mais importantes linguistas do século XX e pioneiro da análise estrutural da linguagem, poesia e arte. Exerceu ainda grande influência sobre o pensamento estruturalista de Lévi-Strauss.

²⁸⁹ Até hoje inédito.

defesa da “indeterminabilidade essencial da própria experiência humana”, da “sua forma sempre inacabada”, ou ainda, da “sua infinita suscetibilidade de enriquecer-se”.

Há uma página de Benjamin que, se contextualizada, e caso bem observada, poderá conter valor explicativo e não menos sugestivo para a imagem do encontro tanto de Benjamin quanto de Lévi-Strauss no repasse de dívidas e autores que influíram na produção intelectual, no método e no estilo merquiorianos.

Sabe-se da quase paixão do alemão Walter Benjamin por Paris, onde vivia exilado e sem emprego; em meio a privações e angústias, “foi então preso num campo de triagem e depois enviado ao *camp des travailleurs volontaires*, situado no Clos St. Joseph, em Nevers” — no sul-sudeste da capital francesa, a cerca de 260 km —, “como todos os outros fugitivos alemães na França”. O relato de um de seus biógrafos impressiona pelo detalhe:

Na marcha para o lugar da internação, ele desmaiou e teve de ser amparado por um jovem prisioneiro. Apesar de sua fraqueza física, ele suportou a incerteza e as opressivas condições de vida do campo com grande serenidade, como relataram outros prisioneiros. Deu um curso de filosofia “para alunos de nível avançado” e procurou editar uma revista do campo. No final de novembro de 1939, graças à intervenção de influentes amigos franceses, sobretudo Adrienne Monnier²⁹⁰ e Jules Romains,²⁹¹ ele foi liberado pela decisão de uma comissão interministerial e pôde voltar a Paris. Nos três meses no campo, ele não escreveu nada a não ser o relato de um sonho, que redigiu em francês devido às determinações da censura, e que enviou a Gretel Adorno em Nova York. No relato, ele fala de uma visão noturna, na qual viu como uma coisa só a leitura de sinais e a imagem do corpo de uma mulher “muito bonita”. “Depois desse sonho eu não pude adormecer de novo, por várias horas. De felicidade.” (WITTE, 2017 [1985], p. 137).

Agora liberto, foi justamente nos meses de inverno e primavera de 1940 que Benjamin pôde desenvolver, antes de retomar o trabalho imenso sobre Charles Baudelaire, o tema “Sobre o conceito da História”, planejamento com o fim de esclarecer metodologicamente “a continuação do trabalho sobre Baudelaire, mas pensadas ao mesmo tempo como reflexão fundamental sobre a essência do tempo histórico e a respeito das tarefas do historiador materialista”, cujas “teses constituem o testamento intelectual de Benjamin, o último texto escrito por ele. Benjamin pronuncia aí o mais duro julgamento a respeito da ‘representação do progresso enquanto tal’, após o choque produzido pelo pacto entre Hitler e Stalin.” Para o biógrafo, “Benjamin procura desvelar novamente o verdadeiro conceito de revolução, em concordância com aquilo que

²⁹⁰ Livreira, editora e escritora francesa, nascida em 1892 e falecida em 1955.

²⁹¹ Poeta e escritor francês, nascido em 1885 e falecido em 1972.

escreveu em *Rua de mão única*: ela é a interrupção do mau *continuum*, ‘o ato no qual a humanidade que viaja nesse trem (a história universal) puxa o freio de emergência’, o ‘salto’ dialético sob o livre céu da história” (WITTE, 2017 [1985], p. 139-140).²⁹²

O trecho — na sua inscrição, quase autorreferencial desde o seu título enquanto “declaração de amor”, “Paris, a cidade no espelho; declaração de amor dos poetas e dos artistas à ‘capital do mundo’” —, embora extenso e em forma de anotação, ilustra bem, numa similitude, o ambiente da Paris de meados dos anos 1960 e começos da década seguinte, quando Merquior se encontrava no exercício de suas funções diplomáticas e de onde só sairia em 1973 para deslocar-se a Bonn:

Nenhuma cidade está tão intimamente ligada ao livro como Paris. Se Giraudoux²⁹³ tem razão, e se o supremo sentimento de liberdade humana é o de deambular ao longo do curso de um rio, aqui o ócio mais acabado e a mais feliz liberdade conduzem-nos para o livro e para dentro dos livros. Há séculos que a hera de folhas eruditas prolifera pelos cais despídos do Sena: Paris é a grande sala de uma biblioteca atravessada pelo Sena.

Não há monumento nesta cidade que não tenha fornecido inspiração a uma obra-prima da literatura. Notre-Dame — e pensamos no romance de Victor Hugo. Torre Eiffel — *Os noivos da Torre Eiffel*, de Cocteau;²⁹⁴ com “A oração da Torre Eiffel”, de Giraudoux, estamos já nas vertiginosas alturas da literatura moderna. A ópera: com o célebre romance policial de Leroux *O fantasma da ópera* entramos, em simultâneo, nos subterrâneos deste edifício e da literatura. O Arco do Triunfo estende-se a toda a Terra com o romance de Raynal²⁹⁵ *O túmulo do soldado desconhecido*. Esta cidade inscreveu-se de forma tão indelével na literatura porque ela própria é animada por um espírito muito próximo dos livros. Não é verdade que ela, como um romancista experimentado, preparou de longa data os mais fascinantes motivos da sua construção? Nela temos as grandes vias estratégicas, destinadas a garantir às tropas o acesso a Paris pela Porte de Maillot, a Porte de Vincennes, a Porte de Versailles. E uma bela manhã, de um dia para o outro, Paris tinha as melhores vias para o trânsito automóvel de toda a Europa. Temos a Torre Eiffel — um puro monumento da técnica com espírito esportivo —, e um belo dia acordamos e é uma estação de rádio europeia. E as incontáveis praças vazias: não serão elas páginas solenes, imagens de página inteira nos volumes da história universal? Na Place de Grèves brilha, em números vermelhos, o ano de 1789. Rodeado pelos ângulos dos telhados da Place des Vosges, onde encontrou a morte Henrique II.²⁹⁶ Com traços apagados, uma escrita indecifrável naquela Place Maubert, outrora porta de entrada na Paris mais sinistra. Nessa interação entre cidade e livro, uma dessas praças imigrou para

²⁹² Há um ligeiro lapso nesta citação por parte de Witte, já que este autor remete, como se leu, ao texto autobiográfico de Walter Benjamin *Rua de mão única*, quando na verdade a citação é encontrada em *O anjo da história*, conforme o manuscrito 1.100 do Arquivo Benjamin: “*Marx diz que as revoluções são a locomotiva da história universal. Mas talvez as coisas se passem de maneira diferente. Talvez as revoluções sejam o gesto de acionar o travão de emergência por parte do gênero humano que viaja nesse comboio*”. Vê-se que o trem ou comboio, a depender da tradução, é nova *alegoria* para a locomotiva marxiana. Cf. Benjamin (2013b, p. 177); aliás, Merquior (1987 [1986], p. 178-179) conhecia a passagem benjaminiana.

²⁹³ Jean Giraudoux (1882-1944): romancista, diplomata, dramaturgo e ensaísta francês.

²⁹⁴ Jean Cocteau (1889-1963): poeta, romancista, cineasta, designer, dramaturgo, ator e encenador francês.

²⁹⁵ Guilherme Thomas François Raynal (1713-1796): escritor, religioso e filósofo francês.

²⁹⁶ Henrique II (1519-1559): rei da França (1547-1559).

as bibliotecas: a chancela das famosas edições Didot, do século XIX, é a Place du Panthéon (BENJAMIN, 2013a, p. 57-58; grifos nossos).

Em Paris, depois de um semestre afastado de sua escrita, Merquior (1969, p. 304; 2017 [1969], p. 338) conclui o texto-base de *Eros em Frankfurt*, conjunto de originais que seria rebatizado de *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Havia-o retomado em julho de 1968 e deu-o por terminado em setembro.

Por esses dias, Merquior (1969, p. [8]) vinha-se preparando para a exposição oral, no seminário conjunto, sob a direção de Lévi-Strauss, promovido pelo Collège de France e a École Pratique des Hautes Études. A apresentação haveria de acontecer no começo de 1969, precisamente em janeiro, enquanto as provas de *Arte e sociedade* eram, paralelamente, prontadas para compor a coleção “Biblioteca Tempo Universitário”, da Editora Tempo Brasileiro.²⁹⁷

O seminário, mais tarde editado como o livro *A estética de Lévi-Strauss* (2013a [1977]), seria “recebido pelo fundador da antropologia estrutural de forma excepcionalmente lisonjeira”, nas palavras do próprio discente: “Mestre Lévi-Strauss dispensou [o trato lisonjeiro] a um jovem ensaísta brasileiro curioso das ciências humanas e, em particular, da reorientação que lhes imprimiu o estruturalismo autêntico” (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 19; grifos nossos).

De fato, a sua crítica sempre resguardou o estruturalismo lévi-straussiano. Tanto mais que em um artigo incluído na pequena coletânea *O estruturalismo dos pobres e outras questões* Merquior (1974, p. 5), valendo-se de um estilo marcado pela metalinguagem sob um tom deliberadamente extremo de ironia e de polêmica, denuncia as formas de estruturalismo “hermético” e “obscuro” de um conjunto de intelectuais, sobretudo franceses (alguns com dupla nacionalidade), dentre estes Abraham Moles,²⁹⁸ Jacques Lacan, Jacques Derrida, Roland Barthes, Gérard Genette,²⁹⁹ Louis Althusser, Gilles Deleuze,³⁰⁰ Félix Guattari,³⁰¹ Michel Foucault, Julia Kristeva,³⁰² Noam

²⁹⁷ A coleção foi coordenada por seu amigo Eduardo Portella.

²⁹⁸ Polígrafo, psicólogo da comunicação social francês, nascido em 1920 e falecido em 1992.

²⁹⁹ Crítico literário e teórico da literatura francês, nascido em 1930.

³⁰⁰ Professor e filósofo francês, nascido em 1925 e falecido em 1995.

³⁰¹ Filósofo, psicanalista e militante revolucionário francês praticamente autodidata, nascido em 1930 e falecido em 1992.

³⁰² Filósofa, escritora, crítica literária, psicanalista e feminista búlgaro-francesa, nascida em 1941.

Chomsky,³⁰³ Umberto Eco,³⁰⁴ Algirdas Julius Greimas,³⁰⁵ Tzvetan Todorov³⁰⁶ e Vladimir Propp³⁰⁷ (MERQUIOR, 1974, p. 5; 1975, p. 7-9, 11).

Merquior (1974, p. 5; 1975, p. 9) sustentava que “não existe *um* estruturalismo: existem vários, tão diferentes na inspiração quanto no grau de consistência de seus resultados”. Para ele, era tal o hermetismo do estruturalismo em geral que investia na sua crítica de maneira sarcástica:

E se você acha o estruturalismo uma parada, é pura ingenuidade sua: talvez você não saiba que o velho estruturalismo está superado, tão superado quanto a estilística; o estruturalismo *vieille école* faleceu em 1968, assassinado por Chomsky e pelo movimento de maio. Você não viu *A estrutura ausente*, do Umberto Eco?... Já está circulando, traduzida para uma língua vagamente aparentada com o português. Compre logo, e leia se puder: porque quem não se informa não comunica, e quem não comunica se estrumbica, conforme adverte o sábio Chacrinha³⁰⁸ (cada povo tendo o Mc Luhan³⁰⁹ [sic] que merece) (MERQUIOR, 1974, p. 5; 1975, p. 8).

A manipulação profusa de categorias “esotéricas” mobilizadas pelos estruturalismos e pelos pós-estruturalismos (a exemplo de “gramática generativa do código poético”, “literariedade do poemático, de microscopias montadas na fórmula poesia da gramática/ da poesia”, “actantes”, “genotexto”, “significância” e “forclusão”) era censurada como verdadeiro, sofrível e “crônico *ventriloquismo*” pelo próprio Lévi-Strauss:

[...] em vez de avançar, laboriosamente, na indulgência do texto, projeta quase sempre nele as fantasias teórico-metodológicas do crítico parisiense (ou de seus entediados discípulos). Como o fetichismo do método “científico, a mística da “textualidade” mal encobre a grossa arbitrariedade das interpretações. Apesar de sacralizado, o texto vira mero pretexto... “Tia” Estilística, essa excelente senhora tão caluniada, era bem mais sensível, bem mais escrupulosa, em face do discurso poético. É certo que a estilística era praticada por gente da sensibilidade e da cultura de um Spitzer, um Auerbach ou um Augusto Meyer,³¹⁰ e não por universitário-zinhos tecnocráticos de consternadora estreiteza mental, como T.

³⁰³ Linguista, filósofo, cientista cognitivo, comentarista e ativista político norte-americano, reverenciado em âmbito acadêmico como “o pai da linguística moderna” e nascido em 1928.

³⁰⁴ Escritor, filósofo, semiólogo, linguista e bibliófilo italiano, nascido em 1932 e falecido em 2016.

³⁰⁵ Linguista lituano de origem russa que contribuiu para a teoria da semiótica e da narratologia, além de ter prosseguido diversas pesquisas sobre mitologia; nasceu em 1917 e faleceu em 1992.

³⁰⁶ Filósofo e linguista búlgaro radicado em Paris, nascido em 1939 e falecido em 2017.

³⁰⁷ Acadêmico estruturalista russo que analisou os componentes básicos do enredo dos contos populares russos visando identificar os seus elementos narrativos mais simples e indivisíveis. Foi um dos expoentes da narratologia, nascido em 1895 e falecido em 1970.

³⁰⁸ Abelardo Barbosa (1917-1988): comunicador de rádio e televisão pernambucano, apresentador de programas de auditório.

³⁰⁹ Marshall McLuhan (1911-1980): educador, intelectual, filósofo e teórico da comunicação canadense, conhecido por vislumbrar a Internet quase trinta anos antes de ser inventada.

³¹⁰ Jornalista, ensaísta, poeta, memorialista e folclorista gaúcho, nascido em 1902 e falecido em 1970. A ele Merquior dedicou *Formalismo e tradição moderna* (MERQUIOR, 2015 [1974], p. 5).

Todorov ou esses sinistros jakobsonianos tupiniquins. De acordo com a doutrina estruturalista, a superioridade de um Jakobson, em relação a Spitzer e Auerbach, reside no método. Essa supervalorização do método espelha uma crendice típica — a de achar que Jakobson, por ser um dos pilotos da revolução científica na linguística, é também automaticamente científico quando pia no terreno da crítica, onde, aliás, não é raro vê-lo “sacar” tranquilamente a propósito de assuntos em que não goza de nenhuma autoridade especial, como, por exemplo, história da arte. Mas essa repugnância em reconhecer a diversidade de jurisdição dos setores — linguístico e literário (diversidade que não exclui, bem entendido, a existência de importantes relações entre ambos) — não tem absolutamente nada de científica. A história se repete: no estruturalismo, como ontem no positivismo, o mito da Ciência violenta os próprios hábitos, e o próprio rigor da verdadeira ciência.

O pedantismo e a esterilidade estruturalistas assolam Paris. Tanto assim, que já se observa o esboço de uma sadia reação (MERQUIOR, 1974, p. 5; 1975, p. 9-10; grifos nossos).

A munição crítica de Merquior (1974, p. 5; 1975, p. 8-9, 11-14) se direcionava para a denúncia da formação de uma *escola* fechada numa sacralização de igreja e em um método hipostasiado pelos “oficiantes do culto estruturalista” que de modo algum poderiam alcançar dizer dos problemas estruturais das desigualdades e urgências reais da sociedade (no caso do texto, brasileira) e acabavam por cair no problema da função socialmente crítica da universidade (inclusa a do Brasil), em que “O mito da ciência se expande, mas o senso de objetividade³¹¹ declina” devido ao modismo de certas correntes de pensamento, principalmente o marxismo e o estruturalismo. No Brasil, “a praga” atuava “de modo ainda mais daninho”, e na sua causticidade Merquior criticava, impiedosamente:

pedantismo da “matriz” (cinquenta anos depois da explosão ao mesmo tempo nacionalizante e universalista do modernismo, voltamos a macaquear abjetamente os piores aspectos da cultura francesa), o abuso agressivo de terminologia superfluamente hermética em lugar do trabalho real de análise, quase nunca depara, neste Brasil de jovens e precaríssimas universidades, com a resistência da pesquisa séria e do ensino crítico. Ao contrário: como as universidades “brotam” agora (numa expansão demasiado rápida para ser levada a sério), e os ignorantes se diplomam e se doutoram às centenas, a arrogância intelectual mais oca e mais inepta se dá facilmente ares dogmáticos de ciência exclusiva. No entanto, os sacerdotes do Método não sabem sequer português. Nossa ensaística atual é o paraíso do solecismo, o éden do barbarismo. Se você encontrar um título sobre “escritura”, não creia que se trata de uma obra para tabeliães: trata-se mesmo de “écriture”, que os nossos preclaros estruturalistas não sabem traduzir por “escrita”...

A estruturalice nacional se proclama revolucionária. Como certos vanguardismos paranoicos, que, por mais que se digam ferozmente antiacadêmicos, jamais conseguiram disfarçar sua natureza de subversõeszinhas tão vazias quanto ritualísticas, sempre consentidas, quando não programadas, pelo *establishment* cultural, o estruturalismo correja a fraseologia da ruptura. Contudo, por trás dessa belicosidade ideológica, podemos vislumbrar uma convivência bem conformista com a situação crítica da *intelligentsia* latino-americana e, em particular, com a crise da educação superior. Não é por acaso

³¹¹ É preciso enfatizar que objetivismo não é obrigatoriamente objetividade.

que o ator ou espectador por excelência do festival estruturalista é o aluno ou o ex-aluno da universidade massificada; da universidade que, desejando-se *socialmente* antielitista, por fidelidade ao imperativo da democratização do ensino, vem destruindo, consciente ou inconscientemente, o *outro* elitismo da universidade tradicional — o seu legítimo aristocratismo *intelectual*.

O fetichismo dos métodos simplistas, e superstição mais do que ingênua da “cientificidade” incomprovada (patente no fascínio pelos modelos linguísticos como panaceia hermenêutica), o prestígio do palavreado abstruso, o servilismo bobo diante das fontes estrangeiras erigidas em oráculo mítico, numa palavra, todos os semblantes do “terror” estruturalista possuem o mesmo pressuposto — a rarefação do espírito crítico cansada e estimulada pelo abaixamento intelectual da universidade, no preciso instante em que esta se lança a abranger ou incorporar a quase totalidade do trabalho literário e erudito. Não é à toa que a universidade brasileira menos atraída pelo delírio estruturaloide — a USP — é a mais sedimentada, a mais amadurecida das nossas instituições do gênero. Para o lukacsiano Carlos Nelson Coutinho, a voga estruturalista (em que ele não distingue o joio do trigo) é pura ideologia burguesa — a ideologia dos anos prósperos e doces da sociedade de consumo, “filosofia” sucessora da onda existencialista, que teria sido um reflexo das angústias do pós-guerra. Será?... Essa interpretação[,] que ignora candidamente os avatares da alienação ideológica nas sociedades não-capitalistas, joga com correlações macrossociológicas muito pouco mediatizadas. Qualquer que seja a dialética entre a estruturalice e a evolução social global, tudo indica que ela passa pela dinâmica da *intelligentsia* e de seus âmbitos institucionais, o primeiro dentre estes sendo, nestes tempos de “revolução educacional” (T. Parsons)[,] a universidade. E é essa dinâmica interna — posta em conexão com os notórios defeitos e deficiências dos processos de vida intelectual no Brasil — que parece explicar os aspectos teratológicos [monstruosos] do clima estruturalista no arraial literário, filosófico e (“*lato sensu*”) sociológico. Uma coisa é certa: dos estruturalismos europeus, a variante verde e amarela tende decididamente a desconhecer o que têm de positivo, e a agravar o que trazem de mau. Entretanto, se, ao exacerbar as taras do seu paradigma parisiense, o estruturalismo dos pobres é caricatura, ao denunciar fidedignamente as distorções do nosso ambiente universitário, ele se faz retrato. Por isso, se o “estruturalismo” é, em si mesmo, uma inutilidade, muito útil se torna estudar as condições de florescimento do estruturalismo dos pobres — o que é a melhor maneira de desmistificá-lo (MERQUIOR, 1974, p. 5; 1975, p. 11-14; grifos nossos).

O foco a que se limita a análise merquioriana da obra lévi-straussiana — o único, como se viu, dos estruturalismos com que seria condescendente em sua perspectiva crítica — é o das “analogias que pertencem ao domínio artístico”, ainda que “a obra de Lévi-Strauss” não pretenda “nunca constituir uma teoria estética sistemática”. Algumas passagens da exposição, inclusive, bebem nas próprias leituras simultâneas de Merquior, tais quais as das críticas benjaminianas e adornianas que o autor brasileiro fixaria nos pequenos capítulos de *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. A exegese da pintura corporal dos índios Caduveu,³¹² a teoria da música e os mitos é acompanhada pela delimitação do que seja arte e do que esta significaria enquanto ferramenta útil à crítica

³¹² Os *Kadivéu*, também conhecidos como *Cadiguebo*, *Cadioeo*, *Caduveo*, *Caduvéu*, *Caduví*, *Cayua*, *Guaicuru*, *Kadiveo*, *Kadivéu*, *Kaduveo*, *Kaiwa* e *Mbayá-Guaikurú*, são um grupo indígena que habita a Reserva Indígena Kadiwéu, a oeste do Rio Miranda, na fronteira do estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai.

da cultura em seu largo sentido (MERQUIOR, 1969; 2013a [1977], p. [7], 22, 55, 62, 70, 81-85).

A categoria central, por demais complexa na sua conceituação e operacionalidade, mas que possibilita a investigação lévi-straussiana na obra de Merquior, este a encontra, enquanto *motus*, na obra de Marcel Mauss:³¹³ o *significante flutuante* (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 30).

Na “Introdução à obra de Marcel Mauss” escrita por Lévi-Strauss no ano de seu falecimento do sobrinho de Émile Durkheim para a edição da coletânea *Sociologia e antropologia* [*Sociologie et anthropologie*], há uma discretíssima aparição da locução por ele cunhada (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1950], p. 11-46; 2011 [1971], p. 668).

O *significante flutuante* quer chamar atenção para o fato de que as manifestações socioculturais possuem seus sentidos determinados pelo contexto temporal, pela configuração espacial e pela dimensão lógico-linguística, num todo composto de “uma superabundância de significante em relação aos significados”, por uma espécie de “grau zero do simbólico”, seu ponto de partida, compósito de significações ainda sem nominar objetos nem convencionar sentidos:

Acreditamos que noções do tipo *mana*, por diversas que possam ser, e considerando-as em sua função mais geral (que, como vimos, não desaparece em nossa mentalidade e em nossa forma de sociedade), representam precisamente esse *significante flutuante*, que é a servidão de todo pensamento finito (mas também a garantia de toda arte, toda poesia, toda invenção mítica e estética), embora o conhecimento científico seja capaz, se não de estancá-lo, ao menos de discipliná-lo parcialmente. Aliás, o pensamento mágico oferece outros métodos de canalização, com outros resultados, e esses métodos podem muito bem coexistir. Em outros termos, e inspirando-nos no preceito de Mauss de que todos os fenômenos sociais podem ser assimilados à linguagem, vemos nas noções de *mana*, *wakan*, *orenda* e outras do mesmo tipo, a expressão consciente de uma função semântica, cujo papel é permitir ao pensamento simbólico exercer-se apesar da contradição que lhe é própria. Assim se explicam as antinomias, aparentemente insolúveis, ligadas a essa noção, que tanto impressionaram os etnógrafos e que Mauss evidenciou: força e ação; qualidade e estado; substantivo, adjetivo e verbo ao mesmo tempo; abstrata e concreta; onipresente e localizada (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1950], p. 43; grifos nossos).

O jogo antinômico entre *mentalidade* e *sociedade*, *linguagem* e *fenômenos sociais*, *força* e *ação*, *qualidade* e *estado*, *abstrato* e *concreto*, *onipresente* e *localizado* obtém um contorno, enquanto solução dialética por pares binários, a partir da função mediadora da categoria *significante flutuante*, pela qual — numa referencialidade — a “enorme suma

³¹³ Sociólogo e antropólogo francês, nascido em 1872 e falecido em 1950, considerado “pai” da antropologia francesa.

etnológica que representam as culturas indígenas do Novo Mundo” possuem uma “significação interna” e através do que se entende a ambivalência: “nenhum mito ou versão de mito é idêntico aos outros”; “cada mito, parecendo insistir gratuitamente num detalhe insignificante e teimar nele sem razão declarada, na verdade busca dizer o contrário do que diz a esse respeito um outro mito” (LÉVI-STRAUSS, 2011 [1971], p. 668-669).³¹⁴

Não constituirá acaso que, anos mais tarde, entre 1964 e 1971, Lévi-Strauss publique a sua tetralogia, empresa em cujos títulos³¹⁵ já se opõem “as distinções binárias” que “não existem apenas na linguagem humana” (já que “Podem ser encontradas no modo como certos animais se comunicam entre si [...]”), a compor “uma simetria radical bidimensional” ou “uma simetria bilateral” (LÉVI-STRAUSS, 2011 [1971], p. 665, 741).

O autor de *La pensée sauvage* [*O pensamento selvagem*] (1962) segreda: “A ambição estruturalista de lançar pontes entre o sensível e o inteligível e sua repugnância em relação a qualquer explicação que sacrifique um aspecto em benefício de outro [...]”. Porém, Lévi-Strauss (2004 [1964], p. 33; 2011 [1971], p. 666-668), conquanto dos principais representantes do estruturalismo, não pretende que este seja “uma tese”. “Menos ainda [...] esboçar uma filosofia”, mas — no lançamento de uma anotação conceptual da corrente de pensamento:

[...] o estruturalismo propõe às ciências humanas um modelo epistemológico incomparavelmente mais poderoso do que aqueles de que dispunham antes. Ele efetivamente descobre, atrás das coisas, uma unidade e uma coerência que não podia[m] ser revelada[s] pela mera descrição do fato, de certo modo achatados e espalhados desordenadamente sob o olhar do conhecimento. Mudando de nível de observação e considerando, aquém dos fatos empíricos, as relações que os unem, ele constata e verifica que tais relações são mais simples e mais inteligíveis do que as coisas entre as quais se estabelece e cuja natureza última pode permanecer insondável, sem que esta opacidade provisória ou definitiva seja, como anteriormente, um obstáculo à sua interpretação (LÉVI-STRAUSS, 2011 [1971], p. 663; grifos nossos).

Lévi-Strauss (2003 [1950], p. 39, 41, 43; 2011 [1971], p. 665) esclarece que o pensamento humano (e mesmo de outros animais de todo um bestiário, conforme se pontuara) é obediente ao papel da ferramenta heurística e empírica conciliadora de “preencher uma distância entre o significante e o significado, ou, mais exatamente,

³¹⁴ Ou: “Cada mito é diferente. Todavia, tomados em conjunto, reduzem-se todos à mesma coisa e, como afirma Goethe quanto às plantas, ‘seu coro conduz a uma lei oculta’” (LÉVI-STRAUSS, 2011 [1971], p. 668).

³¹⁵ *Le cru et le cuit* [*O cru e o cozido*] (1964), *Du miel aux cendres* [*Do mel às cinzas*] (1967), *L'origine des manières de table* [*A origem dos modos à mesa*] (1968) e *L'homme nu* [*O homem nu*] (1971).

assinalar o fato de que em tal circunstância, em tal ocasião, ou em tais de suas manifestações, uma relação de inadequação se estabelece entre *significante* e *significado* em prejuízo da relação complementar”:

Em seu esforço para compreender o mundo, o homem dispõe assim sempre de um excedente de significação (que ele reparte entre as coisas segundo leis do pensamento simbólico que compete aos etnólogos e aos linguistas estudar). Essa distribuição de uma ração suplementar — se podemos nos exprimir desse modo — é absolutamente necessária para que, no total, o significante disponível e o significado assinalado permaneçam entre si na relação de complementaridade que é a condição mesma do exercício do pensamento simbólico (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1950], p. 42-43; grifos nossos).

A interdependência do *significante* e do *significado* — para Merquior (2013a [1977], p. 31, 33-34, 61), os “dois polos da função simbólica” — sofre a mediação do recurso *significante flutuante*, uma vez que os pares da “sematicidade” (fonemas e significações, o sintético e o distendido do universo infinito dos signos dos cursos de Ferdinand de Saussure) são “duas categorias” que se constituem

simultânea e solidariamente, como dois blocos complementares [...] de conveniência mútua [...]. O que é chamado o progresso do espírito humano e, em todo caso, o progresso do conhecimento científico, não pôde e jamais poderá consistir senão em retificar recortes, proceder a reagrupamentos, definir pertenças e descobrir recursos novos, no seio de uma totalidade fechada e complementar consigo mesma (LÉVI-STRAUSS, 2003 [1950], p. 41).

Daí Lévi-Strauss (2003 [1950], p. 29) concluir: “Como a linguagem, o social é uma realidade autônoma (a mesma, aliás); os símbolos são mais reais que aquilo que simbolizam, o significante precede e determina o significado”.

“A ideia de *significante flutuante*”, para Merquior (2013a [1977], p. 24-27, 30, 70, 102), “prende-se a outra, a de *função simbólica*”. A decoração facial, se possui sua particularidade, encontra similaridade em “culturas inteiramente afastadas umas das outras: os índios da costa noroeste da América, a China arcaica, os Maori da Nova Zelândia, os primitivos da Sibéria, os Caduveu do Brasil”. São essas constâncias as buscadas pela análise estrutural sem desprendê-las de sua contextualização sociocultural.

Longe de simplificar o fenômeno numa tentativa de padronização mental, o estruturalismo lévi-straussiano, na análise de Merquior, guarda pontos em comum no interior mesmo das sociedades que possibilitem flagrar “a passagem da natureza à cultura”. A pintura corporal revelaria “forte estruturação hierárquica”, de vez que se liga à “organização social” por meio de que “a individualidade” está “sob o papel social”, em um “plano sociológico”, portanto, embora preserve “a autonomia”, enquanto arte

primitiva, “quanto à transcrição naturalista do real”. A decoração facial, prima-irmã do mito, possuiria, então, a sua “funcionalidade social”, espécime de “*mediação imaginária*”, não “somente uma ferramenta da vida social empírica”, “também a imagem de seu ultrapassar”, porquanto “desenha a metáfora da forma utópica da sociedade onde nasce. E é sem dúvida o sentido transcendental desta *vontade do metassocial* — coluna da vocação profunda do pensamento estrutural — que faz da pintura corporal dos Caduveu alguma coisa de tão tenaz, capaz de subsistir entre o abandono e o esquecimento de tantos de seus usos e de suas técnicas” (2013a [1977], p. 24-28, 30, 70, 102).

Dois interesses saltam dessas considerações: a passagem do estado de natureza para o de cultura e a criação cultural autônoma, autonomia, entretanto, que guarda “relação com a realidade social, sem dela ser contudo a ‘re-presentação’”. Os recursos metodológicos de que Lévi-Strauss se munirá serão sobretudo a pintura e a música para a delimitação que o conceito de arte ocupará em porções chave de sua obra enquanto *linguagem*, “estruturas sociais de comunicação” ao lado das “regras matrimoniais”, das “relações econômicas”, da “arte em geral”, da “ciência”, da “religião”, “diversos sistemas simbólicos que constituem a vida social”, “verdadeiros *sistemas simbólicos*, os quais ‘visam a exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social e, mais ainda, as relações que esses dois tipos mantêm entre si e as que os próprios sistemas mantêm uns com os outros” (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 27, 30-31, 56).

A “insuficiência” explicativa da sociedade é suprida pelo auxílio do “imaginário”. Este, por sua vez, “através da elaboração de um objeto estético, seja por meio de condutas mágicas institucionalizadas ou, ainda, de puros relatos individuais do gênero psicanalítico” (em que as presenças do feiticeiro ou xamã e do psicanalisado ajudam a adentrar o mundo do *significante flutuante*, raiz da “invenção estética”, quando mesmo diante de “práticas excepcionais”), “não impede que permaneçam *no coração do social*”, pois a base da argumentação não pode, nem por um instante, perder de vista que “é preciso aceitar a ideia de que a criação artística, ao nível de suas fontes, e mesmo se ela brota do inconsciente, está ligada a um processo intelectual”. E mais: “Ainda que ela esteja fortemente motivada por condicionamentos de ordem emocional, a arte não se elabora senão ao despertar incessante de uma problemática de significação: aporias insuperáveis do esforço, sem cessar retomadas, de interpretação do universo” (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 36-39).

Há um pano de fundo flagrantemente sociológico neste exame etnológico e estético. Se na *Crítica do Juízo* de Kant³¹⁶ encontra-se o “fundamento da estética moderna (pois que ela contém a primeira tentativa sistemática de estabelecer analiticamente a autonomia da experiência estética)”, Lévi-Strauss, segundo a crítica de Merquior (2013a [1977], p. 46, 48), procura deslindar o mistério desta aporia, em que ora se conflagram, ora se enamoram, na atividade incessante da experiência humana, *estrutura* e *acontecimento*: “A ciência fabrica acontecimentos com suas estruturas teóricas, ao passo que o mito elabora estruturas a partir dos acontecimentos. Mas a arte une antes a ordem da estrutura e a ordem do acontecimento”, pois, como sugere *O pensamento selvagem*:

[...] a arte se insere a meio caminho entre o conhecimento científico e o pensamento mítico ou mágico, pois todo mundo sabe que o artista tem, ao mesmo tempo, algo do cientista e do *bricoleur*: com meios artesanais, ele elabora um objeto material que é também um objeto de conhecimento. Nós diferenciamos o cientista e o *bricoleur* pelas funções inversas que, na ordem instrumental e final, eles atribuem ao fato e à estrutura, um criando fatos (mudar o mundo) através de estruturas, o outro criando estruturas através de fatos (fórmula inexata pois peremptória, mas que nossa análise pode permitir matizar) (LÉVI-STRAUSS, 2008 [1962], p. 38).

Neste ponto, Merquior (2013a [1977], p. 49-50, 55) deseja, conseqüentemente, esclarecer que entre ciência e mito, vale dizer, entre *estrutura* e *acontecimento*, medeia a arte, já que esta não opta por qualquer prioridade neste universo *mimético* de “três dimensões”:

Esta análise leva a várias observações. Em primeiro lugar, ela permite compreender melhor por que os mitos nos aparecem simultaneamente como sistemas de relações abstratas e como objetos de contemplação estética; com efeito, o ato criador que engendra o mito é inverso e simétrico àquele que se encontra na origem da obra de arte. Nesse último caso, parte-se de um conjunto, formado por um ou vários objetos e por um ou vários fatos, ao qual a criação estética confere um caráter de totalidade, por colocar em evidência uma estrutura comum. O mito percorre o mesmo caminho mas num outro sentido: ele usa uma estrutura para produzir um objeto absoluto que ofereça o aspecto de um conjunto de fatos (pois que todo mito conta uma história). A arte procede, então, a partir de um conjunto (objeto + fato) e vai à descoberta de sua estrutura; o mito parte de uma estrutura por meio da qual empreende a construção de um conjunto (objeto + fato) (LÉVI-STRAUSS, 2008 [1962], p. 41; grifos nossos).

A arte só se torna possível na provação do “diálogo” com “a contingência”, visto que “nenhuma forma de arte mereceria esse nome se se deixasse captar inteiramente pelas contingências extrínsecas, seja a da ocasião, seja a da finalidade” (LÉVI-STRAUSS, 2008 [1962], p. 45), pois, conforme destaca Merquior (2013a [1977], p. 54-55),

³¹⁶ Filósofo prussiano, nascido em 1724 e falecido em 1804.

Se a noção de modelo remete naturalmente à ideia de mimese, é bem à própria complexidade desta que ela se refere, sublinhando, quer pelo caráter próprio da redução enquanto conhecimento metafórico, quer pela atenção prestada ao nível técnico da arte, o fato de que a *referencialidade* da obra não põe nunca em causa a essencial *autonomia* de seu modo de ser (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 54-55).

Assim —

a arte aparece como uma atividade situada a meio caminho entre a ciência e a invenção mítica. Existe uma forma de *conhecimento* que opera por meio de *signos* e não de conceitos; produz objetos que são uma *redução* de entidades reais, o que distingue o conhecimento estético, de vocação metafórica, do conhecimento científico (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 54-55).

A arte, em seu mais largo sentido, “pretende, como o mito (e diversamente da ciência), imitar o aspecto fenomênico do real”, “os processos da natureza”, no “tema das relações entre a arte e a vida social”. A proposta de Merquior (2013a [1977], p. 56-61, 63, 65) é a da conciliação entre duas tendências extremas e “unilaterais”: (a) o modelo naturalista, clássico ao zolaísmo,³¹⁷ o qual subordina a “ideia de mimese a um modelo fotográfico”, limitado em função de que há “objetos inapreensíveis pela fórmula fotográfica, como o lirismo e a música”, e (b) “a tendência a identificar a afirmação da autonomia da arte à recusa de toda dimensão cognitivo-mimética”, apontamento de “operações subjetivas da consciência”, em que “o ser do objeto” passa a figurar como “puramente intencional”. Afinal, “a obra de arte não é, para a concepção estrutural, um objeto isolado, o instrumento de um jogo gratuito”, pois a criação

nos esclarece sobre o mundo, mesmo se este “saber” não é assimilável ao conhecimento científico. A arte não é cega a respeito da realidade, mas antes está apta a esclarecê-la; e suas virtudes de construção não articulam, em última análise, senão o domínio de uma inteligência profunda da condição do homem e de seu lugar no universo (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 59; grifos nossos).

Daí ser “a experiência estética [...] lúcida perante o mundo”, para que colabora em muito o programa lévi-straussiano que se resume numa rica locução: “lógica do sensível” — clara “mediação dialética entre o mundo das emoções e o nível do conhecimento intelectual”, pois “Entre o sentimento e o intelecto, há colaboração, e não simples oposição”; destarte,

Lévi-Strauss escapa ao mesmo tempo ao intelectualismo e ao anti-intelectualismo. Atento à natureza mediadora do signo, fascinado pela ordem distinta mas concreta da lógica do sensível, contribui de maneira poderosa e

³¹⁷ Referência ao escritor francês naturalista, com sua literatura de base no cientificismo, Émile Zola. V. nota 164.

original para restaurar os direitos da inteligibilidade e do conhecimento na arte, sem esquecer todavia o que as diferencia do conhecimento abstrato (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 66; grifos nossos).

A pesquisa estrutural, na compreensão de Merquior (2013a [1977], p. 66), “traz um novo equilíbrio ao duplo reconhecimento da abertura da arte sobre o real e da especificidade e autonomia da função estética. Ela contribui, pois, de maneira decisiva, para a superação da afirmação unilateral de cada um desses dois elementos do conceito da arte”.

Em Lévi-Strauss interessava a Merquior (2013a [1977], p. 67) esta maneira de propor o entendimento da arte como “um guia”, “um meio de instrução e direi quase de aprendizagem da realidade ambiente”, verdadeira “originalidade do conhecimento artístico — esta capacidade de descobrir a verdade latente do objeto”.

Percebe-se então que a ótica do estruturalismo lévi-straussiano ao derredor da arte não se fecha para o “diálogo essencial da contingência”, nem “à diversidade imposta por suas manifestações *históricas*” (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 70).

E finalmente, na exposição merquioriana, surge de súbito um *encontro* que chega quase a indicar uma fala *benjaminiana* sobre a sua clássica preocupação intelectual com *A obra de arte na época da possibilidade de sua reprodução técnica*, quando ambos como que coincidem no pensamento em torno da noção de arte a contar do mundo moderno, numa perseguição de apanhar em flagrante o “declínio da aura”:

O antropólogo [Lévi-Strauss] descobre aí uma “perda ou enfraquecimento da função significativa da obra”. Os tempos modernos criaram uma arte apaixonada pelo “fac-símile”, uma arte obstinada em acertar na reprodução perfeita da aparência do modelo. Interrogando-se por que os “primitivos” não seguiram o mesmo caminho, Lévi-Strauss encontra a causa menos em sua incapacidade técnica, na insuficiência de seus meios, do que em sua concepção do universo. Afinal, mais de uma arte primitiva — tais como a cerâmica e a tecelagem dos Incas — demonstra uma mestria técnica excepcional, e no entanto seu estilo não se volta à intensificação do figurativismo³¹⁸ (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 75; grifos nossos).

Obviamente, a mudar o que há para mudar, não são outras as considerações benjaminianas, complementares para o entendimento da moderna arte em sua “autenticidade” e conseqüente massificação e, assim, da própria civilização industrial:

Por mais perfeita que seja a reprodução, uma coisa lhe falta: o aqui e agora da obra de arte — a sua existência única no lugar onde se encontra. Sobre essa existência única, e sobre ela apenas, se fez a história a que a obra esteve sujeita no decurso da sua existência. Para isso contam tanto as transformações que a

³¹⁸ Aqui também o conceito de *figura* auerbachiano de base sociocultural e histórica. Cf. nota 147.

sua estrutura física sofreu ao longo do tempo, como também as várias mudanças de proprietário por que possa ter passado. Só é possível descobrir vestígios das primeiras através de análises químicas ou físicas, que não podem ser feitas sobre reproduções; os vestígios das segundas são objeto de uma tradição cuja reconstituição se tem de fazer a partir do lugar onde se encontra o original.

O aqui e agora do original encerra sua autenticidade. [...]

Tudo o que aqui se disse se pode resumir no conceito de aura, e pode dizer-se então que o que é enfraquecido na época da possibilidade de reprodução técnica da obra de arte é a sua aura. O caso é sintomático: Pode dizer-se, de um modo geral, que a técnica da reprodução liberta o objeto reproduzido do domínio da tradição. Na medida em que multiplica a reprodução, substitui a sua existência única pela sua existência em massa. E, na medida em que permite à reprodução vir em qualquer situação ao encontro do receptor, atualiza o objeto reproduzido. Estes dois processos vão abalar violentamente os conteúdos da tradição — e esse abalo da tradição é o reverso da atual crise e renovação da humanidade. Relacionam-se intimamente com os movimentos de massas dos nossos dias (BENJAMIN, 2017, p. 13-15; grifos nossos).

Segundo Merquior (2013a [1977], p. 76, 79, 81), a partir de sua leitura do sugestivo capítulo “Do mito ao romance”, contido no terceiro volume das “Mitológicas” de Lévi-Strauss, *A origem dos modos à mesa*, a arte ocidental “se desprimitivizava” desde a Renascença e agora formas como “o romance de qualidade” procuram “restabelecer a significação e a estrutura, na erosão contínua do devir”, recolhem “os fragmentos de uma ordem perdida onde se ocultam os vestígios ou as promessas da autenticidade da existência”:

O passado, a vida, o sonho, carregam imagens e formas deslocadas que assediam o escritor, quando o acaso, ou alguma outra necessidade, desmentindo aquela que foi outrora capaz de engendrá-los e dispô-los numa verdadeira ordem, preservam ou recuperam nelas os contornos do mito. No entanto, o romancista voga à deriva entre esses corpos flutuantes que o calor da história, provocando um degelo, separa dos blocos de que faziam parte. Ele recolhe esses materiais e os reutiliza como eles se apresentam, não sem perceber confusamente que pertencem a um outro edifício e que irão se tornar cada vez mais raros na medida em que ele é carregado por uma corrente diferente daquela que os mantinha reunidos. A queda da intriga romanesca, interna a seu desenrolar desde a origem e recentemente tornada exterior a ela — já que assistimos à queda da intriga após a queda na intriga —, confirma que, devido ao seu lugar histórico na evolução dos gêneros literários, era inevitável que o romance contasse uma história que acaba mal e que estivesse, enquanto gênero, acabando mal. Em ambos os casos, o herói do romance é o próprio romance. Ele conta sua própria história: não apenas que ele nasceu da extenuação do mito, mas que se reduz a uma busca extenuante pela estrutura, aquém de um devir que espia de perto, sem poder encontrar, dentro ou fora, o segredo de um antigo frescor, a não ser talvez em alguns refúgios em que a criação mítica ainda permanece vigorosa, mas nesse caso, e contrariamente ao romance, à sua revelia (LÉVI-STRAUSS, 2006 [1968], p. 118; sublinhados nossos).

Este trecho lévi-straussiano da instalação do romance trata-se de um perfeito exemplar de lembrança do recurso da *alegoria* benjaminiana (no sentido

baudelairiano, inclusive), por qual gênero “recolhe esses materiais e os reutiliza como eles se apresentam, não sem perceber confusamente que pertencem a um outro edifício e que irão se tornar cada vez mais raros na medida em que ele é carregado por uma corrente diferente daquela que os mantinha reunidos”. E não será aleatório, na busca de uma relação entre romance, modernidade, sociedade, arte e mito, ou numa ordem crescente destes fatores na sua história e linguagens de significação, Merquior (2013a [1977], p. 81) se esforçar por um aprofundamento estético do gênero literário que dê conta, heurísticamente, de demonstrar a ligação entre preocupações convergentes de autores tão díspares em suas ideologias, formas literárias e objetivos científicos, ainda que não contemporâneos em suas décadas de exercício intelectual, mas coincidentes em seus objetos de lida epistêmica e de “prosa tão sedutora”, de acordo com a própria predicação merquioriana.

Num descortino, é a esta altura que Merquior (1969, p. 123-124; 2013a [1977], p. 81-84, 99-101) copiará e citará, textual, a si mesmo, curiosamente. Dos originais de *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin* (1969) recolhe trechos para *A estética de Lévi-Strauss* (1977) do que já havia escrito sobre Walter Benjamin e reitera a importância do que o ensaísta alemão, partindo da teoria do romance lukacsiana, considera um processo típico dos tempos modernos: “a crise da arte de contar” ou “a atrofia progressiva da faculdade de trocar nossas experiências”.

Para o jovem Lukács, afinal, a natureza da narrativa romanesca estava mediada pela “dialética entre epopeia (cujo herói vive em comunhão com a sociedade) e a tragédia (onde o herói se opõe à sociedade)”. À parte o tom romântico,³¹⁹ “seu herói” — em meio à “solidão na comunidade” — “procura valores autênticos inexistentes na sociedade”, e o recurso do romance reforça o distanciamento da comunicação para “transmitir o acontecimento em si”, constituindo-se apenas em “simples reportagem”, em que “o declínio da arte da narrativa coincide com a negação de costumes ligados ao sentido exemplar da vida individual” (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 97-104, 116-117).

Merquior apresenta os dois “protótipos do narrador-artesão”: “o viajante que conta histórias que ultrapassam o raio existencial de seus ouvintes, e o velho sedentário, depositário da tradição oral; numa palavra, o marinheiro e o camponês”. Porém, surge o alerta de que estes protótipos

³¹⁹ Como outrora Richard Wagner (1813-1883), inspiração lévi-straussiana, para Merquior (2013a [1977], p. 99-101) “uma espécie de ponte entre o romantismo e a cultura ‘decadente’ fim de século”, a afirmar “Abandonei de uma vez por todas o terreno da história e me estabeleci no da lenda”.

faziam parte do quadro social da Idade Média, onde a dissociação dos laços interindividuais e a perda das ligações orgânicas entre o indivíduo e o grupo não tinham ainda ocorrido. Em compensação, a figura do romancista é um produto da intensificação do individualismo da civilização mecânica (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 83).

Neste mural do apogeu do romance e o aparecimento da grande imprensa,³²⁰ confrontam-se o jornal³²¹ e toda transmissão oral de notícias (em que o folclore se apresenta como exemplaridade); esta, de capacidade diminuída face aos fenômenos contemporâneos mormente do meio do século XIX, com “os sinistros resultados da atomização social, no combate pela recuperação do sentido da vida no interior do naufrágio da qualidade da existência individual”, e no momento mesmo em que “a arte literária está em luta contra o espírito da civilização mecânica” (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 83-85).³²²

Mas não somente na arte literária moderna se pode apreender, da leitura benjaminiana empreendida por Merquior (2013a [1977], p. 85-89, 94), o início da era industrial com sua “falta de poder significativo”: na pintura moderna a plástica não figurativa é uma problemática social completamente dessemelhante da facial dos Caduveu brasileiros. Na modernidade, a pintura figura não como uma ideia de compreensão mais estendida da realidade social no quadro de vivência da coesão dos grupos, mas, por estes se encontrarem desagregados, o contrário.

A individualização da produção pelo artista plástico moderno é uma diagnose de que o mais presente estágio da história da estética pictórica — pelo que “a pintura abstrata [...] quer renunciar ao nível cultural” — sinaliza para uma “indigência semântica”, diante de que o estruturalismo lévi-straussiano não esconde a sua indiferença, mais uma vez a assinalar a “falha capital da arte da civilização mecânica”: o enfraquecimento da significação pela contradita fundamental entre “carência estética” e “perda da função coletiva”, sinonímia de uma “arte do homem fechado em si mesmo, cegamente

³²⁰ A desconfiança diante da grande imprensa, nascida com o romance, contrário à epopeia antiga, pela qual se instala a sociedade da antinarração: a da informação. Cf. Merquior (1969, p. 124-125).

³²¹ Marx (2011, p. 66-67, 390, 823, 974, 987, 992, 994) explanou exaustivamente sobre a ligação etimológica e social do termo com o mundo humano da divisão social do trabalho no primeiro livro de *O capital* (1867), em específico quando analisa a categoria da *mais-valia*. Cita, entre outros termos, *jornada, jornaleiros, jornal*.

³²² É bastante válido a esta altura recordar, em teoria social, este cenário de mudanças, em que nasce a própria Sociologia, a partir de três autores fundamentais em suas observações: Herbert Spencer (1820-1903), na análise do plano industrial, Émile Durkheim, na análise da coesão social, e Ferdinand Tönnies (1855-1936) (na análise da *comunidade*).

desencadeado contra a objetividade substancial” dos contextos históricos, políticos, religiosos e socioculturais (MERQUIOR, 2013a [1977], p. 85-89, 94).

O mesmo se poderia dizer da música, porquanto, para Merquior (2013a [1977], p. 89, 90, 92-93, 95), a tetralogia lévi-straussiana se apresenta qual “a arquitetura explicitamente musical dos *Mythologiques*”. Podem-se mesmo mapear parágrafos esclarecedores e nos quais se inscreve um dos objetivos maiores do estruturalismo: a procura de “transcender a oposição entre o sensível e o inteligível, colocando-nos imediatamente no nível dos signos”, numa verdadeira “hiperdialética de natureza e cultura”, de vez que se reconhece “uma afinidade profunda entre o mito e a obra musical”: “Essa busca de uma via intermediária entre o exercício do pensamento lógico e a percepção estética devia naturalmente inspirar-se no exemplo da música”. O mesmo que sustentar a dupla articulação — “duas grades” — sugerida pela música, na qual, numa analogia, se debatem tempo mais do que psicológico, fisiológico — “visceral”, “natural”, por conseguinte, em que “todo contraponto age silenciosamente sobre os ritmos cardíaco e respiratório” — e tempo *cultural* — “numa escala de sons musicais, cujos número e intervalos variam segundo as culturas”. “Na música”, destarte, “a mediação da natureza e da cultura, que se realiza no seio de toda linguagem, torna-se uma hipermediação: de ambos os lados, os ancoramentos são reforçados”. E mais, numa intensificação: “Instalada no ponto de encontro entre dois domínios, a música faz com que sua lei seja respeitada muito além dos limites que as outras artes evitariam ultrapassar. Tanto do lado da natureza quanto do da cultura, ela ousa ir mais longe do que as outras” (LÉVI-STRAUSS, 2004 [1964], p. 33, 35-36, 48).

Assim como no marxismo, a perspectiva crítica de Merquior (1983b, p. 31; 1991a [1986], p. 13; 2013a [1977], p. 34, 62) diagnosticava a *decadência* do estruturalismo não lévi-straussiano; correntes estruturalistas, ao lado da psicanálise e da “arte moderna em suas versões mais radicais”, as quais representavam a derrocada dos grandes “mitos” do século XX. Seu combate a todo paradigma fechado em si mesmo, como o próprio estruturalismo em seus afluentes teóricos não lévi-straussianos, é de reconhecimento da “universalidade dos produtos da arte e do mito, por oposição ao caráter transitório do conhecimento científico”, porque “a poética formalista negligenciava o conteúdo”.

Por fim, entre o marxismo e o (pós-)estruturalismo, Merquior (1985d; 1997 [1979]) focará também em sua análise crítica em mais quatro teóricos: três marxistas (sendo um dos quais frankfurtiano e outro dentre eles marxista estruturalista) e um “pós-

estruturalista” que negou seu marxismo. São eles: Antonio Gramsci, Jürgen Habermas, Louis Althusser e Michel Foucault.³²³

Merquior (1987 [1986], p. 137-138, 141, 143) conservou — e já se o viu — por Gramsci praticamente a mesma afinidade intelectual (com uma outra reserva, todavia, mas uma certa contemporização por sua figura sofisticada e algo aureolada pelo martírio, e certa contemplação de sua relativização das leis da história, de seu menor pessimismo cultural face ao desenvolvimento da ciência) que por Lévi-Strauss e Benjamin, sobretudo em sua concepção contrária ao “determinismo tecno-econômico”, posicionamento crítico de entendimento este de que a evolução das sociedades não deveria ser concebida pelo marxismo sob “a férrea convicção de que existem leis objetivas de desenvolvimento histórico da mesma espécie que as leis naturais juntamente com a crença numa teologia predeterminada como a da religião”. Demais, suas análises poderiam “ser consideradas uma brava tentativa de marxizar o ético-político, correlacionando-o com infra-estruturas sócio-econômicas dominadas por classes”, pois para Gramsci “a política não era, em última análise, *nem* um epifenômeno *nem* um primeiro motor onipotente”.

De Habermas, notou, com algum otimismo, a sua teoria crítica “sociologizada” que mais se vale de Weber que de Marx para operacionalizar, numa espécie de “antropologia filosófica”, a categoria da racionalização como ferramenta de entendimento cultural (de base neoidealista³²⁴) da ciência como novo fundamento da sociedade, e não mais a economia política.³²⁵ Daí o deslocamento, embora marcado pela ambivalente

³²³ Certamente, poder-se-ia também juntar a essa lista o nome de Roland Barthes; contudo optou-se por apenas mencioná-lo, dada a análise de Merquior (1991a [1986], p. 133-222), em longo artigo, se demorar muito mais em teoria literária e linguística, bem como a dificuldade inerente ao fato de a próprio obra do ensaísta francês haver tido pelo menos cinco fases (*marxista, estruturalista, semiológica, psicanalítica-nietzsciana, sociológica...*), muitas vezes renegadas, segundo concebe o autor desta tese. Ademais, não se trata também de referência central de interlocução na construção da produção merquioriana. Cf. Perrone-Moisés (2012, *passim*).

³²⁴ Daí Merquior (1997 [1979], p. 125, 136) denominá-lo “um Dilthey marxizante”, numa alusão ao idealista Wilhelm Dilthey (1833-1911), filósofo hermenêutico, psicólogo, historiador, sociólogo e pedagogo alemão.

³²⁵ Merquior (1997 [1979], p. 135) sempre se opôs ao critério de eleger — vulgarizando-a — na obra de Marx a economia como determinante do social; tanto assim que mais de uma vez o defendeu: “[...] o culturalismo tende a sancionar uma das menos perspicazes das críticas ao pensamento marxista: a do economismo. Neste caso, a teoria crítica epistemológica [habermasiana] parece partilhar de um non sequitur [que não se deve seguir, em que não se deve fiar] comum: a dedução arbitrária de uma ‘falta de sentido’ da causação econômica, a partir do mero reconhecimento de que a economia na sociedade como um todo, de fato se alterou com a evolução do capitalismo. Além disso, não se deve esquecer tão facilmente que o economismo é uma concepção equivocada da teoria social de Marx. Marx não foi um reducionista econômico; não fosse assim, *O capital* jamais seria escrito como uma crítica da economia política... afinal, quem fez mais do que seu autor para *sociologizar* a análise (macro)econômica? Foi o marxismo vulgar, e não Marx, que não atendeu à sábia advertência de Max Weber a respeito da necessidade de distinguir entre o que é estritamente econômico, o que é economicamente determinado e o que é apenas economicamente relevante”.

empíria, que opera daquela para a esfera eminentemente da legitimidade *cognitiva* do *diálogo*, base do *agir comunicativo*, também malgrado fosse necessária uma crítica às circunstâncias quanto aos níveis de liberdade de práticas e hermenêutica, nem sempre consensuais nem democráticas.³²⁶

Para Merquior, Habermas, ainda que o principal representante da Escola de Frankfurt na sua segunda geração, superara o pessimismo dos colegas uma vez que

a esperança e a salvação tornaram-se para esses pensadores menos as forças afirmativas na luta do homem social do que as vítimas de uma maldição histórica inexorável: pois, do modo como eles a vêem, a razão iluminada, que outrora caminhava ombro a ombro com a liberdade, converteu-se no oposto da liberdade e da felicidade humanas. [...]

Em comparação com a dos membros maiores da escola, a obra de Jürgen Habermas apresenta, ao mesmo tempo, uma versão moderada da *Stimmung* [humor, estado de espírito, disposição] utópica/pessimista e uma apreciação mais sóbria da ciência. Em Habermas, o estado de espírito apocalíptico expressionista, oculto sob a visão catastrófica da história de Horkheimer e Adorno, cede lugar a um esquema mental mais tranqüilo, *epistemológico*, ao invés de declaradamente “*soteriológico*”. Com ele, a teoria crítica renunciando à fascinação mórbida e traumática pelo eclipse da razão, começa a pretender *a salvação pelo conhecimento*. O que o iluminismo pervertido danificou, o “conhecimento” emancipador” de Habermas dispõe-se a restaurar. O Kulturpessimismus [pessimismo cultural] trasmuda-se em otimismo gnoseológico, tão confiante nos poderes sagrados da “reflexão”, quanto Althusser na terra prometida da Teoria (MERQUIOR, 1997 [1979], p. 125, 128).³²⁷

Em Althusser, a deficiência do plano empírico, ao rejeitar o historicismo e o humanismo,³²⁸ fez de seu marxismo estrutural mais estrutura que práxis, categoria, esta última, praticamente esquecida em sua obra, valorizadora apenas dos formalmente planos institucional, ideológicos e de produção.³²⁹ Contudo, nem mesmo a opção de sua obra por fechar-se à verificação ou validação empírica conferiu *status* científico apurado à sua

³²⁶ Habermas distingue três meios de organização social: trabalho, linguagem e poder. “Daí três domínios cognitivos: a *informação*, que visa ao controle técnico na esfera do trabalho; a *interpretação*, que assegura a orientação da ação através da linguagem, dentro de tradições comuns; enfim, a *análise*, que liberta a consciência do poder disfarçado em ideologia” (MERQUIOR, 1987 [1986], p. 233).

³²⁷ Cf. também Merquior (1981c, p. 165-174; 1983a, p. 197-199; 1987 [1986], p. 230, 234-238, 246; 1997 [1979], p. 125-136).

³²⁸ “A fúria indiscriminada contra o sujeito, a alergia ao empírico, a repulsa arbitrária às continuidades [...]. O verdadeiro ‘sujeito’ são [...] as relações de produção (e as relações sociais, políticas e ideológicas). Mas por serem ‘relações’ elas não podem ser incluídas na categoria sujeito. Ao que parece, isso quer dizer que, por terem os agentes econômicos, i.e., os operadores da produção e da distribuição, papéis definidos, e portanto serem eles, na medida desses papéis, titulares de funções sociais definidas num modelo dado de produção, não cabe falar da categoria sujeito” (MERQUIOR, 1987 [1986], p. 206, 209).

³²⁹ A ironia antiestruturalista é de Merquior (1985d, p. 47): “raramente, ou nunca, se empenham num corpo-a-corpo com qualquer material empírico (como se não gostassem de sujar as mãos com a análise da história real”.

teoria, uma vez que esta se isolou³³⁰ “sectariamente de outras áreas do pensamento”, além de não se ter lastreado de modo a se familiarizar com alguns princípios epistêmicos da filosofia da ciência³³¹ (MERQUIOR, 1987 [1986], p. 205, 211-213; 1997 [1979], p. 119-124).

A seu modo, Michel Foucault se enquadra num nível mais amplo de crítica: a ênfase de Merquior no grande arco das ciências da mente e da linguagem, a exemplo da investida que lança à psicanálise e todas as formas de pensamento niilista.³³²

As contribuições foucauldianas³³³ estariam, assim, perdidas em confusa interdisciplinaridade e referência a verdadeiros relicários bibliográficos desconhecidos e ambiciosos à erudição ante os reconhecíveis problemas sociais do mundo moderno.

Para o autor brasileiro, esta postura pessimista inspirada na filosofia de Nietzsche e compartilhada por Foucault,³³⁴ não se lastreava em ciência, mas em especulação, pois suas teorias não se muniam de comprovação empírica, tão ausente quanto carentes são os seus defeitos de lógica em teoria e método. Foucault passara de uma fase estruturalista para uma pós-estruturalista, assim como alguns outros autores, a exemplo de Barthes, sem esquecer que, “por volta de 1960, ele namorara ambas as escolas de pensamento, o marxismo lukacsiano e a fenomenologia”, para não se mencionarem a influência do próprio Marx, de Weber e da Escola de Frankfurt (MERQUIOR, 1985d, p. 23, 26, 31, 65, 69).³³⁵

³³⁰ “A ciência althusseriana tece conceitos perfeitamente indiferentes ao mundo que eles devem explicar. O pensamento se torna um bicho de seda, que só de si mesmo puxa o fio” (MERQUIOR, 1987 [1986], p. 206).

³³¹ “O anti-realismo inargumentado de Althusser, bem como a sua atroz ignorância da maior parte da moderna filosofia da ciência [...]” (MERQUIOR, 1987 [1986], p. 207).

³³² “[...] uma tempestade de relativismos desvairados e cínicos, de mal fundamentados niilismos. [...] o culto de Nietzsche, o principal rito pós-estruturalista de simulação de *pedigree* filosófico” (MERQUIOR, 1987 [1986], p. 248).

³³³ O termo é empregado por Merquior (1985d, p. 9) em lugar do corrente adjetivo “foucaultiano”.

³³⁴ “O tema nietzschiano também nos ajuda a compreender melhor como Foucault pode prezar as ciências humanas ao mesmo tempo em que lhes nega cientificidade. Ele não está dizendo apenas, é claro, que as ciências humanas não conseguem produzir ciência da maneira como são em geral praticadas, isto é, como conceitos nebulosos e métodos frouxos; o que ele nega é que possam *algum dia* ser científicas” (MERQUIOR, 1985d, p. 113).

³³⁵ Cf. igualmente Merquior (1983b, p. 63-67; 1985d, passim). Em 1970, em companhia de seu amigo e colega Sergio Rouanet, Merquior tivera oportunidade de entrevistar Michel Foucault. Este diálogo, transcrito na recente casa de Foucault à Rua de Vaugirard, resultaria no livro *O homem e o discurso*. Cf. Merquior e Rouanet (1996 [1970], p. 17-42). Para aprofundamento no assunto, q.v. Castro (2016).

4. UMA TEORIA DA LEGITIMIDADE: DO CONTRATO SOCIAL AO TIPO IDEAL

Deixo a Inglaterra após cinco anos de crescente sedução pelas inestimáveis qualidades deste país. Como não se deixar cativar pela mais tranquila metrópole do universo — Londres — ou pela vigência e vivência do mais antigo estado de direito, ou pela genuína cortesia das massas mais civilizadas do universo industrial, ou pelos padrões de excelência da produção intelectual inglesa? (MERQUIOR, José Guilherme, 1981c, p. 247).

As palavras acima estão contidas em uma crônica escrita por Merquior durante as férias de 1979 para 1980; publicou-as o *Jornal do Brasil*. Transparecem o entusiasmo de seu autor pela capital londrina.

Após seus postos diplomáticos em Paris (1966-1973) e em Bonn (1973-1975), Merquior convergia em si o *esprit* francês e o *Geist* alemão,³³⁶ dado que escolheria, para estudo sociológico, justamente dois autores: Jean-Jacques Rousseau³³⁷ e Max Weber³³⁸. O objeto deste capítulo é analisar a interlocução de Merquior com esses dois autores e focalizar seu entendimento das noções de *legitimidade* como categoria plural não somente política, jurídica ou filosófica, mas igualmente sociocultural.

Em 1978, quando defende “*Rousseau and Weber: two studies in the theory of legitimacy*”, a sua segunda tese de doutorado na área de concentração em Sociologia, José Guilherme Merquior exerce suas atividades de diplomata de carreira na Embaixada brasileira em Londres; estreita amizade com o seu superior na hierarquia nas funções, o ex-senador Roberto Campos³³⁹, todavia sem aderir a sua defesa *liberista*;³⁴⁰ convive com

³³⁶ É clássica a disputa entre os termos. Nietzsche (1881, §193) aludira ao assunto em *Aurora* [*Morgenröthe*].

³³⁷ Filósofo, compositor, teórico político e escritor suíço, nascido em 1712 e falecido em 1778.

³³⁸ Filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidata suíço radicado na França, nascido em 1864 e falecido em 1920.

³³⁹ Roberto de Oliveira Campos (1917-2001), ex-seminarista, economista, deputado federal, senador pelo Estado do Mato Grosso, ministro do Planejamento do Governo Castelo Branco, membro da Academia Brasileira de Letras e diplomata de carreira mato-grossense. Campos defendeu cada vez mais com os decênios (sobretudo com sua estada em Londres, entre 1975 e 1982, quando embaixador ao tempo de Merquior, afinal ambos seriam testemunhas do programa de privatizações na economia inglesa sob a gestão da primeira-ministra da Grã-Bretanha Margaret Thatcher [1825-1913]) o *liberismo* (ou *liberalismo econômico*), a saber, a perspectiva doutrinária que privilegia o plano econômico como determinante, promovendo, crê-se, a livre iniciativa e o mercado livre enquanto força motriz do sistema econômico e combatendo ao máximo a intervenção estatal. Filiou-se ao PDS (Partido Democrático Social), sucessor da Aliança Renovadora Nacional (Arena, o partido da situação durante os governos militares), e antecessor do PFL (Partido da Frente Liberal), atual DEM (Democratas). Nesta linha, tanto Campos quanto Merquior foram um dos ideólogos do Governo Collor e em torno deles aventou-se a possibilidade de ocuparem a pasta do Ministério das Relações Exteriores. Para dois roteiros de estudo da vida e da obra de Campos, cf. Almeida (2017) e Martins e Castro (2017).

³⁴⁰ Vide nota anterior.

as ideias liberais em circulação na atmosfera londrina; frequente, como docente e discente, as aulas na London School; formaliza a orientação de tese com sob orientação de Ernest Gellner (o qual influirá em suas ideias); portanto e enfim, distende os contatos pessoais com o meio intelectual e seus pensadores de vertente liberal.

A esse conjunto de fatos e fatores se soma uma coerência pouco perceptível num primeiro olhar na produção de Merquior até então: pode-se mesmo sustentar que os anos de 1978 e 1981 são os de transição de uma atividade quase estritamente estética, crítica e antropossociológica (embora sempre sob enfoque na base social das áreas de investigação e enquanto ferramentas de uma perspectiva crítica do mundo moderno) para uma visão cada mais marcada pelo engajamento a um ideário liberalista.

Em 1979, Merquior publica o seu segundo livro em língua estrangeira: *The veil and the mask: essays on culture and ideology*³⁴¹ (MERQUIOR, 1997 [1979]). O primeiro título merquioriano lançado em outro idioma havia sido *L'esthétique de Lévi-Strauss*³⁴² (MERQUIOR, 2013a [1977]).³⁴³

The veil and the mask: essays on culture and ideology reúne em seu conteúdo alguns ensaios que se traduzem como uma prévia temática de *Rousseau and Weber*. Ambos os livros anunciam a mensagem social-liberal a que aderiria definitivamente Merquior com o aparecimento, entre 1981 e 1983, de *As idéias e as formas* e *O argumento liberal* (MERQUIOR, 1981a; 1981b; 1981c; 1981d; 1981e; 1983a; 1990a; 1997 [1979]; 2013a [1977]).

A pergunta que se faz de saída é: — Por que Merquior se interessaria pela categoria da *legitimidade*, a qual ocuparia lugar central crescentemente nestes estudos de “transição” e maturação de seu pensamento?

³⁴¹ Lançado pela editora londrina Routledge & Kegan.

³⁴² Lançado em 1977 pela editora francesa PUF (Press Universitaires de France).

³⁴³ Traduções dos livros de Merquior: (1) *Verso universo em Drummond* — originalmente tese escrita em francês e também traduzida para o português (MERQUIOR, 2012 [1975]); (2) *A estética de Lévi-Strauss* — originalmente escrito em francês e também traduzido para o português e o francês (MERQUIOR, 2013a [1977]); (3) *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira, I* — traduzido para o espanhol (MERQUIOR, 2014a [1977]); (4) *O véu e a máscara* — originalmente escrito em inglês e também traduzido para o português (MERQUIOR, 1997 [1979]); (5) *Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade* — originalmente tese escrita em inglês e traduzida também para o português (MERQUIOR, 1990 [1980]); (6) *Michel Foucault: ou o nihilismo de cátedra* — originalmente escrito em inglês, mas também traduzido em português, francês, italiano, espanhol, holandês e turco (MERQUIOR, 1985d, p. [2]); (7) *O marxismo ocidental* — originalmente escrito em inglês, mas também traduzido em português e espanhol (MERQUIOR, 1987 [1986], p. [5]); (8) *De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista* — originalmente publicado em inglês, mas também traduzido em português e espanhol (MERQUIOR, 1991a [1986], p. 2); e (9) *O liberalismo: antigo e moderno* — originalmente escrito em inglês, mas também traduzido para o português e o espanhol (MERQUIOR, 2014b [1991]).

Para além das circunstâncias de sua trajetória pessoal, uma possível resposta se encontra no conceito de pares dialéticos aparentemente antinômicos, mas de densidade explicativa (e não apenas tema “momentoso” ou de ordem de “validade *cognitiva*”, é dizer, o próprio alcance do conhecimento científico) a partir de sua ampla correlação com os mais distintos domínios da vida social: *cultura e ideologia* ou *arte e política, direito e sociedade*. O primeiro dos binômios (o qual, aliás, serve de subtítulo para *The veil and the mask*) fundamenta seu esclarecimento em virtude de a ensaística merquioriana vir perseguindo a relação (no âmbito da sociologia da cultura, em particular, e da teoria sociológica, num universo interdisciplinar mais amplo) não somente da “legitimidade *política*”, mas também da “legitimidade *dentro da cultura em geral*” (MERQUIOR, 1997 [1979], p. XI).

Se tomada a *legitimidade* no sentido restrito de sua qualificação política, esta categoria não daria conta de alcançar as discussões teóricas e as transformações contemporâneas de um mundo em dinâmica.

Nestes anos de transição (1979-1991), o tema político-econômico das instâncias do poder público e do poder privado emerge sob a defesa de um estado mínimo (principalmente, personificado pelas gestões Margaret Thatcher, Helmut Kohl³⁴⁴ e Ronald Reagan³⁴⁵) ou sob a defesa de um estado protecionista (sob Mikhail Gorbachev³⁴⁶). A temática passa a ser objeto da análise da *intelligentsia*. Contudo, conceitualmente, algumas pautas de discussão, partam elas das ideologias mais progressistas às mais conservadoras, são quase sempre exigências de todos os tempos e de todas as eras, pois o relevante é que “o poder” seja “firme e em condição de desempenhar [...] suas funções essenciais (defesa, desenvolvimento econômico, etc[.]” (LEVI, 1998 [1983], v. 2, p. 678; grifos nossos).

Nesse debate inserir-se-ia Merquior através de suas análises e em busca de uma delimitação do que haveria de ser ou deveria ser *legitimidade*. Antes, entretanto, do retorno à análise da produção intelectual de Merquior e de suas interlocuções, faz-se necessária a conceituação da categoria, central em sua obra.

Pode-se definir *legitimidade* (1) sob o prisma genérico e (2) de sua especificidade. No primeiro, a conceituação se prenderia à linguagem comum, assumindo o sentido de justiça ou de racionalidade de uma decisão, de uma atitude; já no segundo olhar, porém,

³⁴⁴ Chanceler alemão, nascido em 1930 e falecido em 2017.

³⁴⁵ Presidente e ator norte-americano, nascido em 1911 e falecido em 2004.

³⁴⁶ Nascido em 1931, foi o último líder da União Soviética, governando-a até 1991.

a visão recai no campo da ciência política, com o significado particular intimamente ligado ao Estado, de vez que vem a designar um seu atributo e que

consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão. A crença na Legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado (LEVI, 1998 [1983], v. 2, p. 675; grifos nossos).

A legitimidade ocorreria quando “o fundamento e os fins do poder são percebidos como compatíveis ou de acordo com o próprio sistema de crenças e quando o agir é orientado para a manutenção dos aspectos básicos da vida política [...]”. Ocorreria, inversamente, uma deslegitimação ou deslegitimidade quando “o Estado é percebido, na sua estrutura e nos seus fins, como estando em contradição com o próprio sistema de crenças, e se este julgamento negativo se transformar numa ação que busque modificar os aspectos básicos da vida política, então este comportamento poderá ser definido como *contestação da Legitimidade*” (LEVI, 1998 [1983], v. 2, p. 677).

Todavia, necessita-se de cautela quanto à distinção entre contestação da legitimidade e oposição, pois em seus graus

A oposição ao Governo e contestação da Legitimidade corresponde, num certo sentido, à existente entre política reformista e política revolucionária. O primeiro tipo de luta busca alcançar mudanças, mantendo de pé as estruturas políticas existentes, combate o Governo, mas não combate as estruturas que condicionam sua ação e, enfim, propõe uma diferente maneira para a gestão do sistema estabelecido. O segundo tipo de luta se dirige contra a ordem constituída, tendo como objetivo a modificação substancial de alguns aspectos fundamentais; não combate apenas o Governo, mas também o sistema de Governo, isto é, as estruturas que ele exprime (LEVI, 1998 [1983], v. 2, p. 677).

É possível ampliar a visão da legitimidade pelo “enfoque sociológico” e não apenas jurídico e enumerar um conjunto de seus níveis, em que cada um contribui para uma parcela de legitimação do Estado, seja no plano político, seja no plano cultural (LEVI, 1998 [1983], v. 2, p. 675-676). Entram no conjunto propriamente político a base territorial, o conjunto de instituições, o regime, numa clara alusão à noção de Estado moderno apresentada por Weber (1922, p. 29-30, 387-388, 392-393) como uma instância de poder (*imperium*) correspondente a uma “comunidade política” dentro de um círculo da administração pública (sentido de “governo”), de base numa esfera estatuída de normas jurídicas reivindicadas para si como monopólio da dominação “legítima” (leis) e sob a forma de regulamentação e aplicação de expressões coativas (que não se restringiriam às

físicas e expressamente violentas, mas somente em *ultima ratio*) aos cidadãos em dado espaço territorial.³⁴⁷

Desta forma, a consolidação do Estado moderno dar-se-á com a própria emergência da formação econômico-social capitalista, através de um discurso sacerdotal legitimador e da aliança com a classe emergente de comerciantes, banqueiros e artesãos, de modo a fomentar a mudança para um novo modelo de sociabilidade.

O Estado então se efetiva sob uma natureza hierárquico-organizacional de um quadro de funcionários especializados que se configuraria num *corpus* administrativo conceitualmente designado por Weber “burocracia”. O qualificativo central deste conceito, aqui sociologicamente compreendido, atua sob um sentido “racional”, generalizante ou impessoal, vale dizer, “desenvolve sua peculiaridade específica, bem-vinda ao capitalismo, com tanto maior perfeição quanto mais se ‘desumaniza’”; ademais, “quanto mais perfeitamente consegue realizar aquela qualidade específica que é louvada como sua virtude: a eliminação do amor, do ódio e de todos os elementos sentimentais, puramente pessoais e, de modo geral, irracionais, que se subtraem ao cálculo, na execução das tarefas oficiais” (WEBER, 1922, p. 394, 662).

Normalmente, “seja qual for o Estado”, “a legitimação se apresenta como uma necessidade”, já que é de sua própria lógica de conceituação o pressuposto de que na luta pelo poder político diversos ingredientes se sobrepõem uns aos outros, numa rivalidade vital, e, destarte, histórica, em que os campos — dentre os quais o econômico, o cultural, o axiológico, o jurídico — se somam na determinação do horizonte ideológico e simbólico da representação do poder na instituição estatal, de ordem privada ou pública, e no exercício da cidadania, que são passíveis de serem estudados pelo viés sociológico, pois “o termo Legitimidade designa, ao mesmo tempo, uma situação e um valor de convivência social” (LEVI, 1998 [1983], v. 2, p. 678-679).

Daí o conceito perpassar a relação com a história, a ideologia, as crenças, os valores, a cultura de um modo geral de sociedades especificamente contextualizadas, nas quais se equilibram uma força de segmento relevante da população e, numa sociedade que se quer justa, seu consenso (termo essencialmente caracterizador da legitimidade):

³⁴⁷ Sobre o tema, cf. também Faoro (2012 [2007], p. 206-232). “O vínculo entre autoridade e legitimidade, com a ênfase de que a segunda é a fonte da primeira, não pode ser estudado, na ciência política contemporânea, sem a referência capital a Max Weber. Os modernos estudos acerca da legitimidade abandonaram, sob o influxo do sociólogo alemão, o revestimento puramente filosófico, para buscar uma fundamentação histórica e empírica, de acordo com a realidade social” (FAORO, 2012 [2007], p. 208-209).

A situação a que o termo [legitimidade] se refere é a aceitação do Estado por um segmento relevante da população; o valor é o consenso livremente manifestado por uma comunidade de homens autônomos e conscientes. O sentido da palavra Legitimidade não é estático, e sim dinâmico; é uma unidade aberta, cuja concretização é considerada possível num futuro indefinido, e a realidade concreta nada mais é do que um esboço deste futuro. Em cada manifestação histórica da Legitimidade vislumbra-se a promessa, até agora sempre incompleta na sua manifestação, de uma sociedade justa, onde o consenso, que dela é a essência, possa se manifestar livremente sem a interferência do poder ou da manipulação e sem mistificações ideológicas. Antecipamos, assim, quais as condições sociais que possibilitam a aproximação à plena realização do valor inerente ao conceito de Legitimidade: a tendência ao desaparecimento do poder, quer das relações sociais, quer do elemento psicológico a ele associado: a ideologia (LEVI, 1998 [1983], v. 1, p. 678-679; grifos nossos).

Para Goyard-Fabre (2012, p. 1.089-1.090), a noção de *legitimidade* tem sido, na história das ideias, ligada ao pensamento político desde, pelo menos, o século XVI, a fim de designar “o bom fundamento do Poder, o que lhe confere justificação e validade”. Mas a sua riqueza e complexidade se prendem justamente ao seu significado heterogêneo e polissêmico, ainda que se o restrinja ao mundo estritamente jurídico:

[...] assim, o direito positivo contém a noção de legítima defesa; distingue filho legítimo e filho natural, espólio legítimo e espólio irregular; em compensação, rejeita o emprego de legitimidade quando, ao qualificar a exploração da mão de obra infantil ou clandestina, fala de trabalho ilegal; do mesmo modo, na escala das penas, uma condenação imposta ao delinquente recebe, embora às vezes com ressalvas, o selo e a garantia do *direito*: quando aplicada à factualidade do mundo humano, ela envolve a ideia do que é justo (GOYARD-FABRE, 2012, p. 1.089).

Entretanto, é preciso considerar que a legitimidade em sua delimitação conceptualmente em extremados reservatórios do conhecimento não corresponde à realidade senão no plano idealmente concebido:

A legitimidade jurídica, portanto, é diferente e independente da legitimidade política, assim como da legitimidade moral, embora, às vezes, seus respectivos domínios sofram interferências mútuas. Quando nos perguntamos sobre a aceção jurídica da noção de legitimidade, o problema é determinar, num sistema de direito positivo, as relações que ela mantém, por um lado, com a *legalidade* e, por outro, com as exigências do *mundo social* e com o *horizonte de valores* — problema dissimétrico, pois, ao mesmo tempo que seu conceito é confrontado com a estrutura do ordenamento das regras jurídicas, também implica uma relação com a dimensão extrajurídica da experiência humana e com o horizonte metajurídico das exigências axiológicas (GOYARD-FABRE, 2012, p. 1.089-1.090; grifos nossos).

Na polissemia que guarda a aceção interdisciplinar por sua própria natureza, portanto na pluralidade de significados de *legitimidade*, o que está em jogo é a rivalidade, num quadro epistêmico, de um juízo que, (a) ou se fecha na fórmula estanque do

formalismo jurídico de modelo kelseniano³⁴⁸ (o qual compreende apenas o direito *puro* ou “direito interno” e “exclui considerações políticas, morais e metafísicas”), ou (b) se retesa no alargamento múltiplo e quase filigranista do utilitarismo de uma “sociologia descritiva” a modo dos moldes hartianos³⁴⁹ (cuja base reside na filosofia analítica e “observa em seus mínimos detalhes a realidade social regida pelo direito”, em que este “é, acima de tudo, um fenômeno cultural que não é um fim em si mesmo” e em que “toda a ordem de direito comporta duas espécies de regra”, a “secundária” — que confere poder público ou privado — e a “primária” — que dita condutas e estabelece obrigações) (GOYARD-FABRE, 2012, p. 1.089, 1.092, 1.094).

O que chama atenção nestas pontuações é a necessidade de uma ponderação conciliativa de síntese, afinal as formas de legitimidade, da política à jurídica, da valorativa à cultural, devem estar abertas ao entendimento o mais amplo possível, sem hipervalorizações:

A ideia de legitimidade afirma seu caráter *sintético* graças ao qual ela é a valorização prático-jurídica das situações ou das condutas. Há síntese porque a legitimidade integra em seu conceito elementos compostos: ela não é estranha à validade formal de uma ordem jurídica nem aos fenômenos culturais (costumes, crenças normativas, convicções morais, opiniões, história), nem aos ideias visados pelas vias prescritivas do direito. Afastando-se tanto do logicismo quanto do empirismo e do idealismo, a legitimidade objetiva valores e dá forma a “universais”, tais como o padrão do justo (GOYARD-FABRE, 2012, p. 1.095).

Não se pode esperar, portanto, do conceito de legitimidade, uma neutralidade axiológica, impossível em ciências humanas e sociais, de modo a escamotear a relação valorativa. As fontes weberianas são dominadas “por duas preocupações: levar em conta a realidade empírica e não ocultar a ‘relação com os valores’”:

Seus estudos [os de Max Weber] de sociologia política e jurídica são, ao mesmo tempo, uma “sociologia da dominação”, que põe em evidência a manifestação concreta da força (*potentia*) e uma “reflexão sobre os valores” capazes de justificar a relação entre mando e obediência (GOYARD-FABRE, 2012, p. 1.090).

Há uma relação importante entre sociologia política e direito, pois “a legitimidade, somos tentados a dizer, implica a legalidade a ponto de lhe ser consubstancial”.³⁵⁰ Só há comportamento legítimo se no poder são respeitadas as leis (“estatutos” ou “estatuto legal”, “regulamentos estabelecidos”) por aqueles que correspondem à verdadeira fonte

³⁴⁸ Referência ao jurista e filósofo checo-austriaco Hans Kelsen (1881-1973).

³⁴⁹ Referência ao filósofo do direito inglês Herbert Lionel Adolphus Hart (1907-1992).

³⁵⁰ V. Faoro (2012 [2007], p. 206-207).

de autoridade dos governantes e de seus atos que se impõem em virtude da legalidade “no tempo da racionalidade moderna”, na qual “todo poder legítimo está inserido no quadro lógico-formal da regularidade jurídica do Estado”, com sua “administração formada por funcionários competentes segundo uma estrutura hierárquica” “expressa pela burocracia”, conforme se fez anotar, no mundo da vida extraestatuária e extraestatal, a que se ligam a amplitude de existência e a possibilidade da sociedade na modernidade. Há também a recorrência compreensiva que vai além da “função autoestruturadora da ordem do direito”:

é necessário recorrer a regras de fundo [sic], ultrapassando o formalismo das competências, para o qual o direito deve produzir o direito a cada patamar da pirâmide jurídica, e apenas aí. Não só a forma do direito expressa a estrutura de um conteúdo, como também precisa da justificação que lhe é dada pela razão prática (GOYARD-FABRE, 2012, p. 1.090-1.091, 1.093).

Por isso, como o conceito de pluralismo jurídico desdobra, a legitimidade tem suas fontes na lei (entendida como “a legalidade jurídica”), de modo a esta “levar em conta, por um lado, a factualidade empírica associada à efetivação e até à eficácia das normas e, por outro, os ideais metajurídicos dos fins e dos valores” (GOYARD-FABRE, 2012, p. 1.093).

Há, igualmente, um “pluralismo de legitimidades”, e a vida em sociedade se desenvolve em um mundo de normas, das quais se acredita estar livre quando na realidade está-se “em uma rede muito espessa de regras de conduta que, desde o nascimento até à morte, dirigem nesta ou naquela direção as nossas ações” (GOYARD-FABRE, 2012, p. 1.093; BOBBIO, 2001, p. 23-26).³⁵¹

O mundo, afinal de contas, não sendo unidimensional, possui uma amplidão “de preceitos religiosos, regras morais, sociais, costumeiras, regras daquela ética que é a etiqueta, regras da boa educação, etc.” — regras, enfim, que alcançam a relação do ser humano com deidades, com seus semelhantes e consigo mesmo e a diversidade de grupos sociais a que obrigatoriamente está ligado, de modo direto ou não, dentre os quais a Igreja, o próprio Estado, a família, as associações que têm fins econômicos, culturais, políticos

³⁵¹ Havia aí um sabor, neste último trecho, de Bobbio, perfeitamente neocontratualista, rousseauiano (aliás, que perpassa toda a obra de Rousseau), contida na ideia “de que o homem pode aperfeiçoar-se pela razão, em consonância com sua própria natureza [...]” ou, em conformidade com o início de *O contrato social* [1762], a lapidar oração “O homem nasce livre, mas por toda parte se encontra aguilhoado” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 20, 78).

ou simplesmente recreativos. “Cada uma dessas associações se constitui e se desenvolve através de um conjunto ordenado de regras de conduta” (BOBBIO, 2001, p. 26).

A insistência na legitimidade do poder e, em conexão, no Estado e no Direito, não serve aqui de extravio da crítica sociológica à obra merquioriana, pois, se bem analisada, a conexão de sua trajetória na ordem do plano pessoal, inter-relacionando-a com a sua produção, permite aclarar um ponto dissimulado em sua obra: graduado em Direito, licenciado em Filosofia, a sua linha de trabalho obedece, no domínio de sua totalidade, ao trinômio *fato—norma—valor*, objetos respectivos da sociologia, do direito e da filosofia, na Teoria Tridimensional do Direito³⁵² de Miguel Reale.³⁵³

Para Reale (2001, *passim*), a experiência jurídica triparte-se em sua estrutura e natureza nos aspectos essenciais *normativo*, *axiológico* e *fático* (os quais não são independentes, porque autônomos, e não separáveis, vez que distintos entre si, porquanto interdependentes) e deve ser considerada em termos de sua realidade cultural.

Por isso essa perspectiva também já foi designada por Merquior (1990c, p. 7) “culturalismo jurídico” de origem idealista (contudo dotada de “pensamento conjetural”) e igualmente pertencente ao campo do “historicismo axiológico”, abordagem praticamente paradigmática em doutrina, a partir do qual o Direito, na sua dinamicidade e modelo ético-funcional, não pode ser considerado como uma ciência pura, desligado do mundo sensível, mas unidade resultante da incidência dos valores, numa “nomogênese jurídica” (ou “legal”), sobre os fatos e por qual processo a sociologia atua (REALE, 2001, p. VI, IX, 60, 62-63, 93, 107, 160, 175, 188, 222, 242, 278, 283, 317, 348).

Nesta linha de pensamento em torno da realização de uma teoria da legitimidade na obra merquioriana (a partir de interlocuções e de um aprofundamento de caráter polissêmico da categoria, não somente vista em termos políticos, nem jurídicos), dois dos últimos artigos publicados em vida por José Guilherme Merquior (1990c, p. 7; 1991b) tratam do pensamento de Miguel Reale, pelos quais o diplomata brasileiro reconhecia o seu “pensar humanístico” de “consistência intelectual”, em nada filiado a “capelas sectárias empanturradas de jargão mistificante”.

Agradaria à crítica merquioriana a não classificação, na teoria realiana. Para Merquior (1990c, p. 7), Reale estaria longe do epigramático e ideologicamente pendente para uma ou outra ideologia desde pelo menos o ano de 1963, quando publica *Pluralismo*

³⁵² Também designada “teoria institucional”, “histórico-cultural” ou “tridimensional do ordenamento jurídico” (REALE, 2001, p. 183).

³⁵³ Jurista, professor universitário, reitor, escritor e filósofo paulista, nascido em 1910 e falecido em 2006.

e liberdade, entre cujas afirmações sustentava, em plena corrida Estados Unidos *versus* União Soviética, o “cansaço das ideologias” (ou, consoante o próprio Merquior, “lúcida valorização do pluralismo, espinha dorsal do [seu] liberalismo”, da sua “democracia social, social-liberalismo”).

Para Merquior, a legitimidade se traduziria numa categoria fundamental para a melhor compreensão da modernidade, não somente em seu aspecto político ou jurídico mas também cultural e social, em cujos planos se reconhecessem não somente hábitos arraigados pela concentração das análises da “sociologia holística da cultura” em “aspectos *institucionais*”, bem como condutas que se revelam pela exploração dos “subterrâneos misteriosos [sic] da vida social latente ou censurada” ou nas “normas santificadas, dos mores³⁵⁴ oficiais e do comportamento esperado”; seria, “acima de tudo, um efeito produzido pela vinculação, de toda experiência dada, a símbolos portadores de autoridade pela sua incorporação de valores centrais de uma dada cultura”. E entre os “vários mitos da legitimidade”, era preciso sobrelevar o “preconceito do privilégio” e da “autoridade” — pois “*se não pode haver autoridade sem consentimento, não pode existir consentimento sem legitimidade*” —, e reconhecer que a cultura e a ideologia operam simultaneamente na construção do conceito, pois estão longe de ser meros epifenômenos, mas possuem “definitivamente uma função social” e não raramente atuam “como força ativa na sociedade”, em (mais antropologicamente) “termos comportamentais” e nos (sociologicamente) “conjuntos de ideias profundamente mergulhados no processo social”, uma vez que há o “enraizamento social das ideias” (MERQUIOR, 1997 [1979], p. 1, 25, 37-38, 42, 71).

Merquior, a contar, pois, da entrada dos anos 1980, procura suavizar a prosa, jogar com trocadilhos, apresentar as fontes com maior sobriedade e — “aquém do jargão, mas além do chavão” (em sua própria observação) — fundamentar o *idearium* social-liberal da última fase de seu pensamento. Para tal, seria preciso mesmo considerar “tanto o saber quanto a história — a lógica do conhecimento e a lógica da experiência”, em que, para levar em conta seu real peso, o fenômeno do poder passaria obrigatoriamente pelas “metamorfoses da ideologia da legitimidade” e pela “transformação do conceito de

³⁵⁴ Merquior alude ao conceito introduzido pelo sociólogo americano William Graham Sumner (1840-1910). Os “mores” seriam as maneiras, os costumes, os usos, o hábito comum produzido pelos membros de grupos sociais de maneira repetida e frequente a partir de uma “força social” partilhada, a que chamou “folkways”, título, aliás, de seu mais famoso livro (SUMNER, 1906). Para Sumner, a vida da sociedade consiste em criar e aplicar *folkways*. A ciência da sociedade deve ser entendida como o estudo desta categoria. Cf. também Scott (2008, p. 180-182).

cultura”, assim como, historicamente, pela “dessacralização e (de)limitação do poder”, sem ser apenas “epigônico” em relação à herança liberal, “mas sim capaz de compreender e incorporar o próprio enriquecimento das liberdades no universo contemporâneo, particularmente em sua dimensão mais dinâmica — os direitos sociais” (MERQUIOR, 1983a, p. 11-12).

Os fundamentos do programa social-liberal precisavam, assim, antes de serem lançados, fundar-se no amplo conceito de legitimidade e em sua problemática. O significado do social-liberalismo, que seria, a contar da virada dos anos 1970 para os anos 1980, defendido por Merquior — tema do último capítulo desta tese —, deveria abarcar os universos “psicológico, ético e histórico da liberdade, numa linha que se põe em desdobramento, e não superação, da grande tradição do pensamento liberal”, que trabalharia “em serena luta contra todo tipo de superstição política: desde aquela que diviniza o *status quo* até aquela que, sabotando as instituições em nome da teologia da revolução, só consegue fazer a sociedade regressar na tarefa de conter e aperfeiçoar o fenômeno do poder” (MERQUIOR, 1983a, p. 12).

“Em qualquer época, dentro de cada sociedade, encontra-se pelo menos uma *retórica de justificação das estruturas de poder e das ordenações normativas*” — por isso, o fundamento de uma plataforma política dentro da visão de mundo social-liberal não poderia prescindir da incontornabilidade da pluridimensionalidade legitimadora que ia das “formas do governo e das leis, como [também até] certos códigos de conduta e padrões de comportamento: a dimensão ‘cultural’ da legitimidade”, em que se sucedem “tipos históricos de legitimidade” e a que se ligam “modificações de porte na tecnologia, sistema de produção, estrutura social, formas de dominação e ideologia” (MERQUIOR, 1983a, p. 157).

Seria preciso, pois, considerar todos os elementos sociais e mesmo psicológicos na constituição e influência da categoria da *legitimidade* (ou *legitimação*). Etimologia e conceituação, apresentadas por Merquior (1990a [1980], p. 2) em seu livro mais acadêmico (a tese sociológica *Rousseau and Weber*), merecem a transcrição textual, dada a sua relevância; ademais, a sua importância igualmente histórica:

A teoria da legitimidade origina-se da filosofia do direito. Em latim clássico, a palavra *legitimus* significativa apenas “legal, em conformidade com as leis”. Cícero usa as expressões *legitimum imperium*, *potestas legitima*, para referir-se ao poder e aos magistrados constituídos legalmente. O *De officiis* (III, 108) distingue o inimigo legítimo (*legitimus hostis*) do salteador ou do pirata, porque com o inimigo legítimo se assinam tratados, que são uma espécie de documento legal. Ao que parece, os antigos gregos tampouco possuíam um

termo específico para designar o que era legítimo (contrapondo-se ao que fosse legal). O termo *nominon* significava simplesmente “legal”. A darmos crédito ao relato de Xenofonte (*Memorabilia*, IV, 4), Sócrates, certa vez, teve bastante trabalho para convencer Hípias de que aquilo que era legal (*nominon*) era também justo (*dikaion*) (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 2).

“Com a Idade Média foi que o conceito de legitimidade aproximou-se decisivamente da experiência de poder”; porém o que já salta à vista é que se o termo figura para a designação do inimigo legítimo com os quais se assinam tratados (para a reflexão merquioriana, “uma espécie de documento legal”), pelo que o seu conteúdo semântico já quer transparecer a sua base jurídica. Do mundo antigo (com o regime de governo direto da democracia da ágora³⁵⁵) ao mundo medieval (quando o uso do termo traduzia o governo pessoal dos tiranos locais pela autoridade imperial como agentes detentores do poder em longa familiaridade pelo poderio de representação dos imperadores e dos papas), “A necessidade prática de justificar tais delegações de autoridade estimulou a análise teórica da validade do poder, ou da legitimidade” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 2).

Nesse “dealbar³⁵⁶ da teoria da legitimidade” com Santo Tomás de Aquino³⁵⁷ ou Bartolo di Sassoferrato,³⁵⁸ no século XIV, passa-se a conhecer a distinção do duplo tipo de tirania a partir dos termos desabonadores *ilegalidade* e *ilegitimidade* ou *legitimidade a contrario* (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 2-3, 13). Mais uma vez a noção de legalidade se coadunava ao teor em muito de si jurídico.³⁵⁹

Segundo Merquior, Guilherme de Occam³⁶⁰ sustentou que a legitimidade estava para “aquilo que atinge a todos tem de ser aprovado por todos”. Este consentimento popular estará também a seu modo presente na teoria de Marcílio de Pádua³⁶¹ ou, já no século posterior, em Nicolau de Cusa³⁶² (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 3).

³⁵⁵ Do grego, *Agora*: praça pública; assembleia de povo na praça pública.

³⁵⁶ Alvorecer.

³⁵⁷ Frade católico italiano e autor de obras teológicas e filosóficas, nascido em 1225 e falecido em 1274.

³⁵⁸ Um dos mais notáveis juristas medievais, nascido na Itália em 1314 e falecido em 1357.

³⁵⁹ O que não será à toa, como se viu, tendo em vista que modelos explicativos do conceito de norma legítima estarão presentes tanto no logicismo formal do jurista checo-austíaco Hans Kelsen quanto na filosofia analítica do direito e política do jurista inglês Herbert Hart).

³⁶⁰ Frade franciscano, filósofo, lógico e teólogo escolástico inglês, nascido em 1285 e falecido em 1347.

³⁶¹ Filósofo, pensador político, médico e teólogo italiano, nascido em 1275 e 1343.

³⁶² Um dos primeiros filósofos do humanismo renascentista e cardeal alemão, nascido em 1401 e falecido em 1464.

Dos séculos XVI ao XVIII, com os primeiros filósofos políticos — a exemplo de Hugo Grotius,³⁶³ Thomas Hobbes,³⁶⁴ Samuel von Pufendorf³⁶⁵, John Locke³⁶⁶ e Montesquieu³⁶⁷ — alcança-se o nome de Jean-Jacques Rousseau, objeto da tese de doutorado de Merquior em Sociologia, cujo tema abordaria — conforme já referido — a teoria da legitimidade em um estudo comparado com a perspectiva weberiana (1990a [1980], p. 3, 13).

Uma das exposições críticas de Merquior (1990a [1980], p. 4-5) ao conceito de *legitimidade* é o de “convicção”, para ele noção algo “subjetivista” pela sua própria nomenclatura. Todavia, se entendida como “o resultado da confiança que os governados depositam nos governantes”, esta “tônica fiduciária”³⁶⁸ estaria plenamente de acordo com a noção política legítima.

No entanto, de outro lado da discussão, agora num plano, diga-se, “objetivista”, Merquior (1990a [1980], p. 6) apresenta uma acepção mais aberta, a qual se vai interpondo quando a axiologia compõe o conceito prático de legitimidade: “Um governo só será legítimo se, e somente se, os resultados da ação governamental forem compatíveis com o conjunto de valores da sociedade”.

A crítica aos dois olhares é empreendida por Merquior (1990a [1980], p. 6) nos seguintes termos:

Nota-se que, enquanto na concepção subjetivista se acentua o plano *político*, com nítido enfoque da relação governantes/governados, na abordagem objetivista, a ênfase passa do aspecto político para o *sociocultural*. São os valores sociais que mais importam nesta abordagem, não tanto a experiência do governo. Aliás, a teoria da legitimidade como símbolo dos valores sociais emerge inicialmente (na obra de Karl Deutsch³⁶⁹) sob a influência de Talcott Parsons, que muito exaltou o papel dos valores nos “sistemas sociais”.

O propósito dos objetivistas era afastar a análise da legitimidade do fluxo da opinião pública. Eles julgavam, corretamente, que, apesar de todo o seu louvável “democratismo”, esta forma plebiscitária de encarar a legitimidade (a legitimidade, segundo Renan,³⁷⁰ é um “plebiscito cotidiano”) acaba convertendo-a em noção vazia, facilmente assimilável às mais superficiais disposições da mente coletiva. No entanto, o resultado da teorização objetivista parece, por sua vez, levar a nada menos que um beco sem saída. Desemboca num intratável enigma: como atribuir valores a grupos sociais a partir de uma

³⁶³ Jurista holandês, fundador da área do Direito Internacional, nascido em 1583 e falecido em 1645.

³⁶⁴ Matemático, teórico político, filósofo inglês e autor de *Leviatã* (1651), nascido em 1588 e falecido em 1679.

³⁶⁵ Jurista e barão alemão, nascido em 1632 e falecido em 1694.

³⁶⁶ Filósofo e ideólogo britânico, considerado precursor do liberalismo e do empirismo, nascido em 1632 e falecido em 1704.

³⁶⁷ Filósofo e barão francês, autor de *Espírito das leis* (1748) e da proposta de divisão do Estado em três poderes, nascido em 1689 e falecido em 1755.

³⁶⁸ Referente ou inerente a confiança, ou que a revela.

³⁶⁹ Cientista político checo, nascido em 1912 e falecido em 1992.

³⁷⁰ Ernest Renan (1832-1892): escritor, filósofo, teólogo, filólogo e historiador francês.

base empírica convincente? Aqueles que conhecem a dificuldade de inferir a crença em valores a partir de preferências declaradas, apuradas em pesquisas de opinião, têm o direito de manifestar ceticismo diante de qualquer otimismo superficial no que se refere à atribuição de valores ao corpo social. Portanto, a abordagem objetivista representa um risco, por dois motivos: estabelece uma distância prejudicial entre nosso arsenal conceitual e a efetiva experiência política da legitimidade; e tudo que consegue colocar no lugar da superficialidade da análise subjetivista é uma série de pressupostos incomprováveis sobre comunhão de valores numa dada sociedade (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 6; grifo nosso).

Para Merquior (1990a [1980], p. 6), tudo girava, porém, em torno da “crença” diante do poder. Não havia, pois, para ele necessariamente uma ligação entre crença e uma interpretação subjetivista em termos psicológicos da justificação da legitimidade, mas seu aspecto *social*, “um aspecto vivencial primordial da legitimidade, e, como tal, o próprio fundamento lógico do componente de confiança que mencionamos alguns parágrafos atrás”.

Merquior (1990a [1980], p. 7) havia ido buscar os fundamentos de crença (*Glaube*) para a legitimidade na obra de Max Weber, como bem o reconhecesse, em honestidade intelectual:

É neste ponto que encontramos Max Weber, um dos dois protagonistas de nossa história [a sua segunda tese de doutorado; esta, em Sociologia]. Conforme será discutido detalhadamente [...], Weber é o defensor por excelência da legitimidade como sendo, acima de tudo, uma questão de *crença* [...]; de modo que estudar sua teoria de legitimidade é uma das melhores formas concebíveis de investigar o significado do valor de toda uma escola de pensamento sobre o assunto (1990a [1980], p. 7).

A área sociológica mobilizada em suas ferramentas heurísticas por Merquior (1990a [1980], p. 7) será, segundo ele, “o domínio de sociologia política *histórica*”, uma vez que, justificava-se,

A taxinomia histórica [a história do conceito de legitimidade] resultante, referente aos tipos de justificação de legitimidade fornecidos historicamente, logo se integrou ao estoque corrente da macrosociologia, disciplina amplamente baseada em generalizações oriundas da subordinação dos registros históricos ao método comparativo (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 7).

Conjuntamente, Merquior (1990a [1980], p. 7) explicitava, ainda de sorte metodológica, que “nenhuma teoria baseada nas alegações dos governantes poderá servir como uma descrição empírica satisfatória da legitimidade”.

A tese que seria sustentada pelo doutorando era a de que a Rousseau havia faltado um pouco mais de liberalismo, ao passo que a Weber, democratismo. Sobre este último autor, inclusive, chegaria a registrar que durante a sua análise sociológica da legitimidade

na teoria weberiana famosa, tricotômica (legitimidade tradicional, carismática e legal-racional), “claramente centrada no governante”, não havia um pleno contentamento quanto ao esclarecimento da questão. Sua proposta era a de não focar a legitimidade tomando partido exclusivo numa perspectiva política (“objetivista”), como se viu, ou simplesmente sociocultural (“subjativista”), e sim conciliadora a partir dos elementos teóricos fornecidos tanto pelo autor de *Contrato social* (1762) quanto pelo de *Economia e sociedade* (1922). A esta conciliação teórica entre as duas perspectivas chamaria *crática*,³⁷¹ ou seja, “consiste em conceituar a legitimidade em termos de *poder* [...], para distingui-la da abordagem a partir da ‘crença’, seja subjativista ou objetivista [...]” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 7-8).

Num primeiro esboço, obtinha-se o seguinte quadro dos dois autores a serem abordados:

Ora, em toda a história da teoria social, ninguém mais do que Rousseau esteve tão intimamente comprometido com a defesa da autoridade legítima, constituída como poder fundado na total liberdade de consentimento. Poderíamos, portanto, afirmar que, sempre que abordagem “crática” da legitimidade conservar um interesse adequado pela *validade* do poder aos olhos dos governados idealmente livres, provavelmente a influência de Rousseau na análise será grande. Assim como Weber é, por excelência, o analista da legitimidade na sua dimensão de crença, Rousseau produziu o paradigma da análise da legitimidade no nível *normativo* da relação de poder. O primeiro foi o maior anatomista das justificativas oferecidas pelo próprio governo; o outro, o supremo legislador da autoridade legítima delineada em favor dos governados (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 10).

Como reinvidicação histórica e ideal político, a legitimidade, por conseguinte, se dividia em duas visões complementares: a do governo e a do governado. Merquior (1990a [1980], p. 10-12) irá reconhecer a emergência da teoria social — numa recensão das origens do ambiente intelectual no interior do qual se enunciou a adequada problemática teórica da legitimidade — já em Platão, em Maquiavel, em Marcílio de Pádua, em Hobbes, Montesquieu, Locke, Francis Bacon³⁷² e Immanuel Kant; ele assumirá a defesa de que foi o advento do Iluminismo,³⁷³ desde os séculos XVII e XVIII, o responsável pelo “reconhecimento de que os problemas sociais são males e deficiências provenientes de instituições criadas pelo homem, e, por isso mesmo, reformáveis através da intervenção da razão crítica”.

³⁷¹ Do grego “Kratos”: *domínio*, poder.

³⁷² Político, filósofo, ensaísta e visconde inglês, nascido 1561 e falecido 1626.

³⁷³ Também designado por Merquior (1990a [1980], p. 12) nas tradições por Nação: as “*Lumières* francesas”, o “*Enlightment* inglês” e a “*Aufklärung* alemã”.

Longe de parecer um panorama inútil e diletante, o esforço merquioriano deseja demonstrar haver uma ligação do movimento das Luzes com a legitimidade, quando esta passa por uma reformulação de seu conceito a partir da *dessacralização* do poder. A legitimidade, assim, ganha um tom *secular*, cuja abordagem moderna da política deve-se a Maquiavel (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 11-14).

O século XVIII é marcado pelo trato da legitimidade de maneira explícita, e Rousseau desponta como “nenhum outro teórico social da época”, a conseguir “simultaneamente aguçar e desdobrar tanto uma perspectiva crítica sobre as formas e dimensões da validade na vida social”, pois “ninguém expressou de modo mais radical e abrangente a crítica social que inspirou o Iluminismo”, sobretudo a tese a respeito da natureza humana de que esta “não era imperfeição inata ao homem; provinha da degeneração da vida social”: “O ‘grande princípio’ subjacente a todas as obras de Rousseau, segundo ele mesmo afirmou no início de *Émile, ou da educação*, corresponde simplesmente ao seguinte: a natureza fez o homem bom e feliz; a sociedade, por outro lado, o corrompeu e o desgraçou”. “No fundo o intento de Rousseau não era tanto afirmar a bondade inata do homem, mas negar sua perversidade intrínseca”³⁷⁴ (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 17-18).

Portanto, Rousseau se apoia em “origens sociais” para a explicação da natureza humana, divergindo de Hobbes e Locke e mais se aproximando, neste caso, das ponderações de Montesquieu:

Nestas condições, suas premissas implicavam, como se sabe, a rejeição da opinião de Hobbes sobre a condição humana. Deve-se, porém, observar que a teoria social do século XVIII, mesmo antes de Rousseau, já refutara a antropologia sombria do *Leviatã*: o primeiro tomo de *O espírito das leis* (obra tão influente quanto a de Hobbes, e com a qual Rousseau estava mais familiarizado) já deixava de lado a ideia de que houvesse no homem uma agressividade natural, e procurava demonstrar que essa agressividade era fenômeno *social*, antes que meramente humano (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 18).

Em Rousseau a moralidade pressupunha a vida social. Daí por que o ser humano era uma construção histórica deste viver em sociedade, e seu estado natural nada mais

³⁷⁴ É visível o paralelo aqui de negação do pessimismo social dos frankfurtianos através do contratualismo. Sob este aspecto é que Merquior se autodeclarará um “racionalista” e um “neoiluminista”: “Doa a quem doer, permaneço um racionalista — embora firmemente convencido de que o único racionalismo consequente é o que se propõe, não a violentar o mundo em nome de seus esquemas, mas apreender em seus conceitos, sem nunca render-se ao ininteligível, sem jamais declarar o inefável, a essência de toda realidade, ainda a mais esquivada, mais obscura e mais contraditória” e “Meu trajeto ideológico foi passavelmente errático até desaguar, nos anos oitenta, na prosa quarentena de um liberal neo-iluminista” (MERQUIOR, 2013b [1965], p. 19-20; 1991a [1986], p. I).

seria, conforme apresentado no prefácio do *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens* [1755], que uma “‘hipótese’, um artifício conceitual, régua e compasso que nos possibilitam ‘formar uma opinião adequada sobre nosso estado atual’ e ‘avaliar a extensão da depravação humana’” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 18-19).

Desta sorte, a justiça seria, tanto quanto a maldade, “alguma coisa essencialmente social”. E não poderia ser distinta a análise sobre a teoria da legitimidade: suas nuances eram determinadas pela vida dos homens na sociedade, na qual estes seriam os verdadeiros responsáveis “pela desigualdade e pela injustiça”. “Em suma, [Rousseau] defendia a tese de que somente a sociedade tinha poder para desfazer aquilo que ela mesma fizera” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 19).

Na busca de uma conceituação rousseauiana para a legitimidade, pode-se apontar a categoria da *vontade geral* (*volonté générale*) como a finalidade do *pacto social* “firmado” pelos seres humanos em sociedade, de base na autoridade da lei. A princípio, a autoridade “natural”, isto é, paternal; depois, a autoridade como “justa reivindicação dos ricos”; mais adiante, a autoridade “como resultado de uma conquista (o poder gera direito)”; por fim, a autoridade “como resultado da legitimação pelo tempo daquilo que foi originalmente usurpação (‘prescrição’, decorrente de um consentimento tácito prolongado)”. Merquior (1990a [1980], p. 19-20, 63) continuará então o argumento de uma maneira perspicaz para o nascedouro da legitimidade moderna:

Ora, aos olhos de Rousseau, nenhum desses fatores pode *justificar* a obediência política. Nem o tempo, nem a natureza, nem a força, nem o poder econômico produzem um direito genuíno e uma obrigação válida. Por conseguinte, a fonte de toda autoridade legítima deve se encontrar noutra parte: exprimir-se em *pacto* espontâneo, única forma determinada, não pelo medo meramente disfarçado de voluntária obediência, mas pelo sentido do “interesse comum”. É impossível expor essa meta de forma mais clara: trata-se da justificação da ordem política, o estabelecimento racional de um princípio de legitimidade. O que implica nada menos do que “fundar o estado sobre sua base” (Livro IV, Cap. 9).

A posição de Rousseau na história das ideias sobre a legitimidade radica exatamente nesta forma especial de delimitação de fundamentos. A estrutura lógica de seu raciocínio resume-se no seguinte: a sociedade justa devia constituir-se de modo que seus membros não necessitassem recorrer aos “direitos naturais” contra a iniquidade da lei positiva. Em outras palavras, a própria lei real deveria coadunar-se aos ditames da justiça. Ora, aquelas leis *na elaboração das quais todos os cidadãos participassem*, poderiam, a princípio, mesclar legislação positiva com a racional, uma vez que o produto de legislação tão livre e igualitária muito provavelmente materializaria o interesse comum, que corresponde à justiça. A “vontade geral” equivale exatamente ao interesse comum apurado numa elaboração de leis livre e igualitária. Por conseguinte, a “vontade geral” é o objetivo legítimo, bem como o resultado, de um contrato social. A vontade geral é o *telos* natural do pacto social.

[...] Preenchendo a lacuna entre a lei positiva e o direito natural, o contrato social, expressando a vontade geral, também opera no sentido de obter a

liberdade e a igualdade — estado que, no pensar de Rousseau, equivaleria à libertação em relação à dependência e à opressão (MERQUIOR, 1990a [1980], p.20-21).

Para Merquior (1990a [1980], p. 23), Rousseau estabelecera “uma dialética entre soberania e governo, ou melhor, *legitimidade e poder*; num ponto médio estaria o povo, com sua vontade geral, mas com a admissão de que a democracia perfeita é “impossível” de existir, porque isso “implicaria algo não factível, ou seja, que o povo fizesse política em tempo integral”.

As interpretações de Rousseau até então — entre equívocos conflitantes e avaliações unilaterais — haviam sido as mais díspares. Desdém, mutilação, reprovação, epítetos, condenações fazem parte do rol de críticas ao autor. Acusá-lo-iam tanto, de um lado, de “pai do anarquismo romântico, culpado pelo irresponsável afrouxamento da disciplina social”, quanto, por outro, de haver sido “o primeiro apologista do *cerceamento* da liberdade, o apóstolo do igualitarismo não-liberal” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 37-38).

A abertura de Rousseau, contudo, para o coletivo no concernente à autoridade era uma relação que, se passava pela democratização por meio da legitimidade, não chegava a ser radical, uma vez que, além de improvável como fato, a democracia ideal (ou pelo menos exagerada) tocava o descontrole legal na sua organização política moderna; e Rousseau era “o homem que reverenciava assembleias populares mas temia seus ‘longos debates, discórdias e tumultos’, sintomas da emergência dos interesses particulares e do declínio do estado”, conforme registrou no capítulo 2 do quarto livro de *O contrato social* (para Merquior, “o mais dedicado à questão institucional”) (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 43, 46, 62, 71-72).

Desta forma, Rousseau se apoiaria na consideração de três tipos de liberdade: a liberdade *natural*, ainda em estado *amoral* ou da natureza; a liberdade *civil*, determinada pela vontade geral, isto é, pelo contrato social; e finalmente a liberdade *moral*, que “nada mais é que a disposição de acatamento às regras auto-impostas” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 46).

A teoria da legitimidade democrática rousseauiana deixa entrever que o “coração da teoria da legitimidade política” estaria na “ideia de *democracia participativa*”. E a isto se junte também que a *vontade geral* opera por mecanismos alta, necessária e constantemente dinâmicas, pois “tem que ser” — segundo Merquior (1990a [1980], p. 61) — “dinamizada pela constante participação individual na política de soberania [...]”.

Em meio a essas sustentações, um ponto cardeal é destacado por Merquior (1990a [1980], p. 62-63): “A democracia direta é o único instrumento capaz de assegurar regularidade ao exercício da liberdade responsável no sistema da cidadania universal”, no entanto as ideias rousseauianas circunscrevem a máxima de que é preciso maximizar a participação democrática, mas sob controle do estado. Por isso Merquior jogará com o sumário: “Rousseau seria inestimável como teórico dos movimentos democráticos, mas induziria ao erro enquanto teórico do *estado* democrático”; daí que, talvez, “Os amigos da liberdade têm, portanto, todas as razões do mundo para manter este visionário a uma distância segura” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 43-44, 63).

Merquior (1990a [1980] p. 66-67) procuraria “o mais decisivo dos argumentos para situar a participação democrática no próprio âmago da teoria rousseauiana da legitimidade”:

[...] *a vontade geral é também necessidade histórica*. [...] o declínio da lei consuetudinária e sua crescente superação pela lei estatutária não pôde deixar de afetar a concepção humana da legitimidade. O crescimento da lei estatutária prepara inevitavelmente o homem para considerar o sistema normativo como sistema *humano*, não mais procedente de alguma remota origem “sagrada”. Ora, na medida em que as normas eram, pela tradição e pelo costume, apenas umas poucas regras supostamente imutáveis por causa do seu caráter sagrado, não parecia haver qualquer tensão entre obrigação e justiça embutida na ordem normativa da sociedade. Pelo contrário, tão logo começam estas regras a viver num ambiente social em que as atividades econômicas se alargam, a tecnologia se expande e multiplicam-se os papéis sociais, ocasionando o acréscimo sem precedentes do exercício do controle social, ocorre uma notável intensificação da atividade legislativa: as pessoas são levadas a descobrir que a lei é feita pelo homem, e inclinam-se, em consequência, a avaliar e a questionar a legitimidade das normas existentes. “Quanto mais as pessoas distinguirem entre lei e justiça, mais elas se preocuparão em que a lei seja justa”.

Como consequência lógica, esta nova propensão a indagar sobre o caráter mais profundo da legalidade da lei desdobra-se numa tendência para questionar o caráter da própria obrigação política; pois quando se começa a encarar a lei como mutável obra do homem, então se é quase automaticamente levado a indagar por que deve alguém curvar-se à vontade de outrem — no caso, à vontade dos governantes. Assim, o novo sentido de (i)legitimidade normativa compreende, desde o início, o desenvolvimento de uma nova atitude, potencialmente crítica, com relação à legitimidade *política*.

Já vimos que o nascimento da teoria da legitimidade política decorreu da passagem do governo direto para o governo representativo; vemos agora que a emergência da legitimidade legal liga-se genericamente ao recuo do papel regulador do costume e à emergência da supremacia da lei. Caracteristicamente, toda a tradução contratualista na moderna filosofia política resulta da tentativa de lidar com o *problema da justificação da obrigação* — problema o qual a incipiente mudança na relação entre lei e costume acrescentou uma amplitude e acuidade para as quais nem os teóricos políticos da Antiguidade nem os da Idade Média poderiam atentar. A doutrina rousseauiana da vontade geral merece ser considerada como o mais profundo dos empreendimentos teóricos neste contexto, já que a sua é *a única teoria do contrato social que iguala lei legítima e vontade pública*. Rousseau é o único pensador que aceita integralmente *tanto* o caráter humano da normatividade moderna *como* suas implicações relativas ao universo da obrigação política.

Se considerarmos este contexto histórico, torna-se fulgurante a inerência da ativa participação democrática ao conceito de vontade geral. Apenas a maximização do acesso à atividade legislativa poderia satisfazer uma teoria da legitimidade preocupada em estabelecer um tipo de obrigação que levasse a sério as consequências igualitárias decorrentes da mudança de concepção das normas sociais.

Pequena distância guarda esta concepção da atividade legislativa em relação àquilo que estudos recentes denominam o *anarquismo* de Rousseau: sua forte tendência a considerar o governo como simples agência encarregada da administração das leis leva-o a anelar por alguma espécie de lei capaz de *eliminar* e não apenas *limitar* o governo político. Para as pessoas habituadas ao convívio com a lei, mais do que com seu temor, o governo é algo bem menos sagrado que a própria lei. A dessacralização das normas sociais implica uma desdivinização *a fortiori* do *status* dos governantes e de suas funções oficiais (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 66-67).

Portanto, “não atribuíamos a Rousseau os ídolos que ele não venerou — seu estado nada mais é que o império da liberdade sob a lei”. Igualmente, a interpretação de Rousseau “jamais pretendeu derivar *toda a sociedade* de um contrato. Apenas a sociedade *civil*, asseada nas leis conscientemente feitas pelo homem em contraposição aos costumes, que são gradualmente desenvolvidos, demonstra sua origem contratual”. Por isso que esta “distinção confere grande autoridade à conexão que traçamos entre o princípio da vontade geral e a emergência histórica de uma nova percepção da natureza da norma social”. O que equivale a complementar que as normas sociais agora eram mediadas “por uma série de suportes sociais” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 67, 70-72).

Após uma investigação minuciosa da obra rousseauiana em seu pensamento político, em sua reflexão religiosa, na sua proposta pedagógica, em suas linhas literárias e no modelo autobiográfico que paradigmaticamente cunhou, Merquior (1990a [1980], p. 17, 73-82) lança-se o desafio de, no estudo da teoria da legitimidade democrática, enumerar as linhas de força dos méritos do *philosophe*: Rousseau havia tido “[1] perspicácia psicológica, [2] excelência política, [3] sagacidade sociológica, [4] validade histórica e [5] solidez cognitiva”. (1) Perspicácia psicológica, porque entrelaçara “o sentimento do dever e a experiência da liberdade”. (2) Excelência política, porque, além de se definir como o primeiro teórico da democracia, a vontade geral rousseauiana, no seu dinamismo secularizado, retroalimenta-se pela ideia de que é necessária a “contínua relegitimação de si mesma pelo constante apelo à participação democrática” que, não sendo possível na sua idealidade, era ao menos *perfectível* — de *perfectibilidade* — na sua realidade construtiva. (4) Validade histórica, pela própria eficácia sentida no social, bem assim pela dinamicidade de sua proposta de democratismo, em “adequabilidade do princípio da participação democrática ao tipo de sociedade a que chegamos a viver”, *i.e.*, uma teoria da legitimidade contextualizada no seu momento presente e *estatuída* pelos

próprios seres humanos. (5) Solidez cognitiva, que também se pode chamar “epistemológica”, pela ausência obrigatória de uma finalidade para a liberdade — que não ela mesma enquanto *finalidade sem utilitarismos* — garantida pela vontade geral protetiva. E, deixado propositalmente para o último desenvolvimento, a (3) sagacidade sociológica, a qual consistiria, na “*acuidade sociológica*” rousseauiana “relativa às condições de liberdade”:

Se definirmos a liberdade política como a primeira e a mais importante das faculdades de que dispomos, nós e nossos semelhantes, para controlar uma porção significativa do destino da sociedade em que vivemos, podemos então dizer que, ao dramatizar a hipótese da perda de controle pelos homens de seus interesses sociais, Rousseau elaborou uma doutrina da liberdade inteiramente sensível às precondições sociológicas desta liberdade — assim como vigorosamente crítica de sua inexistência.

O cerne desta crítica social é a preocupação com a desigualdade. Até o advento de Rousseau, concebia-se a desigualdade, de uma maneira geral, como fruto da corrupção. Esta a crença que os Padres da Igreja legaram ao pensamento social tradicional: a injustiça era encarada como punição do pecado. Rousseau veio a ser o principal proponente da inversão deste conceito: com ele, a desigualdade passou a ser considerada como a *causa* do mal, não sua consequência (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 76-77).

Por essa razão, finalmente, “Rousseau praticou a mais geral e a mais radical crítica social do Iluminismo”. Ele “substitui a desigualdade física, semeada pela natureza entre os homens, pela igualdade moral e *legítima*”. “[...] a situação social não era apenas um atributo imutável”, pois Rousseau se junta ao nome dos “pensadores modernos” cujos argumentos “chegaram a reconhecer que a liberdade política implicava um conjunto *problemático* de precondições sociais. A não ser que estas fossem alcançadas, a liberdade não passava de ficção” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 77-78).

Nestes anos de experiência londrina e de aprofundamento teórico e início da exposição pública em textos de seu ideário social-liberal, começava a se delinear o caminho intelectual que Merquior percorreria após uma fase aparente e mais caracteristicamente estético-cultural de artigos, livros e comunicações; é de supor, logo, que tenha encontrado, precisamente, na categoria da *legitimidade* uma fundamentação para os fins políticos de sua concepção de *liberdade*. Para quem com cuidado releia as primeiras páginas da edição brasileira de *Rousseau e Weber* (1990a [1980], p. [xv]) deparará com uma passagem reveladora epistemicamente, quando o próprio doutorando, além de registrar a influência (como se viu no início do capítulo anterior desta tese) do clima francês de Maio de 1968, expunha com critério de sinceridade científica a sua

dívida com o sentido alargado de *legitimidade* pelo contratualismo positivista de um pensador adepto ideologicamente do socialismo liberal, Norberto Bobbio³⁷⁵:

Voltemos agora — para terminar — a Rousseau. Certamente é fácil notar neste livro a marca de 1968: uma carga utópica de libertarismo e politismo. É verdade que chego a tematizar o *problema* do politismo, a miragem cívica da ação política cega às condições histórico-sociais concretas. Mas, em 1978, achava-me ainda razoavelmente impregnado do utopismo de Maio, que eu vivera dez anos antes na sede parisiense. Por isso a logomaquia³⁷⁶ central de *Rousseau e Weber* é a luta entre burocratismo e democracia participatória, esta última sem dúvida ainda bastante idealizada por mim à época (hoje, no entanto, continuo a prezá-la, na perspectiva lúcida e qualificada de um Norberto Bobbio) (MERQUIOR, 1990a [1980], p. [xv]).

Estas linhas foram escritas em julho de 1989³⁷⁷; portanto, havia mais de uma década que defendera a tese originalmente e quase um decênio que a publicara na capital britânica.

É relevante, nesta contextualização, assinalar, portanto, que não é por mero acaso a citação do nome de Norberto Bobbio, já que este consta da lista dos principais teóricos com quem Merquior se afinou ideologicamente até o final da vida.³⁷⁸

Pouco mais de um ano desde que publicara em língua inglesa *Rousseau e Weber*, Merquior estampara nas páginas do *Jornal do Brasil* o texto “O moderno liberalismo”. Nesta crônica, Merquior investia em três pontos principais:

- (1) Resenhar o livro *Ensaios sobre a liberdade*, da autoria de seu amigo Celso Lafer,³⁷⁹
- (2) Partindo das suas aulas de Direito Constitucional na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da antiga Universidade Nacional do Rio de Janeiro (atual Uerj) entre o final dos anos 1950 e o começo dos anos 1960, recordar a distinção conceitual proposta por seu ex-professor Afonso Arinos de Melo Franco³⁸⁰ entre as raízes clássicas latinas e anglo-saxônicas do termo *liberdade*, destacando-se na primeira origem a influência de Rousseau (por que “a liberdade é sobretudo a livre participação do indivíduo no poder da cidade ou do estado”), e na segunda origem John Locke ou Thomas Hobbes (nos quais “ela [a liberdade] é antes de mais nada o exercício desimpedido de liberdades, ou seja, de agires e fazeres a bel-talante de cada um, que só encontram limite legítimo no igual direito de outrem”); o mesmo que dizer, respectivamente, (a) *liberdade pública e positiva* ou *política* (do *cidadão*) e (b) *liberdade privada* e

³⁷⁵ Jusfilósofo, cientista político, professor e senador vitalício italiano, nascido em 1909 e falecido em 2004.

³⁷⁶ Do grego, *Logomakhia*: *confusão* de palavras contraditórias; disputa entre dois adversários que tem por origem o diferente sentido dado por cada um deles a uma certa palavra ou palavras. Questão de palavras.

³⁷⁷ Estas mesmas páginas não numeradas de “seu livro mais elaborado” na verdade compõem o prefácio escrito por Merquior (1990a [1980], p. [xvi]) na casa dos amigos Marion e Antonio Gomes Penna, em Cabo Frio.

³⁷⁸ Um maior aprofundamento se encontra no último capítulo desta tese, quando do desenvolvimento das linhas ideológicas do pensamento merquioriano.

³⁷⁹ Advogado, jurista, professor, ex-ministro das Relações Exteriores brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras e escritor paulista, nascido em 1941.

³⁸⁰ Jurista, político, membro da Academia Brasileira de Letras, historiador, professor, ensaísta, ministro das Relações Exteriores e crítico mineiro, nascido em 1905 e falecido em 1990.

negativa ou *individual* (sem nenhuma finalidade pré-estipulada), dualidade devida a uma preleção de Benjamin Constant,³⁸¹ contida em seu *Curso de política constitucional* (1819)³⁸² e segundo a qual a liberdade dos antigos era “a partilha do poder”, ao passo que a dos modernos, “a segurança na sua vida privada”;

(3) A noção de *libertas* em Bobbio, que justamente procurava conjugar os dois pares de *liberdade* ao longo da história em sua problemática juspolítica; ele mesmo que começou ortodoxo adepto do normativismo (positivismo jurídico) kelseniano e do empirismo lógico do Círculo de Viena para um alargamento progressivo de suas ideias de legitimidade, de modo a não dispensar “o exame das condições concretas — sociais — do seu exercício”, o que equivale a escrever: “o conceito plenamente moderno de liberdade contém e articula esses dois aspectos, o direito de participação democrática no exercício da soberania e o livre gozo de uma esfera de atuação individual”, de maneira a conceber a riqueza da acepção sem perder de vista “a atenção ao condicionamento material da(s) liberdade(s), a preocupação com a instauração efetiva de uma democracia social, em absoluto não” eliminando “o problema político-constitucional da liberdade” (MERQUIOR, 1980a, p. 12).

Este posicionamento conciliador de Bobbio já estava contido, de modo latente, no pensamento de Merquior desde a sua tese *Rousseau and Weber* (1990a [1980]). E quem escreve *liberdade*, na visão merquioriana, escreve também *legitimidade*. Ambas compreendidas no mais amplo sentido das acepções.

A seu juízo, Rousseau e Weber eram autores de perspectivas complementares para uma teoria moderna da *legitimidade*. Para Merquior (1990a [1980], p. [xvii]), de saída, seria preciso conferir maior autonomia ao indivíduo em sua livre iniciativa na *vontade geral* rousseauiana e “irrigar a sociologia de Weber com o democratismo” de Rousseau.

Embora numa fortuna crítica alguns dos principais comentadores desta obra (em países fora do Brasil, em especial) tenham anotado que Merquior (1990a [1980], p. [ix, xii], por sua defesa dos princípios iluministas (“ingênuos entusiasmos iluministas”, registrariam os críticos), havia se afeiçoado mais a Rousseau do que a Weber, seu autor procurava ser isento em seu critério comparativo, ainda que ponderasse, numa quase nota metodológica, após o reconhecimento:

Creio que qualquer leitura despreconcebida deste livro [*Rousseau e Weber*] revela meu grande apreço por Weber como magno fundador das ciências sociais e, em particular, fecundo sintetizador do historicismo e positivismo, compreensão empática e perquirição causal no terreno histórico-sociológico. [...] Não vejo contradição em reconhecer a grandeza de Weber em vários outros níveis de sua obra e apontar a *carência democrática* em sua teoria da legitimidade (MERQUIOR, 1990a [1980], p. [xii]).

³⁸¹ Henri-Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830): pensador, escritor e político francês de origem suíça.

³⁸² Consultou-se a seguinte edição: Constant (1872, t. II, p. 539-560).

No estudo de um perfil da teoria da legitimidade na sociologia política de Max Weber, Merquior (1990a [1980], p. 95, 97-98) concentrará seu foco em dois conceitos para ele “fulcrais”³⁸³: o *carisma* e a *burocracia*. Em algumas etapas previamente apresentadas, seu objetivo era o de (1) traçar agora um perfil e desenvolver uma análise da teoria da legitimidade weberiana a partir da leitura de sua obra máxima, *Economia e sociedade*; depois, (2) apontar possíveis “deficiências da teoria weberiana da legitimidade”, bem como (3) apresentar “uma apreciação genérica de sua situação na teoria sociológica”.

Ao levar em conta o comportamento dos semelhantes e orientar a vida do indivíduo em sociedade, Weber liga a *ação social* à *relação social*, e por esta entende ser “algo essencialmente dependente da existência da *probabilidade* de que ocorra tal curso da ação social. O conteúdo da relação social pode assumir ‘a mais variada natureza’ — conflito ou lealdade, hostilidade, assim como amizade. Além do mais, a própria relação não precisa ser ‘simétrica’, isto é, recíproca: as partes podem associar diferentes significados a suas ações e, ainda assim, a relação social se manter”. Mas, como se sabe, a ação social é o objeto da sociologia na medida mesma em que a esta ferramenta de interpretação, numa premissa metodológica, não interessam as ocorrências isoladas ou os fatos individuais propriamente, e sim os “eventos típicos” cujas gradações se cristalizam na realidade por meio de *usos*, *costumes* e *convenções*. Por sua vez, os *usos* operam como uma ação social uniforme e se constituem num hábito antigo e desta maneira passam a contar como *costume*; este, em sua uniformidade, é considerado pelos atores sociais moralmente obrigatórios e podem dividir-se em *moda* ou *lei* (respectivamente “uma convenção pouco significativa” e “uma convenção imposta por agências especializadas”) (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 98-100).

Assim, pode-se esquematizar, a partir da leitura conceitual analisada por Merquior (1990a [1980], p. 100) do “trajeto definicional [sic] de Weber”, a seguinte equação: $|uso + costume = convenção \rightarrow moda \text{ ou } lei|$.

A última das categorias que forma uma relação social e integra a ordem legítima é o elemento conceitual da *validade* — que não resulta “válido” obrigatoriamente por sua observância (como a de um costume), nem por seu cumprimento obrigatório por alguém, contudo, mais do que a simples uniformidade da ação social, *valeria* a implicação do “reconhecimento pelos atores de que certas regras são obrigatórias para a materialização

³⁸³ Fundamentais.

de tal relação. As convenções e as leis exemplificam este tipo de relação social”. Este “reconhecimento”, por óbvio, não depende de sorte pura de uma “compulsão íntima”, social, meramente motivada por “interesse próprio”, mas por “*submissão voluntária*” enquanto “crença na legitimidade como fonte da autoridade”, o que leva à distinção “entre comportamento legitimador e motivações utilitárias” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 99-102).

Portanto, Weber não opera meramente no plano sancionador da legitimidade, vale dizer, apenas a descrever operacionalmente um mecanismo afeto ao nível estrito do normativo, partidário da “sublimidade da motivação de uma ação orientada segundo o princípio da legitimidade”; ele apenas distingue que, enquanto a ordem social pode ser provável em seus inúmeros casos por causação das “inúmeras motivações heterogêneas”, o que não deixa de ser verificável, há uma particularidade na forma de conceber a legitimidade,

ajustável à famosa tipologia quádrupla da ação social, desde que consideremos o interesse próprio (como mesmo Weber faz tão freqüentemente) como equivalente à racionalidade instrumental (*Zweckrationalität*) e desconsideremos a omissão da ação social tradicional”, a que se liga “a famosa esquematização da tríplice tipologia da dominação legítima” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 99-103).

O que distinguiria, portanto, o direito seria a existência de um quadro coativo, seja de base no sentimento, na crença ou na burocracia. Por isso Weber pontua a “convenção”, que seria o repúdio da opinião pública (como num clã), mas à qual falta o quadro de pessoas (juizes, procuradores, funcionários administrativos, executores etc) especialmente ocupadas em forçar a observância de comportamentos padrões, de “direito”, e de impor cumprimentos de um Estado que funciona como uma “empresa” (*des Betriebs*), sob caráter de instituição política, isto é, numa organização operacional.

Daí o significado de poder (*Macht*) proposto por Weber (1922, p. 28-30, 122-148): toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja pela obediência mais ou menos pronta (dominação), seja pela obediência automática a uma ordem (disciplina), a que conjuntamente designará (1) “dominação legítima racional”, distinta da (2) “dominação tradicional” (*traditionale Herrschaft*), já que não se baseia numa crença; da (3) “dominação carismática” (*charismatische Herrschaft*), de vez que não se baseia numa graça ou veneração extracotidiana de santidade (revelação), do heroísmo ou exemplaridade quase mágica de santos, profetas, sábios curandeiros, chefes de caçadores ou heróis de guerra, mas, sendo uma dominação

legal com quadro administrativo burocrático ou funcional (*die legale Herrschaft mit bürokratischem Verwaltungsstab*), está de base em estatutos, a uma ordem impessoal e objetiva, ou seja, numa autoridade institucionalizada.

As disposições psicológicas e os fatos isoladas não poderiam compor por si só o quadro de interesse sociológico. Até porque *psicológico* não é sinônimo de *subjetivo*, categoria que importa à teoria social centralmente.³⁸⁴

Igualmente, os fatos isolados não construiriam objeto sociológico por si somente, mas matéria-prima da história — ou do *historismo*, uma vez que Merquior (1990a [1980], p. [xii], 99, 103) o distingue de *historicismo*: (a) o primeiro termo, a significar “o foco na especificidade dos contextos históricos”; o segundo, (b) “a teoria das leis, ou da direção, da história”.³⁸⁵

A junção entre “historismo” — de tradição no idealismo alemão e na hermenêutica — e “positivismo”, base do método sociológico weberiano na sugestão merquioriana, combinava o subjetivo e o objetivo, o ator social e a mediação pela ação social na relação social, o fato isolado mas como tentativa de tipificá-lo, de modo a se abrir a uma conciliação entre o inesperado criador (*probabilidade*) da cultura pelos agentes e a maneira como a regularidade de suas ações em sociedade se objetivam.

A particularidade do conceito de *legitimidade* investigada por Max Weber reconhecia no meio da multiplicidade de fatores que podiam ocasionar a obediência a uma norma de ordem legítima a sua singularidade intermediadora, vez que até mesmo

³⁸⁴ Do mesmo modo que *social* não é automaticamente *sociológico*, como procurou discernir Gilberto Freyre no primeiro tomo de sua *Sociologia*, movido pelo intuito de demarcar a área de atuação da disciplina: “O estudo da sociologia deve iniciar-se por uma tentativa de fixação de limites, que só se consegue separando-se, tanto quanto possível, o que é propriamente *sociológico* do vaga e difusamente *social*. Separando-se, primeiro, a matéria sociológica do mundo enorme de coisas sociais que interessam principalmente à filosofia social, à eugenia, à higiene, à política, ao direito e ao chamado ‘serviço social’ e não ao estudo tanto quanto possível científico — sem fins imediatamente práticos, por um lado — nem principalmente teleológicos, por outro — não só da *pessoa* social, considerada através de suas *situações* e como expressão de *organização social* ou síntese de *cultura*, como dos *processos de interação* entre os *homens sociais* e os *grupos humanos* e as *formas* que assumem. Separando-se, depois, quanto possível, a sociologia, das chamadas ciências sociais — a economia, a antropologia, a geografia humana, a história social ou cultural — e, ainda, da biologia humana e da psicologia social. Ciências com as quais as relações da sociologia são íntimas, mas que tem, cada uma, senão um campo nitidamente independente de estudo, autonomia de método e de técnica de pesquisa e de interpretação e maneira particular de aproximar-se do *social*” (FREYRE, 1945, v. 1, p. 75-76).

³⁸⁵ Neste mesmo sentido é a pertinente explicação etimológica, e um pouco sofisticada, dada por Waizbord (2004, p. 80) numa pequena nota quando procura fundamentar os embasamentos sociológicos na obra de Erich Auerbach (vide capítulo 2 desta tese): “Utilizo ‘historismo’ e não ‘historicismo’ para evitar confusões e firmar terminologia. ‘Historicismo’ é um anglicismo, oriundo da tradução do alemão ‘Historismus’ para o inglês ‘historicismo’. Como toda a discussão é de origem germânica, creio ser mais adequado permanecer mais próximo de sua terminologia original [...]. ‘Historicismo’ possui um traço depreciativo ou mesmo pejorativo, evidente por exemplo no uso que lhe dá Popper”.

poderia haver acatamento da dominação por simples “lealdade fingida e/ou a submissão derivada da impotência” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 103-104).

O foco analítico para a *legitimidade* incidiria sobre o caráter peculiar da categoria ainda que diante da pluralidade de “motivos para a submissão”, que se encontra no emaranhamento impraticável da “verificação empírica” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 105).

Neste percurso, a análise merquioriana da teoria da *legitimidade* recairá sobre a dominação legítima, a qual se pode basear:

- a) no sentimento de *legalidade* das estruturas das regras e no direito de que as autoridades, sob estas regras estabelecidas, efetivamente exercem o comando;
- b) no respeito pela “santidade das *tradições* imemoriais e no *status* daqueles que governam dentro desta tradição;
- c) na devoção ao carisma, *i.e.*, “à santidade específica e excepcional, ao heroísmo e ao caráter exemplar de uma pessoa individual”, e nas estruturas normativas da ordem por esta pessoa estabelecidas (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 107).

A esta tipologia Weber chegara a partir de sua vasta erudição, formação acadêmica e atividade docente interdisciplinar (em direito, história do direito, política, teologia, economia e finanças, sociologia e história).³⁸⁶

A dominação legal, devido a sua própria natureza, traduz-se *impessoal*, cujo “objetivo é a lei, não o eventual detentor da autoridade cujo mando só vem a ser legítimo na medida em que não ultrapassa a delegação de seu cargo, legalmente definida”. Tanto na autoridade tradicional, quanto na carismática, “a obediência é um vínculo *pessoal*”. Mas ao passo que o primeiro tipo de dominação “recebe obediência dentro do escopo da tradição, o governante carismático desfruta de uma confiança que não é circunscrita pelo costume”. A dominação tradicional, “mesmo pessoal, é limitada por regras; a liderança carismática não o é” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 107-108).

O quadro abaixo sintetiza as polarizações em concórdia com a tipologia de justificações:

<i>Tipo de justificativa para a dominação legítima</i>	<i>Legal</i>	<i>Tradicional</i>	<i>Carismática</i>
Obediência: pessoal (+) / impessoal (-)	-	+	+
Relação: limitada por regra (+) / não limitada por regra (-)	+	+	-

Fonte: Merquior (1990a [1980], p. 108).

³⁸⁶ Consultem-se Radkau (2009), Ringer (2004a) e Weber (1975).

Merquior (1990a [1980], p. 108) se questionaria, entretanto e ademais, ao apresentar estas “diferentes espécies de fundamentação lógica para a submissão” em seu interesse pela categoria da legitimidade, o porquê Weber enumerou quatro formas de ação e apenas três de dominação.

A inquietação fora proporcionada pela sugestão da leitura do hoje clássico manual *Les etapes de la pensée sociologique* em sua versão norte-americana *Main currents in Sociological Thought* (1967), no qual seu autor, Raymond Aron,³⁸⁷ promove a análise das contribuições sociológicas de Montesquieu, Auguste Comte, Karl Marx, Alexis de Tocqueville,³⁸⁸ Émile Durkheim, Vilfredo Pareto³⁸⁹ e, no último capítulo, Max Weber. Aron iniciava por um questionamento dissertativo:

Weber distingue quatro tipos de ação e três tipos de dominação. Por que não há uma conformidade entre a tipologia das condutas e a tipologia das dominações?

Os três tipos de dominação correspondem aproximadamente a três dos quatro tipos de conduta. O quarto tipo de conduta não está representado por um tipo específico de dominação. Entre a conduta racional em relação a um fim e a dominação legal, o paralelismo é perfeito. Entre a conduta afetiva e a dominação carismática, há uma aproximação pelo menos justificável. A conduta tradicional e a dominação tradicional são designadas pelo mesmo termo. Devemos dizer que a classificação das condutas está errada? Que só há na realidade três motivações fundamentais e por conseguinte três tipos de conduta e três tipos de dominação? A razão, a emoção e o sentimento explicariam a conduta racional, afetiva ou tradicional e, do mesmo modo, a dominação racional, carismática ou tradicional (ARON, 1999, p. 497-498).

Merquior, em diálogo, indaga:

Raymond Aron destacou a assimetria entre a tipologia weberiana da ação social e a tipologia da dominação legítima proposta pelo mesmo autor [Max Weber]. A tipologia da ação social compreende quatro espécies — afetiva, tradicional, orientada segundo valores (*Wertrational*) e instrumental (*Zweckrational*) — mas a da dominação legítima inclui apenas três tipos de legitimidade. A afetiva corresponde mais ou menos à dominação carismática, a ação instrumental é obviamente aparentada à dominação legal, e a ação tradicional é talhada, até no nome, pela legitimidade tradicional — mas que dizer da ação orientada segundo valores? (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 108).

O próprio Aron (1999, p. 498) já, de modo percuciente, ao revolver a obra weberiana a fim de lhe traçar o perfil a um só tempo expositivo e crítico, chamou atenção para o fato de que, em muitas partes de sua bibliografia, Weber hesitara em dividir as tipologias em quatro, três e até mesmo duas(!):

³⁸⁷ Sociólogo, professor e filósofo francês, nascido em 1905 e falecido em 1983.

³⁸⁸ Visconde, pensador político, historiador e escritor francês, nascido em 1805 e falecido em 1859.

³⁸⁹ Cientista político, sociólogo e economista italiano nascido em Paris, em 1848, e falecido em 1923.

A melhor prova está em que Max Weber apresenta várias tipologias diferentes da motivação da obediência. No primeiro capítulo de *Economia e sociedade*, depois de ter formulado o conceito de ordem legítima, ele se pergunta sobre uma classificação em duas ou quatro categorias. Uma ordem legítima pode ser sustentada interiormente pelos sentimentos (*innerlich*) dos que a obedecem. Se ela é interiorizada, há três modalidades possíveis deste fenômeno, que se referem aos três tipos de conduta: a afetiva, a racional com relação aos valores e a religiosa (substituindo, neste caso, a tradicional). Se não é interiorizada, a ordem legítima pode ser apoiada pela reflexão a respeito das consequências do ato, esta reflexão determinando a conduta dos que obedecem. Neste caso, a tipologia das motivações da obediência tem portanto quatro categorias, e não reproduz a tipologia tríplice dos modos de dominação. Em outra passagem do primeiro capítulo, ao tratar dos motivos pelos quais se atribui legitimidade a uma certa ordem, Weber retoma quatro termos que, desta vez, são exatamente paralelos aos quatro tipos de conduta. Ele considera, com efeito, que há quatro fórmulas de legitimidade, tradicional, afetiva, racional em relação a valores e resultado da afirmação positiva de uma ordem legal.

Vemos, assim, que Max Weber hesita entre diferentes classificações (ARON, 1999, p. 498).

Em sua revisão crítica da vasta literatura pertinente ao weberianismo, não demoraria, contudo, para Merquior (1990a [1980], p. 108) encontrar uma “solução” para este problema, a partir da leitura da coletânea *Max Weber*³⁹⁰:

Dennis Wrong oferece excelente resposta a esta questão. Afirma que a reverência pela tradição, a confiança no carisma e o respeito pela lei já são “formas de valoração” no sentido *wertrational* [racional em relação a valores]. A razão pela qual a orientação segundo valores não encontra paralelo entre os três tipos de legitimidade é que ela os permeia a todos (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 108; grifos nossos).

Merquior, então, reunirá em outro quadro analítico as diferentes inflexões destas três variáveis, a que acrescentará as principais correspondências entre os tipos de ação social e os tipos de justificação da *legitimidade*:

<i>Variáveis institucionais</i>	<i>Legal</i>	<i>Tradicional</i>	<i>Carismática</i>
Governantes	Superiores funcionais	Senhores	Líderes
Governados	Igualmente iguais	Súditos	Seguidores
Estafe	Burocratas	Servidores ou vassalos	Discípulos
Orientação da ação social predominante	Racional-instrumental	Orientada-segundo-a-tradição	Afetiva

Fonte: Merquior (1990a [1980], p. 110).

A explicação da tabela, de modo textual, é feita pelo próprio proponente da tese:

A fisionomia institucional das justificativas da legitimidade exhibe três variáveis principais: a posição dos governantes, dos governados e do “estafe” de governo. Na dominação legal, os governantes são apenas *superiores funcionais*, os governados são *legalmente iguais* e o “estafe” é composto de

³⁹⁰ Este livro foi organizado pelo professor e sociólogo americano nascido no Canadá em 1923, Dennis H. [Hume] Wrong, e publicado em New Jersey pela Prentice-Hall no ano de 1970.

burocratas. Na dominação tradicional, os governantes são os *senhores*, os governados, os *súditos* e o “estafe” se compõem de *servidores* ou *vassalos*. Finalmente, na dominação carismática os governantes são os *líderes*, os governados são liderados e o “estafe”, funcionários que são discípulos do líder. Pode-se dizer, como indicado pela própria aposição de aspas, que a equipe de governo é muito menos numerosa e estável nas dominações tradicionais e carismáticas do que acontece na dominação legal (ressalvando-se que, na democracia direta, um “caso limite” de estado legal-racional, o oposto é o inverso) porque o poder não é muito centralizado, a dominação tradicional não possui um grande estafe administrativo (mesmo na China da dinastia Ming, quintessência da “burocracia tradicional”, a percentagem do funcionalismo *vis-à-vis* a população era infinitesimal). Quanto ao carisma, a capacidade do líder de interceptar o papel dos detentores intermediários do poder está no próprio âmago de sua retórica política (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 110).

O que se destaca nesta avaliação é a marca da burocracia, sua onipresença no mundo moderno. Assim, de base em Weber, Merquior define:

A burocracia administrativa representa para Weber o “tipo mais puro do exercício da dominação legal”. Esta última pode assumir diversas formas, inclusive a democracia direta, mas sua forma mais típica e mais disseminada é o funcionalismo burocrático nos limites do estado-nação, que concentra o poder estatal precisamente através do estabelecimento da burocracia governamental e do monopólio dos meios de coerção física num dado território.

Weber define as burocracias como organizações impessoais e funcionais, orientadas segundo um dado objetivo, gerenciadas por um quadro hierárquico de pessoal de carreira, recrutado segundo critérios de competência e treinamento especializado (em vez de privilégios de nascimento ou de riqueza), operando através de uma divisão técnica do trabalho, regulamentado por normas detalhadas, expressamente instrumentais.

[...] Os verdadeiros protagonistas da tipologia weberiana da legitimidade são a burocracia, principal espécime de dominação legal-racional e a liderança carismática (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 111; grifos nossos).

A grande dificuldade, embora não aporismo, deste debate, logo se o vê, é a tentativa de *separar* formalmente tipos que não se acham na realidade empírica tais e quais. Ora, é sabido que nas propostas metodológicas de alcance epistemológicos de Max Weber há o reconhecimento de que a criação de tipologia é um artifício intelectual que permite a seu autor trabalhar pela manipulação de dados, numa verdadeira aproximação das ciências humanas com as ciências exatas, mediadas ambas pelas ciências sociais, e nestas faz protagonismo a sociologia interdisciplinarmente interpretativa.

Nesta convenção de método, a categoria basilar, como se o sabe, que serve de guia para a teórica weberiana é o tipo ideal. Estas formas de ação social e da dominação legítima, justamente, constituiriam “tipos ideais” (*Idealtypen*), seguindo de perto a proposta weberiana em seus meios heurísticos (*Erkenntnismittel*), os quais se negam a buscar leis (*Gesetze*) no universo das ciências sociais como explicações causais e sim —

culturalmente (sentido de *ethos*) — compreender (*verstehen*) os fenômenos de sentido da ação humana e social (WEBER, 1922, 2 et seq.).

Um “tipo ideal” (*Idealtypus*) seria uma abstração puramente lógica, um “conceito-limite” (*Grenzbegriffes*), uma “taquigrafia conceitual” (*Begriffsstenographie*), um quadro/estrutura (*Gebilde*) de pensamento ou, literalmente, uma imagem mental (*Gedankenbild*) que não se confunde com a realidade histórica e é obtida pela acentuação unilateral (*einseitige Steigerung*) de um ou de vários pontos de vista e mediante o encadeamento de uma riqueza (*Fülle*) de difusos e discretos (*diffus und diskret*) fenômenos individuais dados (*vorhandenen Einzellerscheinungen*) (WEBER, 1904, p. 49, 53-55, 65, 68-70; 1922, p. 2-4, 9-11).

Merquior (1990a [1980], p. 109, 134-135), obviamente, compreendia que a pureza do tipo ideal era uma abstração. Sua relevância, e mesmo utilidade prática, contudo, enquanto instrumento intelectual forjado por Max Weber era indiscutível, porque, uma vez dando possibilidade à formulação de tipologias, “oferece uma crítica seminal da dominação do estado e de outras áreas da organização social; contém ainda, mesmo inadvertidamente, o principal instrumento taxinômico³⁹¹ [sic] para uma tarefa analítica igualmente importante — a análise funcional de aspectos-chave do ‘desenvolvimento político’ do mundo contemporâneo, especialmente das chamadas ‘novas nações’”:

É fartamente sabido que Weber foi o primeiro a destacar que os tipos por ele propostos dificilmente se haveriam de encontrar na realidade histórica *em estado puro*; chegou inclusive a discutir rapidamente a possibilidade de sua combinação. Embora, como logo veremos, ele tenha considerado a possibilidade da evolução de um tipo em outro, assim como a possibilidade de degeneração da legitimidade no caso de cada tipo (*e.g.* a deterioração do governo tradicional patrimonialista no sultanismo), vale a pena ressaltar que jamais concebeu sua tipologia como uma sequência evolutiva. No máximo, o que se pode dizer é que nas mais remotas camadas de *Economia e sociedade* haja a insinuação de uma orientação histórica, segundo a qual a dominação carismática prevalecia no passado mais distante enquanto que a marcha para a burocracia parece emblematizar os tempos modernos. Em última instância, porém, a perspectiva histórica de Weber, mesmo que naturalmente atenta para a decadência generalizada do tradicionalismo no mundo moderno, não encerra a menor vocação evolutiva, tendendo antes a um padrão “pendular” baseado na recorrente oscilação entre irrupções carismáticas e expansão burocrática. Também é preciso salientar que Weber não encarava sua tipologia como algo mais que taxinômica. A análise weberiana das modalidades de legitimidade jamais pretendeu habilitar-se a satisfazer o sentido mais exigente, e mais explanatório, da palavra “teoria”; certamente, não será justo acusá-lo por deixar de cumprir objetivos que jamais se teria colocado (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 109).

³⁹¹ Sentido aqui de *classificatório*.

Porém, quanto ao objeto do Estado moderno e ao estudo das “novas nações”, poderá haver, reconhece Weber (1922, p. 126, 142-143), uma “mistura”³⁹² de dominações carismática com tradicional ou racional pelo estadista. Poder-se-iam fornecer como exemplos meramente ilustrativos à noção do autor de *Economia e sociedade*, sejam estes da contemporaneidade ou do futuro de Weber, Bismarck e Hitler, na Alemanha, ou Lênin e Stálin, na União Soviética, já que estes tipos só existiriam puros dentro dos conceitos sociológicos e enquanto apenas recursos heurísticos ao pesquisador.

Nesta linha de pensamento, partindo do estudo do marxismo pelo olhar weberiano do orientador de sua tese, Ernest Gellner, Merquior (1981e, p. 13; 1990a [1980], p. 135) compreenderá a complexidade das burocracias, seja no Ocidente, seja no Oriente:

O marxismo não tem como intento superar os males da industrialização: antes, sua finalidade é produzi-los. As revoluções marxistas precedem, e não sucedem, ao desenvolvimento industrial. [...] O marxismo faz pela industrialização coletiva, racional, imitativa, o mesmo que o calvinismo fez, seguindo a tese weberiana, pela emergência individualista endógena do capitalismo (GELLNER, 1964, p. 137-138).

A linha de interpretação girava em torno do valor exemplificativo a partir do marxismo em razão da tentativa de sustentar que a burocracia independia de um governo democrático ou totalitário — até porque “o que existe é apenas *burocracia dentro da democracia*. Não é o carisma e sim a burocracia que pode servir de arrimo ao despotismo” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 143) —, embora a sua legitimidade obrigatoriamente perpassasse a dominação carismática:

Naturalmente é possível subestimar o papel do próprio marxismo como credo na simbolização leninista da legitimidade. Enquanto imanentismo (r)evolucionário, “história do desenvolvimento do mundo”, acoplado ao alucinante mito da emancipação individual e coletiva, o marxismo fornece o esquema teórico ideal para as justificativas pós-religiosas da legitimidade. Deste modo, boa parte do carisma legitimador do leninismo decorre diretamente da sua própria concepção do mundo, o marxismo. A questão remanescente é que os partidos leninistas, uma vez instalados no poder, demonstram extraordinário talento para dar um rosto próprio à teodiceia profana e à promessa emancipatória do (r)evolucionarismo marxista, no interior do universo mais tangível da crença política. Parte deste sucesso tem a ver principalmente com a capacidade do leninismo de fundir o marxismo com o nacionalismo; pois [...], aquilo que os comunistas melhor socializam é sempre o nacionalismo.

[...] Finalmente, os partidos leninistas conseguem misturar [sic], e não apenas combinar, carisma e burocracia ao transformar, de uma maneira geral, virtudes *carismáticas* como devoção à “seita”, ao evangelho e a seus líderes, num fato determinante de *progresso na carreira*. Um dos principais traços da *burocracia* de Weber consiste na existência de critérios de capacidade para a progressão funcional. A burocracia como tipo ideal jamais se afasta da

³⁹² “[...] misturar, e não apenas combinar [...]” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 141).

meritocracia. No partido leninista o progresso é um fato — e um fato realmente “meritocrático” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 140-141; grifos nossos).

A teoria da *legitimidade* enquanto justificção da autoridade encontrava na tipologia weberiana muita sugestividade para o entendimento das sociedades humanas em largo espectro que não apenas o contemporâneo. Porém, do estudo das tipologias, Merquior (1981e, p. 9; 1990a [1980], p. 134, 141) parecia notar uma preocupação maior com a sua substância relativa à equivalência do carisma com a sacralidade (aspecto mais fenomênico) do que daquela com a impessoalidade pretensa do realismo até então incontornável da burocratização:

O carisma burocrático do sucesso simbólico é, pois, um fenômeno cuja descrição elaboramos lançando mão de categorias weberianas, embora este conceito mal se deixe perceber na própria obra de Weber. É de lamentar que a complexa interface entre sucesso, gratificação simbólica, carisma e burocracia tenha sido incompletamente desenvolvida na sua teorização. E o pior é que toda a teorização de linhagem weberiana pouco faz para melhorar a situação neste ponto. A linha interpretativa de Parsons-Shils³⁹³ estava por demais ocupada em promover a equivalência entre carisma e sacralidade do vínculo social, dramatizando as concepções de Durkheim numa exagerada “problemática da ordem” para trabalhar teoricamente o potencial revolucionário do carisma. Já os weberianos mais ortodoxos, não neodurkheimianos, ignoraram em geral as trilhas teóricas abertas pela histórica emergência deste híbrido composto da combinação do carismatismo [sic] com um tipo especial de burocracia moderna: o partido político messiânico e centralizado, espécie de hierocracia [em que prevalece o domínio do sagrado] leiga, particularmente bem equipada para lidar com as necessidades de legitimação das rupturas modernizantes (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 141-142).

Merquior (1990a [1980], p. 136-138) não poderia escamotear a vinculação, tanto na Europa, quanto na União Soviética e mesmo nos Estados Unidos, do tipo de legitimidade burocrático-racional à carismático-emocional. Não se poderia, segundo ele mesmo pensava, negar à capacidade dos governos burocráticos de esquerda uma reconhecida habilidade para o convencimento coletivo, o que aprofundava o entendimento ideologizante de que, ou a burocracia, ou o carisma, trazem consigo automaticamente o fermento do autoritarismo:

Realmente, a capacidade de um sistema político de engendrar sua própria legitimidade, quer dizer, aquela dimensão de “dever-ser” que lhe é atribuída pela massa dos que lhe estão sujeitos, não constitui absolutamente um artigo de luxo, mas uma necessidade prática de primeira importância. A legitimidade é inestimável porque aumenta enormemente a *viabilidade* do governo. De fato, se a aceitação das determinações emitidas pelas autoridades estabelecidas dependesse sempre do emprego da força bruta, ou do temor deste emprego, o

³⁹³ Edward Shils (1910-1995), professor e sociólogo norte-americano.

custo social do acatamento seria alto demais, e a viabilidade do sistema político ficaria consequentemente reduzida.

[...] Diferentemente da coerção, a legitimidade é uma necessidade prática comum a todos os estados; diferentemente da conveniência, entretanto, ela é necessária maximamente aos estados modernizadores de sociedades em rápido processo de mudança.

Portanto, a legitimidade é um valor prático, ainda mais relevante para os estados modernizadores. [...] A chave para esta resposta encontra-se na relação entre o processo de legitimação e o comportamento *de aprendizagem* por parte da população participante no processo.

Originalmente, entretanto, os partidos revolucionários nas sociedades em processo de modernização desfrutaram de uma aura de prestígio realmente aparentada ao carisma (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 136-138).

Num sentido mais empírico, o horizonte histórico se materializava nos casos concretos da dominação político-econômica no mundo de então, seja do lado da Cortina de Ferro,³⁹⁴ ou do Muro de Berlim:

Resumindo a questão ao seu cerne, deveríamos dizer que o partido leninista é muito bem sucedido na legitimação do poder revolucionário basicamente por três razões:

(a) porque manifesta carisma;

(b) porque é fortemente burocrático;

(c) porque de alguma forma mistura [sic] elementos carismáticos com elementos burocráticos (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 139).

Desta sorte, embora o exemplo destaque a União Soviética sob o domínio caracterizado genericamente por “leninista”, muito de sua particularidade toca no senso de modernidade que emana da problemática contida na tipologia da teoria da *legitimidade*. Afinal, o esforço legitimador dos governos era notado (de modo independente a uma postura mais convencional, seja capitalista ou socialista de mercado), como na verdade uma combinação possível, diagnosticamente pelo “inesperado híbrido weberiano: a *burocracia carismática*” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 136).

É por meio desta categoria — a “burocracia carismática” — que Merquior (1990a [1980], p. 111-112) sustentará o centro da problematização de sua tese. De modo figurativo, a conciliação entre ambos os tipos de legitimidade unia a burocracia — “prosa seca” [sic] — ao carisma — “arrebato drama” [sic].³⁹⁵ Nem uma extremada posição nem outra, mas as duas, enquanto variáveis induzidas pela empiria do mundo social e da historicidade dos conceitos, muito ajudariam a postura sociológica na tarefa de melhor entendimento; até porque “Weber esforçou-se para manter seu conceito secularizado do

³⁹⁴ Uma expressão usada para designar a divisão da Europa em duas partes, a Europa Oriental e a Europa Ocidental como áreas de influência político-econômica distintas, no pós-Segunda Guerra Mundial, conhecido como Guerra Fria.

³⁹⁵ Uma inspiração merquioriana na estética e no estudo das transformações culturais do mundo moderno, sem dúvida tributária a Auerbach e Benjamin. Vide sobretudo capítulos 2 e 3 desta tese.

carisma completamente ‘esvaziado-de-valor’ e preocupou-se em não incorrer, ele próprio, em algum culto do herói”. Segue o argumento:

Por outro lado, ao construir o conceito de dominação legal como “contraparte dialética” da liderança carismática, e ao erigir esta última em “arquétipo” de sua sociologia política, Weber não apenas se comprometeu com uma noção de legitimidade demasiadamente questionável, porque excessivamente *centrada no governante*, como privou sua sociologia de uma ideia de democracia mais equilibrada e abrangente (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 113).

Seria preciso entender que o grau de dificuldade para a compreensão da categoria da *legitimidade* devia-se ao fato da própria complexidade de um mundo em *transição*. Esta variável — a *transição* — era uma noção cara à teoria gellneriana, tomada de empréstimo por Merquior menos num sentido de referência nominal que em sua sugestão epistêmica e sua linhagem “iluminista”.

A partir da leitura e orientação de Gellner, Merquior (1981e, p. 3, 9, 29) identificaria a época que se aproximava do final do século XX como marcada pela preocupação com a “identidade cultural” em sentido largo, sem idealismos ilusórios nem relativismos condescendentes, mas que buscasse, num pluralismo menos epistemológico que de abertura para o sociopolítico, melhor captar a variável *legitimidade* — enquanto refletida na norma, no poder, no conhecimento e na prática — nas muitas esferas, por conseguinte, e além da política e do plano exclusivamente jurídico, “tratando não somente da *legitimidade* de governantes e regimes, mas também de ajustes de propriedade, sistemas de produção, formas de arte e educação, e outros tópicos”, pois “a teoria da Transição é uma sociologia histórica da legitimidade” (MERQUIOR, 1981e, p. 3, 9, 29).

O advento do industrialismo seria a mola mestra da “filosofia sociológica” gellneriana, porque desde o Neolítico era “o maior divisor na história humana”. São conhecidas as relações de origem mesmo entre a sociologia e a indústria e seus adventos coetâneos a contar do século XVIII, afinal. Agora, na época presente, ao sociólogo, sem “paroquialismo temporal” de aderir a correntes de pensamento com seus prognósticos e doutrinações, estava mais clarividente a posição esclarecedoramente explicava de Weber, o qual, para Merquior, “estava mais próximo à verdade: na explicação da ascensão da modernidade, é a descontinuidade que conta mais” ou a “desconfiança weberiana de toda tentativa de ler a história como um desenvolvimento de causa única, uma emanção de um fator dominante qualquer. Uma vez que a história nunca tem uma causa única, a ‘personalidade’ da política nela se afirma cada vez mais” (MERQUIOR, 1981e, p. 3-5, 33; 1983a, p. 79; 1985a, p. 20).

Tanto Gellner quanto Merquior comungariam da preocupação com a *legitimidade* numa época de transição contínua como a contemporaneidade, sobretudo tendo como constatação a perspectiva weberiana dos governantes combinada com o marxismo, cada vez menos *legítimo* nos países terceiro-mundistas, segundo Merquior; a investirem tão somente em “metas econômicas e sociais deveras ambiciosas” (MERQUIOR, 1981e, p. 9, 14).

O problema do nacionalismo, objeto de uma “sociologia da cultura” ou de uma “culturologia sociológica,” que toque também o campo da “cultura *política*”, vinha-se juntar ao do industrialismo neste contexto de discussão da *legitimidade*. Não se poderia mais compreender o nacionalismo no sentido romantizado ou de naturalização, mas sob o amplo enfoque dos governos (tanto governantes quanto governados) e sua relação com a dominação *legitimada* (MERQUIOR, 1981e, p. 9, 25-27; 1983a, p. 79).

Sabe-se que a noção de legitimidade *secularizou-se* justamente em virtude do processo histórico de passagem do “piloto cultural automático que se chamava *tradição*” para a *transição*, bem enxergada pela ferramenta do *contrato social* rousseauiano e pela *rotinização* weberiana.³⁹⁶ “A democracia liberal, herança inestimável, representa até o fim a sobrevivência; ela possui grande valor moral, porém pouca ou nenhuma utilização visível na lógica da Transição como toda uma era, distintamente de sua primeira e atípica manifestação ocidental”. Porém, na visão merquioriana, a proposta de Gellner talvez necessitasse de uma concentração maior nas formas de liberdade. “Certamente Gellner não se esquiva de louvar a liberdade como um ‘valor dominante’. Ele preza profundamente a ‘preservação de possibilidades abertas, para o indivíduo e para a coletividade’” (MERQUIOR, 1981e, p. 33; 1983a, p. 79).

Todavia, conforme pensava Gellner, em discordância de Weber, o mundo não é apenas a racionalização, a secularização e o desencantamento da vida. As conquistas do capitalismo moderno, ainda que passíveis de críticas, deveriam ser igualmente consideradas. Por isso Merquior (1981e, p. 13, 19, 23-24; 1983a, p. 78, 83) se vale da obra de Gellner³⁹⁷; para ele, “liberalizadora” e, portanto, não adepta do e indiferente ao “fantasma da alienação”:

Uma sociedade realmente avançada não mais requer racionalidade fria da parte de seus consumidores; no máximo, exigi-la-á de seus produtores. Todavia, ao progredir ainda mais, a relação entre pessoal e seu tempo se inclinará

³⁹⁶ Cf. Merquior (1990a [1980], p. 112).

³⁹⁷ (Um sociólogo francês, com formação londrina e ascendência checa; ou, na linha confluyente, *De Praga a Paris: a Primavera de Praga e o Maio de 68!*; e ainda *Rousseau e Weber: “esprit” e “Geist”*)

progressivamente em favor do consumo, em oposição à produção. Mais consumidores, menos produtores, menos tempo de trabalho, mais de lazer. E no consumo, tudo tende ao conforto e facilidade de manipulação, e não ao rigor e frieza. Uma peça moderna de maquinaria pode ser uma maravilha do pensamento persistente, abstrato e rigoroso da engenharia; porém seus controles operacionais devem ser de tal natureza que possam ser fácil e rapidamente internalizados pelo usuário mediano, sem dificuldades ou tensão. Assim, o consumidor vive num mundo em que a maioria das coisas tem um ar de fácil manipulabilidade, “natural” e “espontânea”. E por que não deveria o mundo ser concebido desta forma? [...] A cultura da espontaneidade indisciplinada espelha, ao invés de desafiar, a base econômica de nossa sociedade (MERQUIOR, 1981e, p. 23-24).

Daí o entender merquioriano da pertinência da *legitimidade* como princípio “liberalizador”, uma vez que a revolução em sentido de ruptura abrupta ou gradual (social-democrata), apoiando-se na crítica gellneriana, não passava de uma irrealdade, dado que “[Gellner] julga o socialismo, no sentido de antítese do mercado, uma solução tão ilusória quanto o mercado em si”:

Assim, a revolução, ao mesmo tempo desacreditada e de difícil consecução, vem a ser substituída por um novo conceito genérico de legitimidade: a *liberalização*. Ela está para a revolução como a poesia está para a prosa: não descortina a visão de uma sociedade recriada do início (dispensa a utilização de mitos da natureza), não se opõe à ordem social existente como *totalmente* ilegítima, e definitivamente opta pela evolução, e não pela revolução. Ainda assim, não constitui, de forma alguma, um reformismo calmo e moderado: pelo contrário, é tão perigosa e dramática, em execução se não em concepção, quanto a Revolução. Uma mudança profunda em política, embora não em sociedade, é tão arriscada e excitante como navegar em corredeiras. Além disso, ela ocorre em “uma variedade de conceitos dramaticamente diferenciados” (MERQUIOR, 1981e, p. 17).

Num “périplo pela história da ideologia da legitimidade”, Merquior (1983a, p. 157-171) apresentará um completo e ordenado esquema dos, segundo ele, quatro “tipos históricos de legitimidade”, os quais, porém, “estão longe de constituir cortes absolutos”, pois “muito da reformulação” de um “foi incorporado ao modelo seguinte”, numa clara utilização, também, do modelo ideal-típico weberiano.³⁹⁸

(A) A princípio, Merquior (1983a, p. 158-160) chamará *árquico* o modelo de *legitimidade*, pois remete, pelo grego *arché* e pelo verbo *archein* a autoridade e a origem, o “começar, iniciar”, numa denotação de “fonte primeva de poder ou de direito”; a este modelo cabe o tradicionalismo, balizado pelo *exemplum*, é dizer, uma moral fixa e em que “a própria lei não era entendida como um produto da ação humana, mas como norma imemorial”. Aí “inexistia qualquer concepção do estado como distinto do governante. O homem da cultura tradicional interpretava quase todos os acontecimentos de grande

³⁹⁸ Sobre o assunto vale a consulta de cópia dos originais de Merquior (1978) cedidos ao autor desta tese.

alcance como se estivesse fora do controle humano”. Ademais, “ele conhecia o poder como elemento de coerção, mas mal tinha ideia do poder como aptidão a dirigir a ação coletiva numa escala maior que o simples âmbito doméstico” (MERQUIOR, 1983a, p. 158-160).

(B) Numa segunda pontuação, Merquior (1983a, p. 161-164) denominará *télica*³⁹⁹ a forma de legitimidade do momento histórico das “revoluções democráticas — o mundo do despotismo esclarecido, do constitucionalismo americano, da Revolução Francesa e da infância do industrialismo”; emerge “uma nova consciência”, a “ampliação do domínio humano sobre a natureza e a sociedade, experimentada pelas elites ocidentais numa época de expansão demográfica e prosperidade econômica”. Este modelo está, ao contrário do anterior, sob o signo da dinamicidade histórica e reflete “a legitimidade da cultura do progresso”, em que seu impulso “floresceu sob suas instituições: o estado moderno e o mercado robustecido”. “A vivência télica da legitimidade pressupunha o crepúsculo do universo da dependência pessoal” — é o momento justamente em que Rousseau e Weber entram em cena, cada qual a seu modo de raciocínio e suas épocas e contextos. É a legitimidade “em termos racional-legais (Weber)”. “Solapadas pelo crescente secularismo das elites, as justificações transcendentais entraram em colapso”, numa “emancipação do indivíduo”. Agora, a autoridade seria julgada “pela sua capacidade de responder às necessidades humanas” (MERQUIOR, 1983a, p. 161-164).

(C) O terceiro modo de justificação da norma e do poder é guiado pela *ordem*. A burguesia pós-revolucionária e o progresso que remontava ao século XVIII, bem como o socialismo autoritário (em seu sentido burocrático), são os atores da fase *tectônica*. Se bem se pensar a partir da leitura da proposta merquioriana, poder-se-á definir o termo tanto em seu plano edificante quanto em seu plano geologicamente estratificado, numa metáfora sociológica. É nesta fase que o nacionalismo, “filho característico da industrialização, encerrou às maravilhas [sic] o simbolismo do tetônico [sic]”. Trata-se, assim, de uma época marcada pelas desigualdades sociais, pela diferenciação em classes, pelo puritanismo moral e pela alteridade cultural (MERQUIOR, 1983a, p. 164-168).

(D) Merquior (1983a, p. 168-169), por fim, aponta para um novo e mais recente modelo. Este último tipo de *legitimidade* é marcado por “certa ênfase na validade de traços *particulares*, ‘locais’, de situações e valores; e por essa razão proponho que chamemos esse novo tipo histórico de legitimidade *tópica*”. É o momento da intensificação

³⁹⁹ De *telos* (fim, finalidade).

insinuada nas reivindicações concretas de movimentos étnicos, regionais, profissionais e até etários; na política das organizações *one issue*⁴⁰⁰ (na mobilização de apoio popular a “causas” específicas, fora da agregação de interesses múltiplos operada por partidos políticos); e, finalmente, nas questões suscitadas pela ética da autenticidade-dentro-da-permissividade característica da moral moderna, e na arte sem estética global que sucedeu ao ciclo das vanguardas, e já tão visível na chamada arquitetura pós-moderna (MERQUIOR, 1983a, p. 168-169).

A conclusão, porém, é um pouco cética, mesmo para um “racionalista” tal qual Merquior (1983a, p. 170), pois suas considerações finais haveriam de se situar entre a racionalidade weberiana e as soluções para o mundo moderno em relação à tecnocracia. Nesta última investida, a partir da leitura de Gellner, o diplomata brasileiro sustentará “que a cultura moderna desobedece à profecia de Weber: *não* trilha, global e maciçamente, o caminho da racionalização e do desencantamento. O ócio e a permissividade dão fácil guarida a muitas formas de vida antitécnicas, emotivas, sensuais, frequentemente extáticas⁴⁰¹ e intelectualmente indisciplinadas”. Racionalidade?

⁴⁰⁰ Literalmente: “um problema”.

⁴⁰¹ Em êxtase, embevecidas, enlevadas.

5. O ARGUMENTO SOCIAL-LIBERAL

Uma das perguntas mais importantes e urgentes, formuladas atualmente a todos os cidadãos e, particularmente, aos políticos e cientistas é: como é possível, nos dias de hoje, a liberdade? (DAHRENDORF, Ralf, 1981 [1961], p. 168).

O percurso intelectual de José Guilherme Merquior, com seus valores de mundo, até aqui caminhou, embora não de modo puro, mas simultâneo, pelos campos estético, crítico-literário, filosófico-cultural, sociológico, e agora alcança a cosmovisão (*Weltanschauung*) propriamente sociopolítica.

Os *anni mirabiles* merquiorianos correspondem aos seus últimos dias em Londres e os primeiros em Montevideú, onde permaneceria por breve tempo, entre 1980 e 1982. A grande inquietação de Merquior, desde os anos iniciais de produção intelectual, parece indicar haver uma linha de força argumentativa em sua obra, e esta era movida pela tentativa de explicar a relação entre autodeterminação humana e a existência em sociedade, diante do reconhecimento da imprevisibilidade do processo histórico. Daí a importância de investigações nos campos das criações estéticas e culturais ao das legitimidades e das liberdades político-sociais.

Em todas essas áreas, nota-se que Merquior procuraria enfrentar a polarização entre *ação* e *estrutura*, dicotomia conceitual que “talvez seja a divisão mais duradoura” da Sociologia. A preocupação merquioriana era antecedente ao *status* canônico que seria atingido pela teoria da estruturação de Anthony Giddens (GIDDENS, 2003 [1984]; 2016, p. 13; SELL; MARTINS, 2017, p. 329-356).

A propósito disso, Bauman (2012, p. 10) recorda que certas ideias, dentre as quais a da tentativa de conciliação *ação—estrutura*, precisariam, há trinta anos, ser explicadas “com muito labor”, ao contrário do que ocorre atualmente, quando se evidenciam, até mesmo “no limite da trivialidade”. Mas não na própria Grã-Bretanha dos anos 1960, quando o então professor polonês ali se faz testemunha de que a própria ideia conciliadora estava quase ausente do discurso sociocientífico, apesar de alguns esforços pioneiros na Inglaterra, como os empreendidos por Matthew Arnold,⁴⁰² Raymond Williams⁴⁰³ e Stuart Hall,⁴⁰⁴ segundo informa o próprio Bauman (2012, p. 10).

⁴⁰² Poeta e crítico britânico, nascido em 1822 e falecido em 1888.

⁴⁰³ Professor, crítico e novelista francês, nascido em 1921 e falecido em 1988.

⁴⁰⁴ Teórico cultural e sociólogo jamaicano que se radicou em Londres. Nasceu em 1932 e faleceu em 2014.

Bauman (2012, p. 10) relembra ainda, quando do aparecimento de seu livro *Culture as Praxis*, título de 1975: “passei pela agonia de explicar aos ilustres intelectuais membros da comissão de planejamento da universidade [de Leeds] o que significava a palavra ‘cultura’. [...] Da mesma forma, a ideia de estrutura como fenômeno diacrônico, e não sincrônico, não era fácil de transmitir, tampouco de ser apreendida e dirigida aos potenciais leitores [...]”. E concluía:

Hoje, aquilo que no passado parecia uma ousada aventura intelectual se transformou na repetição irrefletida da rotina. É da natureza das ideias que elas nasçam como heresias perturbadoras e morram como ortodoxias aborrecidas. É necessário muito poder de imaginação para fazer ressurgir (que dirá reviver) seu antigo e poderoso impacto emancipatório, instigador da reflexão: por exemplo, a agitação causada pela visão de cultura como uma série de permutas, da autoria de Claude Lévi-Strauss. Afinal, a função de toda rotina é transformar a reflexão, o exame, a comprovação, a vigilância e outros esforços árduos e demorados em luxos sem os quais se possa passar (BAUMAN, 2012, p. 10).

De fato, a *cultura* exemplifica perfeitamente um dos objetos por excelência da sociologia (não somente da etnologia) e o problema quase insolúvel entre o que é determinado pelas faculdades racionais e a sensibilidade criadora, pelo produto coletivo e pela criação humana. Da mesma sorte, a *liberdade* é uma construção humana e social na temporalidade (esta categoria “característica da existência humana, não da divina”). Para Bauman (2012, p. 13, 15, 18), portanto, o mais importante era o entendimento das contradições:

A liberdade de autodeterminação é uma bênção — e uma maldição. Estimulante para o ousado e diligente, atemorizante para o fraco — de espírito, de braços e de vontade. Mas não é só isso. A liberdade é uma relação social: para que alguns sejam livres a fim de atingir seus objetivos, outros devem ser não livres no que se refere a opor resistência aos princípios. A liberdade de uma pessoa pode ser desconcertante, já que está impregnada de risco de erro. Mas a liberdade dos outros parece, à primeira vista, um obstáculo perigoso à liberdade de ação de uma pessoa. Ainda que a liberdade de alguém possa ser contemplada como uma bênção indubitável, a perspectiva de liberdade ilimitada para todos os outros poucas vezes é agradável. Mesmo para os mais ardentes entusiastas da autodeterminação humana, a noção de “restrições necessárias” dificilmente foi algo estranho. [...]

A ordem construída pelo homem é inimaginável sem a liberdade humana de escolher, a capacidade humana de se erguer acima da realidade pela imaginação, de suportar e devolver suas pressões.

Cultura e liberdade, desta forma, são mediações das escolhas humanas, ainda que, nas contendas acadêmicas, tenham servido “para reconciliar toda uma espécie de oposições enervantes pela sua incompatibilidade ostensiva”, numa longa lista de termos dicotômicos: *liberdade* e *necessidade*, *voluntário* e *imposto*, *teleológico* e *causal*, *escolhido* e *determinado*, *aleatório* e *padronizado*, *contingente* e *obediente à lei*, *criativo*

e rotineiro, inovador e repetitivo, autoafirmação e regulamentação normativa, inventar e prescrever, descontinuidade e prosseguimento, novidade e tradição, rotina e quebra de padrões, seguir as normas e transcendê-las, o ímpar e o regular, a mudança e a monotonia da reprodução, o inesperado e o previsível, autonomia e vulnerabilidade, capacidade e incapacidade, desenvoltura e falta de expediente, poder e falta de poder de afirmação (BAUMAN, 2012, p. 16-18, 20-21).

Não é do presente o interesse pela ambiguidade. Já a filosofia envidou esforços no sentido de perseguir tais questões em aberto sobre a liberdade humana ao longo de mais de dois milênios para o que mais tarde passaria a denominar-se *socialização*⁴⁰⁵ e categorias afins. Marx apontou sugestões através do póstumo *A ideologia alemã* (concluída em 1846). Durkheim, já no final do século XIX, encontrou o objeto da disciplina sociológica, inclinando-se pela “estrutura”, pelo aspecto de “como os indivíduos são moldados e influenciados pelas estruturas sociais que estão, para todos os fins e propósitos, externas a eles e fora de seu controle” (GIDDENS, 2016, p. 12).

Talcott Parsons, nos anos 1930, tentou, com o funcionalismo, relativizar o método durkheimiano em torno dos fatos sociais *freudizando-o*. Dennis H. [Hume] Wrong⁴⁰⁶, autor de um clássico artigo no qual procurava alargar a noção de “oversocialized”⁴⁰⁷ do indivíduo na moderna teoria social, *i.e.*, através de uma perspectiva que levasse também em conta as ações criativas humanas, com pouco espaço em doutrinas como a do estruturalismo (GIDDENS, 2016, p. 12-17).

Era a emergência de perspectivas mais centradas na ação: o individualismo metodológico, o interacionismo simbólico, a fenomenologia e a etnometodologia (SELL; MARTINS, 2017, p. 117-194, 241-277).

Dois casos mais modernos são os de Giddens e de Pierre Bourdieu, respectivamente pendendo mais para a ação e mais para a estrutura num mundo marcado pelo multiculturalismo. Esta ambivalência nodal da sociologia, ainda que diante de um pluralismo teórico, está, porém, longe de encontrar solução definitiva e plácida; logo, é sempre pertinente a sua discussão e não extemporâneo o seu enfrentamento ressurgente. Até porque “Parece pouco provável que o problema de estrutura e ação um dia seja solucionado de modo a agradar a todos” (GIDDENS, 2016, p. 14-15).

⁴⁰⁵ Para noções, v. Giddens (2016, p. 208-212).

⁴⁰⁶ Sociólogo e professor universitário canadense-americano, nascido em 1923.

⁴⁰⁷ Literalmente: “sobressocializado”.

“Essencialmente, moderna é a condição em que o lugar entre os dois polos que assinalam o *continuum* ao longo do qual os indivíduos [sic] humanos são posicionados nunca é plenamente ‘estabelecido’, estando sempre sujeito a negociação e luta. [...] A sedimentação das formas e sua erosão caminham de par [...]” (BAUMAN, 2016, p. 21, 27).

Apoando-se nas mais diversas tradições de pensamento, Merquior (1997 [1979], p. 71, 102-104) insistiu na análise da *legitimidade* (tema que foi objeto de aprofundamento do capítulo anterior) como ferramenta heurístico-empírica e recurso experiencial propulsor de liberdade individual e social, mas desde que seu entendimento lançasse mão das variáveis *cultura* e *ideologia*. O seu enfoque era em uma sociologia holística da cultura, de modo a ampliar a concentração exclusiva em “aspectos *institucionais*” para a determinação da conduta ou ideias aceitas ou exigidas socialmente. Seria, pois, necessária esta abertura de compreensão do agir humano a partir da exploração dos

subterrâneos misteriosos da vida social latente ou censurada, em nada menos significativa ou decisiva do que a ordem olímpica das normas santificadas, dos mores [maneiras, costumes, usanças, hábitos, segundo o sociólogo liberal norte-americano William Graham Sumner;⁴⁰⁸ 1840-1910] oficiais e do comportamento esperado; doutro modo, estaríamos permanentemente correndo o risco de tomar a legitimidade essencialmente por seu valor nominal, e a ilegitimidade em seu sentido repressivo, determinado pelo poder (MERQUIOR, 1997 [1979], p. 71).

A definição de *liberdade* para Merquior (1990a [1980], p. 88-89; 1982a, p. 73-77) não se restringia, portanto, apenas a uma noção política ou jurídica; envolvia, de igual sorte, pelo que se depreende da leitura da citação anterior, até mesmo — com as devidas críticas e, por consequência, limitações — a psicanálise freudiana. Em cada campo a *liberdade* seria conquistada pela *legitimidade*. Por isso, ela haveria de trazer no seu bojo cinco noções, de acordo com sua classificação quinária:⁴⁰⁹

- (I) a liberdade-*segurança*;
- (II) a liberdade-*expressão*;

⁴⁰⁸ Cf. nota do 355.

⁴⁰⁹ Esta classificação foi inspirada no estudo alentado, em dois volumes, *Man and Society: political and social theory* (1963), da autoria de Plamenatz. O sociólogo John [Petrov] Plamenatz nasceu em 1912 no Reino do Montenegro e faleceu, aos 62 anos, no Reino Unido, em 1975. Merquior (1990a [1980], p. [xi-xiii], 260, 292) revela que chegara a escrever-lhe “visando obter sua supervisão para minha tese [em sociologia, sobre Rousseau e Weber] (sua morte transferiu meu projeto de Oxford [onde Plamenatz era professor desde 1967, quando da sucessão do filósofo político liberal e judeu britânico de origem letã Isaiah Berlin (1909-1997) na cadeira de Teoria Social e Política, com o qual Merquior também trocava cartas] para a London School of Economics and Political Science, onde trabalhei sob a inesquecível orientação de Ernest Gellner)”.

(III) a liberdade *política*;
 (IV) a liberdade *de oportunidade* e
 (V) a liberdade inominada por Merquior, aqui denominada convencionalmente de “E” (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 88-89; 1982a, p. 73-77).

(I) A liberdade-*segurança* traduzia-se pela ausência de opressão ou de interferência arbitrária e no desejo de justiça e dignidade; numa palavra: *respeito*.

(II) A liberdade-*expressão* é a de consciência, de opinião ou do pensamento, conforme seu próprio senso comum (“tudo que não é proibido é permitido”); num termo: *opinião* (MERQUIOR, 1982a, p. 73).

(III) A liberdade *política* residiria na vontade de participar na condução dos negócios da comunidade ou no direito de participação em decisões que afetam a vida coletiva, viabilizada pela democracia liberal *representativa* nas sociedades modernas e no direito, pelo voto, de eleger livre, procuradora e periodicamente governantes e legisladores concebidos como mandatários da vontade popular; num vocábulo: *cidadania*.

(IV) A liberdade *de oportunidade* consistiria em perseguir aspirações em si mesmas distintas — muito embora as nutra — das demais liberdades (I, II e III) por sua característica ditada tão somente pelo propósito individual ou grupal de viver cada um como lhe aprez.

(V) A liberdade “E” opõe-se de todo a qualquer determinismo e se confunde com o livre-arbítrio, portanto não poderia ser objeto da análise sociopolítica merquioriana a fundo, uma vez que

Desde *O Espírito das Leis* de Montesquieu (1748), distingue-se a análise *filosófica* da questão da liberdade do seu estudo sociológico. É este o nosso caso. Só nos interessa a liberdade como comportamento social, não como dado (real ou fictício) da consciência. Por isso nos cingiremos aos quatro tipos já indicados” (MERQUIOR, 1982a, p. 74; grifos nossos).

Merquior (1982a, p. 74-75) apõe, todavia, uma explicação comprovadamente criadora de cada uma das quatro liberdades nominadas (I a IV); o que a princípio parece apenas presunção erudita a modo de jogo semântico ou um deleite formalmente gramatical, na verdade revela toda a sua potencialidade sociológica a partir de um desdobramento substancialmente nominativo:

Se rebatizarmos essas quatro liberdades com a ajuda da preposição *de*: liberdade da opressão (I), liberdade de opinião (II), liberdade de participação política (III) e liberdade de oportunidade (IV), logo notaremos que o “genitivo” isto é, o complemento regido por *de*, não tem o mesmo caráter em todas elas. Ou melhor: o genitivo tem uma acepção no primeiro tipo e outro nos demais.

“Liberdade da opressão” é evidentemente uma ideia a ser entendida como genitivo *objetivo*: a opressão, no caso, não é, obviamente, o sujeito da liberdade e sim o seu objeto. Pela liberdade I, ou segurança, somos livres justamente enquanto nos livram, ou nos *livramos* da opressão. Isso é exatamente o que se pretende sublinhar com o artigo: liberdade *da* opressão, e não (o que pode soar ambíguo) *de* opressão. Já nos outros tipos de “liberdade de”, o genitivo é subjetivo: na liberdade de opinião, não me livro da opinião, a opinião é que é livre; e o mesmo sucede com a liberdade de participação e com a de oportunidade (MERQUIOR, 1982a, p. 74-75).

Além disso, poder-se-ia também dizer que “a liberdade da opressão é uma liberdade puramente *passiva*, ao passo que as três outras espécies de liberdade são *ativas*: são liberdades de agir e fazer, liberdades *para* algo (manifestar-se, participar do autogoverno da sociedade, ou perseguir fins particulares não-especificados)” (MERQUIOR, 1982a, p. 75).

Em pleno centro de gravitação do desenvolvimento da tipologia das liberdades, Merquior (1982a, p. 75) levantará a pergunta: — *Qual terá sido a ordem de entrada em cena, na peça chamada história, desses tipos sociais de liberdade?* A resposta dada a esta pergunta é a orquestração de seu manifesto liberal e que, portanto, merece transcrição menos por seu límpido e envolvente estilo marcadamente literário (muito mais despojado a contar da “Abertura”, no Brasil, do Regime Militar e de sua passagem diplomática por Londres) que por sua figuração do evoluir histórico sem perder o tom teórico-social:

Da liberdade da opressão, pode-se pensar que acompanha, desde os seus primórdios, toda a vida em sociedade. Mesmo nas épocas em que o indivíduo era mais presa de um controle social pormenorizado, como na estrita “moral dos costumes” do universo tribal, cheio de imperativos, tabus e interditos, mesmo dentro do império mais rigoroso das convenções tradicionais, cada pessoa guarda uma área mínima de atuação própria suscetível de ser violada pela arbitrariedade alheia, o capricho dos poderosos. Portanto, até mesmo o camponês de mentalidade mais arcaica, menos afeito ao individualismo, sob qualquer forma, é capaz de se sentir oprimido na sua liberdade, se as praxes imemoriais forem quebradas, de modo a torná-lo vítima de exigências insólitas. Qualquer cultura, por mais tradicional, sabe distinguir os usos dos abusos (MERQUIOR, 1982a, p. 75).

Desta forma, pode-se inferir:

Os outros três tipos de liberdade pressupõem todos, historicamente, certo grau de *individualismo*. Não admira que a legitimação da liberdade de palavra e de cidadania tenha sido obra da democracia da pólis, na Grécia antiga; ou que a primeira, convertida em “liberdade de consciência”, tenha renascido, como reivindicação coletiva, no cristianismo da Reforma, de vocação acentuadamente individualista.

De todos esses três tipos individualistas de liberdade, o mais *moderno* é a liberdade de oportunidade. Por quê? Porque, para materializar com amplitude, para se diversificar, essa liberdade de escolher formas de ocupação e de lazer se alicerçou no crescimento da divisão do trabalho [sic] e na afluência (em relação à penúria crônica da economia tradicional) que este crescimento foi assegurando, paulatinamente, embora em doses desiguais, ao conjunto da

sociedade. Somente a partir de certos níveis, historicamente muito elevados, de riqueza social é que a liberdade, puramente psicológica, de *aspirações* se transformou em liberdade concreta de *oportunidade*: em ocasiões efetivas, para o indivíduo, de orientar mais livremente sua vida, ou pelo menos uma grande parte dela.

Foi só quando o progresso econômico e a conquista de níveis básicos de saúde e educação para a maioria da população criaram largas avenidas de mobilidade social que, por exemplo, o velho sonho burguês de “carreira aberta ao talento” passou a ter alcance popular. As taxas de mobilidade poderiam ser bem mais altas, mesmo nos países ricos; o acesso às carreiras de maior renda e status, bem mais largo; contudo, comparada com qualquer sociedade estratificada de estilo tradicional, a sociedade moderna se afigura muitíssimo mais plástica no tocante às “opções de vida” dos seus membros. É isso que estamos chamando de liberdade de oportunidade — e que, obviamente, pressupõe os outros tipos. A tal ponto, que ela configura nitidamente uma grande instância de indubitável progresso histórico (MERQUIOR, 1982a, p. 76-77; grifos nossos).

Quer-se sublinhar a investida da pesquisa de Merquior em busca do conceito de liberdade na sua pluralidade com o fim de fundamento de sua perspectiva sociopolítica. Cabe assinalar que já em 1978 o pensamento merquioriano havia apresentado esta noção das quatro liberdades passíveis de compreensão menos filosófica que sociológica, recorrendo, de maneira reconhecida, à tipologia plamenatziana,⁴¹⁰ em página que complementa a compreensão anterior:

Há a liberdade *da opressão e da intervenção arbitrária*, que consiste no gozo dos direitos estabelecidos, fundamentada no senso individual de dignidade.

Há a liberdade *política*, que é a liberdade de participar do gerenciamento dos interesses da comunidade.

Há a liberdade que é *liberdade de consciência*.

Finalmente, há aquela liberdade que os homens exercem quando se sentem livres para buscar outros padrões de excelência *além da justiça*; pois o interesse pela liberdade não deriva apenas da moralidade e do sentimento de justiça, mas, igualmente, de aspirações que, não sendo propriamente morais, não brotam do desejo de participar do governo da comunidade; nem é possível reduzi-las à imediata necessidade de expressar as próprias convicções — trata-se aqui das aspirações a um modo de vida que pareça a cada qual bom ou agradável, fundado em valores que apenas parcialmente têm caráter moral.

Enquanto as três primeiras formas de liberdade são basicamente formas de liberdade *em relação a* alguma coisa (seja esta coisa a intervenção arbitrária, o governo opressivo ou a coerção intelectual), a última corresponde fundamentalmente à “*liberdade para*” alguma coisa: liberdade de proceder como nos agrada. Essa “liberdade para” sempre existiu em toda forma de vida social conhecida. Apenas só se torna universalmente difundida, por óbvias razões, na sociedade muito mais rica e muito menos prescritiva que emergiu com a industrialização, no limiar da qual viveu Rousseau. Tanto quanto a liberdade de consciência, a “liberdade para alguma coisa” é uma espécie de liberdade especificamente *moderna* — de fato, tão logo divulgada além do Ocidente, onde primeiro floresceu, provou ser muito mais ampla que a liberdade em relação à coerção ideológica (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 88)

⁴¹⁰ Consulte-se rodapé precedente.

Mas Merquior não poderia deixar de enfrentar a problemática em muito de si delicada da (IV) liberdade de oportunidades, dentre as liberdades (I) da opressão, (II) de opinião e (III) participação política, de maneira a lançar-se na argumentação:

À esta luz, o conceito de liberdade de oportunidade envolve bastante controvérsia. A análise moderna, neoliberal, da liberdade — e.g. Berlin,⁴¹¹ Hayek,⁴¹² Oppenheim⁴¹³ — tende a rejeitar em termos categóricos a identificação da liberdade com a oportunidade. Para estes pensadores a liberdade de escolher e de agir — nosso quarto tipo de liberdade — não constitui propriamente liberdade mas sim um poder; evidentemente não um poder-sobre (coerção) mas um poder-para (capacidade). Ou alternativamente, caso persista a tendência de denominá-la liberdade, cabe então qualificá-la como liberdade *positiva*. A liberdade positiva fora decantada já pelos pioneiros do social-liberalismo como T.H. Green⁴¹⁴ (responsável pela fixação do termo) enquanto que, mais recentemente, pensadores (entre os quais [Isaiah] Berlin é o mais eloquente) diferenciam-na por inteiro da liberdade negativa, entendida simplesmente como a liberdade individual derivada da ausência de intervenção.

Peço vênia, entretanto, para discordar destas restrições neoliberais ao emprego da palavra liberdade no sentido positivo. Sem negar sua contribuição analítica, resta pouca dúvida de que a experiência coletiva dos vários tipos de liberdade desde o século XVIII, primeiro no Ocidente e depois em toda parte, após o surto da industrialização, corrobora de maneira absolutamente convincente o conceito de liberdade positiva como “liberdade para alguma coisa”. Aqueles que, como Sir Isaiah Berlin, preferem encontrar no impulso da “busca da felicidade” principalmente uma “luta pela obtenção de *status* e de reconhecimento social”, de parte dos vários grupos sociais, e ressaltam que tal impulso, embora relacionado com a liberdade, não lhe é idêntico nem no sentido positivo nem no sentido negativo de superação de desafios, parece que deixam de captar importante aspecto histórico.

Mesmo que concordássemos com Sir Isaiah [Berlin] que a maior parte das revoluções procede da necessidade de segurança material, da luta em favor da liberdade política, ou, *last but not least*, das pretensões *status*, antes que do desejo de alargar a liberdade de escolha enquanto busca individualista da essência, ainda permanece o fato de que o desenvolvimento social e cultural, desde o Iluminismo, tem sido poderosamente modelado por crescente luta pela *aquisição* de *status*, antes que de papéis ou posições sociais preestabelecidas. Considerada a inerente fluidez da sociedade industrial moderna, tanto em termos de estrutura de papéis sociais como de mobilidade social, o principal impulso a constatar é na direção, não da igualdade de *status*, mas da igualdade de oportunidades — o que significa intrinsecamente o alargamento do leque de opções individuais. Além do mais esta tendência é verificável não apenas no universo do trabalho, mas também na esfera em permanente expansão, do lazer.

Boa parte das críticas ao *status quo* na ordem capitalista assumem, explícita ou implicitamente, a verdade desta tendência histórica, na medida em que ela permite contrastar a promessa de autorrealização sustentada pela dinâmica da sociedade industrial com a materialização ainda bastante insatisfatória desta perspectiva. Afinal, o anseio por *status* pode ser representado seja na perspectiva da evolução social fundada numa base progressista, de baixo para cima, como na América da [de] Tocqueville ou, contrariamente, na perspectiva

⁴¹¹ Vide nota 410.

⁴¹² Friedrich Hayek (1899-1992): economista e filósofo austríaco, posteriormente naturalizado britânico. É considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico.

⁴¹³ Judeu alemão sociólogo e economista político, que publicou também na área da sociologia fundamental do Estado, nascido em 1864 e falecido em 1943.

⁴¹⁴ Thomas Hill Green (1836-1882): filósofo, reformista político e liberalista inglês.

da resistência conservadora, presente na teoria de Veblen⁴¹⁵ sobre a classe praticante do consumo ostensivo do lazer. Mas a disseminação da aspiração a uma vida mais livre, no sentido de uma vida devotada ao trabalho e ao lazer, e afastada dos grilhões da pobreza e da monotonia da rotina cotidiana parece conformar-se melhor ao sentido geral da história moderna (MERQUIOR, 1990a [1980], p. 88-90).⁴¹⁶

De fato, se por um lado a modernidade havia instaurado a pluralidade de ocupações e o aumento da mobilidade dentro do quadro da estratificação das sociedades, em Merquior, por outro lado, havia uma preocupação *liberal* que não poderia, à maneira dos *neoliberais*, excluir o *social*. A inclinação *social-liberal* merquioriana aos poucos ia ganhando refinamento e particularidade, exatamente no ritmo de seus artigos na imprensa, sobretudo:

Porque a liberdade moderna é compósita e dinâmica, feita de direitos, obrigações e oportunidades em constante mudança, no seu conteúdo, senão em sua forma, a democratização do liberalismo permanece em pauta. Dramaticamente, onde a sociedade consagra objetivamente situações globais de privilégio; mais topicamente, em repúblicas menos desiguais, o projeto democrático estipula a única face legítima do liberalismo contemporâneo: a posição *social-liberal*, cujo cerne é o desiderato da igualdade das oportunidades. Não era em nome de outra coisa que Bentham,⁴¹⁷ o pai do utilitarismo individualista, preconizava a ação do estado para a erradicação da indigência (MERQUIOR, 1981c, p. 230).

A sua proposta sociopolítica poderia, assim, ser mapeada através de sete investigações em busca de identificar seus posicionamentos: (1) os tipos de liberalismos na história; (2) sua defesa do Estado e seu combate ao radicalismo *(neo)liberista*,⁴¹⁸ embora sem deixar de reconhecer a dimensão econômica na vida em sociedade; (3) sua defesa da democracia; (4) sua análise crítica dos socialismos e ao conceito de progresso; (5) sua ponderação face à social-democracia e a distinção desta frente ao social-liberalismo; (6) os principais teóricos que concorreram decisivamente para a maturidade de seu pensamento político; e (7) sua agenda social-liberal para o fim do século XX e século XXI.

Antes, no entanto, Merquior (1981a, p. 10; 1981b, p. 10; 1981c, p. 28-36) estabeleceria as premissas (quase metodológicas) que deveriam guiar as tarefas para a sustentação do argumento e da crítica liberais, cujo teor está contido numa espécie de texto sob tom de manifesto, publicado no *Jornal do Brasil* nos dias 7 e 14 de março de

⁴¹⁵ Thorstein Veblen (1857-1929): economista e sociólogo estadunidense, filho de imigrantes noruegueses.

⁴¹⁶ Ao longo deste capítulo, parágrafos de textos originais merquiorianos são transcritos na sua integralidade em forma de citações. Ainda que estas citações se revelem em alguns momentos um tanto extensas, atendem, contudo, ao objetivo central de evitar uma cisão na linha de raciocínio de Merquior.

⁴¹⁷ Jeremy Bentham (1748-1748): filósofo iluminista e jurista inglês.

⁴¹⁸ V. nota 340.

1981. Tentar-se-á escalonar quais seriam estas proposições, em número agora de oito principais.

(1) Primeiramente, “a independência do espírito e a objetividade do conhecimento”, com rejeição à censura e a defesa da autonomia intelectual, eminentemente contrária a quaisquer ideocracias⁴¹⁹ (MERQUIOR, 1981c, p. 28-36).

(2) Depois, distinção entre liberalismos [sic] e *social-liberalismo*, principalmente diante da “voga neoliberal em outros quadrantes” (Reino Unido, Alemanha Ocidental, Chile e Estados Unidos da América, destacadamente);

(3) Em sequência, “a serena ultrapassagem da antiga querela contra o estado” (MERQUIOR, 1981c, p. 28-36).

Num país [Brasil] com as nossas carências de capitalização e de serviços sociais o antiestatismo sistemático não tem como ser um combate liberal, pelo simples motivo de que sua aplicação atrofiaria ou imobilizaria no Estado um dos principais, senão o principal instrumento de criação efetiva de liberdades — de oportunidades concretas de vida e de avanço para a maioria esmagadora da população”, ou seja, “A crítica ‘liberal’ que não tem olhos de ver isso não é crítica — é preconceito; não visa a promover a liberdade — visa a preservar o privilégio. Somente um social-liberalismo racional impedirá nossos liberais de reviver caricaturalmente um sectarismo “patricio” objetivamente reacionário. Bertrand Russel[1],⁴²⁰ num passo de sua *Autobiografia*, satirizou seus ancestrais *whigs* por acreditarem que tudo que se fizesse contra os reis era bom, exceto se fosse feito por padres... De muitos neoliberais modernos se poderia dizer que julgam bom tudo que se faça contra o estado — sem lembrar que precisamos do estado, inclusive para criar uma robusta sociedade civil. O bom combate liberal não é contra o estado — é contra certas formas de apropriação do estado (MERQUIOR, 1981c, p. 28-29).

(4) O combate à toda manifestação de intolerância ideológica (“Velha habitante da mentalidade de direita [sic], esta passou a prosperar, nas esferas intelectuais, no território do radicalismo de esquerda”), sobretudo encontrável na distorção pela intelectualidade brasileira, a qual se empenha em desqualificar os que não partilharem de suas mesmas ideias (“Houve tempo em que ser radical era entreter o desejo de tomar as coisas pela raiz. Hoje, porém, o radical intolerante não quer compreender — contenta-se, como o mais vulgar dos moralistas, com repreender”) (MERQUIOR, 1981c, p. 28-36).

(5) Ao lado destes quatro itens mais de caráter de “missão *política*” somam-se os de “missão *epistemológica*, a qual consiste na defesa de padrões objetivos de conhecimento”: (6) luta contra “a permissividade epistemológica a pretexto de virtuosa tolerância ante a diversidade de opiniões” (“a indulgência indiscriminada face a teorias e

⁴¹⁹ Ideologias fechadas em si mesmas.

⁴²⁰ Matemático e filósofo da ciência britânico, nascido em 1872 e falecido em 1970.

interpretações é uma autêntica *abdicação intelectual*. Devemos, como Voltaire, defender até o fim o direito dos outros à discordância — mas isso absolutamente não implica que se renuncie ao direito de julgar as ideias conforme critérios rigorosos de observância lógica e veracidade empírica”) (MERQUIOR, 1981c, p. 28-36).

(7) Não analisar obras de arte ou acontecimentos históricos (objetos, enfim) sem a análise da forma e do contexto cultural com que se apresentam, “porque a sua característica número um é a *unicidade*” e esta qualidade é um desafio para as humanidades, porquanto “a ciência [dentro da qual estão as ciências humanas e sociais] busca leis, e diante dela é preciso repetir o sábio dito de Goethe: ‘individuum est ineffabile’⁴²¹” (MERQUIOR, 1981c, p. 28-36).

(8) A recusa do delírio irracionalista: “nossa gloriosa civilização universitária” (de docentes e discentes), sob alegação de “fecundidade interdisciplinar”, não realiza nem promove intercâmbio ou assimilação de assuntos, apenas “*pilhagem*” — “a consequência não é nenhum cruzamento cognitivo digno desse nome e sim um contágio esclerosante de elucubrações mistificatórias — a farra da teorização irresponsável”, em que a perpetração da “leitura” do mundo se converte sempre em “pedante sinônimo de exegese” (“Vivemos sob o império da estranha raça dos hermeneutas apedeutas”, em um “supermercado universitário”) (MERQUIOR, 1981c, p. 28-36).

À parte a entonação que toca o corrosivo ou a deselegância, Merquior (1983a, p. 87-98) identifica três fases por que passara o que ele próprio denomina “argumento liberal”.

Num primeiro momento, remonta-se às formas de governo de Montesquieu, as quais seriam fundamentais, ao lado da base social do poder, ou textualmente: “não basta decidir sobre a base social do poder”; ao que se juntaria, como igualmente necessária, a garantia de “que o poder, mesmo legítimo em sua origem social, não se torne ilegítimo pelo eventual arbítrio do seu uso”, pois se trata de uma fase na história do pensamento liberal em que “se encontra sempre [sic] uma dose inata de desconfiança ante o poder e sua inerente propensão à violência”. A esse primeiro tipo de liberalismo Merquior chamará “*constitucionalismo*, isto é, o reconhecimento da constante necessidade de limitar o fenômeno do poder”.⁴²² A ordem é a *monocrática*,⁴²³ a qual se acha sob o império

⁴²¹ “*Das Individuum ist nicht zu fassen*”: “o individual não pode ser apreendido”.

⁴²² Para uma crítica a este aspecto, valem os desdobramentos em Faoro (2012 [2007], p. 233 et seq.).

⁴²³ Alusão ao deus mitológico *Nomos* (em grego, *Νόμος*); na mitologia grega, o *daemon* [“espírito”, “divindade”, em tradução literal] das leis, estatutos e normas.

da lei, “onde [sic] todo o poder possa ser experimentado como *autoridade* e não como violência”. Contudo, ao lado da condição constitucional necessária estaria a necessidade de ampliação da concentração do poder das mãos não de poucos reis, imperadores e oligarquias liberais como o caso dos *whigs*⁴²⁴ na Inglaterra ou da elite política do Brasil da Primeira República, o que afetava em muito a categoria basilar fundamental do liberalismo: a *legitimidade*, que tem no seu alicerce, por seu turno, o indispensável ideal democrático, o qual, igualmente, pressupõe “a universalidade da cidadania, dos direitos políticos, e não apenas — como na república de tipo *whig* — a dos direitos civis”, de modo a consagrar não somente a segurança do indivíduo, mas também o seu direito de participação política. “Por conseguinte”, argumenta Merquior (1983a, p. 87-88), “para a vigência de uma ordem liberal moderna faz-se mister a conjunção de constitucionalismo e democratização da cidadania”.

A doutrina liberal havia encontrado entre seus “ancestrais” (mais que “fundadores) a sua teorização antes do advento da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Também Montesquieu concordava com o pensamento de Locke: este arguiu o postulado do imperativo da limitação do poder pelo ângulo da *legitimidade*, “que desde então passou a repousar no consentimento *individual (majority rule, minority rights)*⁴²⁵” (MERQUIOR, 1983a, p. 89).

Somente com o “primeiro ato da ópera liberal”, todavia, e “após essa imprescindível *ouverture*”⁴²⁶, a corrente liberal conheceu seu segundo momento, estendível de Benjamin Constant a Herbert Spencer — para Merquior (1983a, p. 89; 2014b [1991], p. 140, 262), uma fase de *paleoliberalismo*, o qual vinha suceder o *protoliberalismo* (este que remontava “à primeira Idade Moderna ou mesmo, em alguns casos, à Idade Média ocidental”) e cujo “maior mérito foi ter acrescentado à teoria da limitação do poder um conceito decisivamente ampliado da liberdade”:

À liberdade clássica, de participação pública no poder, somava-se o pleno reconhecimento da liberdade moderna, ou livre exercício privado de agires e fazeres conforme a inclinação de cada um. Em suma: à defesa da liberdade *política*, baseada na *autonomia* do indivíduo, cumpria aditar a proteção da liberdade *civil*, alicerçada na *liceidade* [lícito] de suas ações. A inserção dessa perspectiva no tema da limitação do poder é de uma clareza cristalina (MERQUIOR, 1983a, p. 89).

⁴²⁴ Partido de tendências liberais no Reino Unido dos séculos XVII ao XIX.

⁴²⁵ Literalmente: “regra da maioria, direitos das minorias”.

⁴²⁶ “Abertura”, na música erudita.

O primeiro autor — Benjamin Constant —, já apresentado no capítulo anterior, distinguiu uma árvore dos conceitos “clássico-latino” e “anglo-saxônico” de *liberdade*, destacando-se Rousseau na primeira noção (pelo que “a liberdade é sobretudo a livre participação do indivíduo no poder da cidade ou do estado”), e Locke ou Hobbes na segunda noção (em que a liberdade “é antes de mais nada o exercício desimpedido de liberdades, ou seja, de agires e fazeres a bel-talante de cada um, que só encontram limite legítimo no igual direito de outrem”); o mesmo que dizer, respectivamente, *liberdade pública e positiva* ou *política* (do *cidadão*) e *liberdade privada e negativa* ou *individual* (sem nenhuma finalidade pré-estipulada). Neste caso, a liberdade dos antigos era “a partilha do poder”, ao passo que a dos modernos, “a segurança a sua vida privada” (MERQUIOR, 1980a, p. 12; 1981c, p. 211-212).

A outra referência — Herbert Spencer —, embora “num grau inferior de sofisticação teórica”, descreve a história da Europa avançada como a vitória da limitação do poder na esfera religiosa (liberdade de confissão) e, num segundo plano, na esfera econômica (*laissez-faire*), entretanto, na visão de Merquior (1983a, p. 89-90), guardava as suas insuficiências:

Em compensação, esse tipo de liberalismo se mostraria singularmente cego ante a dimensão do estado. Nem Constant nem Spencer souberam ver o que viu Tocqueville: que o crescimento da liberdade civil foi acompanhado, e na realidade pressupôs, uma tremenda expansão da regulamentação da sociedade pela lei, isto é, pelo estado enquanto foco emissor de direito. O robustecimento da sociedade civil não ocorreu contra o estado, e sim sob a sua égide. De modo que, aí pela volta do século, o exorcismo do estado, refrão da política spenceriana, já era sobretudo um arcaísmo sociológico. O evolucionismo acertara em cheio ao pintar o progresso como superação do militarismo pelo industrialismo (do que Constant chamara “espírito de conquista” pelo “espírito de comércio”), porque nem mesmo a persistência do fenômeno bélico (na guerra franco-prussiana, nos conflitos balcânicos e, finalmente, na “grande guerra dos homens brancos”, a catástrofe de 1914-18) desmentia, no âmbito europeu, a obsolescência do imperialismo de cunho clássico e dos valores marciais na cultura mas o erro do paleoliberalismo estava em confundir essa tendência com um ilusório perecimento do estado.

O último momento deste histórico do liberalismo é assinalado por Merquior (1983a, p. 90-91) como o *social-liberal*, quando, ainda bem antes do declínio da “ideologia paleoliberal”, o “centro da nova perspectiva seria a distinção entre liberdade social e liberdade associal, devida L.T. Hobhouse.⁴²⁷ A liberdade social, baseada na

⁴²⁷ O inglês L. [Leonard] T. [Trelawny] Hobhouse [1864-1929] foi o primeiro lente de sociologia na universidade Fabiana, a London School of Economics.

autodisciplina, é algo a ser desfrutado por todos os membros da sociedade; e consiste ‘na liberdade de escolher linhas de ação que não envolvam dano a outrem’”.

Neste ponto, opera-se um redirecionamento da acepção:

Há exatamente cem anos [sic], o filósofo neoidelista oxoniano T. [Thomas] H. [Hill] Green [1836-1882] redefiniu a liberdade como algo valioso apenas na medida em que seja o meio para um fim — o bem comum.

Esta restauração da ideia de bem comum tinha endereço nitidamente antiutilitarista. E seu sabor potencialmente antiindividualista não deixava de brigar com a posição daqueles que, como Constant ou, sobretudo, John Stuart Mill,⁴²⁸ se haviam preocupado com padrões de excelência moral e intelectual, sem, no entanto, abandonar a ótica individualista (tanto Constant quanto Mill tinham perfilhado a ética humanista de Wilhelm von Humboldt,⁴²⁹ o ideal de uma *Bildung* [formação, cultura] ao mesmo tempo moralizadora e emancipatória.

Mas o desvio decisivo em relação à prática política estava na ultrapassagem dos dogmas antiestatistas dos paleoliberais. Green sustentava que a coerção estatal não é o único obstáculo à liberdade — barreiras econômicas e sociais também o são, o que torna legítimo, para removê-las, o recurso à ação do estado (MERQUIOR, 1983a, p. 90-91).

Esta fase do *social-liberalismo* Merquior (2014b [1991], p. 187, 196, 200-201) também denominará “novo liberalismo”, o qual havia nascido entre 1880 e 1910, marcadamente com as publicações dos citados Hobhouse e Green. A proposta tentava conciliar o plano propriamente individual sem prescindir do papel do Estado:

Assim, o “novo liberalismo” aproximou-se do liberalismo clássico.

Tudo bem ponderado, o novo liberalismo, inclusive o liberalismo social dos dois Hobs [John Hobson⁴³⁰ e o já mencionado Hobhouse], não se apresentava como muito estranho ao pensamento de Mill. Os novos liberais queriam implementar o potencial para o desenvolvimento do indivíduo que fora caro a Mill em seguimento a Humboldt, e ao fazê-lo pensaram no direito e no Estado como instituições propiciadoras daquele desenvolvimento. Esta preocupação com a liberdade positiva levou-os a ultrapassar o Estado minimalista. Mas não eram de qualquer forma hostis, como questão de princípio, seja ao individualismo, seja ao liberalismo; e sua preocupação cívica já estava presente em Tocqueville e Mill. Eles certamente se livraram da primeira estatofobia liberal, mas não eram estatistas. Com o benefício do recuo no tempo, o liberalismo social da Belle Époque se parece mais com o liberalismo clássico do que com o socialismo da vertente principal — pelo menos antes que o socialismo se transformasse conscientemente em social-democracia (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 200-201).

A época *social-liberal*, porém, envolve muitos tipos de liberalismo dentro de um só. Até porque:

⁴²⁸ Filósofo e economista britânico, nascido em 1806 e falecido em 1873.

⁴²⁹ Funcionário do governo, barão, diplomata, filósofo alemão e fundador da Universidade de Berlim, nascido em 1867 e 1835.

⁴³⁰ John Hobson (1858-1940): economista inglês, crítico do Imperialismo e um dos principais representantes do reformismo burguês.

Uma vista geral, mesmo tão necessariamente incompleta quanto esta, da história três vezes secular das ideias liberais mostra, acima de tudo, a impressionante *variedade* dos liberalismos: há vários tipos históricos de credo liberal e, não menos significantes, várias espécies de discurso liberal. Tal diversidade parece decorrer principalmente de duas fontes. Em primeiro lugar, há diferentes obstáculos à liberdade; o que assustava Locke — o absolutismo — já não era obviamente o que assustava Mill ou, ainda, Hayek. Em segundo lugar, há diferentes conceitos de liberdade, o que permite uma redefinição periódica do liberalismo (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 262).

Assim, o *social-liberalismo* — demarcado desde John Stuart Mill a Ludwig von Mises⁴³¹ e Friedrich Hayek (mesmo Milton Friedman⁴³²), passando ainda uma vez por Green e Hobhouse, até Lord Acton⁴³³, Benedetto Croce⁴³⁴ e John Maynard Keynes⁴³⁵ —, se por um lado revelava um grande conjunto de linhagens, linguagens e propostas liberalistas, por outro se assentava numa profunda dicotomia — ou mesmo um ciclo paradigmático — *estado intervencionista e estado mínimo*:

[...] Mill permanecera contrário à administração permanente do bem-estar coletivo pelo estado, fiel à concepção *minimalista* deste último. Os social-liberais do fim do século [XIX], como Green e Hobhouse, ou os economistas alemães da Verein für Sozialpolitik⁴³⁶, como o influente Gustav Schmoller,⁴³⁷ ficariam bem mais perto de um “liberalismo de estado”. Liberalismo de estado que, no caso desses social-liberais ingleses, prefigura o ânimo igualitário do credo “liberal” no sentido norte-americano dos nossos dias.

A rigor, a época social-liberal pode ser colocada entre Mill e os *liberals rooseveltianos*⁴³⁸ — ou melhor, entre Mill e Keynes, já que este foi seu grande economista, o diagnosticador e terapeuta das insuficiências do *laissez-faire* [liberalismo econômico]. De resto, a meia distância entre Mill e Keynes, o pensamento social-liberal se veria reforçado pela emergência de uma importante dissociação: o divórcio de liberalismo e otimismo. De Constant a Spencer, o liberalismo vivera encharcado de otimismo histórico, persuadido de que a desimpedida ação dos indivíduos levava sempre à colaboração e ao progresso harmônico do gênero humano. Não é que faltassem, propriamente, pessimistas. Ninguém menos que Mill foi insigne arauto dos receios causados pela continuação descontrolada do crescimento econômico; e antes de Mill, Tocqueville concluía que a conjunção da igualdade com a liberdade nada tinha de fatal. Mas geralmente o tom do liberalismo, estimulado pelo magnífico surto de prosperidade do meio do século, era bem otimista.

Dela se separariam, porém, os grandes liberais atuantes ao tempo da Grande Depressão, Lord Acton ou Benedetto Croce. Repudiando a visão rósea do liberalismo clássico, eles reconheceram que a “história da liberdade” (expressão de Acton) é inseparável do conflito. O *Kulturpessimismus* finissecular deixou sua marca na tradição liberal. Ora, essa nova desconfiança

⁴³¹ Economista teórico de nacionalidade austríaca e, posteriormente, americana, que foi membro da Escola Austríaca de pensamento econômico. Nasceu em 1881 na Ucrânia e faleceu em 1973.

⁴³² Economista, estatístico, professor universitário e escritor norte-americano, nascido em 1912 e falecido em 2006.

⁴³³ Barão, historiador e editor britânico, nascido em 1834 e falecido em 1902.

⁴³⁴ Historiador, escritor, filósofo e político italiano, nascido em 1866 e falecido em 1952.

⁴³⁵ Economista britânico, nascido em 1883 e falecido em 1946.

⁴³⁶ Sem grifos no original, trata-se de título de uma associação econômica alemã, fundada em 1873. Literalmente: “Associação para Política Social”.

⁴³⁷ Economista alemão, nascido em 1838 e falecido em 1917.

⁴³⁸ Referência a Franklin Delano Roosevelt (1882-1945), presidente dos EUA entre 1933 e 1945.

ante a história era basicamente propícia ao dirigismo socioeconômico. Se a mão invisível da Providência não mais assegurava por si só a harmonia entre os homens, então alguma medida de intervencionismo estatal se impunha — do contrário, a própria liberdade estaria em perigo. Esse corolário ainda não é visível num liberal gladstoniano⁴³⁹ como Acton; mas já o é em Croce, que emergirá da Segunda Guerra Mundial como adversário do liberalismo econômico.

Do predomínio da ideologia social-liberal na era keynesiana (1930-1973) resultou a entronização política daquilo que Raymond Aron chama de “síntese democrático-liberal”: o complexo de direitos civis, políticos e sociais acatados pelas democracias industriais avançadas, e que combina várias liberdades, nos dois sentidos básicos de participação e não-impedimento. Nascida de uma dialética fecunda entre o liberalismo clássico e a crítica socialista, a síntese democrático-liberal não se define por *uma* noção de liberdade, mas sim por um permanente diálogo social, no qual os grupos interlocutores jogam com diferentes ideias da liberdade ou das liberdades. Preciosa síntese sociopolítica, ainda tranquilamente insuperada, no mundo contemporâneo, em sua capacidade de assegurar direitos e liberdades. Quem duvida disso, e especialmente quem lhe julgue superior a “construção do socialismo” nas ideocracias grotescamente intituladas “democracias populares”, deveria prestar atenção às reivindicações do Sindicato Solidariedade, e reconhecer que as conquistas dos trabalhadores poloneses na Carta de Gdansk⁴⁴⁰ representam liberdades corriqueiramente usufruídas no Ocidente — exceto onde regimes autoritários tenham violado os princípios liberal-democráticos.

Essa menção é bastante para refutar o que Norberto Bobbio tão bem denunciou como *falácia genética* na argumentação antiliberal do marxismo. Os marxistas acusam o liberalismo de não ver que sua cara liberdade não passa de um privilégio de classe, conquistado pela burguesia na época de sua rebelião contra a sociedade feudal. Porém, admitir essa sua origem de classe absolutamente não nos obriga a pensar que as liberdades “burguesas” não tenham, hoje, um valor e alcance universais. A gênese de uma instituição social é uma coisa; sua função e sentido presentes, bem outra. [...]

Qual seria a terceira fase [sic] da ideologia liberal? Nesses últimos anos [da segunda metade da década de 1970 até ao início do segundo semestre de 1981], a voga do antikeynesianismo e a viragem direitista na política anglo-saxônica deram novo lustre ao *neoliberalismo*. Seu maior profeta, o austro-inglês F. [Friedrich] A. [Auguste von] Hayek, propõe um verdadeiro desmantelamento do social-liberalismo, um retorno em regra ao estado mínimo e à convicção de que o progresso deriva automaticamente de uma soma não-planejada de iniciativas individuais. Quietismo governamental no plano econômico e simples legalismo no plano político-social. Pois a lei, para Hayek, se caracteriza pela sua neutra generalidade, equivalente à ausência de coerção social no sentido de uma opressão de classe. No entanto, observa Aron, muitas vezes a generalidade da lei não elimina seu aspecto eventualmente impositivo, do ponto de vista de dados grupos sociais, para os quais, em certas circunstâncias, a *norma legal* pode ser um *poder ilegítimo*. Afinal, as leis, por mais gerais que se entendam, exprimem com frequência interesses partidários. Uma coisa é certa: a utopia liberal-conservadora de um puro e simples reino da legalidade dificilmente atenderá aos impulsos democratizantes das sociedades industriais de modelo liberal — satisfará menos ainda às exigências sociais dos países, como o Brasil, onde a “síntese democrático-liberal” permanece incompleta. O neoliberalismo só confia no jogo do mercado. Mas nós sabemos que o mercado, conquanto seja instrumento necessário da criação de riqueza e do desenvolvimento econômico *intensivo*, nem por isso constitui uma condição suficiente da liberdade moderna, porque não é capaz de gerar, *por si só*, toda uma série de requisitos e oportunidades para o exercício mais

⁴³⁹ Referência ao primeiro-ministro britânico William Ewert Gladstone (1809-1898).

⁴⁴⁰ Referência às manifestações grevistas de trabalhadores ocorridas na Polônia no início dos anos 1980, sob a liderança do ex-presidente do país Lech Walesa (1943-).

pleno e mais significativo da individualidade de muitos. Se suprimir o mercado é ferir de morte o substrato material das liberdades modernas, deixar tudo entregue ao seu império é restringir significativamente o livre gozo dessas mesmas liberdades a minorias — e as minorias compostas de privilegiados pelo berço, e não pelo mérito.

O neoliberalismo é, portanto, essencialmente, a reprise do paleoliberalismo; e como verificamos as deficiências deste último em matéria de visão histórica e consciência social, parece inevitável preferir, ao retrocesso neoliberal [sic], uma retomada criadora do social-liberalismo.

Cada uma das grandes ideologias políticas contemporâneas — conservadorismo, liberalismo, socialismo — se encontra hoje afetada de não pequeno grau de desmoralização (MERQUIOR, 1983a, p. 91-95).

A síntese (alongada, porque complexa e abrangente) já por si demarca algumas posições presentes na formulação do pensamento sociopolítico merquioriano: a partir dos três modelos de liberalismos ao longo da história, Merquior concordará com a autodeterminação em equilíbrio com o papel incontornável do Estado, mas recusará a supremacia da dimensão econômica sobre as demais esferas da vida em sociedade, tal como o queriam tanto os liberais à Mill quanto os neoliberais à Hayek.

Para tal, Merquior (2014b [1991], p. 174) recuará até o ensaio de Croce, *Liberalismo e liberismo*, aparecido pela primeira vez no ano de 1928, e resgatará o neologismo crociano presente no final do título, nascido de “uma forte polêmica” de Croce com seu compatriota Luigi Einaudi⁴⁴¹:

No último pós-guerra, o liberalismo europeu foi marcado por uma forte polêmica entre Benedetto Croce e Luigi Einaudi. O filósofo-senador achava que a doutrina liberal deveria ser libertada de seu ramo econômico. Segundo ele, o abandono do liberalismo econômico era não apenas compatível com a manutenção das liberdades políticas, mas também necessário à sua preservação. Por outro lado, o economista-presidente se prendia a indissociabilidade do liberalismo político e da economia liberal (MERQUIOR, 1985a, p. 37).

Num outro texto, Merquior (1981c, p. 213) principia por se repetir, contudo lança um entendimento complementar:

Logo após a guerra se travou, entre os liberais italianos, uma famosa polêmica. Enquanto Luigi Einaudi, o economista-presidente, sustentava a impossibilidade de uma ordem política liberal sem o suporte do liberalismo econômico, o filósofo-senador Benedetto Croce opinava pela dissociabilidade dos dois, acentuando que a restauração de um regime da liberdade poderia sobreviver ao eclipse do capitalismo liberal. Na medida em que a controvérsia girava sobre o “laissez-faire”, Croce tinha evidentemente razão. Na medida, porém, em que a transportemos para o plano de uma discussão sobre o papel da economia de mercado, ainda que planificada na sobrevivência de instituições livres, Einaudi terá visto mais claro.

⁴⁴¹ Economista e ex-presidente da República Italiana, nascido em 1874 e falecido em 1961.

Merquior (2014b [1991], p. 174) aponta o princípio crociano para esta recusa do *homo economicus*: “seu altivo desprezo pelo materialismo em questões de ética”. Daí haver de introduzir esta “cunha conceitual entre liberalismo e *liberismo*, o próprio termo que denotava ‘liberdade econômica’”. “Em seu livro *Ética e política* (1922)” — continua — “e em outros textos da década de 1920, insistiu em que o liberalismo não devia ser igualado à idade efêmera do *laissez-faire* ou, de um modo geral, a práticas e interesses econômicos”. A posição merquioriana haveria de concordar com o sentido crítico crociano nestes termos: “[...] Croce salientou que enquanto o liberalismo é um princípio ético, o liberismo não passa de um preceito econômico que, tomado equivocadamente por uma ética liberal, degrada o liberalismo a um baixo hedonismo utilitário”.

Assim compreendido, pois, o Estado não apaga o papel relevante da economia; ambas são instituições necessárias à realização do social-liberalismo. No caso do poder estatal Merquior seria categórico: “O primeiro traço das democracias modernas é a majestosa presença do estado. Executivo, parlamento e judiciário, burocracia, política e forças armadas são tão indispensáveis ao regime democrático dos nossos dias quanto o sufrágio universal, os direitos humanos, os partidos políticos e a livre imprensa” (MERQUIOR, 1981c, p. 226; 1983a, p. 119-125). O seu ponto de vista, desta forma, não estava em enxergar o estado como “o mais frio dos monstros”, “constante inimigo da cultura”, entidade “contra o espírito” ou “contra a vida”, numa postura nitidamente de “estadofobia” à la Nietzsche, Marx, Escola de Frankfurt (com Adorno ou Marcuse), Hayek e André Glucksmann⁴⁴², cujos argumentos caminhavam para uma linha “estético-vitalista” ou para uma tradição “anarcoliberal”, em que o Estado reprimiria os instintos e a autorrealização dos indivíduos. Contudo, não se deveria assumir uma postura *estadólatra* quanto Hegel e outros, uma vez que não se pode concordar com fundamentos empíricos únicos para a resolução de problemas éticos e sociais, de sorte a ver no Estado “o único promotor do bem-estar coletivo”, numa premissa claramente salvacionista; em semelhante lógica, é falaciosa a crença de que “a expansão do estado significa, necessariamente, o aumento da taxa de compulsão da vida social” ou que o “estado” seja “ao contrário do mercado — um instrumento econômico ineficiente”. Enfim, à guisa de conclusão: “é possível defender o estado sem querer fazer dele uma solução infalível, e muito menos ainda uma Panaceia, uma Solução universal”, porquanto

⁴⁴² Filósofo e ensaísta francês, nascido em 1937 e falecido em 2015.

Longe de significar um aumento automático da compulsão, o desenvolvimento progressivo do estado, nos regimes liberais democratizados, foi o grande veículo histórico de uma palpável ampliação e diversificação das liberdades e dos direitos, notadamente no terreno das oportunidades educacionais, da proteção da saúde e da velhice, e do direito de cada um (e de cada família) à subsistência. O estado não só compeliu (quando o fez) — ao contrário, removeu obstáculos e reduziu impedimentos ao exercício concreto de várias dimensões da liberdade; sua obra integradora e emancipadora compensou de sobra e ultrapassou bastante os aspectos compulsórios envolvidos na sua expansão “tentacular”.

Mas será que tudo isso foi mesmo conseguido ao preço da ineficiência econômica? Onde o estado tentou se substituir *globalmente* ao mercado, não há dúvida. Não foi bem isso que ocorreu, porém, onde ele se limitou a prover aquilo que o mercado, por si só, nunca esteve em condições de realizar. Não consta, por exemplo, que a esplêndida dinâmica industrial do Japão tenha sido prejudicada pelo amplo controle estatal da economia; nem que o nosso BNDES⁴⁴³ — o maior banco de investimentos governamental do mundo — tenha sido estranho ou infenso à industrialização brasileira. Da infra-estrutura do transporte e da pesquisa aos desafios da educação básica, muitos são os domínios em que as carências da sociedade e os problemas de formação do capital simplesmente reclamam a ação do estado, inclusive para que o mercado possa crescer e funcionar. E a verdade é que alternativas maniqueístas, apontando no estado o bem ou o mal absoluto na economia, são excessivamente simplistas. [...] não sendo possível partir *a priori* para juízos positivos ou negativos, na base de uma variável única e genérica. [...] a desestatização completa é, no mundo moderno, uma completa miragem — e nos países em desenvolvimento, o caminho da injustiça e da estagnação. [...] Mas é também um mal suportável, bem compensado pelas múltiplas e valiosas vantagens do progresso, especialmente no tocante ao incremento dos direitos e liberdades e à ampla extensão do número de seus beneficiários. A sociedade liberal democrática não é, nem se propõe a ser, moralmente perfeita — ela é apenas institucionalmente mais humana. E a violência? Será que ela de fato é, no nosso mundo, função da presença do estado, como pretendem romanticamente Paul Johnson⁴⁴⁴ e os *nouveaux philosophes*? Não estaria ligada, isso sim, à *falta, ou insuficiência, da legitimidade* do estado? [...]

Por isso o estado moderno — convém não esquecer — não é só uma superestrutura, nem mesmo uma superclínica: é também, e antes de tudo, a lei do homem livre, uma instituição jurídica alicerçada num sentido coletivo de justiça e validade. Por isso é que o fundador do pensamento democrático, Rousseau, apesar de tremendamente individualista, exaltou o estado, incorrendo na abominação de anarquistas como Proudhon.⁴⁴⁵ O estado como ideal de justo convívio que Rousseau na sua reinterpretação democrática da ideia de contrato social pode ser considerado um eco moderno da velha distinção platônica entre o poder *tirânico*, que é pura coerção, e o poder *político*, que é autoridade livremente consentida (Platão, *Político*, 276). [...]

Por maior que ainda seja a distância entre seus produtos materiais e psicológicos, somente o estado, em nossa época, parece manter o espaço normativo dentro do qual a liberdade vive a lei, e fora do qual todo roubo libertário termina em licença predatória, pronta para o recurso à violência (MERQUIOR, 1983a, p. 122-125)

⁴⁴³ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (originalmente, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico [BNDE]): empresa pública federal, com sede no Rio de Janeiro, fundada em meados de 1952, sob o governo democrático varguista. Teve como um de seus idealizadores Roberto Campos. Quem desejava de um aprofundamento em derredor de temas que tais, queira ver Almeida (2017) e Martins e Castro (2017).

⁴⁴⁴ Escritor, editor, jornalista e historiador britânico, nascido em 1928.

⁴⁴⁵ Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865): filósofo político e econômico francês.

Trata-se da apresentação de uma definição: a liberdade em suas formas, a ordem democrática, sem exclusão do estado, o reconhecimento da relevância do aspecto econômico na vida dos seres humanos em plena modernidade (e sempre ao longo do percurso histórico), tudo configurando o alicerce para a efetivação da *legitimidade* da vida regada pelo poder na pluralidade das expressões normativas que vão além do aspecto jurídico ou simples e puramente político.

Como se depreende da leitura de Merquior, *liberalismo e democracia* são quase palavras coirmãs:

Convém, portanto, reconhecer a falência, entre nós modernos, do princípio democrático em sentido literal, alicerçado na liberdade clássica, na liberdade como participação livre e igualitária na conduta do estado. Porém se nos voltarmos para o outro conceito — o moderno — de liberdade, para a atuação desimpedida dos indivíduos, em áreas de sua livre escolha, ao gosto de cada um — aí o quadro se torna bem menos desalentador. Pois as liberdades individuais e privadas somente se multiplicaram e se estenderam com a expansão da divisão do trabalho e da mobilidade social — dois fenômenos nitidamente modernos, posteriores ao ocaso da sociedade tradicional, com sua economia subdesenvolvida e suas rígidas hierarquias. Ora, a precondição geral desse novo dinamismo na economia e dessa maior plasticidade na estrutura social — a progressiva libertação das massas da penúria e da opressão — ocorreu, nos sistemas políticos liberais ou semiliberais, quase sempre graças a movimentos político-sociais de inspiração democrática, isto é, aspirantes ao ampliação da base social da liberdade de participação política, pelo menos ao nível do voto e da representação político-partidária. Tais movimentos, primeiro predominantemente burgueses e em seguida obreiros, constituíram a força motriz na transformação das oligarquias liberais em repúblicas liberal-democráticas. Se a política do desenvolvimento e da previdência social obviamente não repousa no governo pelo povo, pelo menos é inegável que, historicamente falando, ela se singulariza como governo *do* povo. Em consequência, o debate, aguçado pela recessão, sobre a prioridade desses polos: desenvolvimento e bem-estar, já se situa em grande parte *no interior* dessa orientação democrática. A prova é que, no cotejo com as sociedades hierárquico-tradicionais, ou já modernas mas oligárquicas, esse debate aparece logo como uma simples divergência metodológica, nunca como autêntica discrepância quanto aos fins da ordem social. Nesse sentido, a retórica democrática não é apenas um pálido esperanto — é a língua viva das sociedades em que a desigualdade persiste, mas há muito deixou de ser legitimável.

[...] Se a democracia liberal como produto histórico é, no claro conceito de John Plamenatz (*Democracia e Ilusão*, 1973), um complexo conjunto de direitos, obrigações e oportunidades, profundamente ligado à laboriosa sociedade industrial instruída, afeita a uma grande variedade de ocupações e estilos de vida, então a essência da democracia contemporânea consiste na combinação, nem sempre harmônica, do ideal clássico da liberdade cidadã em princípio moderno da liberdade individual, plástica e multiforme, que engloba a primeira e lhe confere, em nossa época, sua plena significação humana.

Resumindo: a democracia moderna é bem pouco democrática se a medirmos pelo metro literal da liberdade antiga; mas é bem mais democrática, mesmo no sentido grego, se julgada pelo padrão da liberdade moderna. Contra ela, nenhum elitismo consegue justificação. Nem mesmo a meritocracia, única elite compatível, em seu princípio, com a mobilidade social, porque a natureza compartilhada da economia e da técnica modernas exclui a emergência de meritocratas generalistas, que pudessem reivindicar racionalmente a totalidade

das posições de cúpula. A autoridade profissional não saberia justificar sua apropriação da autoridade política. E nas demais elites, o próprio mérito é discutível. Quando, por exemplo, certo radicalismo humanista, sem se dar conta de quanto imita com isso velhos preconceitos conservadores, erige a elite intelectual em vanguarda da sociedade, com a egrégia incumbência de salvar as massas da sua alienação, a precariedade dos seus títulos vem imediatamente à tona. Swift⁴⁴⁶ dizia que se quisermos fazer uma ideia do conceito em que Deus tem a opulência, basta ver a quem ele habitualmente a concede. Pois bem: se quisermos fazer a ideia do conceito em que os deuses têm o status intelectual e acadêmico, chamadas humanidades. Qualquer tolo e muitos irresponsáveis podem ir bem longe nessa rota hierárquica. Mas ninguém persuadirá um espírito crítico de que a direção da sociedade lhes caiba por direito superior à escolha falível da gente comum (MERQUIOR, 1981c, p. 227-230).

O que estava em jogo em toda esta discussão poderia ser encontrado sugestivamente na proposta de Isaiah Berlin, quando apresenta sua distinção entre *liberdade positiva* e *liberdade negativa*. A esse respeito, Merquior esclarece que enquanto a primeira locução traduz um conteúdo de liberdade que reside na liberdade *política*, a segunda locução “negava” qualquer intervenção na vida individual, núcleo comum da livre iniciativa econômica. A liberdade *negativa* é “livre de coerção”; “é sempre a liberdade *contra* a possível interferência de alguém”. São exemplos de liberdade negativa “a autonomia de expressar crenças (em oposição à censura)” ou “a liberdade de satisfazer pessoalmente gostos e a livre procura de objetivos individuais (em oposição a padrões impostos)”. Já a liberdade *positiva*, por outro lado, “é essencialmente um desejo de governar-se, um anseio de autonomia”. “Contrariamente à liberdade negativa, não é liberdade *de*, porém liberdade *para*: a aspiração ao autogoverno, a decidir com autonomia em vez de ser objeto de decisão”. Enfim: “Enquanto a liberdade negativa significa independência de interferência, a liberdade positiva está relacionada à incorporação do controle” (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 50).

Não deixava de haver, desta forma, uma ligação com a história da legitimação do poder a partir da leitura merquioriana sempre retomada da conferência “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos” (1819), por Benjamin Constant, quando este subdividiu a liberdade em duas grandes noções: (1) a liberdade clássica, *pública, política*, do *cidadão*, em que “a liberdade” era vista “como virtude política, orientada para a participação igualitária no poder” e por um sistema democrático direto, e (2) a moderna, *individual*, do *homem*, “com o livre gozo de uma esfera privada de comportamento”, num funcionamento democrático por meio da representação (MERQUIOR, 1981c, p. 224).

⁴⁴⁶ Jonathan Swift (1667-1745): poeta, clérigo, panfletário político e escritor anglo-irlandês.

Neste debate, as palavras poderiam bem ser alteradas para *estado* e *economia* nos debates históricos da corrente liberal, já que este contrabalanço está no âmago da justificação do poder. Analogamente, o governo *pelo* povo contém liberdade *para*; o governo *para* o povo ou em seu nome é liberdade *de*. “Aos olhos do filho da pólis, isso [a liberdade *negativa* ou o governo *para* o povo e não *pelo* povo] não passaria de uma aberração”, pois que “nenhum espírito grego [antigo] jamais os considerou governantes democráticos” (MERQUIOR, 1981c, p. 224).

Todavia, não se trata de condenar o *antigo* como *idealista*. A democracia deveria combinar liberdade coletiva e liberdade individual. O problema do estado não reside na instituição burocrática da modernidade, mas em sua concentração de poder. O problema do viés meramente econômico não está no mercado mas em ver a sua força *normativa* perfeitamente compatível com as demais forças das normas sociais: afinal, o “único consenso de que a verdadeira democracia necessita”, segundo Merquior (1981c, p. 238-240, 243-244), “é, naturalmente, um acordo sobre as regras do jogo — um pacto *nomocrático*, que consagre a soberania da lei e do estado de direito. Além desse ponto, podemos apostar” que “todo papo [sic] sobre consenso é potencialmente antidemocrático: pois a democracia pressupõe exatamente o reconhecimento coletivo da irreducibilidade do conflito social, e da necessidade, por isso mesmo, de institucionalizá-lo”. Em outras palavras, Merquior (1981c, p. 240) entende por democracia “uma questão de *poder* (cratos)”, em que se equilibrassem o humano e o institucional e estes se relacionassem permanentemente dentro da construção histórica. A justificação do poder, portanto, seria marcada pelo fundamento de sua legitimação e representação democrática, na medida em que, no curso histórico, o modo tradicional de justificativa da autoridade (o qual outrora, celebrado por símbolos e ritos que consagravam o poder como vontade sobre-humana, consistiu em apelar para princípios exteriores e superiores à vontade humana, em geral religiosos) encontrou no desenvolvimento da modernidade um novo modelo, pelo qual rompia-se com a economia limitada e com a estrutura social marcadamente estável ou mesmo imutável, e imprimia-se agora uma “justificação da autoridade” de sabor “profano e antropocêntrico”, baseado em “critérios relativos à vontade e ao interesse dos homens”. “Em particular, a lei deixou de ser vista como um costume imemorial, uma espécie de norma cósmica, e passou a ser encarada como uma criação *social*” (MERQUIOR, 1981c, 240).

Merquior (1983a, p. 244-245) elucida ainda que o contrato social rousseauiano não tinha por ambição cobrir todas as formas de normatização da vida social, mas apenas

o campo eminentemente da ordem política. Também o pessimismo cultural weberiano não encontrava esclarecimento etiológico na burocracia *per si*, e sim nos seus desdobramentos, dentro da esfera estatal, representante *legítima* da ordem coercitiva em última *ratio* e de responsabilidade *par excellence* pelo poder, racionalizantes ao extremo e cujo senso de racionalidade das normas sociais e institucionalizadas encontrava dificuldades para *prestar contas* “racionalmente aos interessados da sociedade”, o que “não é, aos olhos modernos, autoridade legítima, e sim ilícita coerção” (MERQUIOR, 1983a, p. 244-245).

A “abolição da legitimidade dinástica religiosamente consagrada” deu lugar à “comunidade humana”, a qual “assumiu pleno poder sobre si própria”, porém com o grau de dificuldade agravado:

É verdade que esse ideal de transparência racional do poder, nascido numa época em que o estado ainda não se tornara — a instâncias da própria sociedade — um grande empreendedor, se tornou bastante longínquo em nossos dias de profusas burocracias de crescente complexidade técnica. Na ultracomplexa sociedade contemporânea, o cidadão não consegue inteirar-se da atuação técnica das mil agências governamentais. A ideologia tecnocrática alega precisamente isso para desacreditar, como utópicos, os reclamos de maior participação democrática (MERQUIOR, 1983a, p. 245).

Entretanto, para Merquior (1983a, p. 245), a “verdadeira alternativa macropolítica não é, por conseguinte, democracia ou tecnocracia — é democracia, ou ilegitimidade pura e simples”.

As liberdades, os liberalismos, a democracia, o estado, a economia relacionam-se, na obra de Merquior com mais duas análises: sua crítica aos socialismos (ou mesmo “socialismos de mercado”) por suas visões prognósticas e sua ponderação no que toca à social-democracia.

O sentido do processo histórico, além de constituir preocupação ética e não somente intelectual, é dizer, dentre cujos objetos estavam a participação cívica e o auto-aperfeiçoamento humano, guardava, em regra, no seu seio uma confiança no progresso, ainda que por vezes abalado por certas correntes filosóficas e históricas nas suas formas pessimistas de sustentação ideológica. A sociedade industrial assinalou tais contraditas: o cético com o futuro e otimista romântico com o passado ou o cético com o passado e o romântico otimista com o futuro.

Na visão de Merquior (1982a, p. 25), no entanto, longe de fátua ingenuidade ou exagerada esperança, “A condição humana, em geral, melhorou bastante na ‘sociedade

tecnológica’; no plano da saúde, do conforto, da educação, centenas de milhões de indivíduos atingiram níveis imemorialmente negados a seus antepassados”:

A rabugice de Havelock Ellis⁴⁴⁷ sobre a “troca de um incômodo pelo outro” soa simplesmente ridícula quando se pensa em todas as conquistas e realizações da medicina, da engenharia, do ensino e das comunicações. Vão lá perguntar ao camponês, que era tão escravo do solo quanto o servo da gleba, se ele considera a ceifadeira mecânica, o trator ou os fertilizantes “incômodos” trocados pela sua penosíssima faina milenar; perguntem ao fazendeiro se é “incômodo” contar com o caminhão, o asfalto e silos para armazenar sua produção, lá onde antes a falta de boas estradas e de silagem diminuía enormemente seu potencial (MERQUIOR, 1982a, p. 25).

Mas a riqueza da história humana, com suas conquistas, permanências e retrocessos, não era compreendida por Merquior unilateralmente, como um cavaleiro da razão insensível, paladino “neoiluminista” de causas inocentes, aplausíveis, destoantes do rigor crítico que merecem enfretamento ainda que diante de sua delicadeza e dificuldades heurísticas. Seria preciso reconhecer “O que o progresso não é”:

Há, no entanto, alguma verdade embutida no tremendo exagero de Ellis. *O progresso nunca é completo, ou monolítico*. Muitas vezes, a melhora num plano acarretara *progressos*, de significação variável, num outro. Por exemplo, é óbvio que o supermercado permite o fornecimento mais amplo e mais barato [sic] de comestíveis e outras utilidades domésticas ao grosso da população citadina — mas isso não quer dizer que os legumes do verdureiro tradicional não fossem mais frescos, nem o pão do padeiro mais saboroso. O importante é saber se, no balanço final, a soma de bem-estar e conforto da maioria dos indivíduos compensa essas pequenas perdas nem sempre, aliás, definitivas. Em segundo lugar, convém não esquecer que progresso não é necessariamente sinônimo de crescimento ou de *novidade*. A expansão do número de universidades não significa, automaticamente, nenhum aperfeiçoamento a instrução superior — ao contrário, em muitos países, entre os quais o nosso, veio dificultá-lo. A multiplicação de especializações com direito à ocupação exclusiva de certos empregos não é um efeito natural do progresso da divisão do trabalho, levando a maior eficiência em várias funções. Longe disso: com frequência o reino do diploma cria rigidez e *ineficiência*. Antigamente, por exemplo, os colunistas econômicos dos grandes jornais brasileiros eram economistas, profissionais ou amadores. Hoje, eles têm que ser obrigatoriamente formados em “comunicação” — e, em consequência, pouco entendem da matéria sobre a qual vão escrever... A especialização, no caso, revelou-se disfuncional; a novidade pseudotécnica não representou progresso nenhum, e sim mais um passo no reforço de uma das maiores perversões ocupacionais contemporâneas: a emergência neocorporativista de verdadeiras guildas de incompetentes profissionais — a “sociedade do diploma”, ritualística, pedante e ineficiente.

Tudo isso sugere que não devemos conceber o progresso como um abandono sistemático do passado. Embora a *institucionalização* do progresso tenha resultado de uma considerável *descontinuidade* na história da produção, do pensamento e da organização social, em última análise o critério decisivo do desenvolvimento é menos a recusa generalizada dos costumes do que a ampliação da *gama de opções* disponíveis numa dada sociedade. Assim como o indivíduo rico é o que pode manipular maior número de alternativas em

⁴⁴⁷ Médico, sexologista, psicólogo e escritor britânico, nascido em 1859 e falecido em 1939.

matéria de moradia, ocupação ou diversão, uma sociedade desenvolvida é aquela em que as formas de agir e de fazer são múltiplas e heterogêneas, permitindo inclusive a combinação frequente do velho com o novo. Uma sociedade progressiva é uma cultura inventiva; mas uma cultura inventiva se nutre, em boa parte, de toda uma arte combinatória, capaz de dar novas funções a antigas formas, e não apenas de inventar novas formas e funções.

Digamos, então, que a alma do progresso é a *mudança* permanente — mas que seu alimento é a lenta *sedimentação* dos modos de conduta social, normalmente (mas nem sempre) corporificados num sem-número de *instituições*. Em síntese, *o progresso se serve das tradições*, sem deixar nem um pouco de ser contínua inovação (MERQUIOR, 1982a, p. 25-27).

A questão da social-democracia também é posta em questão por Merquior (1983a, p. 149-151) na formulação de seu *idearium* sociopolítico. A corrente do social-democratismo requestava como valores seus a adesão a princípios democráticos e constitucionais, a busca de igualdade por meio de um estado protetor, que atendesse às elementares necessidades da população, a igualização de oportunidades, o reconhecimento da impossibilidade de compatibilizar o planejamento (necessário) e autonomia (desejável) — “o que fere à mentalidade social-democrata um cariz⁴⁴⁸ reformista imune às ambições utópicas”. Tanto a social-democracia, quanto o social-liberalismo, até aí, concordavam entre si. E noutro ponto também: “o elemento central é o reconhecimento da legitimidade do conflito de interesses”, pela virtude de que se trata de reconhecimento inerente à democracia. Todavia, os sociais-democratas ficavam a meio caminho entre o consenso dos liberais clássicos e “o conflito social em guerra de classes” do marxismo.

O socialismo nasceu em torno do conde de Saint-Simon⁴⁴⁹, com sua apologia do industrialismo e sua crítica à sociedade feudal, bem como sua vivência da Revolução Francesa e do processo de industrialização. Acontece que os seus discípulos modificaram-lhe o ideário, uma vez que passaram a denunciar a exploração do homem pelo homem e a atacar a propriedade privada. Todos, no entanto, defenderiam o igualitarismo. Contudo, nesta época “paleossocialista” nasce o primeiro comunismo, de visão pré-industrial da sociedade, ao contrário dos socialistas, com sua premissa que partia do industrialismo. Desde então surgiu o significado social-democrata de *reformular* a sociedade. Socialistas, comunistas e, depois, anarquistas se dividiam numa grande família dos chamados *radicais*, ao lado de *conservadores* (que recusavam a democracia e a indústria) e *liberais* (que procuravam legitimar tanto os regimes constitucionais nascidos do colapso da

⁴⁴⁸ Semblante.

⁴⁴⁹ Filósofo e economista francês, um dos fundadores do socialismo moderno e teórico do socialismo utópico, nascido em 1760 e falecido em 1825.

monarquia absoluta, quanto o jovem capitalismo industrial). O radicalismo se embasava no questionamento da estrutura social e do liberalismo econômico e será em meio a este cenário que surgirá a figura do “mais equipado (e, de longe, o mais influente) dos ideólogos socialistas: Karl Marx” (MERQUIOR, 1983a, p. 153-158).

Marx “combinou a filosofia da história alemã (Hegel) com a política radical francesa (o comunismo) e a ciência econômica inglesa (Ricardo)”, e até antes da Comuna de Paris (1871), “admitia que se pudesse usar o estado para construir o socialismo. Da experiência da Comuna ele concluiu (dando razão, neste ponto, aos anarquistas) que a revolução precisava *destruir* o estado, e não só conquistá-lo”. O ponto mais fraco da tradição socialista, no entendimento merquioriano, vinha daí: “Não obstante, até o fim de seus dias, [Marx] permaneceu convencido da necessidade de uma administração econômica central (o “governo das coisas” do saint-simonismo)” (MERQUIOR, 1983a, p. 160-161).

Merquior (1981c, p. 236-237; 1982a, p. 166-178) manteria a sua posição social-liberal mesmo diante da concessão, em pelo menos três pontos, à pertinência social-democrata: (1) a aceitação da lógica econômica, (2) um igualitarismo que visava ao nivelamento das *oportunidades*, não à identidade das *condições* e (3) a estatização moderada da economia ou o “*abandono do fetichismo da estatização*” — tudo isso, a seu ver, desenharia um painel de alto interesse ao “cientista social”.

Contudo, as formas de socialismo ao longo da história haviam falhado justamente pelo esquecimento da democracia sob o modelo leninista-stalinista (“Nem com a maior boa vontade do mundo se pode considerar o pai da Revolução Russa um democrata. Nem mesmo em *O Estado e a Revolução* — seu momento mais ‘liberal’ — Lênin cogitou de abdicar do direito divino do Partido”, escreve Merquior [1981c, p. 236-237]) e em razão da “inaceitável” estatização dos meios de produção, bem como da recusa, ora da lei do mercado (ou da lógica do industrialismo), ora da extremada tomada de posição em combate ao que fosse estatal.

A pouco e pouco, o liberalismo na concepção merquioriana ganhava contornos mais nítidos, ainda que sob a reconhecença dos limites do *poder* frente às tamanhas necessidades humanas:

Para o liberalismo contemporâneo, materialismo e consumismo são apenas o rosto mau de algo fundamentalmente positivo: liberdade, igualdade e eficiência. É claro que nenhum desses valores é completamente realizado no universo liberal-democrático. Mas, em compensação, nenhum — nem mesmo a igualdade — chega a ser sequer razoavelmente implementado sob as asas do

Leviatã socialista [...]. E poucas pessoas se dispõem, hoje em dia, a admitir que a opressão dos regimes socialistas não tem nada a ver com a ideologia socialista em si, sendo apenas o resultado de “distorções” provenientes do passado autoritário dos países comunistas ou das circunstâncias violentas que presidiram sua “socialização” (guerra, guerra civil, ocupação militar). As circunstâncias do advento do comunismo nessas nações foram, naturalmente, transitórias; e o “peso do passado” foi amplamente reduzido pela reconstrução revolucionária. É muito mais lógico ir buscar as raízes do totalitarismo *na própria ideia socialista*, toda vez que ela é identificada com a ditadura de um partido “gnóstico”, autodesignado salvador do gênero humano, e a concentração em suas mãos do poder de decisão econômica. Noutras palavras: o socialismo não é inocente; só o foi, no máximo, na cabeça ingênua dos seus teóricos vitorianos, que não souberam prever os efeitos de suas ideias.

Os ancestrais do socialismo sonharam pôr fim à exploração social. Na realidade, esse objetivo só foi (parcialmente) alcançado ou garantido pelas conquistas do movimento operário *dentro dos regimes “burgueses” liberais*. Apenas numa grande nação industrial, a Alemanha, esse movimento foi conduzido pelo socialismo comunista. Com efeito: na Alemanha guilhermina e na de Weimer, o marxismo era a ideologia oficial do partido socialista do mundo; e nesse sentido, é lícito afirmar que o marxismo, *na prática*, mais lasalleano [lassalleano⁴⁵⁰] que marxiano, capaz de conviver bastante bem com o estado e o nacionalismo; e tratava-se de um marxismo que levaria o velho Engels a reconhecer a possibilidade de uma revolução pelo voto, e levou Kautsky,⁴⁵¹ executor testamentário de Engels (como este o fora de Marx), a rejeitar como utopia romântica a noção de uma democracia direta dos produtores.

O verdadeiro papel histórico de longo alcance do socialismo comunista seria outro. Coube-lhe conduzir, a ferro e fogo, modernizações bloqueadas, em países onde a penetração do capitalismo se chocava, sem saída, com uma estrutura social antiquada e um regime político autocrático. Nessas regiões (Rússia de 1917, China de 1949, ou Angola e Etiópia no fim do decênio passado [anos 1970]), a modernização, suscitada pelo capital estrangeiro e colonial, acabou vencendo às custas do capitalismo. E a ideologia que rompeu o nó górdio da situação colonial foi o marxismo, promotor da indústria sem economia, e da técnica sem o mercado.

Montesquieu escreveu que as “repúblicas” — as pequenas sociedades guerreiras da Antiguidade, costumavam cair por causa do excesso de luxo, enquanto as “monarquias”, nome pelo qual ele designava as sociedades capitalistas pré-industriais, caíam devido ao excesso de pobreza. Montesquieu estava escrevendo uma geração antes do início da Revolução Industrial; mas sua tese é perfeitamente adaptável ao mundo contemporâneo. De fato, o que, hoje em dia, ameaça, e muitas vezes arruína, o regime político-social das grandes sociedades pré-industriais é a nova consciência social da pobreza e do atraso, que passa a roer essas sociedades assim que elas sofrem o inevitável contato com as nações modernizadas, senhoras da técnica e do conforto.

Por isso é que o marxismo não funciona (conforme pretende sua retórica) como *solução* para os problemas do industrialismo — funciona, ao contrário, como *veículo* da industrialização, em contextos nacionais onde nem a “revolução burguesa” nem as modernizações por “revoluções conservadoras” obtiveram êxito. Como bem viu Ernest Gellner, cada vez que se converte na elite do poder, o marxismo-leninismo desempenha a função que pertenceu outrora às

⁴⁵⁰ Referência a Ferdinand Lassalle, economista, constitucionalista, democrata e militante polonês, precursor da social-democracia, contemporâneo de Karl Marx, falecido após um duelo passional aos 39 anos somente: “Um socialismo estatista e nacionalista chegou a prosperar na Alemanha da década de 1860, graças a um líder — Ferdinand Lasalle [Lassalle] (1825-64) — que já se estava tornando um perigoso rival de Marx quando a morte o arrebatou, em plena mocidade” (MERQUIOR, 1983a, p. 158).

⁴⁵¹ Karl Johann Kautsky (1854-1938): filósofo checo-austriaco, jornalista e teórico marxista, um dos fundadores da ideologia social-democrata.

seitas puritanas de Max Weber: realiza, com disciplina implacável, a acumulação primitiva do capital. [...]

A ordem liberal garante ao indivíduo segurança, livre expressão e autonomia; o capitalismo lhe garante uma liberdade de ação e de oportunidade em escala muito maior que nas economias de comando. É claro que essa última vantagem se acha prática e legalmente assegurada pela ordem liberal; mas sem o incremento da divisão do trabalho e a elevação geral do nível de vida trazidos pelo progresso econômico, ela permaneceria, no essencial (e sobretudo, no seu alcance social), uma vantagem puramente *teórica*. Na lição concreta da história social, a liberdade se nutre da indústria, enquanto sinônimo do progresso, e este da economia. Insistindo em pensar indústria e democracia contra a lógica do econômico, os socialismos se condenam a desentender e obstar o progresso — e o progresso da liberdade (MERQUIOR, 1983a, 162-164, 178).

O social-liberalismo merquioriano deve, no seu repasse de dívidas e de influências: (1) mais do que aos liberais clássicos, (2) pouco aos liberais conservadores e (3) muito menos a liberistas e neoliberais, e sim (4) a duas correntes dentre as mais contemporâneas: (a) o liberalismo sociológico de Raymond Aron e Ralf Dahrendorf⁴⁵² e, embora em cuidadosa proporção, (b) aos neocontratualistas à John Rawls,⁴⁵³ Robert Nozick⁴⁵⁴ e Norberto Bobbio (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 234-258). E dentre esses nomes, três se tornariam seus interlocutores mais diretos para a formação de seu pensamento político social-liberal: Aron, Dahrendorf e Bobbio.

À parte os elogios recebidos por Merquior (2013b [1965], p. 13; 2014b [1991], p. 29) tanto de Aron (“Esse menino leu tudo”) quanto de Dahrendorf (“Não sei por quê, pois tem mais a ensinar do que a aprender” [quando de seu segundo doutoramento na LSE]), evidencia-se uma dupla ligação: além de se tornaram seus amigos, ao primeiro Merquior dedicaria *in memoriam* seu último livro, *O liberalismo: antigo e moderno* (2014b [1991]); quanto ao segundo autor, seria presidente da London School of Economics justamente quando Merquior cursou ali o seu doutorado em Sociologia (1978).

Merquior dedicaria uma parte de *O liberalismo: antigo e moderno* à apresentação crítica desses dois autores. Confessaria, neste livro, certa hostilidade histórica da sociologia em relação ao liberalismo, embora chegasse a estudar ou simplesmente apontar nomes tais que os de Weber, Durkheim, Simmel, Parsons, Robert Merton,⁴⁵⁵ Daniel

⁴⁵² *Sir* (cavaleiro, segundo título honorífico britânico), sociólogo, filósofo e político alemão radicado no Reino Unido, nascido em 1929 e falecido em 2009.

⁴⁵³ Professor de filosofia política norte-americano, nascido em 1921 e falecido em 2002.

⁴⁵⁴ Professor e filósofo norte-americano, nascido em 1938 e falecido em 2002.

⁴⁵⁵ Sociólogo norte-americano, nascido em 1910 e falecido em 2003.

Bell,⁴⁵⁶ Raymond Boudon⁴⁵⁷ e Alain Touraine⁴⁵⁸ como, cada qual a seu modo e em seu tempo, sociólogos liberais (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 234-235).

Merquior (2014b [1991], p. 240-244) comunga de algumas ideias do liberalismo sociológico de Ralf Dahrendorf. O sociólogo alemão partia da tentativa de pensar criticamente o capítulo de Marx sobre as classes, o qual ficou inacabado em *O capital*. Sendo para Dahrendorf “endêmico” o conflito social, esta categoria, por conseguinte, não poderia ser concebida no sentido exclusivo de que o poder se restringisse a uma noção de luta de classes. Outra questão levada em conta por Merquior era a de que se deveria levar em conta, numa postura ideológica, a busca permanente do equilíbrio entre Estado e iniciativa pessoal (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 242).

Em Bobbio, Merquior considerará relevante a necessidade de um alargamento da noção jurídica de *norma* como elemento de expansão democrática da categoria da *legitimidade* (“policracia”). Ademais, também seria preciso reconhecer os problemas inerentes ao Estado na sociedade moderna, sem contudo ser necessário o extremismo de conceber a o poder estatal como fonte dos males sociais e empecilho para a democracia e a liberdade em todas as suas dimensões (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 250, 254, 257).

Na sociologia política de Aron, Merquior (2014b [1991], p. 235-239) encontrará fundamentações para a sua comum defesa de um liberalismo democrático, contudo concretizado em um governo livre e não tirânico ou ideocrático.

Em setembro de 1980, Merquior (1985a, p. 17-52), na condição de docente de seus quadros de pós-graduação, recepcionaria Aron na Universidade de Brasília (UnB). Na ocasião, o brasileiro palestraria no colóquio em homenagem ao pensador francês, quando teria oportunidade de apresentar o texto analítico “Ciência e consciência da política em Raymond Aron”, logo mais traduzido e publicado no livro aroniano *Estudos políticos* (1971).

Nesta alentada análise merquioriana, o sociólogo não se separava do cientista político; ou, nas palavras de Merquior: fazia “teoria política sociologizada”. Sem recair num sociologismo, havia “a primazia do social sobre o político”. A defesa de Aron era a do “exercício constitucional do poder”, que “passa a ser o critério decisivo da diferenciação” no sentido de pluralidade social:

⁴⁵⁶ Sociólogo e professor universitário norte-americano, nascido em 1919 e falecido em 2011.

⁴⁵⁷ Sociólogo, filósofo e professor universitário francês, nascido em 1934 e falecido em 2013.

⁴⁵⁸ Sociólogo e professor universitário francês, nascido em 1925.

O conceito empregado por Aron para descrever esta forma de organização política — Estado “constitucional-pluralista” — ilustra maravilhosamente as virtudes deste método. *Todas* as sociedades modernas, sociedades complexas com divisão do trabalho e estratificação social acentuadas são sociedades pluralistas; além disso, elas todas possuem constituições. Contudo, apenas o Estado constitucional de tipo ocidental *reconhece* o pluralismo dos grupos sociais, o consagra na sua legislação e o garante através de seus tribunais (MERQUIOR, 1985a, p. 18).

Merquior (1985a, p. 21-22) concordaria com a noção de poder aroniana, segundo a qual “*a política não é todo o poder*”: “A influência weberiana em Aron se recusa a dissolver o poder político, marcado pelo monopólio legítimo da força no interior de um território determinado, na rede das inúmeras relações de poder que é comum a todas as sociedades”. O mesmo que fixar: “autoridade e poder estão em toda parte” (MERQUIOR, 1985a, p. 21-22).

Aron e Merquior (1985a, p. 25, 31, 42; 2014b [1991], p. 225-234) discordam do neoliberalismo (ou “liberalismo associológico”) à Hayek precisamente em seu “ideal milliano [Stuart Mill] de uma redução ao mínimo possível da intervenção do Estado na esfera privada” e concordam com a *dialética* (pluralidade) das liberdades, conforme já se apontou nesta tese, com uma ressalva: “o perigo da desmedida *libertária* que espreita as nossas sociedades permissivas”.

Há neste estudo de Merquior (1985a, p. 44, 46) em torno da obra de Raymond Aron duas passagens-chave: “A análise aroniana da política como variável sociológica [...]. Assim, o resgate da política nos restitui o sentido da plenitude da ação humana e de sua história”. Talvez seja a sinopse epistêmica de todo o presente capítulo, pois para o ideário do diplomata brasileiro os fundamentos de sua pregação social-liberal obedecem a este princípio: (a) a filosofia política, vasto campo de investigação não somente jusfilosófica, mas também delimitação e organização do Estado e sua relação com o indivíduo, (b) a discussão em torno das relações da economia com a política, (c) o poder em sua amplidão de sentido socializador e (d) a pluralidade de liberdades correspondente à triangulação essencial de sua ideia de base sociológica.

O social-liberalismo merquioriano é tributário de três ideias centrais: (a) a defesa dos direitos civis e políticos tradicionais juntamente com os direitos sociais; (b) o entendimento do poder enquanto *onipresença* social que orienta os seres humanos através da categoria do *conflito*; e (c) a enérgica inseparabilidade entre liberalismo e democracia. Esta a leitura que se pode fazer da crítica social-liberal empreendida por Merquior em interlocução com Aron, Dahrendorf e Bobbio — justamente os *espíritos* da França, Alemanha e Itália, respectivamente (MERQUIOR, 1991c, p. 196-205; 210-218).

Todavia, depreende-se que no longo caminho das categorias *legitimidade*, liberdade e liberalismos, dois sociólogos clássicos também influiriam no conceito social-liberal merquioriano: um, Durkheim, cuja noção dual de solidariedade se alicerçava na definição de divisão do trabalho social; o outro, Weber, em virtude de seu conceito distendido de estratificação social, ampliando a luta de classes marxiana (MERQUIOR, 1991c, p. 132-139, 158-161).

Ainda em Durkheim, destacou a sua defesa de formas de associação que favorecessem o senso individual no “curso moral” de diferenciação de valores, mas sem recair na anomia favorecida pela sociedade urbano-industrial; bem assim, comungou com a solidariedade como ética de seu liberalismo (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 193-195).

Em Weber, contudo, criticou a defesa do nacionalismo liberal centrado no governo forte, portanto pouco legítimo em seu “semiliberalismo” baseado na liderança racional carismática e sem “nenhum amor pela democracia”; igualmente, discorda de seu pessimismo, ao pontuar a burocratização da vida como crescimento da racionalidade formal (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 168-171).

Não somente o mundo estava sob a onda de debates liberais. Estas discussões estavam vigentes no Brasil também durante os anos 1980. A Nação se aproximava da abertura política. Tancredo Neves,⁴⁵⁹ candidato da oposição ao governo militar, era eleito indiretamente pelo Colégio Eleitoral presidente da República. Merquior (1985b, p. 3) saudaria o novo chefe da República com entusiasmo e análise em artigo publicado então no jornal *Folha de S.Paulo*, aproveitando o calor dos debates sociopolíticos para intitular a crônica de “Nova República: o horizonte social-liberal”. Num fragmento, pode-se ler:

Graças a seu senso histórico-filosófico do papel do Estado, Tancredo regenera a noção da autoridade legítima entre nós. Daí a tranquila, suave impressão que cerca, nesse homem proverbialmente afável, o sentido no entanto vivíssimo da autoridade. Reparem nas montanhas de Minas: delas emana uma majestade amena, muito diversa da monumentalidade abrupta de outros relevos. Algo semelhante deflui da “imago potestatis” de Tancredo. Essa “majestas” sem pompa, mas sempre cônica da própria dignidade, é a que melhor consulta os requisitos do poder em reconstrução na transição democratizante. No discurso de Bayeux,⁴⁶⁰ núcleo conceitual da Quinta República Francesa, de Gaulle⁴⁶¹ pregou o reforço do executivo em nome do princípio nacional. No discurso da vitória, Tancredo preconizou o reforço da democracia e a reanimação do princípio federal. O poder, na Nova República, admite, deseja desconcentrar-se. E pode fazê-lo, porque o que perder em concentração será ganho em autoridade. No ciclo atribulado da nossa Quarta República, Juscelino [Kubitschek] nos ensinou o convívio com o desenvolvimento. A grande, sóbria

⁴⁵⁹ Presidente da República do Brasil, nascido em Minas Gerais em 1910 e falecido em 1985.

⁴⁶⁰ Cidade francesa.

⁴⁶¹ Charles de Gaulle (1890-1970): general e estadista (presidente da França).

esperança da Nova República, é que com Tancredo, nosso príncipe civil,⁴⁶² a nação interiorize de vez a vivência da democracia. Qualquer coisa aquém disso seria indigna do Brasil moderno (MERQUIOR, 1985b, p. 3).

Em abril, com a morte de Tancredo Neves, porém, o vice-presidente José Sarney assume o cargo. Colega de Academia Brasileira de Letras desde que Merquior havia sido eleito em março de 1982, aos poucos o diplomata brasileiro procurou estreitar sua correspondência com políticos amigos (MERQUIOR, 1985c, p. 45-46).

Numa das cartas endereçadas a Sarney antes mesmo do falecimento do titular (datada de Londres, dia 15 de abril de 1985, portanto seis dias antes de sua posse oficial, já que assumira em 15 de março daquele ano interinamente), Merquior (2012, p. 342-344) revelava mais um pouco de seu pensamento político, em meio ao estilo igualmente figurativo e por vezes coloquial, admissível para uma correspondência privada:

A meu ver, seu governo será um bombom: o recheio é castelista (Sarney, Leônidas⁴⁶³), mas o envelope de chocolate será a Aliança Democrática, com dominante PMDB.

A alternativa: governar também com o PDS, me parece ir, se a dose for muito alta, contra a aspiração de mudança que anima o país, e portanto poderia impopularizar. O que, evidentemente, não proíbe o aproveitamento de um que outro nome nacional do PDS. A permanência do Presidente no PMDB torna-se, por essa lógica, a essa altura, imprescindível. Se V. [sic] lá está, para que sairia? O único resultado prático de uma eventual preferência pelo PFL seria entregar o maior partido ao herói de Homero.

Quando o que seria conveniente contê-lo, em sua condição de alternativa latente para seu poder presidencial, aliciando para tanto boa parte do PMDB. Como? Reforçando a ligação Sarney-Lyra⁴⁶⁴. Fazendo talvez Fernando Henrique [Cardoso] ministro (do exterior? da própria Casa Civil?). E sobretudo fazendo desde já certos gestos simpáticos à esquerda, embora — *çá va sans dire*⁴⁶⁵ — sem comprometer a linha moderada, social-liberal, que presidiu o nascimento da nova república. Uma “*apertura a sinistra*”, sem exagero.

Que gestos poderiam ser esses? De imediato, vejo dois. Um, o seu programa de emergência, *desde que assegurada a sua compatibilidade com o reforço efetivo do combate à inflação*.

Este ponto, meu caro Sarney, é absolutamente vital. V. [sic] está sendo — injustamente — acusado de não ligar para a severidade indispensável de nossa postura econômico-financeira. Nós, os literatos, seremos sempre acusados de moleza neste capítulo. O jeito é impedir a todo custo que essa imagem falaciosa ganhe terreno. A inflação é de fato o mais cruel dos impostos: sempre atinge principalmente a pequena classe média e as camadas populares, e a preocupação de dominá-la não é nenhum preconceito direitista ou conservador (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 342-344).

⁴⁶² Curiosamente, Fraga (2017, p. 11), na mais recente das biografias de Tancredo, abre seu livro com uma epígrafe de Merquior retirada deste artigo: “A grande, sóbria esperança da Nova República, é que com Tancredo, nosso príncipe civil,⁴⁶² a nação interiorize de vez a vivência da democracia”.

⁴⁶³ Leônidas Pires Gonçalves (1921-2015): general gaúcho e ministro do Exército do Governo Sarney.

⁴⁶⁴ Referência a Fernando Lyra (1938-2013): advogado e político que exerceu seis mandatos de deputado federal por Pernambuco, seu estado natal, além de haver ocupado o cargo de Ministro da Justiça (1985-1986) no mandato presidencial de Sarney.

⁴⁶⁵ Do francês: “não precisa nem dizer”

E, em continuidade, amplia-se a objetiva de temas para as relações internacionais:

Outro gesto de grande charme para a esquerda: reatar as relações com Cuba. Eles ficariam meio ano digerindo este pitéu, obrigados a achar que “pô, esse Sarney, até que não é assim tão reaçã...”

Cuba hoje não oferece maiores perigos na América do Sul. O guevarismo já era. E o reatamento tem pelo menos três vantagens para nós [brasileiros]:

- a) abriria um significativo potencial de exportações brasileiras;
- b) permitiria ao Brasil influir, em boa medida, na conduta internacional de Havana, como faz o México, em sentido moderador e realista;
- c) evitaria que, no futuro, nosso reatamento se desse a reboque de uma reconciliação diplomática Cuba/EUA, reconciliação essa, a médio prazo, tão certa quanto o foi o reconhecimento de Pequim por Washington, na década passada [anos 1970] (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 342-344).

Com a eleição de Fernando Collor de Mello e sua respectiva posse como Presidente da República em 15 de março de 1990, mais uma vez Merquior estreitará os laços com o poder. Desta feita, conseguiria, a pedido⁴⁶⁶ do candidato vencedor, encaixar seu programa social-liberal no primeiro governo eleito após a redemocratização. Não demoraram para os jornais noticiarem, semanas antes de o novo governante empossar-se, a possibilidade de Merquior poder vir a ser escolhido para chefiar o Ministério das Relações Exteriores, a Educação ou a Cultura:

BRASÍLIA — O nome do EMBAIXADOR do Brasil na Unesco, José Guilherme Merquior, está sendo analisado pelo Presidente eleito Fernando Collor como alternativa tanto para o Ministério das Relações Exteriores como para o da Educação e até da Cultura, se esta pasta for mantida na reforma administrativa. Os assessores da equipe de transição do futuro Governo instalados no “Bolo de Noiva”⁴⁶⁷ revelam que Merquior tem o perfil idealizado por Collor para ocupar qualquer um destes cargos. Uma espécie de curinga.

O diplomata está chegando ao Brasil, vindo da França, especialmente convocado por Collor para o almoço que terá na quarta-feira [dia 21 de fevereiro de 1990] com o escritor e candidato a Presidência do Peru, Mario Vargas Llosa.⁴⁶⁸

— O embaixador Merquior é o exemplo da alta qualificação dos diplomatas brasileiros. É um homem brilhante, um intelectual respeitado no Mundo inteiro. Não causaria surpresa a ninguém se fosse convocado pelo Presidente — observou o assessor de imprensa Cláudio Humberto⁴⁶⁹.

Uma das primeiras tarefas de Merquior, ao chegar ao Brasil, será preparar o encontro que Collor terá com Vargas Llosa. Os diplomatas do Itamaraty — que estão fazendo grande torcida para a indicação de Merquior como

⁴⁶⁶ “— Embaixador, preciso de uma base ideológica. Falam que eu sou de direita, e para mim a direita é o Delfim Netto e o Roberto Campos. O senhor me vê como político de direita?

— Não. O vejo como um socialista liberal.

— Mas não há uma contradição entre o socialismo e o liberalismo?

— Não. O Norberto Bobbio usa e defende essa classificação — disse o diplomata, apoiando-se nas teorias do cientista político italiano” (CONTI, 1999, p. 336).

⁴⁶⁷ Nome coloquial dado, por sua forma circular, ao Anexo II do Palácio Itamaraty, em Brasília.

⁴⁶⁸ Mario Vargas Llosa (1936-): escritor e político peruano com ideias liberais, ganhador de Prêmio Nobel de Literatura de 2010.

⁴⁶⁹ Cláudio Humberto Rosa e Silva (1954-), secretário de Estado, adido cultural, ensaísta, psicólogo e jornalista alagoano.

Chanceler — revelam que ele tem estreitas relações com o escritor peruano. O almoço será em Brasília, na casa de um amigo de Collor.

Fontes do Itamaraty comentam que uma das alternativas analisadas por Collor é indicar Merquior para o Ministério das Relações Exteriores, numa espécie de “mandato-tampão” até as eleições, quando então se procuraria uma solução política para o cargo.

Reacomodado o quadro das forças políticas depois das eleições de outubro, os articuladores de Collor acreditam que uma composição com outros partidos, o PSDB por exemplo, seria bastante facilitada.⁴⁷⁰

BRASÍLIA — O Embaixador do Brasil junto à Unesco, José Guilherme Merquior, chega hoje a Brasília e deverá ser confirmado como o futuro Ministro da Cultura do Governo Fernando Collor. [...]

Merquior foi convocado pelo Presidente eleito, que analisava o seu nome para comandar o Itamaraty, o Ministério da Educação ou o da Cultura. Como já está praticamente definida a manutenção do Ministério da Cultura, ele deverá ser aproveitado nesta Pasta. Os primeiros contatos feitos entre Collor e Merquior aconteceram em Paris. Na viagem de descanso que o Presidente eleito fez a vários países da Europa, os dois conversaram demoradamente em mais de uma ocasião. Impressionado com os conhecimentos exibidos pelo diplomata, Collor voltou a procurá-lo na última passagem por Paris, já pensando em encaixá-lo no primeiro escalão de sua equipe de governo.

Ao chegar ao Brasil, Collor começou a analisar a proposta de manter o Minc. No projeto original de reforma administrativa elaborado pela equipe da economista Zélia Cardoso de Mello,⁴⁷¹ o Minc daria lugar a uma secretaria especial de Cultura diretamente ligada à Presidência. Mas o Presidente eleito rendeu-se aos argumentos contra a extinção do ministério de artistas e secretários de Cultura de todo o País que estiveram no “Bolo de Noiva” na semana passada.⁴⁷²

Merquior faria ver a Collor, contudo, que a investidura no cargo do Ministério da Cultura implicaria uma redução salarial drástica, quando então seus dois filhos (Julia e Pedro) ainda eram estudantes de colégio. Certamente esperava e aceitaria a nomeação para a chancelaria, vez que seria o ápice natural de sua trajetória profissional como diplomata de carreira (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 346).

A primeiro de outubro de 1990, Merquior se encontraria mais uma vez com Collor quando da passagem deste por Paris a caminho de Praga. Na volta, durante uma renovada reunião pela noite e por quase uma hora, o presidente brasileiro decidiu acatar sugestões e expôs-lhe as ideias sobre um possível partido social-liberal e pediu a Merquior para que desenvolvesse a agenda da sigla (MERQUIOR, 2012 [1975], p. 344).

Merquior (2012 [1975], p. 344) então elencou em sete pontos os temas: (a) papel do Estado; (b) democracia e direitos humanos; (c) o modelo econômico; (d) capacitação tecnológica; (e) ecologia; (f) a revolução educacional; e (g) desarmamento e posição

⁴⁷⁰ MERQUIOR cotado para Itamaraty ou Educação. **O globo**, Rio de Janeiro, ano LXV, n. 20.541, sábado, 17 fev. 1990, p. 5.

⁴⁷¹ Nascida em 1953, é economista e foi ministra da Fazenda do Governo Collor, de quem é prima.

⁴⁷² MERQUIOR deve ser Ministro da Cultura. **O globo**, Rio de Janeiro, ano LXV, n. 20.542, domingo, 18 fev. 1990, p. 3.

internacional do Brasil. Só após o falecimento de Merquior as ideias destes textos seriam então publicadas semanalmente na *Folha de S.Paulo* por Collor (2008b [1990]) de 1991 a 1992. No conjunto de assuntos, o papel do Estado, a reforma institucional, democracia, reforma política e direitos humanos, o modelo econômico (capitalismo democrático), a revolução educacional, o papel da cultura, a causa ecológica, a formação básica, ciência e tecnologia, o desenvolvimento sustentável e a justiça social, a presença internacional brasileira — enfim, fundamentos do que elencara Merquior. No primeiro destes escritos, Collor (2008b [1990], p. 8-9) confirmava nas entrelinhas a influência merquioriana:

O social-liberalismo encarna o inconformismo ante a miséria, as doenças, a ignorância e a carência gritante. Recusa a insinuação de que o crescimento econômico cuidará deles automaticamente. Os social-liberais não se conformam com o fato de que o Brasil tenha o parque industrial diversificado e em alguns setores, moderno e competitivo, mas o perfil social que revela a mais extrema da injustiça.

O social-liberalismo é isso: a exigência da democratização da liberdade. É a aliança do liberalismo econômico — o melhor método de criação de riqueza até aqui conhecido — com o sentido do social. Nessa aliança radica a grande perspectiva política de uma centro-esquerda modernizadora. Um centro dinâmico, equidistante das direitas excludentes e das esquerdas arcaicas, centralizadoras e dirigistas.

Implementar a posição liberal, na sociedade brasileira contemporânea, equivale a nada menos que uma revolução. Uma revolução pacífica e democrática, conduzida por um governo legítimo, oriundo da maior manifestação de vontade popular que o País conheceu. Mas que significa, sem dúvida, uma profunda ruptura com todo um conjunto de hábitos e mentalidades que constituem o Brasil antigo.

Merquior (2012 [1975], p. 346) escreveria discursos para Collor (a exemplo de sua saudação a Vaclav Havel⁴⁷³ e outro para ser proferido em Portugal); porém, a sua mais notória participação transcorreria quando Collor o convidou, anteriormente, para elaborar o seu discurso de posse na presidência. O gestor lhe havia oferecido uma sala no Palácio da Alvorada a fim de que trabalhasse especialmente neste objetivo, cujo teor depois seria modificado, em sua segunda parte, pelo diplomata Gelson Fonseca, o qual, numa entrevista concedida à Fundação Getúlio Vargas, cita várias vezes Merquior, em passagens esclarecedoras ideologicamente para o contexto sociopolítico deste capítulo:

O primeiro discurso que eu fiz, que tinha que ver especificamente com política externa, foi o discurso de quando ele [Collor] tomou posse, no Congresso; que é um discurso que, aliás, está muito bem feito, não por minha causa, mas por causa do Merquior. O Merquior fez o discurso. Mas faltava a parte de política externa, e eu, então, acrescentei. Esse discurso tem uma coisa engraçada. O Roberto Campos, nas memórias dele, menciona esse discurso e diz: o Collor fez um bom discurso, mas a parte de política externa é muito ruim; e foi feita

⁴⁷³ Último presidente da Checoslováquia e o primeiro da República Checa, nascido em 1936 e falecido em 2011.

por um diplomata, que era aquele barbudinho... e ele me identificava, com o Silveira.⁴⁷⁴ Então disse que o discurso era uma mistura de London School com Patrice Lumumba.⁴⁷⁵ [risos] Tinha o Merquior, que era a London School e tinha eu, que era a Universidade Patrice Lumumba. [ri] (FONSECA JUNIOR, 2011, p. 2).

O diplomata faz uma digressão:

[...] O Merquior era um personagem extremamente cativante, um homem de uma inteligência infinita e... O Nelson Rodrigues⁴⁷⁶ dizia dele que... quando ele tinha dezessete anos, já tinha lido todos os livros que alguém podia ler. E realmente. Eu conheci o Merquior quando eu tinha dezenove ou vinte anos, e era impressionante. Você ia a casa dele, Merquior era pouco mais velho que eu, devia ter vinte e três ou vinte e quatro anos, era uma casa coalhada de livros. E a impressão que você tinha é de que ele tinha lido todos os livros. Aquelas coleções francesas da... como é? — da Gallimard, que tem todos os clássicos, estava tudo na parede. E ele falava daqueles livros com uma intimidade enorme (FONSECA JUNIOR, 2011, p. 3).

As relações políticas são retomadas:

Bom. Mas enfim. O Collor foi, em algum momento, numa dessas viagens que ele fez antes de se eleger, foi a Paris, e o Merquior o recebeu, jantou com ele, e ele se encantou com Merquior, como qualquer um se encantaria, porque o Merquior sabia encantar. Merquior tinha uma certa... fascinação, também, pelas coisas do poder. E aí então ele passou a ser um interlocutor do Collor. Acho que importante. O Merquior andou fazendo uns papéis para ele... Depois, até deu uma certa confusão, porque ele publicou uns papéis do Merquior como artigos e assinou. Isso, mais adiante. E as pessoas disseram: ah, mais isso é coisa do Merquior. Uma série, que era democracia social, algo assim. Mas enfim, o Merquior era o intelectual com quem ele tinha uma relação, por isso que ele foi escolhido para fazer o discurso. E o Merquior chegou a ser convidado para ser ministro da Cultura, mas aí não aceitou. Acho que o Merquior queria ser o chanceler, queria ser outra coisa (FONSECA JUNIOR, 2011, p. 3).

E conclui:

[...] O Merquior tinha idéia... tinha essas idéias de democracia social ou liberalismo social. Um pouco, tem que ver, eu acho, com o negócio da terceira via. Acho que é a reencarnação mais recente é essa. E ele escreveu sobre isso. E eu tenho a impressão que uma das idéias do Collor (isso também teria que checar) era criar um partido, que fosse um partido de centro com inclinações de esquerda. Enfim, alguma coisa que fosse a social[-]democracia brasileira, alternativa ao PSDB. E o Merquior era o personagem que alimentava essa coisa. O Merquior tinha uma cabeça liberal, enfim, foi formado lá na London School e tudo, e esse lado também atraía [atraía] o Collor, porque o Collor era muito privatista, não é, muito privatizante (FONSECA JUNIOR, 2011, p. 3-4; grifos nossos).

De fato, no discurso de posse de Collor insere-se a questão do papel do Estado:

⁴⁷⁴ Henrique da Silveira Sardinha Pinto (1956-), advogado e diplomata mineiro.

⁴⁷⁵ Líder anticolonial e político congolês, nascido em 1925 e falecido em 1961.

⁴⁷⁶ Teatrólogo, jornalista, romancista, folhetinista e cronista de costumes e de futebol brasileiro, nascido em Recife em 1912 e falecido em 1980.

[...] Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.

Essa perversão das funções estatais — agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado — exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa — não ao Estado — criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. [...] Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. [...]

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. (2008a [1990], p. 9-10; grifos nossos).

A esta altura os argumentos porventura podem levar à inferência de que o pensamento político de Merquior (2014b [1991], p. 225) se definia não apenas pelo social-liberalismo mas se traduzia em um liberalismo econômico (um *neoliberalismo* ou um neoliberalismo). Não é correta esta interpretação se se tomar o que foi analisado no correr deste capítulo. Convém recordar a crítica do próprio Merquior já no início da década de 1980:

De muitos neoliberais modernos se poderia dizer que julgam bom tudo que se faça contra o estado — sem lembrar que precisamos do estado, inclusive para criar uma robusta sociedade civil. O bom combate liberal não é contra o estado — é contra certas formas de apropriação do estado (MERQUIOR, 1981c, p. 29).⁴⁷⁷

⁴⁷⁷ Retome-se a passagem aparecida em parte há algumas páginas: “Qual seria a terceira fase [sic] da ideologia liberal? Nesses últimos anos [da segunda metade da década de 1970 até ao início do segundo semestre de 1981], a voga do antikeynesianismo e a viragem direitista na política anglo-saxônica deram novo lustre ao *neoliberalismo*. Seu maior profeta, o austro-inglês F. [Friedrich] A. [Auguste von] Hayek, propõe um verdadeiro dismantelamento do social-liberalismo, um retorno em regra ao estado mínimo e à convicção de que o progresso deriva automaticamente de uma soma não-planejada de iniciativas individuais. Quietismo governamental no plano econômico e simples legalismo no plano político-social. Pois a lei, para Hayek, se caracteriza pela sua neutra generalidade, equivalente à ausência de coerção social no sentido de uma opressão de classe. No entanto, observa Aron, muitas vezes a generalidade da lei não elimina seu aspecto eventualmente impositivo, do ponto de vista de dados grupos sociais, para os quais, em certas circunstâncias, a *norma legal* pode ser um *poder ilegítimo*. Afinal, as leis, por mais gerais que se entendam, exprimem com frequência interesses partidários. “[...] O neoliberalismo só confia no jogo do mercado. Mas nós sabemos que o mercado, enquanto instrumento necessário da criação de riqueza e do desenvolvimento econômico *intensivo*, nem por isso constitui uma condição suficiente da liberdade moderna, porque não é capaz de gerar, *por si só*, toda uma série de requisitos e oportunidades para o exercício mais pleno e mais significativo da individualidade de muitos. Se suprimir o mercado é ferir de morte o substrato material das liberdades modernas, deixar tudo entregue ao seu império é restringir significativamente o livre gozo dessas mesmas liberdades a minorias — e as minorias compostas de

Por fim, igualmente se deve levar em consideração que no início dos anos 1990 a concepção política social-liberal de Merquior (MERQUIOR, 1983a, p. 91-95; 2014b [1991b], p. 225-234) não se alteraria até o seu falecimento, no início de 1991, chegando mesmo a afirmar que a defesa do predomínio da dimensão econômica na vida social e no plano político dela derivado, segundo a sustentação de Mises e Hayek, além de se constituir numa postura de “fideísmo”, terminava “por minar o próprio âmago da ética liberal” (MERQUIOR, 2014b [1991], p. 232-233).

Por conseguinte, interpretações como a do prefácio escrito por Roberto Campos (2014b [1991], p. 19, 26, 29) ao livro póstumo de Merquior *O liberalismo: antigo e moderno* parecem inconsistentes (ou no mínimo prospectivas):⁴⁷⁸

Sobre ambos [Keynes e Hayek] Merquior redigiu brilhantes vinhetas, generosas demais no tocante a Keynes, e generosas de menos no tocante a Hayek. Como é sabido, Keynes favorecia intervenções governamentais para correção do mercado, enquanto Hayek descrevia esse comportamento como presunçoso “construtivismo”. Para esse fim, a função do governo é apenas “prover uma estrutura para o mercado e fornecer os serviços que este não pode prover”.

Em nossas últimas conversas senti que José Guilherme se tornava cada vez mais “liberista”. Neste credo, comungávamos. O “liberista” é aquele que acredita que, se não houver liberdade econômica, as outras liberdades — a civil e a política — desaparecem. Na América Latina, a concentração de poder econômico é um exercício liberticida. Nosso diagnóstico sobre a moléstia brasileira era convergente. Ao Brasil de hoje não falta liberdade. Falta liberismo (CAMPOS, 2014b [1991], p. 28-29).

Eleito Senador da República por seu estado natal, o Mato Grosso, em novembro de 1982, Campos, segundo informa Almeida (2017, p. 323), “passa à condição de ‘agregado’ do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores” já a partir daquele mês. A aposentadoria de Campos iria de fato ocorrer em abril de 1985, logo, quando este contava 68 anos e antes do dispositivo que o obrigaria à compulsória.

Analogamente, o caso de Merquior era, todavia, distinto. Bem mais moço vinte e quatro anos que Campos, se aquele concebia sonhos políticos, como supõe Paulo Mercadante⁴⁷⁹ (*apud* Singer, 2001, p. 4), não chegaria em vida sequer a concorrer a

privilegiados pelo berço, e não pelo mérito. “O neoliberalismo é, portanto, essencialmente, a reprise do paleoliberalismo; e como verificamos as deficiências deste último em matéria de visão histórica e consciência social, parece inevitável preferir, ao retrocesso neoliberal [sic], uma retomada criadora do social-liberalismo” (MERQUIOR, 1983a, p. 94-95).

⁴⁷⁸ O prefácio de Roberto Campos, escrito em maio de 1991, portanto pouco mais de quatro meses após o falecimento de Merquior, é intitulado curiosamente “Merquior, o liberista”.

⁴⁷⁹ Filósofo, ensaísta, político e advogado mineiro, nascido em 1923 e falecido em 2013.

mandatos eletivos, portanto estava longe de alimentar uma desvinculação empregatícia de carreira.

A tese de Campos, assim, é equivocada, pois seria uma contradição em termos a militância por um Estado mínimo da parte de um funcionário público federal e que também não possuía a segurança psicopolítica oferecida por um mandato como o da senadoria.

CONCLUSÃO

Sua ambição era escrever uma teoria sociológica da criação, em que se tornassem mais compreensíveis as relações entre o ato criador e o poder, entre a política e a arte, entre o ser e o dever ser. Ficou a dever-nos a obra com que sonhava [...] (SILVA, Alberto da Costa e, 2011, p. 26-27).

A obra merquioriana não chega a propor categorias novas, de modo a enriquecer o vocabulário do universo das Ciências Sociais (em particular, da Sociologia, em sua relação aberta a outros domínios do conhecimento). Contrário disso, seu autor se restringe a dialogar com interlocutores, alguns dos quais se tornando também influenciadores intelectuais, com o fim de rediscutir e aprofundar noções atinentes aos campos estético, cultural, político e econômico.

A presente tese sustenta que Merquior, se por um lado não concebe uma nova teoria (com suas categorias próprias, portanto), por outro apresenta uma contribuição em diálogo com a perspectiva sociológica, tomada esta como um de seus modelos epistêmicos e instrumento heurístico na compreensão de dois eixos que se inter-relacionam:

1	2
estética / cultura	ideário sociopolítico
mimesis	legitimidade
alegoria	tipologia das liberdades (tipos ideais)
significante flutuante	social-liberalismo

O lado esquerdo (1) do quadro referencial merquioriano caracteriza-se por um fenômeno de concreção que objetiva a *representação*; não se restringe a um recurso isoladamente estético ou semântico, mas contém na sua lógica interna contextualização e hierarquização sociais presentes sobretudo na categoria da mobilidade/estratificação na sociedade. Através da ferramenta formal do estilo, o conteúdo da criação literária e cultural opera com elementos críticos tradutores de veracidade empírica por trás da figuração, seja na *mimesis* auerbachiana, na *alegoria* benjaminiana ou no *significante flutuante* lévi-straussiano.

No quadrante direito (2) da tabela, localiza-se o eixo do ideário sociopolítico merquioriano, o qual se fundamenta na complexidade da categoria da *legitimidade*, recurso de socialização irrestrito à aceção normativa e de poder estatal, bem como indissociável da tipologia (de apoio na metodologia weberiana) das *liberdades* em todas

as esferas da vida humana e inseparáveis da construção democrática da autoridade: a liberdade-*segurança*, baseada no respeito, a liberdade-*expressão*, na opinião, a liberdade *política*, na cidadania e na democracia representativa, e a liberdade *de oportunidades*, de lastro no plano sobretudo econômico da divisão social do trabalho.

José Guilherme Merquior é autor flagrante de obra *in progress*, interrompida por seu prematuro falecimento aos quarenta e nove anos. Sua produção configura, por conseguinte, um *corpus* de notório caráter inacabado, que não chegou a reunir em si um conjunto de qualidades próprias de uma contribuição madura.

Sua produção é, de sorte manifesta, abrangente, há de se o reconhecer — e é justo sob este aspecto que a base sociológica é possível de estar contida em seus textos, embora nem por isso constitua uma autonomia de problemas, mas somente, na maior parte das vezes, uma interdisciplinaridade fecunda. Contudo, se se considerar a sua contribuição à discussão das ideias sociopolíticas e históricas do liberalismo, o requisito se insinua a ganhar força.

Seus escritos também estão marcados por um paradoxo: não se preocupam de modo obrigatório em analisar problemas estritamente brasileiros, mas, de um modo amplo, questões do mundo ocidental; daí seu autor não se inserir na categoria de pensadores nascidos no Brasil ou estrangeiros dele estudiosos (“brasilianistas”) e, por isso mesmo, não se incluir no campo especificamente sociológico do Pensamento Social Brasileiro e sim como um “pensador social” também brasileiro. Assim, é mais um “brasileiro pensador social” que um “pensador social brasileiro”. Este aspecto confere à obra um caráter menos etnocêntrico e tendente à universalidade, dados os problemas que enfrenta e sua contemporaneidade, bem assim a perspicácia de seus aprofundamentos quando da abordagem dos conteúdos.

Sua bibliografia, por fim, dota-se de consistência, mesmo de certa unidade, ainda que diante da diversidade dos interesses temáticos, em razão da preocupação com a relação *mediadora e complementar* entre (a1) autodeterminação humana (liberdade) e (a2) determinações estruturais e aceitação social (legitimação), ambas polos condicionados pela sociedade.

Seja no campo estético, cultural ou político, tanto as ações dos indivíduos quanto as instituições estão sob certos limites de condicionamento, e é justamente neste tópico que reside a própria razão de ser da Sociologia. É por esse motivo que seu autor não inclui um quinto tipo ideal de liberdade dentre os quatro considerados com maior aprofundamento em sua classificação: uma “liberdade” que se confunde com o livre-

arbítrio total e, destarte, não poderia ser objeto de análise sociopolítica, senão de perspectiva filosófica, uma vez que, conforme juízo do próprio Merquior (1982a, p. 74), o interesse deveria se voltar para o “estudo sociológico” das liberdades, pois estas só interessariam enquanto “comportamento social, não como dado (real ou fictício) da consciência”.

É justamente por essa razão que Merquior operará com relações binárias, as quais, no mundo terreno, equilibram sujeito e determinações da realidade social, porquanto a liberdade só se torne passível de receber tratamento científico e, neste universo de complexidade, sociológico, se também dotar-se da caracterização de condicionamento e não idealmente de um todo permissivo.

Não é por acaso que Merquior acalentará, desde os anos 1970, um projeto (inconcluso por sua morte) de escrever, no futuro, “uma teoria sociológica da criação, em que se tornassem mais compreensíveis as relações entre o ato criador e o poder, entre a política e a arte, entre o ser e o dever ser” (SILVA, 2011, p. 27).

Esta tese defende, portanto, não haver na obra de Merquior um corte epistemológico (“coupure épistémologique”⁴⁸⁰) que buscasse bipartir-la em duas fases: (1) a fase dos doze primeiros anos de sua produção (correspondentes a 1965 e 1977, quando seu autor está compreendido na faixa etária dos 24 aos 36 anos), e (2) a fase dos outros doze anos restantes (1978-1990, dos 37 aos 49 anos). Se se pode evidenciar (a partir da segunda metade dos anos 1970) uma transição no estilo da escrita do autor para uma linguagem mais didática e objetiva ou a insistência predominante em vincular texto e defesa liberal, nem por isso ocorre uma ruptura epistêmica.

O prisma teórico (do estético e cultural ao sociopolítico) da obra merquioriana é indissolúvel quanto ao amadurecimento intelectual do autor inserido em sua época, ligando-se intimamente ao momento histórico de sua permanência no Brasil ou no exterior.

Por isso, uma reflexão deve ser ainda considerada em torno da trajetória de Merquior, pois oferece maior compreensão de seu autor e de suas ideias, sem apelos determinísticos de causalidade histórica.

Pouco depois de Merquior concluir o curso de diplomacia, no final de 1963, já no fim de março do ano seguinte instala-se o primeiro governo sob comando de um militar no Brasil. Como se viu no capítulo 1, é nesse período que Merquior tenta embarcar num

⁴⁸⁰ Cf. Althusser (2005 [1965], p. 24-26, 31, 168, 189, 196) e nota 131.

avião, rumo ao exílio, junto às autoridades do Governo João Goulart (1961-1964) destituídas do poder; outro fato é que pouco depois (setembro de 1964) escreve um artigo necrológico sobre o seu amigo, o ex-ministro e paraninfo de sua turma de diplomatas San Tiago Dantas, cuja publicação lhe é negada pela censura do Governo Castelo Branco, fato que levaria Merquior a conservar inédito o artigo durante a vida.

No período em que o Regime esteve sob os chamados “anos de chumbo”, o mais repressivo da ditadura militar brasileira, delimitado entre 1968 e 1974, Merquior tem por norte de sua pesquisa os campos da arte, da crítica literária e da crítica cultural; e ainda que aborde, em cursos de estética ou literatura ou em publicações impressas, autores de reconhecida tradição marxista (Lukács, Sartre, Benjamin, Adorno ou Marcuse, em especial), não há, no entanto, adesão formal ao materialismo histórico.

Porém, quando o Governo esteve sob a presidência do general Ernesto Geisel (1974-1979), anuncia-se a abertura política. Merquior encontra-se então em seu posto diplomático na capital londrinha (para onde fora levado pelo seu superior e amigo embaixador Roberto Campos) e em estudos na London School of Economics (marcada, como se sabe, por forte tradição liberal, ainda que composta também por ideólogos da social-democracia de terceira via). A conjuntura mundial começa a mudar: o ideário neoliberal ganha força, bem como no Brasil ocorrem, em 1982, pleitos democráticos de grande simbolismo de legitimidade, a saber, as eleições gerais concomitantes para municípios e unidades federadas.

São justamente deste período a tese de Merquior sobre a *legitimidade* em Rousseau e Weber (1978) e seu livro inspirado nas categorias *cultura* e *ideologia* (*O véu e a máscara* [1979]), coletânea, esta, de ensaios desdobrados, compostos, pois, sob inspiração em sua pesquisa para o segundo doutorado (em Sociologia). Paralelo a este conjunto de fatos, dar-se-á a sua adesão aberta ao liberalismo através de artigos publicados em 1980, alguns dos quais reunidos em *As idéias e as formas* (1981) e em *O argumento liberal* (1983), títulos que o levam a caminhar para a concepção em largo sentido do conceito de *liberdade* e a investigar em profundidade, ao longo da história, as diversas vertentes do liberalismo que apresentaria em seu livro póstumo *O liberalismo: antigo e moderno* (1991).

As suas ideias são, sob esse entender, *condicionadas* (não determinadas necessariamente) pelos contextos das cidades nacionais ou estrangeiras em que se encontra investido das suas funções diplomáticas.

A obra de Merquior, por conclusivo, ao contrário de se constituir de títulos “para inglês ver”, atendendo a simples apelos de vogas de época (quando escreve sobretudo a respeito dos marxismos e dos estruturalismos nos anos sessenta e setenta e sobre *legitimidade*, liberdades e liberalismos nos anos oitenta), ou interpretação ditada pela circunstância histórica, revela a preocupação com a autoria também aspirante a *legitimar-se* por ser lida não como “brasileira” simplesmente, mas como produto comum dialógico inserido no seu tempo: daí a validade da escrita em outras línguas (francês, inglês e espanhol, idiomas dominados por Merquior com maior segurança, demais das versões para o italiano e até para o turco e o holandês) além do vernáculo, por traduções que configuram uma estratégia igualmente dimensional e de intuito disseminador de suas preocupações intelectuais, projetos políticos e inerências da atividade diplomática.

Da estética à política, a contribuição intelectual de Merquior sinaliza para a compreensão aberta, sem se fechar em modelos conceituais, sem se querer imune aos contextos socialmente condicionantes, para a imprescindível defesa da *liberdade* em todas as dimensões da autorrealização humana.

REFERÊNCIAS

A) Arquivos

Acervo Estadão — São Paulo
 Acervo Folha de S. Paulo — São Paulo
 Acervo O Globo — Rio de Janeiro
 Acervo Veja — São Paulo
 Arquivo Academia Brasileira de Letras — Rio de Janeiro
 Arquivo Família Carlos Augusto Alves Merquior — São Paulo
 Arquivo Família Julia Merquior — Rio de Janeiro
 Arquivo Nacional — Rio de Janeiro
 Arquivo José Guilherme Merquior / É Realizações — São Paulo
 Arquivo Pessoal Embaixador Paulo Roberto de Almeida – Brasília
 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) — Brasília
 Biblioteca [Particular] Marcos Vasconcelos Filho — Maceió
 Centro Cultural Banco do Brasil — Rio de Janeiro
 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC),
 Fundação Getúlio Vargas (FGV) — Rio de Janeiro
 Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil — Rio de Janeiro
 Fundação Calouste Gulbenkian — Lisboa
 Fundação Biblioteca Nacional — Rio de Janeiro
 Senado Federal — Brasília

B) Artigos e livros

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Anuário**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1984.

_____. **Dez anos sem José Guilherme Merquior**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

ALAMBERT, Francisco. Arte como mercadoria: crítica materialista desde Benjamin. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel (org.). **Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas**. São Paulo: Unesp, 2015, p. 45-49.

ALMEIDA, Paulo Roberto (org.). **O homem que pensou o Brasil: trajetória intelectual de Roberto Campos**. Curitiba: Appris, 2017.

ALVES, Laura Penna. **Considerações sobre estudos literários em meados de 1970**. 128 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

ALTHUSSER, Louis. **Pour Marx**. Paris: La Découverte (La Découverte/Poche, 16), 2005 [1965].

ANDERSON, Perry. **Considerations on Western Marxism**. London: New Left Books, 1976.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Procura. In: BANDEIRA, Manuel; MERQUIOR, José Guilherme (org.). **Poesia do Brasil**. Rio de Janeiro: Editôra do Autor, 1963, p. 456.

ARISTÓTELES. **Poética**. 3. ed. Trad. Ana Maria Valente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

ARON, Raymond. Max Weber. In: **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes (Ensino Superior), 1999, p. 448-523.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

AUERBACH, Erich. 5 cartas de Erich Auerbach a Walter Benjamin [Trad. Luiz Costa Lima]. **34 Letras**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 5-6, set. 1989, p. 68-74.

_____. **Dante: poeta do mundo secular**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997 [1929].

_____. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 4. ed. [Trad. G.B. [George Bernard] Sperber] São Paulo: Perspectiva (Crítica; Estudos, 2), 2002 [1946].

_____. La cour et la ville. In: **Ensaio de literatura ocidental: filologia e crítica**. Org. Davi Arriguicci Jr.; Samuel Titan Jr. Trad. Samuel Titan Jr.; José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Livraria Duas Cidades; 34, 2007, p. 211-278.

_____. **Dante: poeta del mundo terrenal**. Trad. Jorge Seca. Barcelna: Acantilado, 2008 [1929].

_____. **A novela no início do Renascimento: Itália e França**. Trad. Tercio Redondo et al. São Paulo: Cosac Naify, 2013 [1921].

_____. **Introdução aos estudos literários**. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de sociologia: pequena introdução ao estudo de sociologia geral**. 5. ed. São Paulo: Livraria Duas cidades, 1973.

BANDEIRA, Manuel; MERQUIOR, José Guilherme (org.). **Poesia do Brasil**. Rio de Janeiro: Editôra do Autor, 1963.

BARTHES, Roland. **Aula: aula inaugural da cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França pronunciada no dia 7 de janeiro de 1977**. 11. ed. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2004 [1978].

BAUDELAIRE, Charles. Correspondências. In: BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica (Filô/Benjamin), 2015, p. 135.

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BENJAMIN, Walter. **Imagens de pensamento**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica (Filô/Benjamin), 2013a.

_____. **O anjo da história**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica (Filô/Benjamin), 2013b.

_____. **Origem do drama trágico barroco**. 2. ed. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica (Filô/Benjamin), 2013c.

_____. **Baudelaire e a modernidade**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica (Filô/Benjamin), 2015.

_____. **Estética e sociologia da arte**. Trad. João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica (Filô/Benjamin), 2017.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Trad. Fernando Pavan Batista; Ariani Bueno Sudatti. Bauru: Edipro, 2001.

_____. **Qual socialismo?:** discussão de uma alternativa. 2. ed. Trad. Iza de Salles Freaza. Rio de Janeiro: Paz e Terra (Pensamento crítico, 52), 1983.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Um enigma chamado Brasil:** 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, 2011, p. 139-159.

BRÜGGEMANN, Heinz. **Walter Benjamin:** über Spiel, Farbe und Phantasie. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2007.

CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa:** memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

_____. Merquior, o liberista. In: MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo:** antigo e moderno. 3. ed. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior), 2014b [1991], p. 19-31.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito:** estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio (Documentos brasileiros, 118), 1964.

_____. Dialética da malandragem: caracterização das *Memórias póstumas de um sargento de milícias*. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros** [USP], São Paulo, n. 8, 1970, p. 67-89.

_____. A passagem do dois ao três. **Revista de História**, São Paulo, ano XXV, v. L, n. 100, out.-dez. 1974, p. 787-799.

_____. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1993.

- _____. Merquior foi sem dúvida um dos maiores críticos que o Brasil teve [...]. In: MERQUIOR, José Guilherme. **Razão do poema**: ensaios de ensaios de crítica e de estética. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, quarta capa.
- _____. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos; 1750-1836. Belo Horizonte: Itatiaia (Reconquista do Brasil, 2ª série, v. 177), 2000a [1959], v. 1.
- _____. **Formação da literatura brasileira**: momentos decisivos; 1836-1880. Belo Horizonte: Itatiaia (Reconquista do Brasil, 2ª série, v. 178), 2000b [1959], v. 2.
- _____. **Textos de intervenção**. Org. Vinicius Dantas. São Paulo: Duas cidades; 34 (Espírito crítico), 2002.
- _____. A sociologia no Brasil. **Tempo social**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2006a, p. 271-301.
- _____. **O método crítico de Silvio Romero**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006b [1945].
- _____. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006c [1965].
- CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa**: a contribuição da teoria da argumentação. Trad. Elisabeth da Rosa Conill. Petrópolis: Vozes (Sociologia), 2017.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CARPEAUX, Otto Maria. Origens do realismo. **O jornal**, Rio de Janeiro, ano XXX, n. 8.627, domingo, 13 jun. 1948, suplemento, p. 3.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CASTRO, Ruy; MELLO, Maria Amélia (coord.). **O melhor de Sr.**: uma senhora revista. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.
- CHACON, Vamireh. **História das idéias sociológicas no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Grijalbo (História das Idéias no Brasil), 1977.
- CHARLE, Christophe. Intelectuais. In: CATANI, Afrânio Mendes et alii (org.). **Vocabulário de Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 236-239.
- CITELLI, Adilson. Mário Chamie: o poeta em busca de novas formas de comunicação. **Comunicação & educação**, São Paulo, ano XVIII, v. 18, n. 2, jul.-dez. 2013, p. 115-118. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/68337>. Acesso em: 27 jul. 2017.
- COELHO, Victor de Oliveira Pinto. A abordagem do texto cristão em Erich Auerbach. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 26, abr.-jun. 2012, p. 584-602.

COLLOR, Fernando. **O Brasil aberto ao mundo**: discurso de posse na Presidência da República. [2. ed.]. Brasília: Senado Federal, 2008a [1990].

_____. **Proposta social-liberal**. Brasília: Senado Federal, 2008b [1990].

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: UFMG (Humanitas), 1999.

CONSTANT, Benjamin. De la liberte des anciens comparée a celle des modernes. In: **Cours de politique constitutionnelle** [...]. Paris: Librairie de Guillaumin et C^{ie}, 1872, t. II, p. 539-560.

CONDÉ, Eduardo Antônio Salomão. **Argos e Polifemo**: política e cultura no pensamento de José Guilherme Merquior. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Universidade Candido Mendes (Ucam). Rio de Janeiro, 1996.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e o poder nos anos Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. Dois momentos brasileiros da escola de Frankfurt. In: **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011 [2005], p. 73-88.

DADOS biográficos. In: INSTITUTO TANCREDO NEVES DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS. **Merquior**: memorial crítico. Brasília: ITN, 1994, p. 169-174.

DAHRENDORF, Ralf. **Ensaio de teoria da sociedade**. Trad. Regina Lúcia M. Morel. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Universidade de São Paulo (Biblioteca de Ciências Sociais), 1974 [1968].

_____. **Sociedade e liberdade**. Trad. Vamireh Chacon; Juan Gili Sobrinho. Brasília: UnB (Pensamento político, 16), 1981 [1961].

DANTAS, Vinicius (org.). **Bibliografia de Antonio Candido**. São Paulo: Duas cidades; 34 (Espírito crítico), 2002.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes (Tópicos), 1999 [1893].

DUTRA, Pedro. **San Tiago Dantas**: a razão vencida; o ideólogo; 1911-1945. São Paulo: Singular, 2014, v. 1.

EUGÊNIO, João Kennedy; MONTEIRO, Pedro Meira (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: perspectivas. Campinas: Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis**: a pirâmide e o trapézio. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Brasiliana, 356), 1974.

_____. **A República inacabada**. Org. Fábio Konder Comparato. São Paulo: Globo (Biblioteca Azul), 2012 [2007].

[FERNANDES,] MILLÔR. Millôr. **Veja**, São Paulo, n. 733, 22 set. 1982, p. 75.

FGV CPDOC. **O que são arquivos pessoais**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais>. Acesso em: 27 jul. 2017.

FONSECA JUNIOR, Gelson. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005 [1979].

FRAGA, Plínio. **Tancredo Neves: o príncipe civil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2017.

FRANCO, Renato. **10 lições sobre Walter Benjamin**. Petrópolis: Vozes (10 lições), 2015.

FREYRE, Gilberto. **Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1945, v. 1.

_____. Merquior, um mestre da crítica literária. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 62, n. 19.452, terça-feira, 6 jul. 1982, Ilustrada, p. 31.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Rio 450 anos; bairros do Rio; Tijuca. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/04/rio-450-anos-bairros-rio-tijuca>. Acesso em: 27 jul. 2017.

FUMANERI, Maria Luísa Carneiro. **Mímese: poesia e realidade na obra de José Guilherme Merquior; um crítico no auge da teoria**. [Saarbrücken]: Novas Edições Acadêmicas, 2014 [2011].

GELLNER, Ernest. **Thought and change**. London: Weidenfeld & Nicolson, 1964.

GELLNER, Ernest; CANSINO, César (ed.). **Liberalism in modern times: essays in honour of José G. Merquior**. Budapest: Central European University, 1996.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 2. ed. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes (Biblioteca universal), 2003 [1984].

_____. **Conceitos fundamentais da sociologia**. Trad. Claudia Freire. São Paulo: Unesp, 2016.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Sociologia**. 6. ed. Trad. Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Penso, 2012.

O GLOBO. **21 de abril de 1960**: o dia em que o Rio de Janeiro deixou de ser a capital federal. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/21-de-abril-de-1960-dia-em-que-rio-de-janeiro-deixou-de-ser-capital-federal-8898992>. Acesso em: 27 jul. 2017.

GOYARD-FABRE, Simone. Legitimidade. In: ALLAND, Denis; RIALS, Stéphane (org.). **Dicionário da cultura jurídica**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 1.089-1.095.

GRAIEB, Carlos. O vampiro iluminista. **Veja**, São Paulo, ano 46, ed. 2.348, n. 47, 20 nov. 2013, p. 130-133.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Perspectivas do homem; série filosofia, 48), 1982.

GRESPLAN, Jorge. Fetiche e alegoria. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel (org.). **Walter Benjamin**: experiência histórica e imagens dialéticas. São Paulo: Unesp, 2015, p. 51-57.

HISTÓRIA da Tijuca. Disponível em: <https://saibahistoria.blogspot.com.br/>. Acesso em: 27 jul. 2017.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Simbolismo e realismo. **Diário de notícias**, Rio de Janeiro, ano XX, n. 8.206, domingo, 24 jul. 1949, suplemento Letras e artes, p. 2.

_____. Mimesis. **Diário carioca**, Distrito Federal [Rio de Janeiro], ano XXIII, n. 6.877, domingo, 26 nov. 1950, suplemento Letras e artes, p. 5-6.

_____. **Raízes do Brasil**: edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

INSTITUTO RIO BRANCO; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Curso de Altos Estudos**. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/curso-de-altos-estudos>. Acesso em: 27 jul. 2017.

JACKSON, Luiz Carlos. Antonio Candido: crítica e sociologia da literatura. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 268-281.

JOBIM, Everton Nahid. **Neoliberalismo e social-liberalismo**: o debate sobre os fundamentos do pensamento liberal através da filosofia política de José Guilherme Merquior. 91f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Universidade Candido Mendes (Ucam). Rio de Janeiro, 2006.

KELLER, Mariana. **O flâneur na contemporaneidade**. Disponível em: http://lounge.obviousmag.org/memorias_do_subsolo/2014/06/um-flaneur-contemporaneo.html. Acesso em: 27 jul. 2017.

KONDER, Leandro. Merquior e a Esquerda. In: INSTITUTO TANCREDO NEVES DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS. **Merquior: memorial crítico**. Brasília: ITN, 1994, p. 44-50.

LEMIEUX, Cyril. Problematizar. In: PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa sociológica**. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes (Sociologia), 2015, p. 33-52.

LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (ed.). **Dicionário de política**. 11. ed. Trad. Trad. Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 1998 [1983], v. 2, p. 675-679.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify (Mitológicas, 1), 2004 [1964].

_____. **O pensamento selvagem**. 8. ed. Trad. Tânia Pellegrini. Campinas: Papyrus, 2008 [1962].

_____. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003 [1950], p. 11-46.

_____. **Origem dos modos à mesa**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify (Mitológicas, 3), 2006 [1968].

_____. **O homem nu**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac Naify (Mitológicas, 4), 2011 [1971].

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). **Dicionário gramsciano: 1926-1937**. Trad. Ana Maria Chiarini et al. São Paulo: Boitempo, 2017.

LIVRARIA LEONARDO DA VINCI. **Quem somos**. Disponível em: <http://leonardodavinci.com.br/>. Acesso em: 27 jul. 2017.

LÖWY, Michael. **A evolução política de Lukács: 1909-1929**. Trad. Helena A. Mello, Agostinho Ferreira Martins; Gildo Marçal Brandão. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2014.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUKÁCS, Georg [sic]. **A alma e as formas: ensaios**. Trad. Rainer Patriota. Belo Horizonte: Autêntica (Filô), 2015 [1910].

MACHADO, Carlos Eduardo Jordão. Walter Benjamin: “montagem literária”, crítica à ideia do progresso, história e tempo messiânico. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel (org.). **Walter Benjamin: experiência histórica e imagens dialéticas**. São Paulo: Unesp, 2015, p. 132-143.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia y utopía**: introducción a la sociología del conocimiento. Trad. Salvador Echavarría. México: Fondo de Cultura Económica, 1993 [1929].

MARTINS, Ives Gandra da Silva; CASTRO, Paulo Rabello de. **Lanterna na proa**: Roberto Campos; ano 100. São Luís: Resistência Cultural (Biblioteca Conservadora, VI), 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; o processo de produção do capital. 2. ed. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, l. I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas; 1845-1846. Trad. Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MENEZES, Leila Medeiros de. **Tijuca**: um lugar de memória na Música Popular Brasileira. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0570.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MERQUIOR, Hilda. Il suo ricordo é una benedizione. In: INSTITUTO TANCREDO NEVES DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS. **Merquior**: memorial crítico. Brasília: ITN, 1994, p. 11-14.

MERQUIOR, José Guilherme. Neoalokoon ou da spatiotemporalidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 243, sábado [sic], 17 out. 1959, Suplemento dominical, p. 4-5.

_____. Concretismo e verbalismo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 272, sábado, 21 nov. 1959, Suplemento dominical, p. 1.

_____. Introdução a um pintor moderno: Degas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXIX, n. 19, sábado, 23 jan. 1960, Suplemento dominical, p. 8.

_____. Notas estéticas de preparo à práxis. **Práxis**, Rio de Janeiro, ano 1, 1962, n. 2, p. 5-12.

_____. Idéias para o uso brasileiro da crítica contemporânea. **Práxis**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 3, 1963, p. 7-18.

_____. **A astúcia da mímese**: ensaios sobre lírica. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972a.

_____. **Saudades do Carnaval**: introdução à crise da cultura. Rio de Janeiro: Forense, 1972b.

_____. O estruturalismo dos pobres. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXXXIII, n. 292, domingo, 27 jan. 1974, Caderno Especial, p. 5.

_____. **O estruturalismo dos pobres e outras questões**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (Diagrama, 2), 1975.

- _____. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira; I.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio (Documentos brasileiros, 182), 1977.
- _____. **O problema da legitimidade em política internacional.** Brasília: Instituto Rio Branco, 1978; In: LAFER et al. **José Guilherme Merquior, diplomata.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag); Instituto de Pesquisa de Relações Exteriores (Ipri) (Relações Internacionais, 16), 1993, p. 47-80.
- _____. O moderno liberalismo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 122, sexta-feira, 2 ago. 1980a, Caderno B, p. 12 [Republicado como “Bobbio e o moderno liberalismo” em Merquior (1981c, p. 122-125)].
- _____. **O fantasma romântico: e outros ensaios.** Petrópolis: Vozes (Theoremata, 1), 1980b.
- _____. Basta de xingar a civilização industrial. [Entrevista a Mário Pontes] **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 67, sábado, 14 jun. 1980c, caderno B, p. 12.
- _____. Ideologia e intolerância. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 329, caderno B, sábado, 7 mar. 1981a, p. 10.
- _____. O delírio irracionalista. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XC, n. 336, caderno B, sábado, 14 mar. 1981b, p. 10.
- _____. **As idéias e as formas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981c.
- _____. Aron e as ideologias. In: **Raymond Aron na UnB: conferências de um simpósio internacional realizado de 22 a 26 de setembro de 1980.** Brasília: UnB (Itinerários), 1981d, p. 13-24.
- _____. A teoria social da transição: considerações sobre a obra de Ernest Gellner. In: GELLNER, Ernest. **Nacionalismo e democracia.** Trad. Vamireh Chacon et alii. Brasília: Editora Universidade de Brasília (Cadernos da UnB), 1981e, p. 3-42.
- _____. **A natureza do processo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Logos), 1982a.
- _____. Mestre Sérgio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XCII, n. 20, quarta-feira, 28 abr. 1982b, Opinião, 1º caderno, p. 11 [Incluído em Merquior (1983a, p.232-235)].
- _____. **O argumento liberal.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Logos), 1983a.
- _____. **O elixir do Apocalipse.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Logos), 1983b.
- _____. [por erro, apareceu o sobrenome MERCHIOR]. Prefácio: Ciência e consciência da política em Raymond Aron. In: ARON, Raymond. **Estudos políticos.** Trad. Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília (Pensamento político, 18), 1985a, p. 17-52.
- _____. Nova República: o horizonte social-liberal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano 65, n. 20.430, domingo, 10 mar. 1985b, Folhetim: especial, n. 425, p. 3.

_____. Address by the Vice-Chairman, Dr. José Guilherme Merquior, MVO, Minister-Counsellor at the Brazilian Embassy, London, to the annual meeting of the Anglo-Brazilian Society (Canning House, 2 Belgrave Square). **Revista da Academia Brasileira de Letras**, Rio de Janeiro, ano 85, v. 149, jan.-jun. 1985c, p. 45-46.

_____. **Michel Foucault: ou o niilismo de cátedra**. Trad. Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Logos), 1985d.

_____. **O marxismo ocidental**. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Logos), 1987 [1986].

_____. **Rousseau e Weber: dois estudos sobre a teoria da legitimidade**. Trad. Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990a [1980].

_____. **Crítica: 1964-1989**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Ensaio), 1990b.

_____. Miguel Reale. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, ano LXVI, n. 20.815, domingo, 18 nov. 1990c, p. 7.

_____. **De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista**. Trad. Ana Maria de Castro Gibson. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991a [1986].

_____. Situação de Miguel Reale. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, Seção Textos, mar.-maio 1991b, p. 145-150; In: LAFER, Celso; FERRAZ JR., Tercio Sampaio (coords.). **Direito, política, filosofia e poesia: estudos em homenagem ao Prof. Miguel Reale no seu octogésimo aniversário**. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 31-38.

_____. **O liberalismo: antigo e moderno**. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991c.

_____. O elogio do pensador ao humanista. **Jornal de Brasil**. Rio de Janeiro, ano CI, n. 209, domingo, 3 nov. 1991d, *Idéias: ensaios*, n. 122, p. 6-8.

_____. Discurso como orador da turma do Instituto Rio Branco de 1963. In: LAFER et al. **José Guilherme Merquior, diplomata**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag); Instituto de Pesquisa de Relações Exteriores (Ipri) (Relações Internacionais, 16), 1993, p. 39-45; Discurso na solenidade de formatura da turma de 1963. In: INSTITUTO TANCREDO NEVES DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS. **Merquior: memorial crítico**. Brasília: ITN, 1994, p. 139-149.

_____. O Brasil no limiar do século XXI. In: INSTITUTO TANCREDO NEVES DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS. **Merquior: memorial crítico**. Brasília: ITN, 1994, p. 151-168.

_____. **O véu e a máscara: ensaios sobre cultura e ideologia**. Prefácio de Ernest Gellner. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz (Biblioteca Básica de Ciências Sociais; Textos, 8), 1997 [1979].

_____. **Verso universo em Drummond**. 3. ed. Trad. Marly de Oliveira. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior, 2012 [1975]).

_____. **A estética de Lévi-Strauss**. 2. ed. Trad. Juvenal Hahne Jr. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior), 2013a [1977].

_____. **Razão do poema: ensaios de crítica e de estética**. 3. ed. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior), 2013b [1965].

_____. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira; I**. 4. ed. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior), 2014a [1977].

_____. **O liberalismo: antigo e moderno**. 3. ed. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior), 2014b [1991].

_____. **Formalismo e tradição moderna: o problema da arte na crise da cultura**. 2. ed. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior), 2015 [1974].

_____. **Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin: ensaio crítico sobre a Escola Neo-Hegelianista de Frankfurt**. [2. ed.] Trad. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior), 2017 [1969].

MERQUIOR, José Guilherme; ROUANET, Sergio Paulo. Entrevista com Michel Foucault. In: MERQUIOR, José Guilherme et al. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro (Comunicação, 3), 1996 [1970], p. 17-42.

MERQUIOR, José Guilherme; PAIM, Antonio; KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **O liberalismo social: uma visão histórica**. São Paulo: Massao Ohno, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

A MÍSTICA do parentesco: uma genealogia inacabada. Disponível em: <http://www.parentesco.com.br/>. Acesso em: 27 jul. 2017.

MORIN, Edgar. **O método 4: as ideias; habitat, vida, costumes, organização**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011 [1991].

_____. **O método 6: ética**. 3. ed. Trad. Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2007 [2004].

MOREIRA, Marcílio Marques. José Guilherme Merquior, um tributo. In: INSTITUTO TANCREDO NEVES DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS. **Merquior: memorial crítico**. Brasília: ITN, 1994, p. 94-99.

NIETZSCHE, Friedrich. **Morgenröthe: Gedanken über die moralischen Vorurtheile [Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais]**. Chemnitz: Ernst Schmeitzner, 1881.

NISKIER, Arnaldo. **História da educação brasileira**: de José de Anchieta até os dias de hoje; 1500-2010. 3. ed. São Paulo: Europa, 2011.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha et al. (org.). **Sérgio Buarque de Holanda**: vida e obra. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura; Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1988.

O PASSEADOR Tijuca. Disponível em:
<http://www.opasseadortijucano.com.br/2017/06/rua-dulce-rua-general-marcelino-rua.html>. Acesso em: 27 jul. 2017.

PAUGAM, Serge. Escolha e limite do método de objetivação. In: PAUGAM, Serge (coord.). **A pesquisa sociológica**. Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes (Sociologia), 2015, p. 53-64.

PENNA, Antonio Gomes. Depoimento. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dez anos sem José Guilherme Merquior**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001, p. 237-246.

PEREIRA, José Mario. Depoimento. **Dez anos sem José Guilherme Merquior**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001, p. 215-236.

_____. O fenômeno Merquior. In: MERQUIOR, José Guilherme. **Verso universo em Drummond**. 3. ed. Trad. Marly de Oliveira. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior, 2012 [1975], p. 327-361.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). **Intérpretes do Brasil**: clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo, 2014.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Com Roland Barthes**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

POESIA-PRÁXIS. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Poesia-pr%C3%A1xis>. Acesso em: 27 jul. 2017.

PLATÃO. **A República**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro (Clássicos Garnier), 1965, v. 1.

PRESSLER, Günter Karl. Apresentação. In: MERQUIOR, José Guilherme Merquior. **Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin**: ensaio crítico sobre a Escola Neo-Hegelianista de Frankfurt. [2. ed.] Trad. São Paulo: É Realizações (Biblioteca José Guilherme Merquior), 2017 [1969], p. 15-19.

RADKDAU, Joachim. **Max Weber**: a biography. Cambridge, UK: Polity, 2009.

REALE, Miguel. **Lições preliminares do Direito**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

RESENDE, Ricardo. **Direito do trabalho esquematizado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

RICHARDSON, Richard Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999 [1985].

RINGER, Fritz. **Max Weber: an intellectual biography**. Chicago: The University of Chicago, 2004a.

_____. **A metodologia de Max Weber: unificação das ciências culturais e sociais**. Tradução Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Edusp (Ensaio de cultura, 26), 2004b.

RJ [REYNALDO JARDIM]. Bilhete do editor: José Guilherme Merquior. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 100, sábado, 30 abr. 1960, Suplemento dominical, p. 2.

ROCHA, Luiz Fernando Matos. **A construção da mimesis no reality show: uma abordagem sociocognitiva para o discurso reportado**. Tese (Doutorado em Linguística) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

ROUANET, Barbara Freitag. A Escola de Frankfurt. In: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Teoria sociológica contemporânea: autores e perspectivas**. São Paulo: Annablum, 2017, p. 503-523.

SCOTT, John (org.). **50 sociólogos fundamentais**. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Contexto, 2008.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Petrópolis: Vozes (Sociologia), 2010.

SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito (org.). **Teoria sociológica contemporânea: autores e perspectivas**. São Paulo: Annablum, 2017.

SILVA, Alberto da Costa e. José Guilherme Merquior. In: VILAÇA, Marcos Vinícios (coord.). **Mesa-redonda em homenagem aos 70 anos de José Guilherme Merquior**. Rio de Janeiro: ABL, 2011, p. 25-27.

SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. In: BOTELHO, André (org.). **Essencial Sociologia**. São Paulo: Companhia das Letras; Penguin Classics, 2013, p. 311-329.

SINGER, André. O enigma Merquior. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 81, n. 26.401, domingo, 15 jul. 2001, caderno mais!, p. 4.

SPERBER, George Bernard. Erich Auerbach. **Língua e literatura**, São Paulo, ano I, [n. 1], 1972, p. 221-223.

SPITZER, Leo. **Linguística e história literária**. Madrid: Gredos (Biblioteca Romanica Hispanica; Estudios y ensayos, II), 1955.

SUMNER, William Graham. **Folkways: a study of the sociological importance of usages, manners, customs, mores and morals**. Boston: Ginn and Company, 1906.

TIGRID, Pavel. **A Primavera de Praga**. Trad. Sérgio de Queiroz Duarte. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército; Laudes (Biblioteca do Exército, 77; 202), 1970 [1968].

TIJUCA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Tijuca>. Acesso em: 27 jul. 2017a.

_____. Disponível: <http://www.oriodejaneiro.com/tijuca-htm/>. Acesso em: 27 jul. 2017b.

TOSTO JR., Milton. **The meaning of liberalism in Brazil**. Lanham: Lexington Books, 2005.

VASCONCELOS FILHO, Marcos Antonio Rodrigues. O neovelho problema: o objetivo e o subjetivo em sociologia contemporânea. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 6, abr.-jul. 2005. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/>. Acesso em: 25 jul. 2017.

WAIZBORT, Leopoldo. Esquema (parcial) de Antonio Candido. **Novos estudos**, São Paulo, n. 64, v. 3, nov. 2002, p. 177-188.

_____. Erich Auerbach sociólogo. **Tempo social**, São Paulo, v. 16, n. 1, jun. 2004, p. 61-91.

_____. **A passagem do três ao um**: crítica literária, sociologia, filologia. São Paulo: Cosac e Naify, 2007.

_____. Erich Auerbach e a condição humana. In: ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang. **Pensamento alemão no século XX**: grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil. São Paulo: Goethe-Institut; Cosac Naify, 2012, v. II, p. 125-153.

WEBER, Marianne. **Max Weber**: a biography. Trad. Harry Zohn. New York: John Wiley & Sons, 1975.

WEBER, Max. “Objektivität” sozialwissenschaftlicher und sozialpolitischer Erkenntnis. **Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik**, Tübingen, v. 19, 1904, p. 22-87.

_____. **Wirtschaft und Gesellschaft** [: Grundriss der verstehenden Soziologie]. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck) (Grundriss der Sozialökonomik, III), 1922.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico e significação política. Trad. Lilyane Deroche-Gurgel; Vera de Azambuja Harvey. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

WITTE, Bernd. **Walter Benjamin**: uma biografia. Trad. Romero Freitas. Belo Horizonte: Autêntica (Filô/Benjamin), 2017 [1985].

WIZISLA, Erdmunt. Contruído com astúcia. Um modelo para o modo de escrever de Walter Benjamin. In: MACHADO, Carlos Eduardo Jordão; MACHADO JR., Rubens; VEDDA, Miguel (org.). **Walter Benjamin**: experiência histórica e imagens dialéticas. São Paulo: Unesp, 2015, p. 13-22.

WONSOVICZ, Silvio. **O conceito de modernidade em Paulo Freire e em José Guilherme Merquior**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) — Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1989.